

MARCO AURÉLIO PAZ TELLA

ESTIGMAS E PARADOXOS:
UM ESTUDO COMPARATIVO DAS RELAÇÕES RACIAIS EM
SÃO PAULO E LISBOA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2006

MARCO AURÉLIO PAZ TELLA

ESTIGMAS E PARADOXOS:
UM ESTUDO COMPARATIVO DAS RELAÇÕES RACIAIS EM
SÃO PAULO E LISBOA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, sob a orientação da Professora Doutora Márcia Regina da Costa.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2006

BANCA EXAMINADORA:

PARA MEU PAI JOÃO LUIZ TELLA
PARA MEU AVÔ ZÉ DENTISTA (JOSÉ PAZ)

AGRADECIMENTOS

No percurso deste trabalho, diversas pessoas contribuíram para minha história acadêmica e pessoal.

À professora Márcia Regina da Costa, que me orientou nestes anos, obrigado pelo incentivo, generosidade e paciência. Grande intelectual e mulher, que sempre admirei, a professora Márcia Regina também demonstrou um respeito muito grande por mim, ao me orientar, mesmo estando afastada de suas funções acadêmicas.

Ao Professor José Machado Pais, pelas contribuições teóricas, incentivo, disponibilidade pessoal e intelectual, oportunidade, e por ter me recebido tão bem no Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.

Aos amigos investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, que me acolheram: João Pina Cabral, Miguel Villa Verde e João Vasconcelos, e, em especial, ao Vítor Sérgio Ferreira. Aos pesquisadores brasileiros que lá estiveram, Roger Dutra, Isaurora Martins, Fernando Tavares, e, em especial, ao Saloma Salomão.

Na PUC, agradeço pelo apoio, à professora Leila Blass (também pela convivência em Lisboa), à professora Maura Pardini Bicudo Vêras e à professora Teresinha Bernardo.

Na pesquisa de campo, foram fundamentais três pessoas: em Portugal, a irmã Mafalda, do Centro Social 6 de Maio, e em São Paulo, Naíza e Ice Boy, que se tornaram meus amigos.

Ao todos os meus amigos e amigas. Aos meus amigos de Campininha, Henrique e Meire, que me auxiliaram disponibilizando tempo, e ao Tom, que me ajudou a descontrair, nos momentos de cansaço. Aos amigos que, em algum momento, me ajudaram no decorrer da pesquisa, com conversas e sugestões: Pedro Tadeu D'alvedo (valeu, Ursão, também pela força na criação do título da tese!), Camila Giorgetti e Marco Paraná, os três formadores da "base", Reinaldo Oliveira, Silvia Marques, Anselmo Neiva e Silvia Carbone. Aos companheiros de estádio dos jogos do Corinthians, que se tornaram amigos, Carlinhos, Magá e Fofa. À nação Corinthiana.

Aos meus primos e primas, tios e tias. Às minhas cunhadas, Patrícia e Luciana, e ao Perna (Ricardo Benichio), pelo apoio.

À minha avó Maria e Tios Angelice Quinha, que sempre me deram muito aconchego e carinho.

Ao meu irmão, Caio, pelo apoio e disponibilidade para me auxiliar nas horas em que precisei, e à Renata Góis.

À minha mãe, pela confiança incondicional no meu esforço e na minha capacidade, e pelo reconhecimento e carinho eterno. Obrigado!

À Renatinha, minha amiga, companheira, namorada e mulher. Mulher inteligente que admiro e respeito. Obrigado pelo apoio, paciência, incentivo, compreensão, carinho e amor. Amo você!!

Aos coordenadores e professores da Faculdade Metodista de Itapeva, pelo apoio.

Aos entrevistados.

Gostaria de agradecer ao CNPq, que me concedeu bolsa de estudo para a realização do doutorado, e a CAPES, que me concedeu bolsa Sanduíche para minha estada em Lisboa no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, fundamental para esta tese.

RESUMO

Portugal e Brasil são países que se assemelham pela presença secular de africanos e seus descendentes em suas sociedades. Esta presença foi marcada, em grande parte, pelo sistema escravocrata. Mesmo após o fim do sistema escravocrata, os dois países, influenciados por teorias científicas racistas elaboradas no decorrer do século XIX, desenvolveram estratégias de controle social e de manutenção das relações de poder político e econômico, e de acesso a este poder, que tiveram como característica o desequilíbrio, ao preterir os africanos, os afro-portugueses e os afro-brasileiros.

Estas questões ficaram evidentes com o início da imigração cabo-verdiana com destino a Portugal, principalmente para Lisboa e sua área metropolitana, onde os imigrantes ocuparam os bairros degradados e aqueles conhecidos como “de lata”. Assim também ocorreu com os afro-brasileiros na cidade de São Paulo, que, desde o final do século XIX, foram atingidos por legislações e políticas governamentais, que objetivavam a segregação espacial de grande parte dos membros desse grupo.

A segregação espacial dos afro-brasileiros em São Paulo, e dos imigrantes cabo-verdianos e afro-portugueses, associada à construção de imagens estereotipadas e de processos de estigmatização, refletiu na desqualificação social destes grupos em suas respectivas cidades. Os afro-portugueses e os afro-brasileiros foram e são vítimas de atitudes racistas nas relações cotidianas em ambas as cidades, embora haja condenação pública ao racismo, campanhas contra a discriminação racial e uma resistência das pessoas de reconhecerem que têm atitudes de preconceito. Este trabalho analisa tal paradoxo, resultado da presença e influência, nas sociedades e nos governos do Brasil e de Portugal, a partir de meados do século XX, da ideologia luso-tropicalista, lapidada por Gilberto Freyre, que tinha como principal tese a inexistência de racismo nestas sociedades.

A partir desse cenário, abordo as relações raciais em Portugal e no Brasil, a partir da percepção de jovens afro-brasileiros moradores da Cohab Cidade Tiradentes, na zona Leste da cidade de São Paulo, e dos jovens afro-portugueses moradores do bairro 6 de Maio, na cidade de Amadora, Área Metropolitana de Lisboa. Nas entrevistas, ficou evidente que a cor da pele é determinante na percepção do racismo e na identificação racial, deixando em segundo plano, elementos culturais de matriz africana. O estudo também analisa a influência da ideologia luso-tropicalista, na formação da percepção sobre o racismo, dos jovens afro-brasileiros e afro-portugueses.

ABSTRACT

Portugal and Brazil are countries that resemble each other for the secular presence of Africans and their descendants in their societies. This presence was marked, largely, for the slavocrat system. Even after the end of the slavocrat system, the two countries, influenced by racist scientific theories, elaborated during the 19th century, developed strategies of social control and maintenance of the relationships of political and economical power and of the access to this power that had as characteristic the unbalance, when ignoring the Africans, the afro-Portuguese and the Afro-Brazilian ones.

These subjects were evident with the beginning of the cape-verdian immigration bound for Portugal, mainly for Lisbon and its metropolitan area, where the immigrants occupied the degraded neighborhoods and those ones known as "de lata". Likewise it happened with the Afro-Brazilians in the city of São Paulo that, from the end of the 19th century, were reached by legislations and government politics that aimed at segregating the great part of the members of that group.

The spacial segregation of the Afro-Brazilian ones in São Paulo, and of the cape-verdians immigrants and Afro-Portuguese, associated with the construction of stereotyped images and with the stigmatization processes, reflected in the social disqualification of these groups in their respective cities. The Afro-Portuguese and the Afro-Brazilian ones were and still are victims of racist attitudes in the daily relationships in both cities, although there is public condemnation to the racism, campaigns against the racial discrimination and a resistance of the people to recognize that they have prejudice attitudes. This work analyzes such paradox, result of the presence and influence, in the societies and in the governments of Brazil and Portugal, starting from the middles of the 20th century, of the luso-tropicalista ideology, written by Gilberto Freyre that had, as main theory, the inexistence of racism in these societies.

This scenery is the base of this study, considering the racial relationships in Portugal and Brazil, starting from the perception of Afro-Brazilian youths who live at Cohab - Cidade Tiradentes, in the East area of the city of São Paulo, and of the Afro-Portuguese youths, residents of the neighborhood called 6 de Maio, in the city of Amadora, metropolitan area of Lisbon. In the interviews, it was evident that the color of the skin is decisive in the perception of the racism and in the racial identification, leaving in second plan, African cultural elements. The study also analyzes the influence of the luso-tropicalista ideology in the construction of the perception about the racism, the Afro-Brazilian and the Afro-Portuguese youths.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 — SUPREMACIA RACIAL E LUSO-TROPICALISMO.....	12
1.1 Duas Abordagens sobre Racismo.....	16
1.2 Racismo ou Etnocentrismo.....	19
1.3 Modernidade e Supremacia Racial.....	22
1.4 Supremacia Racial e a Ciência.....	30
1.5 Gilberto Freyre e o Luso-Tropicalismo.....	34
1.6 A Ideologia Luso-Tropicalista.....	46
CAPÍTULO 2 — OS AFRO-PORTUGUESES EM LISBOA.....	57
2.1 6 de Maio.....	57
2.2 A Presença da África em Portugal.....	63
2.3 Europa como Destino da Imigração Cabo-Verdiana.....	65
2.4 Cenário Migratório.....	68
2.5 As Dificuldades da Inserção Social.....	73
2.6 Surgimento dos Bairros Degradados.....	75
2.7 Início da Imigração Cabo-Verdiana para Portugal.....	79
2.8 Gilberto Freyre em Cabo Verde.....	83
2.9 Os cabo-verdianos em Portugal.....	85
CAPÍTULO 3 — AFRO-BRASILEIROS EM SÃO PAULO.....	95
3.1 Cidade Tiradentes.....	95
3.2 A segregação social e racial.....	101
3.3 Convivência Indesejada.....	104
3.4 A Cidade em Expansão.....	111
3.5 Processo de Periferização.....	116
3.6 São Paulo: da Cidade Global para a Cohab.....	121
CAPÍTULO 4 — OS JOVENS E O COTIDIANO.....	129
4.1 Cidade Tiradentes e 6 de Maio: Semelhanças e Diferenças.....	129
4.2 Processo de Desqualificação Social e Estigmatização.....	131
4.3 Condição e Contraste Social.....	144
4.4 Escolaridade e Mobilidade Social.....	145
4.5 Bairro e Comunidade.....	148
4.6 Identidade.....	163
4.7 Escola.....	181
4.8 O Paradoxo Luso-Tropicalista.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1: INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS.....208

ANEXO 2: ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....209

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as relações raciais em Portugal e no Brasil, a partir da percepção de jovens afro-brasileiros moradores do bairro da Cidade Tiradentes, na zona Leste da cidade de São Paulo, e dos jovens afro-portugueses moradores do bairro 6 de Maio, na cidade de Amadora, Área Metropolitana de Lisboa.

Parte-se do pressuposto de que a cor da pele dos afro-portugueses e afro-brasileiros, que habitam os dois bairros periféricos, onde estão em grande proporção, é determinante na percepção do racismo, não indicando para processos de identificação com os elementos culturais de matriz africana nas sociedades portuguesa e brasileira.

Outra hipótese é que a auto-afirmação como afro-brasileiros e afro-portugueses e a percepção do racismo no cotidiano contradizem a ideologia lusotropicalista, e ao mesmo reproduzem alguns dos seus elementos.

Os bairros onde os entrevistados moram e relataram suas experiências cotidianas são espaços de integração e socialização, e também propício para o desenvolvimento da percepção de pertença ao grupo racial e, conseqüentemente, para a percepção de racismo em ambas as sociedades.

Para este estudo, foram entrevistados oito jovens, homens e mulheres, afro-brasileiros moradores do bairro Cidade Tiradentes, na zona leste da cidade de São Paulo, e oito jovens, de ambos os sexos, afro-portugueses¹ moradores do bairro 6 de Maio, da cidade de Amadora, localizada na Área Metropolitana de Lisboa.

Os relatos dos jovens demonstraram que suas memórias sobre os casos ocorridos são recentes, o que aponta para que as respostas, em princípio, objetivas, são percepções sobre o racismo intermediado pela subjetividade dos afro-portugueses e afro-brasileiros em suas sociedades. Dessa forma, o cotidiano dos jovens é a principal fonte de investigação, sendo que não podemos desconsiderar que as memórias vivenciadas por amigos, vizinhos e familiares que influenciaram esses jovens e são importantes para a percepção, representações e leituras sobre o racismo.

Assim, a percepção sobre o racismo se constrói a partir das experiências cotidianas de cada jovem entrevistado, apoiadas sobre a dos outros. Isso faz com que suas experiências e a dos outros, como também as lembranças do bairro, tornem-se coletivas. Sempre existirá uma interação ou negociação entre elementos das experiências individuais, como acontecimentos vividos pessoalmente e elementos

¹ Os afro-portugueses são filhos de imigrantes de cabo-verdianos. Por isso, os entrevistados não têm a mesma condição jurídica, apesar de terem nascido em Portugal.

constitutivos da memória coletiva, como memórias vivenciadas por um grupo ou comunidade, acontecimentos "vividos por tabela", ou seja, "acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer" (Pollack, 1992, p. 201). São experiências de que nem sempre a pessoa participou, mas que diante da importância do fato para ela é como se a memória do grupo fosse da própria pessoa.

Os bairros Cidade Tiradentes e 6 de Maio foram selecionados para esta pesquisa porque apresentam alta concentração de afro-brasileiros e afro-portugueses, de baixa renda. O baixo custo da habitação é uma das principais razões para a elevada concentração desses segmentos sociais nestas áreas periféricas.

Tais grupos que habitam os bairros mais distantes do centro são resultado do processo histórico de segregação espacial, imposta pelos setores dominantes de ambas as sociedades, entendendo segregação espacial como um processo histórico com o objetivo de separar e isolar, além dos setores mais pobres, grande parte dos afro-brasileiros e afro-portugueses, com a intenção de evitar ao máximo o contato social. Os grupos confinados nos locais mais distantes e com pouca infra-estrutura têm minimizado o acesso a lugares e equipamentos sociais, culturais, esportivos, etc. que a cidade disponibiliza, o que aconteceu sem o apoio de nenhuma legislação urbanística segregacionista.

O processo histórico de segregar espacialmente os grupos mais pobres tem o objetivo do controle econômico e político no interior do sistema social, e não a simples exclusão destes grupos da sociedade. A apartação espacial é uma das formas mais utilizadas pelos setores dominantes da sociedade para o controle social (Nakano, 2002), que acarreta a desqualificação social dos grupos mais desprotegidos, limites de circulação pela cidade, de sociabilidade com outras camadas sociais, reduzindo o acesso aos seus direitos de munícipe.

Ainda que tenha havido nos últimos anos índices estatísticos que indicam melhoria nas condições sociais dos afro-portugueses e afro-brasileiros em Portugal e no Brasil, esses grupos ainda são vítimas de desqualificação social. Tanto em Portugal como no Brasil, a grande maioria dos afro-portugueses e afro-brasileiros têm baixos índices de escolaridade, habitam as regiões mais periféricas e degradadas das grandes e médias cidades, ocupam os postos de trabalho com menos remuneração e mais desvalorizados. Um exemplo disso é a grande presença no mercado de trabalho em ambos os países, se comparada com os brancos, de mulheres afro-portugueses e afro-

brasileiras na função de empregada doméstica e de homens afro-brasileiros e afro-portugueses na construção civil.²

Dessa forma, ainda que haja nos últimos anos preocupação dos governos de ambos os países com a condição social dos afro-brasileiros e afro-portugueses, e da elaboração de legislações que proíbem qualquer forma de discriminação, preconceito e exclusão social, não só os índices sociais, mas também as relações cotidianas estão repletas de atitudes, piadas e expressões racistas que desqualificam esses grupos.

No processo de seleção dos entrevistados, usei três critérios: os jovens tinham que se autodenominam, de "preto", "negro", "afro-descendente", "afro-brasileiro" e "afro-português", "luso-português" ou "africano", em relação a Portugal (jovens que se denominavam "mulato", "mestiços" ou outros termos com que caracterizassem mestiçagem foram descartados); a observação da pele escura feita pelo pesquisador; e jovens que tiveram pouca ou nenhuma participação em movimentos culturais de matriz africana, a fim de evitar os discursos prontos e os chavões políticos.

As entrevistas foram realizadas com os jovens nos bairros, mas sempre em lugares diferentes. No bairro 6 de Maio, as entrevistas aconteceram no Centro Social 6 de Maio, na casa de alguns jovens e uma foi realizada num banco de uma área de lazer, próxima ao bairro. Na Cohab da Cidade Tiradentes, as entrevistas foram realizadas nas casas dos jovens, duas num bar e o restante na residência de uma amiga (Naíza).

Apesar das diferenças sociais e políticas, e da falta de estudos comparativos sobre grupos de jovens negros de Lisboa e de São Paulo, acredito que há paralelos entre estilos, formas e experiências de vida e processos de identificação dos grupos desses jovens afro-portugueses e os afro-brasileiros. Por meio das histórias contadas e das experiências do cotidiano dos jovens, com base em conversas e perguntas, a partir de um roteiro de entrevista, pretendo buscar "possíveis respostas" às minhas indagações:

A própria natureza do ato de perguntar (...) abre-nos caminhos a possíveis respostas. É que toda pergunta é um buscar. E, como etimologicamente método significa caminho e como caminho se faz ao andar, o método que nos deve orientar é esse mesmo: o de trotar a realidade, passear por ela em deambulações vadias, indiciando-a de uma forma bisbilhoteira, tentando ver o que nela se passa mesmo quando nada se passa. (Pais, 2003, p. 33).

² Os dados referentes ao Estado de São Paulo foram retirados da última pesquisa SEADE de abril de 2006. Estas informações se basearam também em Telles (2003), Silva (2004) e de Portugal em Saint-Maurice (1997) e Vala (1999a e 1999b).

E por essa razão, com esse método de pesquisa, com importância à etnografia, é possível destacar o patrimônio de práticas sociais e culturais dos jovens, que alarga a diversidade e as possibilidades de identificações e percepções sobre a realidade em que estão inseridos. Tais jovens de ambos países podem possuir semelhanças, diferenças, “novas combinações” em seus processos de identificações sociais e culturais. As “histórias de vida do cotidiano” é uma importante ferramenta que nos oferece possíveis respostas.

As histórias de vida ou memórias ou, como prefere Pais, documentos biográficos

não podem ser considerados reflexos passivos de uma entidade individual, isolada, sem envolvimento social. (...) Ora, se cada biografia aparece como síntese de uma história social e, paralelamente, cada comportamento ou ato individual aparece como síntese de uma estrutura social, há sempre lugar a um movimento de vaivém, da biografia ao sistema social e deste à biografia. Ou seja, o sistema social — na medida em que não existe fora dos indivíduos — manifesta-se sempre na vida individual, de tal forma que pode ser apreendido a partir da especificidade das práticas individuais. (Pais, 2003, p. 151).

Assim, os objetivos desta pesquisa são: analisar e comparar a percepção dos jovens sobre ocorrências de discriminação racial; sua percepção sobre os valores positivos ou não distintivos e atribuídos ao seu grupo; o grau de identificação e rejeição dos elementos culturais de matriz africana, como por exemplo, a religião (Brasil) e língua (Portugal); o peso dos estereótipos e estigmas na formação de uma percepção positiva de grupo; o processo de segregação espacial e racial no Brasil e Portugal, e a formação das periferias; a percepção sobre os seus bairros, que podem contribuir no processo de identidade e na percepção dos estigmas e estereótipos atribuídos ao seu grupo; as influências da ideologia luso-tropicalista na formação da percepção sobre o racismo. Pretendo abordar a discriminação e a construção de estigmas e estereótipos, baseado em duas variáveis: os afro-portugueses e afro-brasileiros são vítimas de condutas preconceituosas e discriminatórias em relação à cor da pele e, ao bairro onde moram.

O estudo de cada um desses aspectos considerará as singularidades de cada cidade à qual pertencem os jovens para, em seguida, realizar a análise das histórias de vida do cotidiano, o que implica recuperar acontecimentos, experiências obscuras, conhecimentos da vida cotidiana da pessoa, que muitas vezes passam despercebidos, com o intuito de melhor compreender a realidade.

A utilização de expressões referentes à questão racial sempre foi complexo, polêmico e envolve décadas de experiências e discussões de intelectuais, líderes, entidades e movimentos afro-brasileiros e africanos. Assim, neste trabalho, raça não é entendido a partir de critérios científicos, já que esse termo foi abandonado pelo campo científico e pelas instituições governamentais, políticas e sociais, em grande parte dos países, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A noção de "raça" foi sendo substituída pela idéia de "etnia" e diferenças culturais. Entretanto, ainda hoje "raça" é muito utilizado pelo senso comum e meios de comunicação.

Mesmo antes de o termo raça ser associado à hierarquização racial e ao genocídio (Segunda Guerra Mundial), Freyre foi decisivo para o rompimento com a noção de desigualdades raciais no Brasil e em Portugal. Freyre propôs substituir a idéia de raça por cultura, o que agradou parte do meio acadêmico e os governos ditatoriais dos Estados Novos de Portugal e Brasil, que procuravam "ocultar as relações desiguais e violentas que marcaram a colonização portuguesa e a constituição da sociedade brasileira" (Schwarcz, 1996, p. 28).

Assim, entendo raça como uma construção histórica e social, sem nenhuma referência ou sustentação científica. No entanto, acredito que a simples anunciação do termo "raça" no senso comum está implícito a noção de hierarquia cultural, desigualdade social e superioridade cultural de um determinado grupo.

As relações raciais no Brasil e Portugal são caracterizadas por dois fatores históricos paradoxais: a supremacia racial e o luso-tropicalismo. Ainda que exemplos que apontem para discriminação racial, há uma idéia muito forte ainda de que Portugal e Brasil estariam protegidos contra o racismo, que seria um fator de distinção das relações raciais nesses dois países.

Este tipo de comportamento se deve em grande parte à ideologia luso-tropicalista que apresentou uma nova roupagem sobre as relações raciais em Portugal e no Brasil, que, segundo Freyre, foi reflexo do bom método lusitano de colonizar. O objetivo do luso-tropicalismo foi demonstrar que portugueses e, por herança cultural e política, os brasileiros possuíam uma predisposição e capacidade genuína para a miscigenação. Mas, ao fazer isso, minimizou histórias de opressão, exploração, desqualificação social impostas aos africanos e seus descendentes. Em razão desse paradoxo, haveria uma singularidade nas relações raciais em Portugal e no Brasil.

Racismo é entendido aqui como um comportamento que associa valores, crenças, sentimentos de desqualificação e desvalorização de pessoas classificadas como membros de outro grupo, a partir da cor escura da pele. Assim, o preconceito aparece, quando as pessoas de pele escura são categorizadas como membros de um outro grupo, com valores e crenças particulares. No entanto, nas condutas e posturas

racistas há uma sobreposição de crenças nas diferenças culturais e desigualdades raciais, baseando-se numa inferioridade biológica.

Os comportamentos racistas surgem, quando um grupo identifica diferenças culturais em relação a outro grupo, que sente que seu sistema de valores está sendo ameaçado. Assim, a simples percepção das diferenças de valores e a ameaça que esta representa pode ser um indicador de discriminação de um grupo sobre o outro. Os membros desse grupo que se consideram maioria acreditam que os seus valores sociais, comportamentos, atitudes, modelos de relações sociais que compartilham são a maneira correta e natural de ser e categorizam outras formas de valores e relações sociais como desviantes e não naturais.

Assim, os membros do grupo majoritário sentem orgulho e passam a defender seu modo de vida, hostilizando as pessoas que compartilham elementos considerados diferentes. A tendência dos grupos com mais poder político e econômico, que estão num status diferenciado, é hostilizar, discriminar e desqualificar socialmente os grupos desprovidos de poder. Nas sociedades brasileira e portuguesa, os afro-brasileiros e afro-portugueses sempre fizeram parte dos grupos desprovidos de poder político e econômico e seus valores, comportamentos, religião e forma de se relacionar socialmente foram historicamente classificados como diferentes e inferiores, portanto, naturais.

A utilização do conceito de desqualificação social, como forma hierárquica de relações sociais, torna-se mais pertinente em relação à noção de exclusão, que ainda é muito usado por sociólogos e antropólogos: exclusão é

entendida, por alguns, como uma realidade estática, levando a observar um grupo único de indivíduos, que vamos chamar de excluídos, vivendo à parte da sociedade (Paugam, 2004, p. 19).

O conceito de desqualificação social é mais dinâmico, flexível e adequado como instrumento de análise das relações sociais e de sociedades complexas como Portugal e Brasil.

O pressuposto de que a exclusão se reproduz no interior de um grupo, de geração para geração está descartado. Aqui adoto as 5 dimensões do conceito de desqualificação social construído de Paugam (2004, p. 20): o grupo privilegiado atribui identidade negativa e estigmas; há interdependência entre os grupos dentro do sistema social. Na noção de exclusão essa noção não existe; há períodos em que a condição da pessoa e do grupo muda, com as trajetórias de vidas; as pessoas ou grupos podem reagir porque fazem parte do sistema social. Na concepção de

exclusão, “não há mais nada a fazer, não há mais o que esperar”; há a associação entre integração da pessoa ou do grupo e estratificação social, na qual o problema de integração social é mais presente entre os segmentos mais desprivilegiados.

Os afro-brasileiros e afro-portugueses, vítimas históricas do processo de estigmatização, pertencem aos segmentos mais pobres da sociedade, com dificuldade de inserção social. No entanto, não estão excluídos do sistema social, pois de alguma forma participam e contribuem para o sistema social produtivo em seus países. A maneira de como esses grupos foram inseridos se tornou um problema, pois foram e ainda são integrados de forma desvalorizada e socialmente desqualificada.

A construção de uma imagem de grupo e de uma auto-imagem pessoal positiva fica comprometida pela associação da imagem do afro-brasileiro e afro-português com estereótipos construídos socialmente. Norbert Elias e John Scotson (2000), apontam as relações entre um grupo antigo e estabelecido de moradores (estabelecidos) e um grupo recém-chegado (*outsiders*) que moravam em dois subúrbios, de uma pequena comunidade inglesa. O estudo desses autores pode auxiliar na análise do processo de desqualificação social, estigmatização e construção da identidade, embora Elias e Scotson não identifiquem diferenças raciais, religiosas entre os dois grupos.

Para os autores, o grupo dos estabelecidos dispõe de maior poder, enquanto que o grupo dos *outsiders* tem recursos e poderes insuficientes, como também obstáculos de acesso a ele. (Elias e Scotson, 2000).

Nas sociedades brasileira e portuguesa a divisão social do trabalho concentrou os membros de um grupo em determinadas profissões de prestígio e poder econômico e político ocupados pelos segmentos mais altos da sociedade:

nomeadamente da classe média, verifica-se que a especialização em determinadas profissões promove oportunidades de interação social e cria interesses comunitários que irão reforçar as relações informais preexistentes” (Vermeulen, 2001, p. 139).

Nas sociedades citadas, desde a colonização até os dias de hoje, os brancos sempre tiveram melhores recursos de poder e ocuparam os melhores postos no mercado de trabalho. Assim, os afro-brasileiros e os afro-portugueses, historicamente, sempre estiveram nos segmentos mais baixos de ambas as sociedades.

Outro fator que deve ser ressaltado, referente as diferenças entre os grupos dominantes e o dominado é a segregação espacial urbana. Os membros dos grupos

afro-brasileiros e afro-portugueses sempre habitaram as áreas (bairros) e as residências mais degradadas da cidade, como favelas, cortiços e conjuntos habitacionais, no caso de São Paulo, e os bairros de lata e habitações sociais, no caso de Lisboa.

Os processos de desqualificação social, estigmatização, estereótipos e de discriminação são decorrentes de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos. Além da cor da pele escura, que aponta o grupo racial a qual pertence, há o indicativo da condição social, como o lugar onde mora, a forma de se vestir, etc.

A coesão social dos grupos dominantes, potencializa a intensificação do processo de estigmatização, mas, também, possibilita o surgimento de reações contra comportamentos discriminatórios por parte dos grupos inferiorizados social e culturalmente. O processo de estigmatização tem a possibilidade de provocar, nos estigmatizados, uma reação em resposta à hierarquização imposta a eles:

O que se sabe é que os membros de uma categoria de estigma particular tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida (Goffman, 1998, p. 32).

Como reação a estigmatização, a “tendência” à aproximação dos indivíduos estigmatizados pode constituir grupos, mas, também pode provocar, uma reação negativa na construção da auto-estima ou da identidade das pessoas. No entanto, isto é apenas uma das tendências. Saint-Maurice distingui duas estratégias, interior e a exterior, de se relacionar com as crenças e valores imputados ao seu grupo. A estratégia interior — refere-se estritamente ao indivíduo — divide-se em algumas possibilidades, (i) conscientemente, não levar em conta as agressões sofridas; (ii) absorção dos estigmas, o que causa paralisia, aceitando a inferioridade imputada; (iii) revolta, transformada em agressividade. A estratégia exterior, no âmbito individual pode levar à ascensão de uma pessoa, o que acarretaria no distanciamento do seu grupo racial, para escapar dos estereótipos, como por exemplo, a pessoa atribuir os estigmas somente aos membros do seu grupo que estão nos segmentos mais pobres. No campo coletivo, “podem ir da assimilação à revalorização da sua singularidade”, que tem como probabilidade o desenvolvimento de ações coletivas com o propósito de defender e valorizar o seu grupo, (1997, p. 30).

As imagens que os grupos dominantes constroem dos Outros, segundo Elias, “tendem a vivenciar seus grupos *outsiders* (...) como desordeiros que desrespeitam

as leis e as normas (as leis e as normas dos estabelecidos)” (2000 p. 29). O resultado pode ser danoso para os jovens entrevistados dos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes.

Os efeitos negativos desses personagens interiorizados logo se fazem sentir no plano coletivo. Algumas minorias raciais têm a maior dificuldade em escapar dessa engrenagem: são considerados violentos e assim se tornam. A pobreza que os caracteriza gera o desprezo dos outros, destruindo a autoconfiança, o que, por sua vez, condena os membros dessa minoria a afundar ainda mais na pobreza — ou recorrer ao paliativo da violência (Todorov, 1996, p. 149).

Nas entrevistas, os jovens dos dois bairros levantaram questões que remetem a uma imagem pejorativa dos bairros onde moram. Nos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes, os jovens confirmaram a existência da criminalidade, consumo e tráfico de entorpecentes, mas todos são unânimes em dizer que há exagero na imagem negativa divulgada sobre o bairro.

A consciência de que há uma construção social pejorativa desmedida sobre a imagem destes bairros reflete na formação e na visão dos jovens entrevistados, principalmente sobre os bairros. Crescer em ambientes desfavoráveis à sua socialização pode comprometer o amadurecimento do indivíduo e sua formação como sujeito. Ser foco de discriminação devido à sua origem social ou cor da pele e alvo de representações sociais e raciais carregados de estigmas pode inviabilizar a construção de uma auto-imagem positiva da pessoa e do grupo ao qual pertence. A criança e o jovem podem perceber que eles e as pessoas que estão ao seu redor são desvalorizados, desqualificados, menosprezados.

Outra questão polêmica e que se faz necessária uma definição é em relação aos termos de denominação e autodenominação dos descendentes de africanos no Brasil e em Portugal. Na tentativa de utilizar um termo que se refira somente às pessoas de pele escura, descartei logo de partida duas expressões: “negro” e “afro-descendente”.

O termo “negro” é mais frequentemente utilizado pelo movimento negro, pelos meios de comunicação e pelo governo e a expressão “afro-descendente”, também bastante utilizada pelo movimento negro brasileiro, sendo que ambos os termos se referem àqueles de pele escura e mestiços — “pretos” e “pardos”, de acordo com os termos utilizados pelo IBGE. Esta questão é bastante complexa, porque o termo “negro” também é utilizado no dia-a-dia para se referir somente àqueles de pele

escura, e o “afro-descendente” pode ser empregado por qualquer pessoa, inclusive um branco, para indicar que possui ascendência africana³.

Poderia ter utilizado o termo “preto”, empregado pelo IBGE e também pela grande maioria da cultura hip-hop⁴ na cidade de São Paulo. No entanto, diferentemente do sentido empregado pelo IBGE, as pessoas ligadas ao hip-hop se referem ao termo para denominar o jovem que tem consciência, valoriza e se identifica com a cultura afro-brasileira, e se manifesta contra as desigualdades sociais e raciais. Este seria o exemplo de “preto tipo A” ou o “100% preto” para a cultura hip-hop.

A partir deste cenário emprego os termos afro-brasileiro e afro-português, para me referir somente às pessoas de pele escura, ainda que sejam expressões pouco utilizadas nas relações cotidianas, e mais presente no meio acadêmico e por setores do movimento negro. Tanto em Portugal como no Brasil historicamente, o mestiço sempre teve status social diferenciado, se bem que seja também vítima de preconceito e desqualificação social.

Este trabalho está organizado e distribuído em quatro capítulos:

1. Apresento o surgimento do racismo moderno e o papel de Portugal nesse processo; realizo um breve histórico sobre a supremacia branca e o processo de desqualificação social antes e depois das teorias científicas raciais elaboradas no decorrer do século XIX. Exponho também o conceito que utilizo sobre racismo, e uma breve discussão sobre este fenômeno social nas últimas décadas. Termino o capítulo apresentando o conceito e contextualizando o cenário em que surgiu a ideologia luso-tropicalista de Gilberto Freyre.

2. Apresento o perfil social da população do bairro 6 de Maio. Resgato a presença africana e de seus descendentes em Lisboa. Para isto, considero de suma importância abordar o processo da imigração populacional de Cabo Verde para Portugal (país receptor). Realizo um breve histórico da chegada dos cabo-verdianos a Lisboa e o início do processo de segregação espacial com o surgimento dos bairros degradados e de casas de lata (os conhecidos bairros de lata). Também exponho algumas análises realizadas por Gilberto Freyre sobre Cabo Verde quando o escritor viajou pelas colônias portuguesas a convite do Estado Novo de Oliveira Salazar.

³ Alguns casos foram relatados nos processos de preenchimento de cotas para estudantes de origem africana em algumas universidades públicas.

⁴ A cultura hip-hop é um estilo cultural que se caracteriza por ser produzido e consumido por jovens que moram nas regiões onde as tensões sociais e econômicas são latentes. O hip-hop é dividida em cinco partes que estruturam a base de toda a forma de expressão social. A música, que se denomina *Rap*; ligada ao rap, a pessoa que controla os toca-discos, a *Discotecagem*, o DJ (Disc Jôquei); a dança, que se caracteriza pelo *Break*; a pintura que se expressa pelo *Grafito*; a consciência dos problemas sociais e raciais que atinge os jovens pobres e “pretos” da periferia da cidade de São Paulo. Para mais informações, ver Tella, 2000.

Encerro o capítulo discutindo a situação dos cabo-verdianos, pais dos jovens entrevistados no bairro 6 de Maio.

3. Este capítulo é destinado a Cohab Cidade Tiradentes. Como faço no segundo capítulo apresento seu perfil social e da população que lá reside. Realizo breve histórico da presença afro-brasileira em São Paulo, e o processo de segregação espacial, desde o final do século XIX. Encerro mostrando o paradoxo que existe na cidade de São Paulo, que concentra riqueza e tecnologia e, ao mesmo tempo, constrói locais de habitação totalmente degradados e segregados.

4. No último capítulo analiso os relatos das experiências cotidianas dos jovens entrevistados do bairro de Cidade Tiradentes e 6 de Maio. Como nos outros capítulos, este último está dividido em tópicos temáticos: Semelhanças e Diferenças; Processo de Desqualificação Social e Estigmatização; Condição e Contraste Social; Escolaridade e Mobilidade Social; Bairro e Comunidade; Identidade; Escola — e em cada tópico realizo as análises das entrevistas e das hipóteses apresentadas, dividindo-as a partir dos bairros dos jovens entrevistados.

Embora me refira como bairro, Cidade Tiradentes é o distrito onde foi construído o maior conjunto habitacional (Cohab) da zona leste da cidade de São Paulo, ao longo do trabalho, ora me refiro a Cohab, ora ao bairro Cidade Tiradentes, mas a utilização do termo bairro designa as áreas onde os afro-brasileiros entrevistados moram, termo também utilizado no cotidiano desses e dos afro-portugueses.

Há uma dificuldade de se analisar o racismo no Brasil, por isso a existência de diversas abordagens e de diferentes formas de interpretar esse problema secular⁵. Assim, considero que no Brasil e em Portugal sempre existiram comportamentos racistas nas relações sociais cotidianas.

Ainda que haja discursos isolados e a presença de pequenos grupos racistas⁶, Brasil e Portugal, nos últimos 50 anos, não há grupos ou movimentos sociais e partidos políticos representativos ou de expressão que defendam em seus programas, ideais racistas e xenófobos ou programas governamentais segregacionista. Pelo contrário, o que houve foi o fortalecimento de um discurso muito presente ainda no senso comum, de que no Brasil e em Portugal não há racismo.

⁵ Estou me referindo ao debate em torno das políticas públicas de reparação, como por exemplo, as cotas universitárias.

⁶ Para mais informações sobre grupos racistas no Brasil, ver Márcia Regina da Costa, *Carecas do Subúrbio*; e em Portugal, ver Elsa Sertório, *Livro Negro do Racismo em Portugal*.

CAPÍTULO 1

SUPREMACIA RACIAL E LUSO-TROPICALISMO

... tropical seria necessariamente bárbaro, desordenado, grosseiro, exuberante, derramado, desmedido, agreste. (...) O extremo oposto à civilização européia mais requintada (...) pelo que se supunha a suprema manifestação de gosto civilizado: a medida, a simetria, a ordem, a suavidade, a nuance, a penumbra (Freyre, 1953a. p. 177).

O objetivo deste capítulo é apresentar os dois pilares históricos que deram origem à singularidade das relações raciais no Brasil e em Portugal: supremacia branca e o Luso-Tropicalismo. Para isto, este capítulo aborda duas ideologias: o racismo contra os africanos e seus descendentes em Portugal e no Brasil, e a predisposição do português e brasileiro para a miscigenação.

Demonstro neste capítulo como Portugal foi protagonista no surgimento do racismo moderno na Europa e na construção das representações sociais negativas da imagem do africano na sociedade portuguesa. Devido ao longo período colonial, essas representações influenciaram o pensamento social brasileiro. Para finalizar, resgato o surgimento da ideologia Luso-Tropicalista, o seu impacto nas sociedades portuguesa e brasileira e a sua influência no pensamento social, até os nossos dias.

Um dos objetivos deste capítulo é verificar a construção da noção da supremacia racial em Portugal, que utilizou os mitos bíblicos e, posteriormente, as teorias científicas para justificar a mesma coisa: a inferioridade do africano e de seus descendentes, e a explicação da escravidão. Para isso, realizo um breve histórico sobre a presença africana em Portugal, que data de um pouco mais de um século antes da chegada dos primeiros trabalhadores escravos africanos no Brasil.

Também pretendo abordar discussões em torno dos conceitos de racismo biológico e racismo cultural, e definir e apresentar o conceito adotado neste trabalho sobre o racismo.

O racismo, como concebemos hoje está associado à modernidade, tendo surgido nos últimos séculos da Idade Média, sustentado sobre dois pilares: a supremacia branca e o anti-semitismo. A distinção do racismo moderno para o comportamento que existia anteriormente à modernidade, ocorreu na mudança de conduta das pessoas, que passou de atitudes xenófobas, que se caracterizavam pela hostilidade e estranhamento do diferente ou estrangeiro, para um comportamento baseado em crenças de que os valores, a moral, as características negativas da

pessoa ou de um grupo seriam herdados e transmitidos por meio do sangue a outras gerações.

A intensificação do contato dos portugueses com os africanos subsarianos ocorreu devido ao processo de internacionalização do capital, com o intuito de ampliar mercados e aquisição de novas mercadorias para. O primeiro “objeto-mercadoria” adquirido pelos portugueses e rapidamente comercializado foi o próprio africano, na função de trabalhador escravo.

Tal momento representa a fase embrionária do processo conhecido hoje como globalização, ou a primeira onda da internacionalização do capital. O desenvolvimento e expansão do capitalismo requereram a superação das fronteiras nacionais. Assim, a modernidade com o capitalismo são inerentes à globalização (Giddens, 1991, p. 69).

Pode-se definir o fenômeno da globalização como processos de intensificação dos contatos e interações econômicas, deslocamentos de pessoas entre nações e no interior das nações, e o aumento do contato e de trocas culturais numa escala global. Para Santos (2005) não há um processo, mas processos de globalização que se intensificaram nos diversos campos e setores da sociedade, com diferentes níveis de alcance e intensidade.

Os processos de globalização da economia, política e cultura se avolumaram nos últimos 40 anos, principalmente devido ao desenvolvimento tecnológico nos meios de comunicação, tendo alcance quase global, acelerando os fluxos e interconectando os países dentro de um modelo desequilibrado de distribuição de poder.

Portanto, além de interconectarem países, estes processos aproximaram e conectaram pessoas, grupos, comunidades, organizações construindo novas experiências, novas realidades.

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como, emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (Santos, 2005, p. 11).

De acordo com Santos (2005), os processos de globalização produzem impactos locais heterogêneos, pois são reflexos dos contatos e conflitos nos diversos

setores sociais. Dessa forma, as “globalizações” são resultantes de diversos fatores, direções, configurações, com diferentes dimensões — econômica, social, política e cultural —, produzidas por diferentes grupos hegemônicos e contra-hegemônicos. Como sugere Santos (2005), as globalizações são heterogêneas, contraditórias, desiguais e em cada local apresentarão características particulares. Dessa forma, seus efeitos, que seriam em princípio homogeneizadores — e são em parte — são diversos de acordo com os perfis da nação, da região, da cidade.

A idéia de que os processos globais substituiriam os elementos locais já há muito tempo deixou de ser considerada. Uma nova articulação entre local e global produz novos processos, fazendo com que percamos a noção do que é global e do que é local.

... as condições históricas e estruturais dos diferentes países e cidades pesam na configuração das desigualdades, dos efeitos socioespaciais, nos vínculos e nas relações de sociabilidade como as associativas, de segregação, diferenciação, alteridade e assim por diante (Véras, 2004, p. 46).

Ao mesmo tempo em que a globalização não é homogeneizante, suas diferenças e desigualdades não podem ser mais analisadas no formato centro-periferia, tendo somente uma direção. Desta forma, é essencial observar que algumas das dimensões da globalização, como a social e a cultural, não acontecem somente no sentido horizontal, mas também no vertical (Santos 2005; Ortiz, 1993; Hall, 1999; Fortuna, 2005): “ao se infletirem localmente, os fluxos globais diversificam-se de acordo com esquemas culturais particulares”. (Sahlins, 1997, p 21).

A ampliação da diversidade de formas, resultado dos cruzamentos socioculturais locais e globais, proporciona novas possibilidades de identificações. Sendo assim, a globalização não é um fenômeno linear e homogêneo, e que nestes cruzamentos socioculturais, podemos verificar as “relações de poder, as tensões e as fragilidades desta nova ordem do mundo...” (Bastos, 2000, p. 322).

Nos processos de globalização, a dimensão cultural está em constante negociação entre diferentes, estimulando o contato e o confronto entre culturas. Por definição, cultura está sempre em movimento, sob influências de outras culturas, numa relação entre particularismos culturais, e entre esses particularismos e universalismos. Assim, a cultura não sofre qualquer risco de processo ou projeto de homogeneização ou cristalização:

Poderíamos até afirmar que a cultura é, em sua definição mais simples, a luta contra a uniformidade. Os poderosos e envolventes processos de difusão e imposição de culturas, imperialisticamente definidas como universais, têm sido confrontados, em todo o sistema mundial, por múltiplos e engenhosos processos de resistência, identificação e indigenização culturais. (...) Nas atuais circunstâncias, só é possível visualizar culturas globais pluralistas ou plurais. (Santos, 2005: 47).

No cenário atual da globalização, podemos observar múltiplos processos, nos quais se intensificam as diversidades culturais e grupos de identificação.

Numa época de globalizações, isto é, de intensificação dos fluxos econômicos, políticos, culturais e simbólicos a nível mundial, as pessoas e os coletivos vêm alargando o leque dos possíveis e dos recursos disponíveis para a elaboração dos argumentos que justificam as suas identidades e os seus processos de identificação. (Mendes, 2005: 503).

Os impactos desiguais nas localidades são mais intensos em sociedades, como a brasileira e a portuguesa, que estão em nível de desenvolvimento econômico intermediário, classificados Santos (2005) como países semiperiféricos. Com os processos de globalização, há elevado aumento das desigualdades sociais, aprofundando o abismo entre os países pobres e os países ricos e entre os pobres e ricos de um mesmo país, com reflexos mais negativos nos países periféricos e semiperiféricos. Nas últimas décadas, a produção de riquezas se tornou mais concentrada nas mãos de poucos, dentro de um país e nas mãos de alguns poucos países ricos — má distribuição da riqueza, tanto entre os países como dentro de um mesmo país. Nas cidades as conseqüências e impactos dos processos de globalização são mais intensos, onde os “espaços fragmentam-se, homogeneízam-se e diferenciam-se”. (Véras, 2003: 107).

Como característica dos processos de globalização, e reflexo das desigualdades sociais e territoriais nas cidades, surgem novos grupos sociais que constituem os grupos dominados tanto nos países ricos como nos semiperiféricos e periféricos, que vão além das divisões classistas. Os grupos dominados são constituídos pelas vítimas dos mecanismos de exploração ou opressão com base no sexo (também na opção sexual), cor da pele, cultura, religião, idade (Santos, 2005). Os problemas de desqualificação social se intensificam, quando as pessoas que pertencem aos grupos dominados são, também, membros dos segmentos mais pobres.

A primeira onda da globalização teve início nos séculos XIV e XV, período que coincidiu com a modernidade, momento também em que se constituíram novas

relações de poder, outras estratégias de desqualificação social e outros mecanismos que intensificaram as desigualdades sociais, e também foi nesse período que surgiu o racismo, como conhecemos hoje.

1.1 DUAS ABORDAGENS SOBRE RACISMO

Os problemas de ordem racial, tanto em Portugal como no Brasil, decorreram das relações de poder nessas sociedades. Os afro-portugueses e afro-brasileiros historicamente constituem um dos diversos grupos dominados, afastados do círculo de poder político e econômico e dos caminhos que dão acesso a ele. Os grupos dominantes, em Portugal e no Brasil, desenvolveram estratégias de manutenção de poder e de desqualificação social do grupo dominado, para assegurar seu domínio político, econômico e cultural. A partir desse princípio, a discriminação racial, a opressão e exploração da força de trabalho, a segregação espacial foram formas de impedir mobilidade e ascensão social dos grupos dominados. Assim, iremos destacar duas formas de racismo que predominaram no século XX: os Estados abertamente racistas e o racismo cultural ou *new racism*.

Os métodos utilizados pelos Estados racistas variaram, desde a aplicação de leis que garantissem segregação territorial e privação de direitos individuais e de grupo, até Estados que optaram pelo extermínio do Outro. Em todos os regimes racistas do século XX, o Outro sempre foi desqualificado socialmente, estigmatizado, inferiorizado, demonizado. Os três exemplos de regimes racistas, que marcaram o século XX, fundamentaram suas ações em dois pilares que marcam o surgimento do racismo moderno: o anti-semitismo e a supremacia branca (Fredrickson, 2004). Em ambos, o principal objetivo foi afastar os indesejáveis e manter a "pureza racial"⁷ e de sangue, por meio do racismo explicitamente científico.

As atrocidades da Segunda Guerra Mundial, a descolonização dos países africanos, na década de 50, a luta pelos direitos civis nos EUA, que questionava a legalidade da segregação e discriminação institucional na década de 1960, a produção científica das diversas áreas do conhecimento que derrubaram a crença na eugenia, nocautearam o racismo explícito e institucional desses regimes.

Havia um otimismo de que a discriminação baseada na desigualdade biológica tivesse sido superada com a proibição legal, em muitos países, de manifestações

⁷ Os três exemplos são: segregação racial nos Estados do sul dos EUA, a Alemanha nazista e o regime da apartheid da África do Sul.

abertas e comportamentos racistas de pessoas e grupos⁸. No entanto, segundo Fredrickson, “o racismo não precisa do apoio total e explícito do Estado e da Lei. Nem precisa de uma ideologia centrada no conceito de desigualdade biológica”. (2004, p. 13). Atitudes explícitas ou não de discriminação de pessoas e grupos a outros grupos, conservaram-se, sem nenhuma objeção. A condenação do racismo científico e a continuidade das hostilidades contra grupos diferentes fizeram com que intelectuais e líderes políticos de diversos países acreditassem que o racismo, agora era sustentado pelas diferenças culturais: *new racism*.

No mundo contemporâneo, a desigualdade entre as raças perdeu o espaço para as diferenças das raças, esta última baseada na cultura e não mais na natureza biológica. Wieviorka (1995; 2002a) mostra que este é o principal fundamento de um novo racismo (*new racism*), um racismo cultural ou diferencialista.

No início da década de 1950, o progressivo desenvolvimento econômico acarretou mudanças no mundo do trabalho, inaugurando um período de intenso crescimento econômico e ampliação dos direitos sociais, perceptíveis principalmente para pessoas que viveram períodos de escassez e privação pré e durante a Segunda Guerra Mundial. Hobsbawn chama esse período de “anos dourados” (1995). A independência das ex-colônias européias por toda a África, ainda na década de 1950, deu origem aos deslocamentos migratórios para a Europa.

Mesmo com restrições, mais de 7 milhões de pessoas migraram para os países da Europa Ocidental, só nos primeiros anos da década de 1970. Com o processo migratório de populações oriundas dos países colonizados — África, Ásia, Caribe —, intensificou-se a discriminação e a hostilidade contra os grupos recém-chegados, sentimentos que se tornaram cada vez maiores, em proporção, com o aumento da imigração. O sentimento de ameaça estava presente no imaginário das sociedades européias. Este não foi um movimento uniforme em todos os países europeus, e sim contraditório e heterogêneo, com características específicas em cada país. Em alguns países, o processo migratório iniciou já na década de 1950 (França), em outros, na década de 1960 (Portugal).

Nas migrações pós-descolonização, verificaram-se principalmente dois tipos de grandes fluxos migratórios: por razões econômicas e como fuga de guerras e conflitos civis nos países africanos (migrações de refugiados). As razões econômicas levaram à procura de novos mercados para o trabalho, ou seja, os imigrados deixaram seus

⁸ No apartheid instaurado em 1948 na África do Sul, novamente a pureza racial e de sangue são as justificativas para uma legislação que proibia o casamento e relações sexuais entre os *afrikaners* e os africanos, como também a segregação espacial. A forma encontrada pelo regime explicitamente racista sul-africano, para resistir às pressões internacionais, foi defender o “desenvolvimento separado” de brancos e africanos, com fundamentado nas diferenças culturais e não mais nas desigualdades biológicas raciais.

países de origem, em busca condições mais dignas de vida. Já os movimentos populacionais motivados pela fuga de guerra civil, genocídio, repressão e expulsão tinham um projeto ou um desejo de retorno seu lugar de origem.

A partir desse cenário, o otimismo em liquidar com o racismo na Europa foi sendo substituído pelo seu regresso, com uma nova roupagem. Diferentemente do desacreditado racismo com base biológica, os trabalhadores imigrados foram vítimas da inferiorização social, tendo seus costumes e hábitos desprezados e os seus atributos culturais, estereotipados. Como diz Wieviorka (2002b), foi uma “figura” diferente dentro das sociedades receptoras. Dessa forma, os imigrantes foram integrados socialmente de forma hierarquizada, por meio da exploração da sua mão-de-obra. Desse ponto de vista, o racismo não potencializou a exclusão, a expulsão ou a eliminação do Outro, mas uma forma de inclusão — principalmente, por meio do trabalho — hierarquizada e marginalizada.

Essa nova concepção concentrou sua explicação no diferencialismo cultural. Entretanto, não foi a única forma de compreensão do racismo contemporâneo. Michel Wieviorka (1995, 2002a, 2002b) e Alain Touraine (1995) defendem que o racismo de hoje assentou-se em duas formas de discriminação: a desigualdade e a diferença, sendo que a “desigualdade está estreitamente associada à argumentação biológica. (...) O tema da diferença, pelo contrário, é cultural...” (Touraine, 1995: 25).

Apesar de a segunda ser mais difundida e, mais utilizada como recurso para a compreensão do fenômeno, ambos os autores acreditam que existe, de fato, uma complementação dos dois princípios de discriminação. Assim, somente a combinação da desigualdade com a diferença produz o racismo, o que contraria a idéia de “racismo velado” apontado, por muitos intelectuais, como a grande e forte tendência, hoje, tanto na Europa Ocidental⁹ como no Brasil.

Os racistas destacam e protegem as diferenças para manter as desigualdades, fazendo disso uma estratégia dos grupos dominantes para afastar e não se misturarem, erguendo barreiras invisíveis e novas fronteiras para isolar o Outro. Para que houvesse demonstrações públicas de discriminação racial, foi necessário que seus vetores tivessem sentimentos de que o superior estava sendo ameaçado pelo inferior e/ou a pobreza estava ameaçando a riqueza.

⁹ Pesquisa realizada em quatro países da Europa Ocidental – Alemanha Ocidental, França, Holanda e Grã-Bretanha -, organizada por Pettigrew e Meertens (1995), a partir de inquéritos nacionais efetuados em 1988, mostra ainda a presença de um racismo direto, flagrante. Os dados apresentam também aqueles que se dizem igualitários. No entanto, a grande tendência é para o racismo velado, que “está ligado a uma forma particular de resistência à mudança e às modificações nas relações intergrupos nos quatro países estudados”. (1995: 128).

Apenas o reconhecimento das diferenças culturais ou do pluralismo cultural de uma determinada sociedade não produz racismo. Para que as diferenças se tornem ameaçadoras e perigosas,

é necessário que seja reintroduzida a idéia de desigualdade. É preciso que o povo rejeitado seja considerado ao mesmo tempo como ameaçador, logo, capaz de uma entrada conquistadora na modernidade, e biologicamente inferior. (...) O racismo desenvolve-se não contra os que são culturalmente mais diferentes da maioria, mas, pelo contrário, contra os que penetram mais profundamente numa sociedade e numa cultura. (Touraine, 1995, p. 28).

Nos países periféricos e semiperiféricos, houve adaptação do modelo ocidental de desenvolvimento, com lemas como progresso, evolução, modernização, individualismo, universalismo, tecnificação, americanização estão profundamente incorporados. (Ianni, 1993). Em tais sociedades, os grupos dominados historicamente, representado pelos índios e descendentes de africanos, tornaram-se obstáculos ao processo de ocidentalização ou modernização desejadas pelas elites culturais e sociais destes países.

O termo “étnico”, cada vez mais utilizado pelos acadêmicos, políticos e mídia, seria um termo mais apropriado na perspectiva do racismo cultural?

1.2 RACISMO OU ETNICISMO

Os termos “étnico” e “raça” são utilizados — de forma crescente nos últimos anos — e muito difundidos pelos meios de comunicação, políticos e meios científicos. Este último termo se tornou carregado de significações, associado, principalmente, às desigualdades raciais. A utilização indiscriminada do conceito pode representar uma espécie de confirmação da existência de raças, combatida por muitos antropólogos, desde a década de 1950.

O termo racismo está enraizado na sociedade, e também na sua mutabilidade conceitual, confundindo-se com outros conceitos como etnia e cultura, também construídos por antropólogos. Dessa forma, em princípio, raça, etnia e cultura não representariam diferenças conceituais.

A mais provável explicação para a igualdade entre raça, etnia e cultura e sua ligação com o fundamento biológico, pode estar na existência de uma “anglo-saxonização” em torno do debate sobre raças e racismo no Brasil e em Portugal.

Segundo Cabral (1998), sempre houve uma adaptação mal feita do contexto norte-americano — onde há polarização entre brancos e pretos como “categorias irreconciliáveis” — a outros contextos. A principal consequência dessa transposição de conceitos e categorias, absolutamente problemática, é a dificuldade no entendimento dos conflitos raciais existentes em cenários como Portugal e Brasil. Tal dificuldade favoreceu pessoas e grupos que defendiam a ausência de racismo nestes países, pois se baseavam nas prerrogativas conceituais existentes sobre raça e racismo nos EUA.

A influência dos meios de comunicação e da produção acadêmica norte-americana sobre a temática racial ainda é muito grande, e exercem papel fundamental nas globalizações desequilibradas (Souza, 2005; Hall, 1999), no sentido de dominação de alguns países de língua inglesa (EUA e Inglaterra), sobre o “resto” do mundo:

A imagem exagerada dos Estados Unidos, (re)produzida através da corrente dominante dos meios de comunicação globais, representa o contexto norte-americano da etnicidade e da diversidade cultural, como algo no qual se pressupõe que as distinções étnicas são cada vez mais nitidamente definidas e que a negritude é inescapável, porque existe uma tensão intrínseca entre o que é ‘branco’ e o que é ‘negro’. (Sansone, 2003, p. 18).

A história recente, do início do século passado, mostrou que o conceito de racismo norte-americano, em que Estados do sul apresentavam um regime abertamente racista, não pode ser adaptado ao contexto português e brasileiro. Nesses países, após a escravidão, não houve legalmente segregação racial, o que não impediu outros métodos e estratégias de segregação.

Com esta ressalva, mesmo não realizando a transposição e adaptação do conceito norte-americano de racismo aos contextos português e brasileiro, não descarto a utilização do termo “racismo”, para analisar comportamentos e atitudes de pessoas e grupos nestes países. Os comportamentos coletivistas, práticas religiosas, valores naturalizados e associados ao grupo dominado servem como pano de fundo para a hierarquização racial.

É quando diferenças que podiam de outro modo ser consideradas etno-culturais são tidas como inatas, indelévels ou imutáveis que se pode dizer que existe uma atitude ou uma ideologia racista. (Fredrickson, 2004, p. 14).

Assim, aqueles com pele escura foram historicamente estereotipados, explorados, oprimidos e desqualificados, dentro de um processo de manutenção do controle social e das relações desequilibradas de poder.

A associação de algumas características negativas à cor da pele é muito forte em Portugal e Brasil. Construiu-se o estigma de que um modo de vida é específico

desse grupo, por causa de sua pigmentação de pele. Isso fica muito evidente nas associações feitas nas relações cotidianas, em sociedades onde os africanos e seus descendentes serviram como trabalhadores escravizados e ainda hoje sofrem com os estigmas e a desqualificação social. Diversas análises teóricas e pesquisas qualitativas e quantitativas consideram a permanência e persistência do racismo em Portugal (Vala, 1999b) e no Brasil, (Telles 2003), nos dias de hoje.

Para Vala (1999a, 1999b), as novas formas de racismo, que têm como principal característica a sutileza, não podem ser percebidas, o que ocorre quando os atos e atitudes são abertos, diretos. A sutileza se desfaz nos relacionamentos cotidianos, corriqueiros, nos quais se constroem estereótipos, que são construções sociais de forte apelo emocional, que se reproduzem nos preconceitos de pessoas de um grupo em relação ao exogrupo. Assim, ampliam-se diferenças e reafirmam-se estereótipos, alimentando e/ou intensificando comportamentos discriminatórios. Segundo Cabral (1998), as condutas racistas são uma necessidade de preservação ou reforço da identidade do endogrupo — grupo ao qual se considera pertencente.

As experiências cotidianas nos apresentam os estereótipos e estigmas sobre os grupos dominados, nos meios de expressões, comentários aleatórios, piadas, pelos meios de comunicação, etc. Este fenômeno é mais perceptível em sociedades nas quais as discriminações são compreendidas e consideradas no imaginário social como inexistentes ou veladas. Isto faz com que os estereótipos sejam transmitidos e reproduzidos sem nenhuma espécie de reflexão por parte daqueles que estão verbalizando. É esse o aspecto emocional do fenômeno, pois, se houvesse ponderação, prudência ou sensatez, os vetores de tais estigmas poderiam cessar sua reprodução.

Os preconceitos ganham força e encontram nos estigmas as representações de que necessitam para julgamentos pré-concebidos sobre o exogrupo. A generalização de comportamentos, particularidades ou características de algumas pessoas para o restante do grupo acontece naturalmente, sem nenhum sentimento de culpa ou demonstração de que esteja cometendo uma atitude discriminatória e ignóbil. Aliás, essa é uma característica dos vetores de comportamentos discriminatórios: resistência à crítica (Wieviorka, 2002) e à autocrítica.

No Brasil e em Portugal há uma associação dos afro-portugueses e afro-brasileiros a um modo ou estilo de vida distante dos padrões normativos da sociedade brasileira e portuguesa (Vala, 1999b, Sertório 2001, Pires, 2003; Machado, 2001; Pimenta, 1998; Tella, 2000; Silva, 2004:).Essa associação, de modo geral, passa pelas formas de sociabilidade que se caracteriza pelo coletivismo, por práticas religiosas diferenciadas, pela qualidade e competência do seu trabalho, por

determinados estilos de músicas produzidos e consumidos e hábitos alimentares distintos. Em outras palavras, o modo de vida considerado característico destas populações sempre foi desqualificado e tratado de forma pejorativa. Tais práticas sociais preconceituosas e discriminatórias podem ser verificadas no cotidiano, mesmo que haja na sociedade o mito da inexistência do racismo.

O aspecto social também tem sua relevância. Em ambos os países, os descendentes de africanos ainda sofrem com o reflexo social do período de colonização e exploração, em centenas de anos do trabalho servil. Respeitando contextos distintos que marcam a recente história desses dois países — principalmente Portugal, devido às imigrações de africanos, na segunda metade do século passado — os descendentes de africanos de ambos os países estão concentrados nas áreas urbanas, habitando os bairros periféricos, e dificilmente ocupam lugares na vida pública — excetuando o esporte e a música. São os mais afetados pela evasão escolar, e estão, proporcionalmente, em menor número nas universidades (tanto no corpo discente como docente), entre os médicos, desembargadores, juizes, promotores públicos, são as maiores vítimas da violência policial, etc. Os problemas sociais associados ao estigma que os negros carregam, corroboram para uma relação cotidiana carregada de preconceitos e discriminações.

Como disse, a desqualificação social dos africanos e seus descendentes é um processo histórico, que teve início com o advento da modernidade.

1.3 MODERNIDADE E SUPREMACIA RACIAL

Meu intuito não é realizar um histórico da modernidade, nem listar as mudanças que ela provocou na sociedade europeia, mas apontar determinadas características, segundo alguns autores, que podem ajudar a explicar o racismo de hoje, tanto na sociedade portuguesa como na sociedade brasileira.

Muitos autores localizam o surgimento da modernidade na segunda metade do século XV, nos projetos de expansão ultramar, que iniciou o processo de internacionalização da economia, o que os contatos com outras sociedades, outras culturas e a descoberta de outros povos, colocando frente a frente o branco, na condição de colonizador e dominador, e o colonizado índio e africano, na condição de colonizado e dominado.

Para Giddens (1991), a modernidade proporcionou, por um lado, o desenvolvimento de instituições políticas, econômicas e sociais modernas e, por outro, possibilitou a sua expansão para quase todo o mundo, que gerou mais oportunidades para uma parte considerável da humanidade, satisfazendo as necessidades básicas e

criando outras, para também satisfazê-las. Esta multiplicidade de oportunidades nunca fora observada antes, em nenhum sistema pré-moderno.

O aparecimento, desenvolvimento e difusão das instituições modernas ocorrem no continente europeu. Duas instituições complexas, que caracterizaram a modernidade, o estado-nação e o modo de produção capitalista, são particularidades da história européia. A modernidade, portanto, foi um projeto ocidental que expandiu seus valores, sua forma de pensamento, seu modo e organização e divisão do trabalho, seu modo e organização da vida, para outras partes. (Giddens, p. 1991)

O racismo da era moderna, de acordo com Fredrickson (2004), se sustenta sobre dois pilares: o anti-semitismo e supremacia branca. Essas manifestações foram relatadas e localizadas na Europa ocidental no final da Idade Média e início da Moderna, particularmente na região da Península Ibérica — Espanha e Portugal. Antes desse período, havia manifestações de xenofobia, expressão criada pelos antigos gregos

para descrever um sentimento reflexivo de hostilidade para com o estranho ou o Outro. A xenofobia pode ser um ponto de partida sobre o qual o racismo se pode constituir, mas não é a coisa em si. Para compreender o surgimento do racismo ocidental no fim da Idade Média e no início do Período Moderno, é crucial uma distinção clara entre racismo e intolerância religiosa. O fanático religioso condena e persegue outros por aquilo em que eles acreditam, e não pelo que eles intrinsecamente são. (Fredrickson, 2004, p. 15).

Xenofobia é a repulsa ao outro, ao forasteiro, classificado em muitos lugares como bárbaros. O “fanático religioso” condena o Outro, segundo sua fé, e não pela essência do Outro. O racismo moderno utiliza desses instrumentos para a discriminação, no entanto, vai além, como veremos.

Anti-Semitismo

Segundo Fredrickson foi no século XIII que surgiram histórias e mitos, associando os judeus e suas práticas e rituais religiosos ao demônio e à bruxaria. Outro fato importante que exemplifica a perseguição aos judeus ocorreu em meados do século XIV, com a peste negra, quando milhares de judeus foram perseguidos, expulsos e mortos por cristãos, que acreditavam que as mortes ocorridas eram causadas por judeus, que colocavam veneno em poços de água para matar os cristãos.

Em decorrência da demonização e sua associação com a bruxaria, os judeus se tornaram excluídos do ideal de igualdade perante Deus contido no livro sagrado cristão, justificando a discriminação por razões religiosas. Segundo Fredrickson

(2004), a associação de judeus ao Diabo e à bruxaria originou de preconceitos jamais visto contra outros grupos pagãos em outros locais da Europa.

Foi no processo de conversão de judeus e mouros ao cristianismo, na Espanha, durante os séculos XV e XVI, que se constituiu de forma mais elaborada o racismo moderno. A conversão em massa foi o resultado da expansão e fortalecimento do cristianismo pela Europa, em decorrência de animosidades e da impossibilidade de convivência pacífica entre esses e os judeus e mouros, na Espanha do século XIV.

A intolerância para com os mouros e judeus aumentou. Legislações na Espanha apresentavam duas opções para os judeus ou mouros: conversão ou expatriação. Muitos optaram pela conversão. Fredrickson (2004) ressalta a dificuldade de assimilação dos cristãos novos (judeus convertidos) e mouriscos (muçulmanos convertidos). O número de convertidos chegou a atingir milhares de pessoas. Entretanto, mesmo no interior do processo de conversão, havia resistência dos cristãos, que acreditavam que os convertidos continuavam a preservar secretamente os costumes, hábitos, valores, rituais religiosos das suas antigas religiões. A conversão religiosa não acontecia de fato, mas funcionava como uma estratégia de sobrevivência nos locais de maioria cristã.

Dessa forma, mesmo após a conversão em massa, continuavam as perseguições aos cristãos novos e aos mouriscos.¹⁰, não apenas pelos populares. Alguns reinos decretaram leis persecutórias, inaugurando o elemento que seria o salto para o racismo moderno: a pureza de sangue. Devem-se à Espanha, portanto, as primeiras exigências legais da busca pela pureza sanguínea, e o cuidado com a ascendência dos indivíduos.

A conversão ao cristianismo não era suficiente para exercer funções administrativas para o Rei. Era fundamental que se verificasse a autenticidade do crente, a essência do cristão. Fredrickson (2004) relata que em Toledo, em 1449, houve o afastamento dos convertidos que serviam à realeza, em decorrência dos ataques violentos que estes sofreram pelos cristãos. Em decorrência desse fato, várias legislações locais foram aprovadas, buscando a legitimidade do cristão, defendendo a pureza sanguínea. Até mesmo a Igreja exigia certidões que comprovassem a pureza de sangue para admitir novos membros em suas ordens religiosas ou seculares.

Para ser um legítimo cristão-espanhol, no início da Era Moderna, era preciso comprovar ascendência cristã, o que aponta a aproximação ou mistura entre nacionalismo e religião, pois, só será espanhol, se for cristão legítimo. Assim, o que

¹⁰ Os mouriscos, que habitavam mais o campo e que ainda preservavam costumes mouros, foram perseguidos durante todo o século XVI, culminando com a expulsão da Espanha de todos os mouriscos.

fundamentou o surgimento do racismo da Era Moderna foi a intolerância religiosa, com pitadas de sentimentos nacionalistas.

A Igreja Católica teve um papel destacado no processo de intensificação das hostilidades dos seus fiéis contra outras religiões e os convertidos. A intolerância e a violência contra os convertidos não estavam apenas disseminadas entre os fiéis cristãos. Os Bispos espanhóis contribuíram de forma decisiva para a intensificação das hostilidades, em que uma das formas era tolerar a discriminação dos seus seguidores aos conversos. No entanto, a razão era outra, pois, se a conversão, por meio do batismo, era prática aceita pela Igreja com o objetivo de quitar pecados e alcançar o perdão, por que os eclesiásticos toleravam tal violência? Para Fredrickson (2004), havia a crença de que os convertidos preservavam sua religião em segredo, sendo, portanto, não convertidos. Tal fato demonstrava que, apesar de a Igreja acreditar na conversão de pagãos e infiéis, parte do clero não acreditava na sua eficiência no caso específico de judeus e mouros.

Supremacia Branca

Outra forma de racismo foi a supremacia branca. A negação e repulsa àquele de tez escura na Europa Ocidental já acontecia no final da Idade Média. No entanto, Fredrickson (2004) questiona a tese de que o encontro com uma pessoa de pele escura levaria necessariamente à aversão espontânea por parte do branco. Fredrickson (2004), ao questionar a aversão naturalizada à pessoa de pele escura, analisou a iconografia e a literatura que retratavam os africanos subsarianos, na qual eram representados de diversas formas, desde

monstruoso e horrendo até ao santo e heróico. Por um lado, os demônios eram, por vezes, representados como tendo peles escuras e o que parecia eram feições africanas, e os carrascos dos mártires eram freqüentemente retratados como sendo homens negros. A associação simbólica do negro com o mal e a morte, e do branco com a bondade e a pureza teve inquestionavelmente algum efeito em predispor as pessoas de pele clara contra os que tinham pigmentação mais escura. Mas o significado desta propensão cultural pode ser exagerado. Se o negro tinha sempre conotações desfavoráveis, por que é que muitas ordens de padres e de freiras se vestiam de negro em vez de branco ou outra cor qualquer? (Fredrickson, 2004, p. 28).

Para o autor a representação do africano

como um santo ou herói cristão foi admitidamente um fenômeno cultural relativamente superficial. Não servia de garantia para esperar que os europeus

fossem grandemente influenciados por ela quando entrassem em contato prolongado com os africanos, em condições que encorajassem outras atitudes. Serve, contudo, para enfraquecer o argumento segundo o qual os europeus eram fortemente preconceituosos contra os negros, antes do início do tráfico de escravos, tendo o racismo baseado na cor de pele precedido a escravidão. (Fredrickson, 30, p. 2004).

Esta repulsa ocorreu apenas em duas regiões da Europa Ocidental: Portugal e Espanha. Foram nesses países que primeiro ocorreu o intenso relacionamento com os africanos subsarianos, e nos quais eles já eram escravizados, desde a primeira metade do século XV. Em ambos países ibéricos, a forte presença moura tinha a prática secular de escravizar tanto africanos subsarianos como brancos europeus, fator importante para associação do africano subsariano com o trabalho escravo, pois a escravidão não tinha motivações raciais.

Mesmo entre os escravos dos mouros, os africanos subsarianos recebiam as tarefas mais humilhantes, desumanas, degradadas e desprezíveis.

Na Ibéria do Sul, os escravos mais visíveis dos senhores mouros de pele clara ou morena eram os africanos negros e era natural para os cristãos, assim como para os muçulmanos, começar a associar a ascendência africana subsariana com servidão vitalícia. Quando os navegadores portugueses adquiriram os seus próprios escravos em resultado de suas viagens ao longo da Costa da Guiné, a partir de meados do século XV, e os puseram à venda nas cidades portuárias da Ibéria cristã, a identificação da pele negra com o estatuto servil estava completa. Conseqüentemente, mesmo antes da descoberta da América, alguns cristãos ibéricos viam os negros mais provavelmente como destinados por Deus para serem cortadores de madeira e carregadores de água' do que como exemplares das virtudes cristãs. (Fredrickson, 2004, p. 32).

Os primeiros relatos da presença africana em Portugal remontam ao início dos anos 700. São populações berberes do Norte da África, denominadas pelos europeus da Idade Média de sarracenos ou mouros. Os berberes povoaram as Ilhas Canárias¹¹. Durante séculos, a presença moura influenciou em muitos aspectos a formação de Portugal, como na arquitetura e culinária — influências que ainda podem ser vistas em

¹¹ Antes de 700, a região da Europa ocidental que servia como a última barreira terrestre antes do Atlântico, a Península Ibérica, foi povoada por diversos outros povos e impérios. "Pelos anos 200 chegaram os romanos; pelos 400, os germanos e anglo-saxões; em fins de 500, os visigodos e arianos" (Tinhorão, 1988: 16). Os lusitanos, como são conhecidos hoje, segundo Tinhorão (1988), são os celtiberos, uma mistura de iberos com celtas, que já estariam nesta região antes dos romanos.

diversas regiões de Portugal. Mas a cultura e a religiosidade não cristãs foram, no decorrer dos séculos, combatidas pelo cristianismo.

O trabalho servil era há muito tempo realidade na região da península ibérica. Primeiro, com os conquistadores mouros e depois, os próprios mouros acabaram sendo escravizados pelos cristãos. Até então, a principal razão para transformar grupos de pessoas em escravos era determinada pela transformação dos guerreiros vencidos em trabalhadores servos e cativos dos vencedores. O trabalho servil na região também foi resultado das relações comerciais de portugueses e árabes com piratas, corsários e navegadores portugueses, espanhóis e italianos na África do Norte. Entre os produtos comercializados, estavam escravos, que eram comprados e vendidos, principalmente em cidades portuárias do sul da Espanha e de Portugal.

Foi por meio deste comércio que os portugueses entraram em contato mais intenso com a África subsariana. Tinhorão cita Magalhães Godino, em *Os descobrimentos e a economia Mundial*, no qual afirma que

escravos negros viviam no reino de Granada, e já se encontravam na Catalunha, em Aragão e em Maiorca desde o século XIII, aumentando consideravelmente o seu número nos dois séculos seguintes. (*in* Tinhorão, 1988, p. 46, nota 34).

Assim, o contato e convívio com o escravo com pele escura foi bastante anterior ao descobrimento das Américas e, conseqüentemente, do contato com os povos indígenas. Isto possibilitou que houvesse um processo de quase naturalizado dos espanhóis e portugueses, na associação da pele escura com “servidão voluntária” e “perpétua”.

Outro fato que veio corroborar com esta associação foram as levadas de africanos que chegaram aos portos de cidades do sul de Portugal e em Lisboa, resultado das investidas portuguesas na Costa da Guiné, ainda em meados do século XV, e das relações comerciais com mercadores mouros da região do Magrebe, o que reforça a visão “naturalizada” da condição servil dos africanos subsarianos. Fredrickson (2004) destaca a construção naturalizada da desigualdade sobre a representação do africano de pele escura na Espanha e em Portugal com o trabalho servil¹².

A disponibilidade do trabalhador servil africano fez com que a escravidão de outros europeus estivesse com os dias contados. Tal prática, já em declínio, estava

¹² Não se pode afirmar “até que ponto, nesses primeiros contatos com os mouros do Magrebe, a partir da tomada de Celta, e logo com as relações diretas que se estabeleceram com os povos de várias partes da costa de África, através da ação de corsários e navegadores, os ‘negros’ levados a Portugal como escravos fossem necessariamente negros africanos.” (Tinhorão, 1988: 49)

cada vez mais se tornando intolerável. O cristianismo sempre pregou a igualdade de todos diante dos olhos de Deus, e com a conversão em massa de pagãos, judeus e mouros, estava difícil encontrar povos para serem escravizados, com aprovação da fé cristã. A “descoberta” de africanos, portanto, pagãos, apesar da possibilidade da conversão, foi o desfecho para o fim da prática de escravizar outros povos europeus, e o início da “justificável” — tanto religiosa como legalmente — servidão de africanos.

Tinhorão (1988) observa a tentativa de isentar a família real portuguesa da responsabilidade direta dos ataques aos africanos ocidentais. A presença portuguesa na costa africana teria como objetivo a obtenção de informações topográficas e econômicas da região. Nas primeiras incursões portuguesas no continente africano, a coroa portuguesa encomendava crônicas, que seriam levadas ao Vaticano para convencer o alto clero das boas intenções missionárias dos navegadores, tentando provar que o objetivo era missionário, e não o tráfico humano. No entanto, segundo Tinhorão

o filhamento de naturais da terra não deixava de figurar como um segundo item da missão. (...) E é claro que esta parte ‘menos recomendada’ era exatamente a de maior interesse para os encarregados da missão, como ficava visível na oposição entre a anunciada perspectiva de ‘levar os primeiros cativos’ e a realidade da ‘carga de tão fraca mercadoria’, como era a de couro e de azeite. (1988, p. 51).

Esta ambigüidade em relação aos objetivos dos navegadores da coroa portuguesa em terras da África Ocidental terminou em meados do século XV. As bulas papais *Dum Diversus* e *Divino Amore Communiti*, em 1452, deram sentido de mercado às navegações,

O poder nobre-militar-burguês interessado na conquista de riquezas e de comércio no exterior ficava de uma vez por todas definida, em face dos naturais das terras descobertas: os portugueses seriam os senhores e os nativos os fornecedores de riqueza e mão-de-obra escrava, mesmo quando mantidas as aparências de trocas bilaterais baseadas no comércio normal. É que as bulas (...) de 1452, permitindo o direito de filhar pagãos e reduzi-los à escravidão, foram concebidos pelo papa Nicolau V em aceitação de argumentos dos portugueses que invocavam as despesas com as navegações, o que vinha conferir aos documentos o caráter de apoio da Igreja à implantação do moderno capitalismo, uma vez que, com eles, garantia a exploração tranqüila da mão-de-obra escrava em projetos da produção agrícola para exportação. (Tinhorão, 1988, p. 59).

Em anos seguintes, outras bulas vieram e, em poucos anos, o papa Calisto III, em 1456, tornou o Vaticano parceiro da coroa portuguesa, em seus saques nas regiões conquistadas ou conquistar, até às Índias¹³. Desta forma, a igreja autorizava o mercado do tráfico de escravos subsarianos, pois, diferentemente dos mouros e judeus, que foram declarados infiéis e perseguidos desde a Reconquista, expulsos ou convertidos ao cristianismo, os africanos de pele negra eram considerados idólatras ou pagãos, já que desconheciam o cristianismo e, portanto, não eram inimigos da fé.

Dentro desse cenário, espanhóis e portugueses iniciaram o contato com os povos nativos das Américas, com outra pigmentação, ainda desconhecida. Diferentemente dos mouros e judeus, fiéis a duas grandes religiões, os índios — assim como os africanos subsarianos — não representavam ou apresentavam nenhum tipo de intimidação à supremacia branca-cristão-européia.

Os nativos americanos, como os africanos subsarianos, eram puros, sem ascendência diabólica, podendo se tornar cristãos e ser iguais aos olhos de Deus. Então, como explicar a supremacia branca e escravidão dos povos africanos? Novamente a religião¹⁴ tem peso fundamental na construção da naturalização do africano como escravo perpétuo. A novidade eram as explicações associadas à cor da pele.¹⁵

Antes da chegada dos europeus às Américas, acreditava-se que a pele escura estava relacionada ao clima e ao sol escaldante. Mas, com a descoberta dos povos indígenas, principalmente da América Central e do Sul, cujo clima é semelhante ao da

¹³ Para leitura mais específica sobre as Bulas deste período, ver Tinhorão (1988, p. 59).

¹⁴ No aspecto legal, a Espanha autorizava a prática do trabalho escravo dos africanos, diferenciando-os como povos conquistados e para aqueles obtidos como mercadoria em áreas fora da jurisdição espanhola.

¹⁵ A explicação religiosa a qual motivava os portugueses a traficar e escravizar apenas os pagãos africanos pode ser encontrada numa passagem do Antigo Testamento, especificamente no mito de Cam, filho de Noé e pai de Canaã. em Gênesis 6, Deus anunciou o dilúvio, e no 7, Noé e sua família entraram na arca. No Gênesis 8 ocorreu a diminuição das águas do dilúvio e no 9 é pronunciada a aliança de Deus com Noé, bem como Noé pronuncia a bênção e maldição. A maldição aconteceu justamente no momento em que tudo estava na mais perfeita ordem terrena. Noé, sua mulher, seus três filhos e suas três noras se tornaram lavradores, cultivadores de parreiras.

Um dia, Noé se pôs nu dentro de sua tenda, devido à consciência alterada, reflexo de uma embriaguez. Cam, o filho caçula, viu a nudez do pai e saiu para contar para os outros irmãos. Andando de costas e desviando o olhar, para não se depararem com a nudez do pai, Sem e Jafé cobriram Noé. Este, agora aliado de Deus, amaldiçoou o filho mais moço de Cam, Canaã, a ser o servo “dos servos de seus irmãos” (Bíblia Sagrada, Antigo Testamento, Gênesis 10, 1993: 8) Esta “falta de respeito” do filho de Noé amaldiçoou Canaã e todos os seus descendentes, condenando-os a serem ‘os últimos dos escravos’. “Esta lenda tinha valor para os antigos hebreus pelo fato de justificar a conquista e subjugação dos cananeus. Por parte daqueles, mas entre os árabes medievais que importavam escravos do leste africano para o Médio Oriente, a ênfase passava de Canaã para Cam, que muitos acreditam ser o antepassado de todos os africanos, e o resultado físico da maldição foi o enegrecimento da pele. Os europeus medievais tinham concepções muito confusas sobre quem eram realmente os amaldiçoados. (Fredrickson, 2004, p. 42). Foi somente com a intensificação do contato e exploração dos navegadores portugueses com os povos da África Ocidental que os europeus começaram a religar a maldição do mito de Cam, como forma de explicar, de forma natural e divina, à escravidão africana ascendente e descendente. Foi a maneira encontrada pelos “empreendedores” portugueses da empresa marítima da coroa portuguesa para justificar a servidão dos africanos subsarianos, os únicos pagãos a serem submetidos a longa escravidão.

África, os povos apresentavam outra pigmentação epidérmica, o que fez tal hipótese perder força.

Não obstante as explicações divinas tivessem muito peso, questões econômicas também favoreceram a substituição do trabalho escravo indígena pelo africano. O emprego da população nativa nos campos de trabalho levou milhares de índios à morte, conseqüência da alteração do modelo de trabalho imposto, mas principalmente das doenças importadas do velho continente. Diante desse cenário que preocupava a metrópole, optou-se por trazer para a colônia trabalhadores escravos mais resistentes às doenças de origem européia, com força física suficiente para trabalhar na área rural e nas minas. Diferentemente dos índios, os africanos estavam

adaptados às exigências do processo produtivo agrícola ou pastorista e eram – ao que se pensava – excelentes trabalhadores. Espanhóis e portugueses (como aconteceria depois com os outros europeus) tinham má opinião das qualidades laborais dos ameríndios e consideravam que um africano poderia fazer o trabalho de quatro ou oito deles. (Marques, 2004, p. 44).

Assim, uma das razões principais encontrada por muitos europeus para fundamentar a escravidão dos africanos subsarianos e seus descendentes nas colônias do Novo Mundo e em território europeu e não escravizar outros povos também pagãos era “ver na cor negra uma maldição significando que os africanos tinham sido designados por Deus para serem uma raça de escravos”. (Fredrickson, 2004, p. 39).

A cor escura da pele escura se tornou um código visível de classificação social, que historicamente foi imposto pelo branco colonizador. Tal discriminação perdura até os nossos dias, mas, por meio de outros instrumentos, para o mesmo fim.

1.4 SUPREMACIA RACIAL E A CIÊNCIA

No final do século XVIII o racismo, fundamentado nas características físicas e biológicas herdadas, passou a ser difundido. Mas, no início do século XIX, o tráfico de africanos escravos começou a receber ataques de abolicionistas — intelectuais políticos e cristãos protestantes¹⁶ — tanto na Europa como nas Américas. Nesse

¹⁶ Uma nova leitura a Bíblia abordou, de forma diferenciada e crítica, as representações divinas que justificavam a escravidão. Paralelamente a esta leitura, muitos religiosos protestantes tiveram acesso aos relatos e diários de viajantes, que descreviam as atrocidades cometidas, desde a captura do africano como escravo, até as condições desumanas em que eram transportados pelos navios negreiros. As informações sensibilizaram muitos líderes religiosos como os *quakers* e John Wesley. Nas duas últimas décadas do século XVIII que surgiram os primeiros ataques à escravidão, com um fundo religioso. Ao contrário de redimir os africanos do pecado e salvar suas almas, a escravidão passou a ser encarada como o maior de todos os pecados dos países europeus, que a humanidade, por justiça divina, tinha que abolir. Com esses

período, a ciência procura explicar e justificar a superioridade dos brancos caucasóides sobre os não caucasóides, dos quais o africano foi o principal alvo (Telles, 2003).

O pensamento iluminista substituiu a explicação religiosa pela reflexão com base na observação empírica, influenciando as representações sobre a escravidão, dominante no mundo ocidental. A substituição do pensamento teológico pelo pensamento racional “coincidiu com a ascensão do domínio europeu sobre o resto do mundo”. (Giddens, 1991; 54) Havia uma dupla carência teórica: a falta de uma ideologia racista elaborada, que defendesse a exclusão ou a servidão de povos, e a falta de uma teoria ou ideologia que atacasse os fundamentos da escravidão.

O pensamento universalista e racional do Iluminismo e “os filósofos e os economistas liberais disseminaram idéias que tanto podiam servir para atacar como para defender as instituições escravistas” (Marques, 2004, p. 128). As Luzes proporcionaram “a criação e divulgação de uma perspectiva crítica do sistema escravista, mas, no geral, essa perspectiva crítica não desembocou numa atitude que exigisse a libertação imediata do escravo” (Marques, 2004. p 128). De acordo com Fredrickson, “o pensamento científico iluminista foi uma condição prévia para o crescimento do racismo moderno baseado em tipologia física” (2004, p 51). Naturalistas exaltavam os europeus como “perspicazes”, “inventivos” e “governados por leis” e desqualificavam e estigmatizavam os pretos como “manhosos”, “preguiçosos”, “negligentes” e “governados pelo capricho”. Alguns questionavam a origem comum da humanidade e garantia bíblica de que todos pertencem à mesma espécie.

Os cientistas europeus, no decorrer do século XIX utilizaram referências Iluministas de diversas maneiras, ao gosto da sua própria tendência ideológica. (Schwarcz, 1993).

O seu naturalismo fazia um racismo centrado na cor da pele e aparentemente baseado na ciência parecer razoável, preparando assim o palco para o determinismo biológico do século XIX. Mas, ao mesmo tempo, estabelecia na mente de alguns uma premissa de igualdade neste mundo e não somente no céu ou perante Deus, uma assunção iria questionar a justiça e racionalidade da escravatura dos negros e da colocação de judeus em guetos. O Iluminismo conseguiu assim dar uma nova projeção e energia ao conceito de raça, enquanto que, ao mesmo tempo, tornava possível discutir se o seu uso com base para uma classificação social e privilégio era justo e razoável. (Fredrickson, 2004: 58).

pressupostos, os *quakers* e outros protestantes desenvolveram diversas ações ideológicas e políticas junto aos governos, com o objetivo de abolir o tráfico e a escravidão.

O objetivo das teorias racistas do século XIX era explicar as desigualdades, a partir de observações empíricas e pesquisas científicas, sendo que foi no período da colonização e do desenvolvimento das nações e nacionalidades, que o racismo científico buscou consolidar-se. Para Wieviorka (2002a), o racismo científico construiu classificações raciais em duas direções: no contato das “raças” das regiões e países colonizados e entre os povos que habitavam as novas nações — gaulês, irlandês, judeu, inglês, francês, alemão, etc. A partir do século XVII o termo raça ou outro equivalente foram usados para identificar as nações ou os povos, com características invariáveis e fixas num determinado território.

No século XIX, segundo Schwarcz, o termo raça foi utilizado, pela literatura mais especializada, para indicar “heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (1993, p. 47), dando origem à teoria da desigualdade como elemento natural entre as diferentes raças, e que este determinava o comportamento social das pessoas. Para eles, as diferenças raciais existiam e faziam parte da natureza, portanto, eram imutáveis.

No decorrer do século XIX, surgiram duas teorias que tentavam interpretar unidade dos seres humanos. Os *monogenistas*, no início do século XIX, com um discurso etnológico, acreditavam e defendiam a origem comum da humanidade (Schwarcz, 1993), o que coincidia com a crença defendida pelos cristãos evangélicos que acreditavam que os seres humanos descendiam de Adão e Eva. As diferenças raciais dos seres humanos, segundo a visão monogenista, eram resultado de imperfeições ou perfeições no “paraíso terrestre”, o Éden, “sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução” (Schwarcz, 1993, p. 48). Assim, essa teoria “era compatível com a expansão imperial baseada na crença de que os europeus tinham embarcado numa ‘missão civilizadora’” (Fredrickson, 2004, p. 59).

Em meados do século XIX, os *poligenistas*, com discurso mais próximo da antropologia, apresentam teses racistas, nas quais ganha força a idéia de hierarquia racial, segundo a qual as raças diferenciadas pela cor da tez eram de espécies distintas e desiguais do gênero humano (Fredrickson, 2004). Os *poligenistas* utilizaram a biologia para a compreensão do comportamento dos grupos humanos, para defender a idéia das desigualdades. Dessa forma, a desigualdade entre as raças era imutável, resultado das leis da natureza.

A disputa entre os dois modelos teóricos foi diluída, no último terço do século XIX, com o surgimento da teoria que se tornaria o novo paradigma da época: o darwinismo. Darwin se tornaria referência obrigatória em pouco tempo. Diversas correntes teóricas de várias áreas do conhecimento científico utilizaram as teses de

Darwin, de acordo com seus interesses ideológicos. Na disputa entre as correntes ideológicas, o darwinismo racial deu o passo mais radical e mais convincente, conseguindo mais adeptos que os teóricos raciais poligenistas, na qual abordava e defendia a inferioridade inata dos africanos e seus descendentes.

Um das teorias que ganhou força no decorrer do século XIX foi a interpretação pessimista sobre o cruzamento das raças. Alguns defendiam que, no processo de miscigenação, não se transmitiam características adquiridas, pois as raças eram imutáveis; outros acreditavam que por meio da miscigenação, apenas as características, degenerativas, das raças inferiores seriam transmitidas.

A defesa do controle das raças inferiores e da raça pura desembocou nas pesquisas e nos projetos eugenistas, que propunham, entre outras coisas, políticas de Estado para controlar a reprodução das populações consideradas inferiores. A eugenia nasceu na Inglaterra como uma forma de abordagem biológica dos segmentos sociais e, em seguida, das raças. Os eugenistas acreditavam que poderiam controlar a transmissão de características hereditárias negativas.

Subsidiados por argumentações científicas, que buscavam neutralizar a capacidade reprodutiva das consideradas raças inferiores, políticas governamentais apresentam restrições à "imigração, proibição de casamentos inter-raciais, esterilização forçada dos indesejáveis, e, finalmente, a eutanásia de categorias inteiras de pessoas" (Fredrickson, 2004, p. 76) — alcoólatras, epiléticos, deficientes mentais, homossexuais, etc. Para os eugenistas, a mestiçagem era uma agressão à raça pura, porque acreditavam que as sociedades e culturas não se encontravam em estágios diferentes de evolução. Assim, as raças inferiores gozavam de uma inferioridade biológica, imutável e sem nenhuma possibilidade de refinamento, progresso, evolução ou transição para um estado de condição "superior".

A versão social do darwinismo supunha que as raças humanas também faziam parte de uma lógica natural, na qual as raças inferiores não acompanhariam a evolução das raças superiores, e por isso, não iriam sobreviver na 'luta pela existência'. A competição entre as nações era a forma de alcançar o progresso, e o mais apto ganharia a luta pela sobrevivência.

O clímax do imperialismo foi forçado tanto, se não mais, pela rivalidade de estatuto entre as nações ocidentais como pelo desejo de territórios específicos e dos recursos naturais humanos que continham. Mas a crença na superioridade dos brancos 'civilizados' sobre os povos 'bárbaros' ou 'selvagens' foi um fundamento lógico e essencial. (Fredrickson, 2004, p. 92).

Esta era a brecha adotada pelos países dominadores imperialistas para justificar a dominação de suas respectivas colônias.

O aparecimento da instituição estado-nação e do nacionalismo proporcionou ao racismo científico as classificações raciais numa terceira direção. O Estado, para sua fundamentação legal, teve que fixar populações em seu solo, opondo-se a todos os grupos ou populações nômades. A fundamentação legal do Estado, em sua essência, visava à construção e constituição de cidadãos com direitos e deveres iguais, dentro de um espaço fronteiriço. Este processo ocorreu principalmente em muitos países da Europa Ocidental, onde todos os cidadãos eram iguais perante o Estado, independente da sua origem étnica, sexual, social, etc.¹⁷

Não podemos deixar sem referência, o aspecto emocional e subjetivo na formação dos nacionalismos ou identidades nacionais, religiosas ou de pequenos grupos étnicos, dentro de nações, que se constituíram neste período. A consolidação da modernidade, em fins do século XVIII, incluiu referências ao progresso e à razão e, também ao emocional. O surgimento dos estados-nação e do nacionalismo colaboraram para com o desenvolvimento do racismo moderno com fundamentação científica.

No decorrer do século XIX, a ciência elaborou as primeiras teorias racistas, apesar da intensificação da pressão internacional contra o tráfico de escravos africanos. Portugal e Brasil se inserem nesse contexto como traficante e receptor de escravos, respectivamente. Correntes teóricas racistas influenciaram políticos e acadêmicos de ambos os países. O resgate histórico das teorias racistas em Portugal e no Brasil do século XIX, que perduraram até as primeiras décadas do século XX, evidencia o cenário no qual o Luso-Tropicalismo surgiu, em ambos os países.

1.5 GILBERTO FREYRE E O LUSO-TROPICALISMO

Alem da supremacia racial, o segundo pilar que caracteriza as relações raciais no Brasil e em Portugal, foi elaborada no final do primeiro terço do século XX: o luso-tropicalismo.

Ainda hoje, nos diferentes setores sociais e políticos das sociedades portuguesa e brasileira, é comum pensar numa especificidade das culturas e da nossa história colonial. A fácil miscigenação de portugueses e brasileiros brancos com índios e

¹⁷ A condição de desqualificação social dos nômades perdura até hoje, como os ciganos, que, em toda a história e em vários lugares, foram estereotipados, perseguidos, e vítimas de repressão e segregação. Em alguns momentos foram até convertidos em cidadãos, fixando-os em um território De acordo com Sertório (2001, p. 16), o nomadismo cigano em Portugal, em parte foi, forçado pela perseguição do Estado e da população majoritária. Até 1974, por exemplo, os ciganos não podiam permanecer mais de 24 horas no mesmo lugar).

africanos, o fato de muitos afro-portugueses residentes em Portugal serem cidadãos nacionais, e a incidência maior de casamentos inter-raciais no Brasil (Telles, 2003), se comparado com outros países, contribuíram e ainda contribuem para a idéia de que existe uma singularidade nas relações raciais de ambas as sociedades, sem preconceito racial. O fato é que este pensamento ainda é reflexo da força da ideológica do luso-tropicalismo.

Meu intuito é abordar a construção da ideologia luso-tropicalista, a partir daquele que a lapidou: Gilberto Freyre. Para isso, contextualizo o surgimento da ideologia, apresentando um panorama ideológico hegemônico em Portugal e no Brasil, a partir das teorias racistas elaboradas na segunda metade do século XIX.

A ideologia luso-tropicalista, que funcionou como ideologia quase oficial do Estado Novo português (1926-1974) e do Estado Novo (1930-1945) e Regime Militar (1964-1985) no Brasil, ainda que em momentos diferentes ambos os países adaptaram e a utilizaram, foi desenvolvida pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre. Vargas e Salazar queriam demonstrar ao mundo a essência cordial e democrática de seus países, quando se tratava de relações raciais.

Assim, a temática racial ganhou com o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre uma nova roupagem, com dimensão internacional. Gilberto Freyre recolocou a temática "raça" como tema central para Portugal e Brasil, e demonstrou que o processo de miscigenação no Brasil e nas colônias portuguesas na África e na Ásia era uma realidade, e o apontou como resultado do método português de colonizar, único e bem sucedido no mundo.

Além da miscigenação racial nos países de língua portuguesa ser enaltecida e glorificada pelo escritor¹⁸, a partir da década de 1930, Freyre se tornou referência contra as teorias racistas de base biológica, que, desde o século XIX, assombram partidos políticos, governos e universidades. A hibridação ou a mistura entre as raças, defendida pelo luso-tropicalismo como a maior riqueza que a colonização portuguesa produziu, era rejeitada pelas teorias raciais do século XIX, como veremos a seguir.

Para prosseguir na abordagem sobre a teoria luso-tropicalista e sua contribuição e reflexos no Brasil e em Portugal contemporâneos, gostaria de apresentar um breve cenário sobre as influências que as teorias raciais exerceram em ambos os países, no século XIX, e que ainda estão presentes no pensamento social de alguns setores das duas sociedades.

Portugal

¹⁸ Mesmo com o vasto currículo acadêmico na sociologia e antropologia e tendo lecionado nas principais universidades dos EUA e Europa, Gilberto Freyre gostava de ser denominado de escritor (Freyre, 1953).

Como no Brasil, também em Portugal se construiu a idéia de que a sociedade estaria protegida do fenômeno racismo, e que existia e existe grande capacidade de acolhimento de pessoas de outras nacionalidades, ou melhor, que se tratava de uma sociedade protegida também da xenofobia. No século XIX, não havia sincronia entre os projetos nacionais e raciais do Estado português e a ideologia das elites e as relações sociais cotidianas.

Com a independência do Brasil, conseqüentemente com perda substancial de fonte de riquezas, Sá de Bandeira defendeu o fim do tráfico e do trabalho servil como um dos grandes projetos para a constituição do novo Império de Portugal. Neste período, os colonos portugueses estavam estabelecidos apenas na parte litorânea africana, com a função de receber, negociar e enviar escravos às Américas.¹⁹ As colônias portuguesas na África eram apenas fornecedoras de mão-de-obra escrava às plantações das Américas, sendo que o tráfico era dominado, neste período, por negociantes estabelecidos nos portos brasileiros.

Segundo Alexandre (1999), Sá de Bandeira utilizava disposições constitucionais²⁰ para concluir que os habitantes das colônias portuguesas, na África, Ásia e Oceania, independente da cor da pele, religião e raça, tinham os mesmos direitos dos portugueses da Europa. No entanto, apesar do avanço no projeto abolicionista do Império português, Sá de Bandeira “defendia o exercício de uma tutela sobre grande parte dos indivíduos de raça negra, aos quais seriam concedidos de imediato os direitos civis, mas não os direitos políticos” (Alexandre, 1999, p. 134). Esta idéia de tutela política estava embasada evidentemente pelo pensamento do evolucionismo social, caracterizado por uma única linha de progresso, no qual a Europa Ocidental estava no final do novelo.

A resistência aos projetos abolicionistas e ao decreto de 10 de dezembro de 1836, proibindo o tráfico, foi muito grande, principalmente por parte dos traficantes de escravos que, aproveitando-se da ausência da ocupação territorial do Império português em terras africanas, dominavam a vida política e econômica das colônias. Na metrópole, com a ausência de discussões sobre projetos abolicionistas, temia-se a perda da soberania nacional nas colônias do continente africano. Juntando-se a isto, havia a visão ideológica de grande parte da elite política portuguesa que acreditava na inferioridade inata, biológica do africano, que não se adaptaria ou não teria capacidade de assimilação de sua nova condição.

¹⁹ O interior das colônias africanas se manteve sem a ocupação portuguesa, dominada por tribos e Impérios africanos.

²⁰ Os artigos da Carta Constitucional são: 145º, que consagravam a “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses e o 7º, que concedia cidadania portuguesa a quem tivesse nascido em Portugal ou seus domínios (Alexandre, 1999: 134).

A ideologia racista foi exposta pelas elites dominantes, por meio de artigos publicados pela imprensa portuguesa do período. Tais portugueses consideravam os africanos como uma "raça" que "estava irremediavelmente ferida por uma inferioridade inata: tratar-se-ia de uma 'população selvagem', 'essencialmente indolente', inclinada por natureza à embriaguez e ao roubo, que não conhecia nenhum dever social nem experimentava o 'sentimento do amor à família' ou o do 'amor do próximo'". (Alexandre, 1999, p. 135). Os críticos do abolicionismo se valiam destes argumentos para justificar e advogar favoravelmente ao tráfico e ao trabalho escravo, pois para eles escravidão seria a única maneira de salvar os escravos da barbárie e da morte, que dominavam o continente africano e à qual todos os seus habitantes estariam condenados.

No último terço do século XIX iniciou-se um movimento de alinhamento com o pensamento abolicionista europeu. Tal aproximação fez com que a ideologia pró-tráfico e trabalho escravo fosse minada. A inclinação de grande parte das elites políticas de Portugal era pela abolição do modelo de exploração das colônias africanas, o que culminou, em 29 de abril de 1875, na promulgação da lei que extinguiu, pelo menos em teoria (Alexandre, 1999), o trabalho escravo nas possessões territoriais africanas.

A perspectiva crítica sobre a escravidão seguia uma análise alicerçada em três pilares: "o crime e a consciência do leitor; seguidamente, suscitava a culpabilidade e o arrependimento; por fim, exigia a ação reparadora" (Marques, 1999, p. 40). Várias correntes protestantes fora de Portugal, em particular, os *quakers*, radicalizaram o discurso contra a escravidão, assentados em sentimentos religiosos e humanitários. Vários textos foram publicados por religiosos, viajantes e até ex-negreiros atacavam o tráfico e a escravidão. Muitos destes textos detalhavam as práticas desenvolvidas pelos traficantes, mal conhecidas na Europa. "A violência inerente ao sistema escravista era tamanha que, como os abolicionistas cedo perceberam, a simples exposição dos fatos podia constituir uma poderosa arma de contestação". (Marques, 1999, p. 42).

Além dos sentimentos religiosos e humanitários, havia interesses políticos e econômicos. No lugar do trabalho escravo, haveria o trabalho remunerado em toda a costa africana, como nas colônias. Os objetivos decorrentes da abolição do trabalho escravo eram muitos, como a melhoria da segurança pública nas colônias, aumento da produtividade agrícola e constituição de um mercado de consumo no continente africano. Em pouco tempo, a associação entre o fim do trabalho escravo e sua substituição pelo trabalho remunerado, com benefícios econômicos, tornou-se a principal bandeira dos abolicionistas.

Não deve esquecer-se que a mais evidente característica de muitos dos primeiros abolicionistas era o seu sucesso como fundadores e gestores de firmas que lideravam no setor mineiro e metalúrgico, que floresciam no comércio e nas indústrias, que investiam no têxtil, na banca, nos seguros, nos transportes. Ao mesmo tempo que personificavam a ética e a religiosidade protestantes, os *quakers* estavam na vanguarda da revolução industrial e corporizavam melhor do que qualquer outro grupo a nova mentalidade capitalista. (Marques, 2004, p. 130).

Nesse sentido, todos seriam beneficiados: os africanos e seus descendentes nas colônias ganhariam a liberdade e se transformariam em trabalhadores assalariados; os europeus lucrariam com maior produtividade. Diferentemente dos grupos e movimentos que defendiam a abolição, surgiram aqueles que, apesar de terem críticas à escravidão, ainda toleravam o trabalho servil, porque viam nessa instituição uma das estruturas da sociedade. Esse movimento de idéias foi chamado por Marques (1999; 2004) de toleracionismo.

O toleracionismo é repleto de paradoxos, e poderia ser considerado produto Iluminista, pois não fazia uma defesa ferrenha do fim da escravidão, nem de toda a desumanidade e crueldade que representava para os africanos e seus descendentes. Havia a reflexão crítica sobre a escravidão, mas a crítica não suportava a luta pelo seu fim imediato. Defenderam seu fim gradual, pois ainda enxergavam vantagens econômicas com o trabalho escravo.

Os toleracionistas tinham uma visão crítica das injustiças e crueldades do sistema escravista — este era o ponto que os distanciava dos escravistas —, mas os sustentavam por razões políticas e econômicas. Era comum os antiabolicionistas defenderem a manutenção da escravidão, utilizando-se dos argumentos e justificativas do toleracionismo. Isso mostra que o toleracionismo e escravismo estavam mais ligados do que pareciam, e se tratavam de correntes que se complementavam. A maior convergência dessas duas formas de pensar o sistema escravista era a manutenção, a curto e médio prazo, da estrutura da escravidão. Portugal foi durante quase todo o século XIX, diferentemente de outros países da Europa continental, o país que mais resistiu aos ideais abolicionistas e às imposições da Grã-Bretanha para o fim do tráfico de escravos.

Segundo Marques (1999), Portugal estava alheio ao pensamento abolicionista britânico desde finais do século XVIII até o início do século XIX. As raras exceções estavam na elite letrada portuguesa, que conhecia e tinha acesso ao pensamento Iluminista e seus ideais humanitários.

Assim, enquanto a Europa era invadida por ideais abolicionistas, Portugal se dividia entre aqueles advogavam em defesa da manutenção do tráfico e da escravidão, e aqueles que partiam do ponto de vista toleracionista. Uma explicação para a ausência do abolicionismo era a censura imposta às publicações estrangeiras pela Real Mesa Censória. Os livros só eram retirados quando uma livraria ou biblioteca requeria, de acordo com os interesses dos leitores, e a obra só era entregue depois de uma boa inspeção.

Mesmo com a censura, para Marques (1999), havia pouquíssimo interesse público pela literatura abolicionista, já que os livros mais requisitados eram dicionários, de medicina, militares, de gramática, matemática, nada que questionasse o sistema escravocrata que sustentava o Império português.

Recorde-se que os textos abolicionistas mais específicos, para além de serem explicitamente conotados com idéias sediciosas e jacobinas, eram em grande parte, e mesmo em França, obra de autores protestantes; e que a leitura dos protestantes, não sendo inteiramente proibida, se reservava a homens doutos e considerados imunes aos perigos ideológicos que tais autores carregavam. (Marques, 1999: 58).

Além da Mesa Censória, outro obstáculo que poderia explicar a ausência de circulação de idéias abolicionistas foi a falta de disposição da imprensa, que relutava em publicar artigos e textos que atacassem ou criticassem o sistema escravista, com receio da censura ou repressão estatal. Não publicava sequer relatos de viajantes, descrevendo as atrocidades do tráfico e do sistema escravista, matéria-prima para os primeiros abolicionistas britânicos e suas reflexões críticas sobre a escravidão.

Assim, em círculos letrados e populares, reinava o silêncio, a omissão ou a ignorância de tudo que envolvia o sistema de escravidão. "O problema da escravatura era, na sua perspectiva, um assunto controverso e sobre o qual conviria guardar mais silêncio do que falar" (Marques, 1999, p. 87). O receio de falar e a omissão dos fatos eram tão grandes que serviam de instrumentos de resistência a possíveis ataques abolicionistas, fazendo com que em Portugal não existissem defensores públicos do pensamento abolicionista.

Ao mesmo tempo em que os discursos e movimentos contra a escravidão se avolumam, as teorias científicas racistas ganharam força entre setores das elites políticas, econômicas e acadêmicas, no decorrer do século XIX. Portugal se encontrava sob forte influência dessas teorias, na qual ditaram as formas de relacionamento com as colônias africanas.

As condições dos povos africanos não faziam parte das conversas cotidianas da população portuguesa. Tanto por questões humanas, como por pressões internacionais, Portugal adotou algumas políticas na direção à abolição do tráfico e do trabalho escravo, como, também, em projetos de integração territorial. No entanto, quando o tema dos povos autóctones africanos era debatido, eram enaltecidas as diferenças raciais, como a inferioridade, a incapacidade mental e a essencialização do africano, que demonstrava a inalterabilidade biológica dos mesmos, que poderiam até adotar valores da civilização europeia, mas nunca deixariam de ser africanos.

Brasil

Ao enaltecer o cruzamento de três raças — africano, índio, branco —, Gilberto Freyre, retoma uma questão já bastante discutida pela elite intelectual e política do Brasil: o mestiço. Freyre aborda o polêmico tema da mestiçagem o colocando como tema central das questões sociais no Brasil, atacando os estereótipos e imagens negativas que a mistura de raças representava para os primeiros teóricos sociais do país. Portanto, antes de discutir a defesa que Freyre realizou sobre o mestiço como exótico e representante da raça brasileira, gostaria de fazer uma breve abordagem sobre as cenas do pensamento social brasileiro pré Gilberto Freyre.

A temática racial começou a fazer parte da preocupação da elite intelectual e política brasileira já no início do século XIX com a antropologia física, mas seu auge se deu no período decadente da escravidão, a partir de meados do século XIX.

Para grande parte das elites acadêmicas do Brasil, que estavam em processo de formação, a elevada presença de pessoas com a tez escura, como também os visíveis traços culturais africanos na constituição da população, tornaram-se, juntamente com a questão da mestiçagem, o grande problema para a consagração do Brasil como nação e o grande empecilho para a evolução da sociedade brasileira em direção ao modelo de civilização europeia. Portanto, foi no período final da escravidão, com o fim do tráfico negreiro, em 1850, e a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que a questão racial e os estudos sobre a raça se tornaram o tema central para as elites intelectual, política e econômica.

Setores importantes das elites demonstravam inquietações e desesperança quanto ao futuro da nação²¹, devido à presença de raças inferiores e da misturas destas raças com o branco. No Brasil, temia-se que o processo de miscigenação produzisse uma “gente degenerada” que condenaria o novo país ao subdesenvolvimento perpétuo. As teorias científicas que abordavam as desigualdades

²¹ Schwarcz (1993) aponta a dimensão da presença afro-descendente no Brasil: Em 1798, a população de escravos representava 48,7% do total e, em 1872 (um ano após a Lei do Ventre Livre), representava 15,2%. No entanto a população afro-descendente já alcançava números preocupantes para os intelectuais e políticos, chegando a maioria da população, 55%, conforme o censo demográfico de 1890.

raciais estavam subjulgadas às ciências biológica e criminal. Na área criminal, estava dividida entre dois campos: os médicos legistas e o direito criminal, que incluía os primeiros advogados e juristas formados pelas duas primeiras faculdades de direito do país, em Olinda (depois se transferiu para Recife) e São Paulo.

O campo da eugenia também produziu estudos que tinham o interesse de apropriação do conhecimento sobre hereditariedade, para o controle da seleção na reprodução humana, partindo da premissa de que o africano e o índio eram raças inferiores, e o mestiço seria degenerado. Segundo Schwarcz (1993), foi neste último terço do século XIX que dataram as primeiras discussões sobre a substituição da mão-de-obra escrava por trabalhadores europeus.

A forte presença física e cultural africana no Brasil — sem paralelo em outro país ou colônia —, fez com que a imagem do país (principalmente construída por viajantes estrangeiros, mesmo antes do fim da escravidão em 1888) era “caso único e singular de extrema miscigenação racial” (Schwarcz, 1993, p. 11), com interpretações misturando “desdém e fascínio” (Sansone, 2004, p. 94) pelo cruzamento entre as raças. A miscigenação passou a ser considerada, por teorias raciais européias, como a principal razão do atraso ou maior obstáculo para a viabilidade civilizacional. Assim, o determinismo racial elaborado na Europa, e expressado por meio das teorias raciais, influenciou grande parte das primeiras gerações das elites intelectuais brasileiras.

Ainda que houvesse influências das teorias raciais no Brasil, foram várias as adaptações realizadas para o cenário brasileiro, o que impossibilitou a existência de uma teoria hegemônica, mas não impediu o surgimento de uma ideologia dominante. Apesar da convivência de várias abordagens teóricas sobre raça, todos desejavam a construção de uma raça singularmente brasileira, com base em dois grandes modelos, o liberalismo e racismo. O liberalismo pensava em como incorporar à sociedade e oferecer mais responsabilidade aos indivíduos, dentre eles os afro-brasileiros.

Assim, muitas foram as teorias que surgiram para explicar as diferenças, as desigualdades entre as sociedades e os comportamentos dos seres humanos. As teorias raciais foram algumas dentre as muitas construídas para este fim. O desejo e o interesse de parte da elite política e parte da recente elite intelectual do Brasil em tornar o país moderno e civilizado fez com que as teses racistas conquistassem muitos adeptos. As teorias racistas que influenciaram a formação intelectual brasileira, no último terço do século XIX, eram as mesmas em que os impérios coloniais europeus se baseavam para justificar a manutenção do domínio das regiões colonizadas e para sustentar diferenças sociais e hierarquia racial, no decorrer do mesmo século.

Apesar da aparente contradição na adoção de teorias que estavam a serviço das metrópoles, políticos nacionais estavam mais interessados em fundamentar a superioridade e a manutenção do status do branco sobre os afro-brasileiros e mestiços.

Mas como importar e utilizar teorias raciais que colocava mestiços entre os “inviáveis”? Segundo Schwarcz, (1993), não houve importação integral e literal dessas teorias, mas a tradução de textos pré-selecionados do exterior que interessavam diretamente na elaboração e definição de “povo”, raça e nação, que justificassem a hierarquia natural das raças e legitimasse a condição de inferioridade dos afro-brasileiros e mestiços. Dessa forma, tentavam desconsiderar abordagens referentes a impossibilidade de países mestiços como o Brasil, chegarem à modernidade, à civilização.

A miscigenação apresentava um dilema e por isso os eugenistas e outros intelectuais brasileiros vacilaram em suas conclusões sobre os mulatos. Nitidamente, os mulatos eram distintos dos negros e dos índios de sangue puro e muitas vezes havia uma opinião ‘otimista’ de que eles se assemelhavam aos brancos. (Telles, 2003, p. 44).

Como diz Telles (2003), a sociedade brasileira já era bastante miscigenada e seria difícil a segregação dos mestiços e afro-brasileiros, pois já havia, naquela época, membros do governo, parlamentares, intelectuais e escritores mestiços influentes, o que dificultaria qualquer ação contra o hibridismo.

Certamente estes membros mulatos da elite tinham vidas bastante privilegiadas e eram tratados como brancos, mas suas origens raciais não estavam totalmente esquecidas. Apesar de muitas vezes conseguirem fugir ao estigma da raça, em virtude da flexibilidade do sistema brasileiro, muitos ainda sofriam por terem origem africana. (Telles, 2003, p. 44).

Diversas teorias davam sustentação científica aos primeiros intelectuais brasileiros, como a monogênese, a poligênese, o darwinismo na sua versão social, o evolucionismo social, o positivismo, a eugenia, não obstante algumas delas já estivessem desacreditadas na Europa. Grande parte dos “homens da ciência” brasileira conseguiu aproximar a teoria do darwinismo social, que se baseava em teses poligenistas, com o modelo evolucionista e monogenista (Schwarcz, 1993, p. 65). Apesar desta combinação, houve cientistas que adotaram teses eugenistas, que conflitavam com outras teses próximas do evolucionismo.

Assim, no processo de evolução da sociedade brasileira, defendida por grande parte da elite acadêmica e por políticos, os traços físicos e os elementos culturais de origem africana teriam que desaparecer. “As cidades brasileiras tinham que parecer ‘européias’, mesmo que a expectativa média de vida fosse frequentemente pior que a da África” (Sansone, 2004, p 95).

Schwarcz (1993) concluiu, em sua pesquisa sobre a influência das teorias raciais na formação das primeiras instituições de medicina, de direito, dos institutos históricos e dos museus, no Brasil, que cientistas das duas primeiras universidades de medicina do País — em Salvador e no Rio de Janeiro — defenderam a eugenia como estratégia de eliminar raças inferiores. A autora relata que cientistas, ainda no final da década de 1920, defendiam que a mestiçagem significava a degeneração da raça e propunham projetos eugênicos no Brasil:

Habitados a liderar amplos programas higiênicos e campanhas de vacinação compulsória, pretendiam os médicos cariocas agora, com a implantação de medidas eugênicas, encontrar uma forma de continuísmo em seu projeto de inserção social. Tratava-se de mais uma modalidade de controle, sendo que neste caso, estava em questão a possibilidade de prever a futura geração do país e de eliminar a degenerência não desejável (Schwarcz, 1993, p 236).

Nas primeiras faculdades de Direito do País — Olinda e São Paulo —, Schwarcz constatou divergências na abordagem da viabilidade de um país mestiço. Olinda acreditava na possibilidade de “modelar”, de acordo com os padrões modernos e civilizados, os mestiços. Já em São Paulo, a proposta era de um Estado mais liberal, para todos, sem distinção de raças. No entanto, apesar de um discurso mais moderado que os cientistas da faculdade de medicina, ambas as faculdades tinham fortes influências evolucionistas e, com menos intensidade, de teorias eugenistas.

Os modelos teóricos racistas ficavam evidentes nas propostas de intervenção eugenistas formuladas por alguns juristas²², que propunham a resistência à imigração de mão-de-obra asiática e africana. Em São Paulo, defendia-se a entrada de mão-de-obra apenas da Europa ocidental e de algumas partes dos EUA e Canadá, entendendo que os africanos e os asiáticos não tinham muitas qualificações que justificassem a permissão para a sua entrada.

Com algumas divergências, estava evidente nas quatro instituições acadêmicas — tanto de Medicina como no Direito — o desejo de modernização. Entendia-se que o

²² Lillian Schwarcz (1993) fez pesquisas em revistas de faculdades de Direito e de Medicina publicadas entre 1870 e 1930.

Brasil teria que obrigatoriamente passar por um processo de europeização, por meio do branqueamento da população nacional. Dentre as diversas teses apresentadas sobre os problemas das raças inferiores e da hibridação, e as hipóteses apresentadas para solucionar o problema, havia o “otimismo” de que, em poucas gerações os traços físicos e todos os elementos culturais de matriz africana, desapareceriam.²³

Para um projeto que propunha fazer do Brasil um país branco, moderno, católico, europeizado, tinha-se que construir um passado adequado, compatível e coerente ao Brasil desejado pelos evolucionistas. Esta foi a tarefa, segundo Schwarcz (1993), dos Institutos Históricos e Geográficos, fundados no Brasil, após a Independência, em 1822. Os novos dirigentes do Império Brasileiro estavam preocupados em construir e consolidar um passado com glórias e vitórias, para que a população se identificasse e defendesse a história da nação. A setores destacados da elite política estava preocupada em elaborar e recriar uma memória “oficial”, organizada, ordenada, singular. Para Pollack (1992), o termo “memória oficial”, significa o enquadramento da memória, padronização da história. Esta era uma das funções dos Institutos Históricos e Geográficos criado no Brasil.

Tal processo permitiu construir uma história idealizada, sem resistência, preconceitos, harmônica, sem derramamento de sangue, abafando revoltas e conflitos. O poder “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos...” (Balandier, 1982, p. 7). As produções imaginárias tomaram forma, materializaram-se nas instituições e nas práticas, ao mesmo tempo, foram tratadas em proveito da ordem social e do poder que a guardou. A história oficializada foi constituída por acontecimentos, regras e valores, muitas vezes inventados — na acepção empregada por Hobsbawn, quando discute “tradição inventada”:

Entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o

²³ Para isso, corroboraram políticas governistas higienistas, as “obras de remodelação”, e a repressão aos batuques e rituais religiosos de matriz africana, tal como a obrigatoriedade dos terreiros de candomblé tinham de se registrar na polícia – prática abolida somente na década de 1940 (Sansone, 2004: 96). Um exemplo de proibição aos rituais de matriz africana foi a desapropriação, por razões de reformas de vias urbanas, da igreja, do cemitério e de moradias de famílias afro-brasileiras, da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, perto do chamado triângulo financeiro – das ruas Direita, XV de Novembro e São Bento -, no início do século XX. Nessa área havia comemorações, festas, batuques e encontros religiosos dos afro-brasileiros. O poder público da época ofereceu uma nova área para a construção da igreja, no Largo do Paissandu, mas com uma importante ressalva, a proibição dos batuques, de encontros, reuniões e festas dos afro-descendentes: “Desapareceu tudo o que lembrava o negro. As habitações, o cemitério, a igreja e também o nome da praça, o último vestígio negro que restava no centro da cidade” (Oliveira, 2002, p. 71).

que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (Hobsbawn, 1997, p. 9).

A recriação da história se dá por interpretações do passado que se quer selecionar, preservar e legitimar, para o fortalecimento da coesão do grupo. Segundo Pollack,

a memória integra tentativas mais ou menos de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais e culturais entre coletividades de tamanhos diferentes como: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. (1989, p. 9).

Os institutos cumpriam o seu importante papel na formação da nação, ao apresentar marcos históricos de sua criação, por brancos cristãos, o que assegurava um futuro promissor e coerente com a história do Brasil, acreditando que os traços físicos da população e a influência cultural de matriz africana, desapareceriam num futuro próximo. Dessa forma, ficava evidente que a elaboração de um projeto nacional estava associada a uma discussão de um projeto racial.

Para muitos cientistas que formavam a nova elite intelectual do país, e para grande parte da elite política, as teorias racistas estavam corretas ao defender a inferioridade do africano, de seus descendentes e dos mestiços. No entanto, devido ao expressivo processo de misturas de raças no Brasil, mesmo sendo encarado por muitos como hierarquicamente inferior, o híbrido degenerativo poderia ser superado com a entrada de imigrantes europeus e, em poucas décadas, os afro-brasileiros e sua cultura estariam extintos da sociedade brasileira.

Com base em sua interpretação de eugenia e sua sensibilidade às teorias de degeneração racial e tropical, os acadêmicos brasileiros propuseram a solução do 'branqueamento', através da mescla de brancos e não-brancos. A partir da taxa mais alta de fecundidade entre os brancos e da crença de que os genes brancos eram dominantes, estes eugenistas concluíram que a mistura de raças eliminaria a população negra e conduziria, gradualmente, a uma população brasileira completamente branca. (Telles, 2003, p 45).

Branquear a população era de fundamental importância para o Estado brasileiro, que, em parceria com fazendeiros do café, recrutava mão-de-obra europeia para substituir os afro-brasileiros recém libertos. O processo de miscigenação, portanto, seria uma etapa do projeto de branqueamento da população brasileira.

A expansão das plantações de café para as fazendas à oeste da província paulista coincidiu com a decadência do trabalho escravo, reflexo das legislações da proibição do tráfico e do *Ventre Livre*. Para suprir a demanda de mão-de-obra no campo, os fazendeiros compraram trabalhadores escravos de províncias vizinhas, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. No entanto, além dos custos financeiros dessa operação não serem mais compensatórios, as recorrentes fugas dos trabalhadores escravos e a pressão dos grupos abolicionistas assustaram os cafeicultores. Assim, o fator econômico auxiliou no processo de imigração de trabalhadores livres da Europa Ocidental, em substituição ao trabalho servil dos afro-brasileiros.

A outra alternativa encontrada foi importar mão-de-obra livre e branca. Parecia ser a saída perfeita para dois problemas que assolavam o grupo dominante: os custos elevados do trabalho escravo, o excesso de mestiços e afro-brasileiros na composição da população brasileira. Dessa forma, o processo de branquear a população brasileira poderia ser iniciado.

Por pressão dos cafeicultores que tinham absoluto domínio da máquina política do Estado – e do país – o governo passou a ter uma política ativa, subsidiando a importação do imigrante europeu em larga escala. Em 1881, o governo começou a pagar a metade dos custos de transporte, da Europa até as fazendas; em 1884, reembolsou integralmente os fazendeiros pelo pagamento que faziam das passagens e, em 1885, três anos antes da abolição, passou a subsidiar diretamente o custo de transporte dos imigrantes. (Rolnik, 1997, p 38).

Embora a miscigenação já houvesse aparecido com uma abordagem diferente, com menos preconceito, foi com a publicação de *Casa Grande & Senzala* em 1933, de Gilberto Freyre, que a hibridação deixou de ser vista de forma pejorativa, passando a ser interessante como modelo de convivência harmoniosa entre as raças, principal característica e maior símbolo da população brasileira. Foram as teses apresentadas por Freyre que foram contra as teorias e ideologias racistas elaboradas no século XIX, e que influenciaram diversos intelectuais em todo mundo.

1.6 A IDEOLOGIA LUSO-TROPICALISTA

Apesar do reconhecimento por parte dos governos do Brasil e Portugal de problemas em relação à questão racial, a presença da ideologia luso-tropicalista ainda é forte em ambos os países. Um exemplo foram as festividades para comemorar a data do descobrimento do Brasil, em que autoridades brasileiras (Haufbauer, 2000) e

portuguesas enalteceram a presença dos índios, africanos e portugueses, como raças fundadoras da nação. Além de ressaltarem as relações harmoniosas, comemoraram o bem sucedido processo de miscigenação.

A teoria de Gilberto Freyre foi bem recebida por setores políticos e acadêmicos, no início da década de 1930, tanto em Portugal como no Brasil. A vocação singular de se misturar e se adaptar do português, herdada pelo brasileiro fez com que Freyre construísse um modelo teórico em que o Brasil seria uma nova civilização tropical, resultado do modelo de colonização e, sobretudo, da tolerância racial lusitana. Assim, nas sociedades portuguesa e brasileira, não haveria racismo, pois brancos e descendentes de africanos estariam acostumados a conviver no mesmo espaço.

O sucesso do método de colonização portuguesa foi creditado, segundo Freyre, há muitos aspectos que caracterizam o português, mais vantajosos em relação a outros povos europeus, também colonizadores. Dessa forma, o método lusitano possibilitou, segundo Freyre, um cenário de tolerância entre as raças, desde as colônias na Ásia, passando pela África e chegando ao Brasil. Desta forma, esta parte do texto terá a preocupação de apresentar as bases do luso-tropicalismo, essencial para o entendimento das relações raciais em Portugal e no Brasil.

No ano de publicação de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, o cenário internacional passava por intensos conflitos raciais em diversos países. A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, a segregação racial no Sul dos EUA são exemplos, entre outros, das tensões raciais no mundo. As teorias raciais e eugenistas ganharam força em países economicamente desenvolvidos, na primeira metade do século XX. Em meio a esse contexto, Freyre apresenta um modelo de civilização tropical bem sucedido, que se destacava pela convivência cordial entre as raças: o Brasil, transformando sua imagem de país condenado e degenerado em país do futuro e da esperança.

O resultado das investigações de Freyre sobre relações raciais no Brasil²⁴ contrasta com a situação racial no mundo, reflexo do ambiente favorável a convivência e troca de elementos que se caracterizou pela assimilação cultural dos africanos e índios pelo português. Sendo que o português era mais adiantado e receptivo aos elementos culturais de índios e africanos, num ambiente que beirava a harmonia entre o dominador e o dominado.

²⁴ Freyre concentrou seus estudos na região Nordeste do Brasil. O autor "caracterizou a vasta família patriarcal dos latifúndios escravistas dos séculos XVI e XVII como um caldeirão de mistura inter-racial que harmonizou diferenças e diluiu conflitos, possibilitando uma assimilação extraordinária e criando, assim, um novo 'povo brasileiro'". (Telles, 2003, p. 50). Ao contrário de Florestan Fernandes, que concentrou sua análise na região sudeste: "as pessoas das regiões Sul e Sudeste do Brasil mantinham a noção de que os brasileiros verdadeiros eram predominantemente brancos e valorizavam o fato de serem parte de uma nação européia e não-mestiça. Como destino preferencial da imigração em massa européia, São Paulo transformou-se num mosaico étnico e os negros passaram a ser uma minoria estigmatizada". (Telles, 2003, p. 21).

O contraste observado por Gilberto Freyre entre o Brasil e principalmente os EUA surgiu no período que o escritor morou e estudou no país da América do Norte. Freyre se graduou no Texas, na Universidade de Baylor, numa região — Waco — com explícitos conflitos raciais, e posteriormente se pós-graduou em Nova York, na Universidade de Columbia. Após a conclusão do curso de pós-graduação, tornou-se professor convidado das Universidades de Indiana e Stanford. Durante sua estada nos EUA, Gilberto Freyre fez diversas viagens aos Estados do Sul, região do país com intensa segregação racial, o que explicaria sua tese, pelo menos em parte, da cordialidade e ausência de tensões raciais no Brasil. (Telles, 2003), já que o autor tomou as relações raciais nos EUA, como referência.

Discípulo do antropólogo alemão, radicado nos EUA, Franz Boas, Freyre teve acesso à sua teoria anti-racista, a qual rompia com a explicação biológica das ideologias racistas, defendendo que as diferenças raciais são culturais e sociais. Boas atacava os evolucionistas e o seu método comparativo, propondo investigações históricas para comparar e descobrir as origens das características culturais de cada sociedade. O antropólogo entendia que era necessário analisar os elementos socioculturais, uma vez que cada cultura possui sua forma de evolução, de acordo com a singularidade histórica de cada cultura. Boas introduziu a idéia de multilinearidade em oposição ao evolucionismo linear.

Durante a Segunda Guerra Mundial, no Brasil, e no pós Guerra, em Portugal, os governos de ambos os países procuraram demonstrar a inexistência de indícios de preconceito racial. A maneira encontrada foi retirar da legislação qualquer evidência de discriminação contra a cor da pele e contra os elementos culturais de matriz africana. Assim, as idéias de Gilberto Freyre foram apropriadas para sustentar as políticas governamentais do Brasil e Portugal, o que culminou com o convite²⁵ prontamente aceito pelo escritor, para viajar pelas colônias portuguesas na África e Ásia.

O próprio Freyre deu o seu aval ao aproveitamento político que em Portugal se fazia das suas teses, aceitando, em 1951, o convite do governo de Lisboa para visitar as 'províncias ultramar' e caucionando depois, no essencial, as posições portuguesas nos livros *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. (Vala, 1999b, p. 143).

²⁵ Em seu livro "Um brasileiro em terras portuguesas" (1953), Freyre reafirma em diversos momentos que só aceitou o convite feito pelo governo de Salazar porque este garantiu total independência a sua investigação. Para se defender dos críticos, o escritor/antropólogo/sociólogo lembra que recebeu também um convite enviado pelo seu amigo, o escritor Jorge Amado, para fazer um trabalho semelhante proposto pelo governo português, mas para viajar por terras chinesas e soviéticas.

Na era Vargas o futebol e o carnaval se tornaram símbolos da capacidade do “povo brasileiro” e exemplos de convivência cordial entre as raças. Sendo assim, o ambiente político e cultural do Brasil, era absolutamente propício para a defesa das relações raciais harmoniosas, que transformava o país num modelo singular no mundo.

Além disso, o popular *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, foi um benefício a mais, proporcionando a Vargas uma noção alternativa de raça e nação que incluía as massas e poderia substituir a ideologia da supremacia branca do branqueamento. (Telles, 2003, p 55).

Coincidentemente, a partir da década de 1930, o projeto de branqueamento começou a ser desacreditado. Os imigrantes não mais representavam esperança de modernização, mas preocupação às elites políticas e econômicas com os movimentos sindicais anarquistas que os imigrantes espanhóis e italianos organizavam. A chegada de novos imigrantes oriundos de outras partes começava a incomodar os defensores da miscigenação do povo brasileiro.

Na cidade de São Paulo, o poder público temia pela guetização dos novos grupos de imigrantes, fato que até aquele momento não ocorrera. Os espanhóis, portugueses e italianos estavam espalhados por toda a cidade, convivendo com trabalhadores nacionais, entre eles, os afro-brasileiros em bairros como, o Bexiga, Barra Funda, Lapa, Ipiranga, Bom Retiro, Luz. Assim, a guetização, até então, não fazia parte da lista de problemas no poder público.

O cenário mudou com a chegada de três grupos nacionais à cidade, a partir da década de 1920: os sírio-libaneses, os japoneses e os judeus. Os primeiros chegaram ao Brasil, no interior paulista, no último quarto do século XIX, para posteriormente migrar para São Paulo e se concentrar na região das ruas 25 de março, Cantareira e Avenida do Estado. Os japoneses se concentraram no bairro da Liberdade, os judeus no Bom Retiro, esse último, em decorrência do aumento da população imigrada, durante a Segunda Guerra Mundial. Os três grupos tinham características que os levaram à guetização, como por exemplo, a coesão de suas comunidades e o casamento endogâmico.

A imigração destes novos grupos recolocava o problema da questão racial em pauta para as elites intelectual e política brasileira, porque o novo cenário que se apresentava contrário ao projeto ideológico de miscigenar e integrar a população e a cultura dos povos que viviam em São Paulo. A miscigenação ganhou nova imagem e

tudo que poderia colocar em risco o projeto de povo e de nação foi alvo de interferência administrativa do Estado Novo pelos seus interventores estaduais.²⁶

O luso-tropicalismo inverteu estigmatização, e defendia que somente em áreas tropicais ou próximas dos trópicos poderiam se desenvolver relações inter-raciais harmoniosas, que iriam refletir na ausência e percepção de desigualdades entre as raças, diferentemente dos outros países, nas palavras de Freyre, gélidos e arrogantes colonizadores.

A ideologia luso-tropicalista ganhou maior elaboração e projeção internacional no início da década de 1950, quando o Estado Novo português se apropriou das idéias de Freyre, para demonstrar a singularidade do relacionamento de Portugal e dos portugueses com as suas colônias na África com o objetivo de justificar e sustentar o seu domínio.

O convite feito pelo ministro do Ultramar do Estado Novo de Salazar, o comandante Sarmento Rodrigues, a Freyre, para demonstrar e enaltecer o método português de colonização e assimilação representou, segundo o editorial do jornal *O Século*²⁷, a “expressão de uma nova política portuguesa do nosso problema imperial”. Entre o final de 1951 e início de 1952, Freyre viajou por terras de Portugal e suas possessões na África e Ásia, em Goa, Bombaim, Coimbra, Lisboa, Luanda, Porto, Algarve, Alentejo, São Vicente, Santiago, Beira, São Tomé e na comunidade sino-portuguesa de Manica Sofala.

A nova política portuguesa para os territórios do Ultramar, que envolvia o olhar literário e científico de Freyre, visava resgatar e enaltecer a contribuição fundamental de Portugal e seus descendentes na formação da cultura luso-tropicalista, e o papel que esta cultura pôde oferecer à humanidade, em oposição aos regimes abertamente racistas, como o fascismo, nazismo, segregacionismo do Sul dos EUA e o apartheid da África do Sul:

Para as defrontar, são precisos os argumentos científicos, históricos, sentimentais e simplesmente humanos, que o eminente lusólogo (Gilberto Freyre) condensou nas suas luminosas conferências, as quais os portugueses, mesmo os que se sentem vexados com os exageros do caravelismo, deveriam ler e meditar.²⁸

²⁶ Um dos fatos mais famosos foi a transferência das áreas de meretrício da cidade para algumas ruas que terminavam na linha do trem, do bairro do Bom Retiro, em 1940, por determinação do interventor federal Adhemar de Barros (Rolnik, 1997). Esta foi uma evidente estratégia de processo de estigmatização do grupo dominante (Elias 2000), de construir uma imagem estereotipada de promiscuidade do bairro, onde havia predominância dos imigrantes judeus.

²⁷ Editorial reproduzido em livro de Gilberto Freyre (1953A: 407), do jornal *O Século*, de Lisboa, de 27 de novembro de 1951.

²⁸ Reportagem publicada em 10 de outubro de 1951, no jornal *Primeiro de Janeiro*, da cidade do Porto (Freyre, 1953a: 412).

O interesse do Estado Novo salazarista era mudar o eixo das políticas do Ultramar e evidenciar a imagem que o próprio português tinha do processo de expansão e colonização.

Este é um dos paradoxos do luso-tropicalismo: ao mesmo tempo em que servia como contraponto às teorias racistas elaboradas no século XIX e aos regimes abertamente racistas, servia ao Estado autoritário português como estratégia para manter sob domínio suas colônias africanas. O luso-tropicalismo demonstrava os “bons” relacionamentos e as “boas” intenções do Estado Novo de Salazar, os quais Gilberto Freyre batizou de “política pan-social de colonização”. Ao contrário de outros países colonizadores, Portugal tinha como tradição a troca plurilateral com as populações autóctones da África, em seus vários aspectos: político, econômico, religioso, administrativo, cultural, etc. (Freyre: 1953b, p. 254).

Dentre os países europeus ocidentais imperialistas, Portugal, segundo Freyre, foi o único país a construir relações sociais, étnicas e cordiais entre os portugueses — invasores — e os escravos — os invadidos —, diferenciando-se do ambiente hostil que caracterizava os ingleses, franceses e holandeses. O comportamento flexível dos colonizadores portugueses possibilitou uma integração política, econômica e cultural com os nativos da África e no Brasil.

Sua integração na nova cultura que se esboça na África pela ação da presença, não de simples ‘lançados’ mas de portugueses agora sistematicamente organizados para a obra da lusitanização de terras há muito tempo pertencentes a Portugal, é uma integração que deve processar-se lentamente. Sem violências policiais contra os indígenas: futuros portugueses, e sob alguns aspectos já portugueses; e não vagos e estranhos ‘negros’ ou ‘bárbaros’, que é o que enxergam neles muitos dos seus dominadores ingleses, belgas, holandeses. (Freyre, 1953b, p. 254).

A particularidade do “povo” português se originou no próprio processo de hibridação pelo qual passou Portugal, influenciado por outras culturas, processo que não ocorreu em outras nações da Europa. Para Freyre, o português não é um europeu na essência, mas um povo mestiço, devido à dominação e presença, por vários séculos, dos mouros na península Ibérica, e do contato com os judeus.

O português não é, castiçamente, nem europeu nem imperial. À sua qualidade de europeu juntou-se de início sua condição de povo arabizado, israelitizado,

orientalizado, predispondo-o a aventuras de amor. (Freyre, 1953^a, p. 26).

A singularidade do português decorreu, portanto, segundo Freyre, das influências culturais de outros povos e do fato de ser uma nação cristã, que defendeu e levou sua fé para outras terras, flexível e aberto a outras formas de comportamentos.

Para Freyre, a cordialidade, como expressão da cultura portuguesa, foi herdada do relacionamento com os mouros, que tinham facilidade e vantagem na expansão do islamismo. O autor, baseado nos cronistas da época, reproduziu, com encantamento, a potencialidade do português de assimilar o africano, "elemento exótico na cultura cristã e na família ou na sociedade portuguesa". (Freyre, 1953, p. 32).

Ao apresentar o método árabe, Freyre recuperou reuniões de trabalho com Boas, nos quais este destaca a influência árabe na cultura lusitana, contrastando as investidas bem sucedidas dos árabes e o fracasso de outros países europeus, cujo sucesso árabe na África se deveu ao seu método, que consistiu em técnicas de assimilação "de gente exótica e ancilar" (Freyre, 1953a, p. 37), com o objetivo de recuperação e aumento populacional, conservando e expandindo sua cultura.

Há no Islamismo alguma coisa de socialmente plástico, de culturalmente sem ossos, de fácil de adaptar-se a culturas e naturezas mais tropicais que a árabe; e essa plasticidade social parece facilitar o triunfo, entre povos animistas africanos, de um monoteísmo mais severo que o cristão. (Freyre, 1953b, p. 271).

Para o autor, mesmo sem consciência, os portugueses, desde o início do contato com os africanos subsarianos — primeira metade do século XV — adotaram o método árabe. Freyre estava convencido da singularidade portuguesa como grupo dominante, no trato com os africanos, trabalhadores cativos, enquanto grupo dominado.

Ao utilizar o método árabe, mesmo de forma inconsciente, o português estaria pronto, do ponto de vista das relações, para a colonização e o processo de assimilação e expansão do poder real e do cristianismo. O maometano, segundo Freyre, influenciou o português no trato com os africanos, pela mistura social e matrimonial, eliminadora de qualquer conotação hierárquica ou dominação imperial, mas missionários de uma religião e uma cultura promissoras e "socialmente mais atraentes ou mais futuras que as das culturas nativas em estado de desintegração ou

decomposição” (Freyre, 1953b, p. 272). A igualdade no relacionamento entre portugueses e os africanos não era um procedimento habitual em outros impérios europeus, mesmo quando os africanos eram cristianizados. Assim, a expansão da cultura portuguesa e do cristianismo pareciam estar asseguradas no processo de colonização.

Freyre apresenta mais um dos seus paradoxos, que muito influenciou o pensamento social das sociedades portuguesas e brasileiras: ao mesmo tempo em que ele acreditava na igualdade entre as relações de grupos dominantes e dominados, ele alimentou a hierarquização social e cultural, quando disse, sem detalhes ou argumentos reflexivos, que as culturas de povos africanos estão em decomposição e desintegração.

Apesar dos portugueses serem árdios defensores da fé e dos valores cristãos, um elemento cultural árabe influenciou os portugueses: a poligamia. Freyre considera a poligamia — elemento cultural herdado do relacionamento com os árabes — como fundamental na expansão colonial, do ponto de vista de assimilação e conservação da cultura européia em terras americanas. A influência da cultural árabe, segundo o autor foi a forma mais eficiente, mais rápida e de tal amplitude para a expansão do catolicismo que, sob a ortodoxia católica, no qual a monogamia é norma, não seria possível. Entre os árabes, a mulher só podia se casar com outro árabe, mas entre os homens, a poligamia era permitida, inclusive o casamento com mulheres de sociedades conquistadas. Para Freyre, o elemento fundamental no processo de assimilação da cultura árabe, foi a certeza de que os filhos dos casamentos exógamos se tornariam árabes, independente da etnia, religião, condição social da mãe, tão legítimos como se fossem de mãe árabe.

Os filhos mestiços, legítimos árabes, podiam ter ascensão social dentro do seu grupo, sem relação de inferioridade com os filhos não mestiços: “O que fosse biológico ou étnico, a pureza de raça ou de sangue, eram considerações secundárias à margem desse sistema de expansão cultural, religiosa, lingüística” (Freyre, 1953a, p. 41). Segundo o autor, os exemplos árabes permitiram aos portugueses empreendimentos coloniais com a tarefa de “civilizar” o “exótico”. Os filhos mestiços de pais portugueses e de mães africanas ou americanas teriam *status* de igualdade, como um português legítimo. Este fato explica, segundo Freyre, o sentimento de simpatia expressado por africanos e índios, contrastando com o ódio manifestado aos outros europeus. O luso-tropicalismo contribuiu para a imagem valorizada do mestiço, resultado do contato “harmônico” entre os diferentes povos.

A singularidade “aventureira” portuguesa foi enriquecida, segundo o autor, pela tendência portuguesa do gosto pela “melanização — gosto por muito tempo

desdenhado pelo europeu albino” (Freyre, 1953a, p. 63), sendo esta mais uma influência árabe. A preocupação árabe com a fé deixa em segundo plano qualquer referência à pureza de sangue, desconsiderando, assim, preocupações com a aparência física do grupo. O português mais uma vez foi influenciado pelo árabe²⁹, segundo Freyre, ao substituir noções etnocêntricas, por comportamentos “cristocêntricos” nos trópicos. Tal comportamento demonstrou o contraste do português com o “europeu albino”, caracterizado por comportamentos etnocêntricos e endogâmicos.

A “cordialidade”, “doçura” e “flexibilidade” do português na relação (de dominação com o dominado africano escravizado), teve origem nos dois pilares que sustentam o método árabe: a forma de lidar com o escravo e a poligamia. Para Freyre, foram estes dois elementos árabes que levaram os portugueses a assimilarem, de forma eficiente, africanos e índios, incentivados pelo Estado e abençoado pela Igreja.

A partir da abordagem luso-tropicalista de Gilberto Freyre, a tolerância e a miscigenação cultural ganhou *status* de principal característica do povo brasileiro e o principal legado de Portugal. Para Freyre e os defensores do luso-tropicalismo, as desigualdades raciais que persistiam nessas sociedades eram produto do período da escravidão e desapareceriam com o tempo. Também acreditava que os preconceitos se existiam, tinham fundamentos nas diferenças sociais e não raciais.

A tolerância e a miscigenação estavam presentes em muitos discursos proferidos por Freyre, em conferências — desde o início de sua viagem pelas terras portuguesas na África e na Ásia — ou em cartas a colegas de outros países. Freyre apresentava o Brasil como modelo de colonização³⁰ a ser observado por outros países (1953b) e como o país continuador dos portugueses (1953a: 126), uma colônia que efetivamente assimilou o que seria genuíno do português: relacionar-se com o diferente sem impor qualquer tipo de hierarquia social e cultural.

Freyre rompeu com as teorias racistas, que colocavam o africano e os miscigenados como inferior moral e fisicamente. Lapidou a ideologia luso-tropical que foi apropriada pelo Estado, mas que também avalizou campanhas governamentais que tinham como objetivo “limpar” vestígios de hierarquias sociais com base na cor da pele, tanto nas terras portuguesas na África, como no Brasil.

²⁹ Neste aspecto, segundo Freyre, o árabe contrasta com o judeu, este último, caracteriza-se pelo etnocentrismo. “Nela o motivo religioso vem sendo posto a serviço da mística de conservação de uma raça ‘messiânica’, ‘pura’, ou ‘superior’.” (Freyre, 1953, p. 63). Aqui, Freyre, além de glamourizar a singularidade portuguesa em relação aos outros europeus, também o faz com árabes em relação aos judeus.

³⁰ Freyre transcreve parte de uma carta que escreveu a um amigo (anônimo), em que coloca que a colonização da Guiné deve ser como a colonização do Brasil, “um processo português de assimilação de valores tropicais e não a pura exploração desses valores” (1953b, p. 277).

O meu interesse em apresentar o contexto no qual surgiu o luso-tropicalismo é tentar compreender a força dessa ideologia no imaginário das sociedades brasileira e portuguesa, procurar entender que a aceitação dos elementos do luso-tropicalismo já se encontravam entre nós, mas que Freyre os lapidou de forma surpreendente e eficaz.

A apropriação dos conceitos luso-tropicalistas pelos governos português e brasileiro, durante décadas, e sua aceitação nos meios de comunicação, partidos políticos e parte dos acadêmicos, fez com que perdurasse, até os nossos dias, uma maneira particular de se relacionar, encarar e de entender o racismo no Brasil e em Portugal. Mas a sua sobrevida nessas duas sociedades decorreu da sua força em diversos segmentos, nos quais a condição racial sempre se confundiu com a condição social, tornando a primeira uma variável, se não inexistente, pelo menos secundária.

Para Freyre, o Brasil é um continuador de Portugal. Entretanto, entendo que o Brasil não foi um continuador do modelo de tolerância e miscigenação defendido pelo autor, mas sim da herança herdada de um modelo das relações de poder baseadas no controle social e na dominação dos africanos e seus descendentes e a hierarquização social e racial. O modelo português de colonização e de relação está alicerçado na produção e reprodução de estigmas e no controle sobre afro-portugueses e afro-brasileiros. Paralelo a inferiorização dos afro-brasileiros e afro-portugueses, alguns setores da sociedade negam qualquer desigualdade racial, exaltando a tolerância, a miscigenação das pessoas e a interpenetração dos elementos culturais.

Não é difícil encontrar, em ambas as sociedades, exemplos cotidianos que demonstrem ausência de discriminação racial nas relações sociais. Exemplos de amizade, sociedades empresariais e de casamentos inter-raciais podem ser observados. Tais exemplos podem subsidiar e tornar quase invisível a permanência de discursos e condutas individuais ou de grupos, que se baseiam na estigmatização do Outro. No entanto, em ambas as sociedades podem ser fartamente encontrados exemplos de discriminação, preconceito e estigmatização nas relações cotidianas, o que reproduz um processo que vem de longo tempo: a desqualificação social.

Dessa forma, Freyre contribuiu para a noção de que no Brasil e em Portugal não existe preconceito racial. As relações sociais nesses países, principalmente no Brasil, são freqüentemente citadas como modelo de boa convivência. A influência de Freyre é forte ainda hoje, e facilmente reproduzido e detectado em diversos setores de ambas as sociedades, transformando o preconceito racial em problema ou ofensa individual, ou seja, um problema de mau humor daquele que ofende. Dessa forma, a conduta racista deixa de ser um fenômeno social, que desqualifica e estigmatiza o afro-brasileiro e afro-português. O ideal luso-tropical influencia a percepção de

racismo entre os jovens entrevistados dos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes, já que a noção de cordialidade e a predisposição para a mistura de raças são muito fortes.

Resumindo, as relações raciais, tanto no Brasil como em Portugal, estão alicerçadas em dois pilares, que ainda podem ser observadas nos dias de hoje: primeiro na crença na superioridade racial — também no seu sentido biológico —, hegemônico entre a metade do século XIX e meados do século XX, em ambos os países; e o segundo, o luso-tropicalismo. Estes dois pilares singularizaram as relações raciais em Portugal e no Brasil, pois estão absolutamente inseridos e enraizados nas relações cotidianas em ambas as sociedades.

CAPÍTULO 2

OS AFRO-PORTUGUESES EM LISBOA

O presente capítulo tem o intuito de focar o bairro 6 de Maio, na cidade de Amadora. A partir de um raio-X sobre o bairro, realizo breve histórico de três processos: o fluxo migratório de cabo-verdianos para Portugal; a dinâmica urbana lisboeta que contribuiu para a formação dos bairros periféricos degradados; e a histórica presença dos cabo-verdiana e dos afro-portugueses em Lisboa, que se intensificou a partir da onda imigração, em meados da década de 1960.

2.1 6 DE MAIO

O bairro 6 de Maio está localizado em Amadora, cidade que faz parte da Área Metropolitana de Lisboa Norte, ao lado do bairro de Benfica, na cidade de Lisboa, e na fronteira dos bairros de Venda Nova e Damaia, em Amadora.

Ainda freguesia da cidade de Oeiras, em decorrência do desenvolvimento econômico na região de Lisboa, a, a partir de 1950, até finais da década de 1960, Amadora recebeu pessoas de várias partes de Portugal à procura de trabalho, principalmente na construção civil e na indústria. Nesses anos ocorreu uma migração interna em Portugal, em que portugueses brancos do interior do país se deslocaram para Lisboa e cidades vizinhas. A maioria era analfabeta, sem nenhuma qualificação profissional. O grande deslocamento de migrantes refletiu no surgimento das primeiras habitações clandestinas e degradadas.

Amadora, agora cidade, se tornou o maior espaço-dormitório para quem trabalhava em Lisboa, e local de maior concentração de residências clandestinas da Europa: "O desenvolvimento urbanístico dos anos sessenta e setenta é a causa e efeito do aumento demográfico e, por essa razão, começaram a proliferar os bairros clandestinos e degradados" (Da Silva, 2003.p. 22). Em consequência da redemocratização de 25 de abril de 1974, Amadora se tornou em setembro 1979, município independente, o primeiro pós 1974. Hoje, Amadora possui 172 872 habitantes, numa área de 24 quilômetros quadrados e densidade populacional de 7750 habitantes por quilômetro quadrado.

Por volta de meados da década de 1960, em decorrência do aumento de vagas no mercado de trabalho em Lisboa e do déficit habitacional, surgem nas cidades vizinhas da capital portuguesa, as cidades-dormitório que abrigam portugueses desalojados por condições sociais e os recém chegados imigrantes africanos. A primeira

onda de imigração estrangeira teve como principal e única protagonista os cabo-verdianos, no início da década de 1960.

Os cabo-verdianos encontraram em Amadora terrenos, particulares e públicos, de que se apropriaram clandestinamente. Importante ressaltar que antes da chegada dos imigrantes cabo-verdianos, Amadora já se tornara uma zona de bairros clandestinos, entre eles o bairro 6 de Maio, já ocupado por famílias de ciganos, que se retiraram com a chegada maciça dos cabo-verdianos.

Esse bairro começou (6 de Maio), porque os primeiros habitantes deste bairro eram umas poucas famílias de ciganos, nos anos 60. Depois foram chegando os cabo-verdianos, grandes levas de cabo-verdianos, que a grande maioria vieram de São Tomé e Príncipe, pois a grande afluência de cabo-verdianos foram esses anos 60 e 70, porque Portugal necessitava muito de mão-de-obra. Então, aproveitaram essa oportunidade e, com a chegada dos cabo-verdianos, as famílias ciganas foram embora, porque também eram poucas.(...) Tudo era construções em madeira com cobertura de chapas, muito precárias mesmo. Não existia água, esgoto, energia, nada. (Coordenadora do Centro Social 6 de Maio).

As primeiras habitações construídas pelas famílias imigradas tinham o intuito de aproveitar todos os espaços disponibilizados pelo terreno ocupado. Os bairros fundados pelos cabo-verdianos foram Estrela D'África, Fontainhas e, o maior deles, o bairro 6 de Maio. Segundo a irmã dominicana Maria Vitória, uma das coordenadoras do Centro Social 6 de Maio, os bairros foram criados de acordo com a origem das famílias nas ilhas de Cabo Verde. Assim, o bairro Estrela D'África foi ocupado pelas famílias que saíram da ilha de Santo Antão e os moradores que constituíram a população que fundou o bairro 6 de Maio eram provenientes da ilha de Santiago.

O nome dado ao bairro, segundo a irmã dominicana, que ajudou a formar a associação de moradores e o Centro Social 6 de Maio, era uma referência ao dia da assembleia das famílias que elegeu uma comissão de moradores do bairro, no início da década de 1980.

Sim, isto já seria no ano de 80 ou 81, a mais antiga era Fontainhas, que a princípio era tudo, já havia famílias aqui, então, era uma única organização. Mas, depois, estas pessoas, porque normalmente também elas se agrupam por ilhas (a Estrela D'África é da ilha de Santo Antão, ali você não vai encontrar ninguém de Santiago) aqui as pessoas são da ilha de Santiago. Então eles queriam ter aqui sua comissão de moradores, efetivamente como o bairro crescia cada vez mais, era necessário existir outra comissão de moradores. (Irmã Maria Vitória, coordenadora do Centro Social 6 de Maio).

Apesar da predominância de cabo-verdianos e de seus descendentes provenientes da ilha de Santiago no bairro 6 de Maio, há também pessoas e famílias de outros países, como Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Mauritânia, Zaire, Senegal e, alguns imigrantes recém-chegados dos países do leste europeu, como também alguns ciganos, contrariando uma imagem socialmente construída de parte significativa da sociedade portuguesa de que os bairros degradados são guetos de acordo com raça e nacionalidade e socialmente homogêneos.

De acordo com Oliveira (2003), a maior parte dos moradores do bairro 6 de Maio são homens, com maior número de pessoas sem escolaridade, 48,1% analfabetas.³¹ O índice de desemprego é elevado, com a menor parte dos empregados em postos permanentes, mesmo assim com situação contratual muito precária. A construção civil, empregos domésticos e limpeza pública são os principais destinos dos trabalhadores, reflexo da falta de qualificação profissional e pela condição de ilegalidade de muitos dentro do país.

Entre os países africanos, Cabo Verde é o país de origem de mais imigrantes em direção a Portugal. De acordo com o Plano Diretor Municipal de Amadora, de 1991, Cabo Verde estava à frente de Angola e Moçambique, "constituindo a Amadora o município da Área Metropolitana de Lisboa onde esta comunidade é mais representativa". (Da Silva, 2003, p. 23).

O bairro 6 de Maio, junto com Fontainhas e Estrela D'África, tem uma população de 11084, segundo o censo de 2001³². É reconhecida pela Câmara (prefeitura) de Amadora "como uma das mais desfavorecidas do concelho (município), pelo seu fraco valor de rendimento, baixo nível de escolaridade" (Oliveira, 2003, p. 28), com precárias redes de eletricidade, água e instalações sanitárias. O Plano de Atividades do Centro Social do Bairro 6 de Maio de 2002 reafirma a falta de infra-estrutura nos três bairros, os mais degradados da região, devido aos problemas sociais ali decorrentes (Oliveira, 2002).

Com o trabalho comunitário dos moradores e apoio do Centro Social 6 de Maio, no decorrer da década de 1980, as casas de madeira foram sendo substituídas por casas de alvenaria. A associação dos moradores, junto com o Centro Social Bairro 6 de Maio, reivindicaram e conquistaram melhorias na infra-estrutura do bairro, como rede de esgoto, iluminação e água. Mesmo com essas melhorias, o bairro ainda apresenta

³¹ Dados retirados, por Oliveira (2002), de dois relatórios: do departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, em colaboração com a Cáritas Diocesana de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa (2002), coordenado por Fernando Marques da Costa.

³² Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001 – Resultados Preliminares – Lisboa e Vale do Tejo (Oliveira 2002).

muitos problemas, como a disposição das casas em ruelas labirínticas. Assim, mesmo com as mudanças, as casas de alvenaria continuaram coladas umas as outras, com acesso por corredores estreitos, escuros, muitas vezes com esgoto a céu aberto e lixo doméstico espalhado pelas ruelas. As ruelas, que separam as casas, quase não se pode ver a luz do sol, sendo algumas delas, totalmente escuras, mesmo durante o dia, em decorrência dos moradores construírem cômodos no primeiro andar, ligando com a casa do outro lado da ruela, constituindo túneis escuros, que impedem a entrada da luz do sol.

Um olhar de fora aponta que os bairros Estrela D'África, Fontainha e 6 de Maio parecem ser um todo, um contínuo, sem fronteiras. No entanto, basta uma conversa com alguns moradores e logo se observa linhas bem definidas, que dividem os três bairros (o bairro 6 de Maio está localizado entre os outros dois bairros).

A primeira vez que visitei o bairro foi numa noite gélida de quarta-feira. Por intermédio do Carlos, funcionário da Associação Cabo-Verdiana (a entidade de imigrantes mais antiga de Portugal), agendei uma conversa com a irmã dominicana Mafalda, uma das coordenadoras do Centro Social 6 de Maio. A conversa estava marcada para as 21h, mas o meu receio de chegar atrasado ao primeiro encontro fez com que eu chegasse uma hora antes do horário que eu havia combinado com a irmã Mafalda (são apenas 4 estações de trem do Instituto de Ciências Sociais e de onde eu estava morando, próximo a estação de metrô e trem Entre-Campos). Ao sair da estação, observei muitas paredes grafitadas e o intenso movimento de pessoas nas ruas, fato que facilitou que eu me informasse sobre a localização do bairro 6 de Maio.

Achei que aquele bairro ao lado da estação de trem era o 6 de Maio e a minha impressão foi a de um bairro comum, semelhante a outros bairros de Lisboa, com prédios baixos, simples, aparentemente confortáveis, sem sinais de degradação. Fiquei com um sentimento que misturava surpresa e decepção por não ter visto as ("mal") faladas casas de lata, já que a irmã Mafalda havia me chamado atenção, por diversas vezes na conversa por telefone, que o bairro é bastante degradado. No entanto, aquele não era o 6 de Maio, e sim o bairro da Damaia. O bairro 6 de Maio está distante uns 300 ou 400 metros da estação de trem. Para chegar ao bairro 6 de Maio, tinha que atravessar as ruas do bairro Damaia, cheio de prédios com pequenos comércios (alguns abertos) e muitas pastelarias (cafés e docerias).

O Centro Social 6 de Maio tem uma escola infantil, com salas de aula, cozinha, biblioteca, sala de atendimento e um pequeno prédio mais antigo de dois andares, onde funcionava o Centro Social e a escola, mas agora serve de ponto de encontro de jovens do bairro, onde se reúnem para conversar, assistir filmes, freqüentar cursos de inglês, português e dança. A antiga sede do centro Social foi o local que a irmã Mafalda

combinou comigo, para o nosso primeiro encontro. O prédio fica numa das entradas que dão acesso ao interior do bairro, em uma rua bastante estreita (não passa um carro) do lado esquerdo do Centro, e onde havia do outro lado da rua um pequeno bar, com diversos jovens conversando. Do lado direito do prédio do Centro Social, também havia outro grupo de jovens cabo-verdianos ou afro-portugueses (mais ou menos 10 jovens), que também estavam conversando. Perguntei a eles onde era a entrada do Centro e eles me orientaram com muita presteza — depois soube que ali era um ponto de venda de drogas, e que alguns jovens estavam ali para vender drogas aos usuários de fora do bairro.

Como havia chegado com 1 hora de antecedência, voltei para perto da estação procurando alguma pastelaria. Entrei num estabelecimento e pedi um café com leite e um pastel de nata, e iniciei uma conversa com a garçonete da pastelaria. Perguntei à garçonete algumas coisas sem importância, até que o bairro 6 de Maio surgiu como tema da conversa. Repeti estas visitas e conversas nos outros dias em diferentes pastelarias, e a mesma imagem sobre o 6 de Maio e sobre os seus moradores apareceu: o bairro Damaia é perigoso porque é muito próximo ao 6 de Maio. As pessoas temem andar nas ruas à noite ou manter as portas das pastelarias abertas por muito tempo. Não ouvi nenhuma história de furto ou assalto que tivesse ocorrido com eles ou pessoas próximas, apenas contaram histórias que eram contadas por terceiros. Essas conversas apontavam para uma imagem social estereotipada do bairro.

Diante de tal apreensão e afirmações dos moradores e funcionários das pastelarias do bairro da Damaia, procurei a delegacia do bairro para saber se realmente havia motivos para o clima de tensão e medo de violência no bairro. Fui gentilmente recebido pelo subcomandante da 63ª Esquadra da Damaia, Divisão da Amadora, que pertence ao Comando Metropolitano de Lisboa, que a seu pedido, não gravei nossa conversa, apenas fiz anotações em meu caderno. O subcomandante falou de diversos projetos sociais, do apoio do Comando Metropolitano de Lisboa, com o objetivo de recuperar jovens dependentes de drogas, oferecer formação profissional, apoio a mães solteiras, programas de prevenção à gravidez na adolescência e problemas familiares. Disse que esses programas existem porque a região é muito carente, com grande concentração de imigrantes africanos e o poder público procura a integração dos jovens afro-portugueses na sociedade portuguesa.

Num determinado momento da conversa, relatei ao policial as conversas que tive com os funcionários de pastelarias e moradores do bairro da Damaia, e que estes demonstraram muito medo de, por exemplo, circular à noite pelo bairro. Perguntei ao subcomandante se aqueles depoimentos coincidiam com a realidade. O

subcomandante admite que o bairro Damaia é muito violento, e é devido a proximidade com os bairros degradados. Disse ainda que pelo menos cada pessoa do bairro da Damaia já teria sofrido um assalto dentro do bairro, informação que não coincide com a das pessoas com quem conversei no bairro.

A imagem do subcomandante está repleta de estereótipos que setores da sociedade portuguesa tem dos bairros degradados que concentram imigrantes africanos e afro-portugueses, de que esses são violentos e que servem de esconderijo para jovens envolvidos com a venda e consumo de drogas. O subcomandante confirmou que existe uma imagem negativa do bairro, e que ela está associada há duas questões: está relacionado ao tipo de moradia do bairro e a concentração de jovens que se reúnem à noite, considerados todos traficantes de drogas. E isto, para o subcomandante é um dos grandes problemas do bairro, ao lado, de furtos de celulares e rádios de automóveis. Quando ocorrem assaltos, seguidos de perseguição pela polícia, os assaltantes entram nas ruelas do bairro 6 de Maio, e são favorecidos pela geografia labiríntica do bairro e pela "ajuda", segundo o subcomandante, dos próprios moradores que os auxiliam na fuga.

Esta visão não coincide com a observação feita pela Irmã Maria Vitória, em que disse que antes de mudar para o bairro, no final da década de 1970, muitas pessoas a aconselharam a não mudar para o bairro, devido à imagem negativa do 6 de Maio:

... havia uma irmã nos grupos que não se decidiu vir morar aqui. Eu nunca, neste aspecto, nunca tive receio, até porque havia que achavam arriscados nós morarmos sozinhas aqui porque havia esta mentalidade que cabo-verdiano mata, que são gente e tal. Havia uma mentalidade muito negativa. Nós nunca tivemos qualquer menor problema, sempre fomos muito respeitadas e até se em algum momento havia brigas entre eles, eles paravam de brigar, mas só brigavam entre eles, sempre fomos protegidas. (Irmã Maria Vitória, coordenadora do Centro Social 6 de Maio).

Os locais que servem de moradia aos africanos e aos seus descendentes, historicamente sempre tiveram uma imagem social negativa construída por setores da sociedade portuguesa. Evidentemente que as construções sociais sobre os bairros e locais que concentram imigrantes africanos e afro-portugueses se intensificaram nas últimas décadas, porém com o aumento do fluxo migratório, principalmente de cabo-verdianos. Mas, o estigma vem de longa data, desde a chegada dos primeiros africanos em Portugal.

2.2 A PRESENÇA DA ÁFRICA EM PORTUGAL

Um breve resgate da história da presença dos africanos entre os portugueses, que se iniciou nos primórdios do século XV, pode nos auxiliar a compreender a complexidade das relações raciais, e os comportamentos e práticas que foram reproduzidas nas colônias.

Os primeiros africanos subsarianos que chegaram a Portugal, no início do século XV, tiveram dois destinos: para o campo na agricultura e na pecuária, e na cidade, principalmente em Lisboa. Nas cidades, as atividades exercidas especificamente pelas mulheres escravas eram a tecelagem e a fiação. Os homens ficavam com a função de ferreiro, na produção de artilharia e âncoras para os navios, aproveitando a habilidade com ferro que alguns africanos já desenvolviam na África. Havia outras ocupações como serviços artesanais, varredores de rua, vendedores ambulantes, em obras, estivadores, limpadores e carregadores de lixo e esgoto domésticos, serviços domésticos, nas tarefas mais degradantes, mais humilhantes. Essa foi uma prática também que se reproduziu nas colônias.

No caso do Brasil, passaria aos tempos modernos como herança da escravidão —, eram os negros que desempenhavam na Lisboa de meados de Quinhentos os trabalhos mais pesados, de maior sujidade, mais malcheirosos, ou de maior sujidade e mau cheiro ao mesmo tempo. (Tinhorão, 1988, p. 114).

Algumas tarefas eram tão repulsivas, que mesmo entre os escravos havia uma hierarquia na escolha daqueles que seriam responsáveis pelos trabalhos, como carregar dejetos humanos.

De acordo com Tinhorão, a presença de cativos africanos em Portugal se estendia, além das cidades portuárias sulistas, ao Norte do país (em Braga e a cidade do Porto), já nos primeiros anos do organizado tráfico de escravos, e não somente no Algarve, Alentejo e Lisboa. A maioria tinha como destino as cidades portuárias, principalmente Lisboa, reflexo do deslocamento do interesse econômico para as cidades litorâneas, devido ao empreendimento estatal-capitalista da empresa das navegações.

Tanto na área rural como nas cidades, a introdução do trabalho servil africano significou abundância de mão-de-obra a baixíssimo investimento. Portugal tinha a exclusividade desta “mercadoria valiosa”, que poderia abastecer seu mercado interno quando houvesse necessidade de mão-de-obra. A forma que Portugal encontrou para controlar esta exploração foi por meio da obrigatoriedade de passar por Lisboa toda

remessa de escravos, com o objetivo de que a cidade continuasse como um centro e controlador do “fluxo da exportação sem prejuízo do abastecimento do mercado interno”. (Tinhorão, 1988, p. 100).

Portugal, ao mesmo tempo em que foi empreendedor e sede da maior empresa de navegação da época e negociador de escravos africanos para exportá-los como trabalhadores servís para as ilhas do atlântico e para o Brasil, foi também um grande receptor desta mão-de-obra. A presença africana em Portugal continuou por séculos. A entrada de escravos em Portugal encerrou somente em 1761, com o alvará assinado por Marquês de Pombal, que determinou o fim da importação de africanos ocidentais para o território português. Entretanto, o tráfico de escravos para as colônias continuou como uma importante fonte de lucro.

De acordo com duas estatísticas³³ realizadas em meados do século XVI, segundo Tinhorão, Lisboa já contava com cerca de 100 mil habitantes, incluindo os africanos e seus descendentes escravos, cuja população rondava os 15%. O autor citou crônicas da época em que apareceram, com uma certa frequência, a presença de escravos domésticos em grande parte de famílias modestas lisboetas, fenômeno comum ocorrido em diversas cidades de Portugal, principalmente em Lisboa, a partir do século XVI.

Além de muitos proprietários de escravos domésticos serem funcionários da coroa de alta patente com situação hierárquica paralela com à a nobreza, a presença de escravos em famílias de camadas mais pobres decorreu do fato dos baixos preços, facilitando a compra de escravos africanos em Lisboa, o que fez com que famílias com posses reduzidas tivessem um ou mais escravos, a fim de usufruir deles em tarefas domésticas, mas também de explorá-los comercialmente o seu trabalho, em pequenos comércios e serviços ambulantes com o objetivo de ganhos extras. Esta prática

iniciada em Lisboa pelo correr dos anos Quinhentos, estender-se-ia, aliás, às famílias de posses médias dos centros urbanos das próprias colônias, como seria o caso do Brasil, onde o expediente se institucionalizou a tal ponto, que chegaria a cunhar uma expressão para designar tais tipos de escravos: negros de ganho. (Tinhorão, 1988, p. 116).

Do convívio nas camadas mais pobres, nasceram diversas festas populares, pratos culinários, mitos, etc.³⁴.

³³ Em seu livro Tinhorão cita pesquisas, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, de 1551, e de João Brandão de Buarcos, de 1552 (1988: 112)

³⁴ Antes mesmo do descobrimento das Américas, nos festejos do casamento da sobrinha de D. Henrique, em 1451, os africanos puderam dar mostras de suas danças nativas, demonstrar a força econômico-militar de Portugal (Tinhorão, 1988).

No entanto, tal aproximação social não deixou de ser hierarquizada e tinha como característica a desqualificação social. Os africanos lisboetas habitavam porões das casas dos seus proprietários ou pequenos cômodos que abrigavam diversos escravos, em péssimas condições. Embora as condições sanitárias domésticas e públicas não fossem prioridades para os portugueses, as condições das moradias dos africanos escravos chegavam no limite da insalubridade e degradação. A convivência entre africanos e brancos nas áreas mais pobres da cidade apresentaria

indícios históricos que demonstram terem sido as relações entre os dois grupos étnicos muito mais profundas e constantes do que se tem imaginado. Não apenas o teatro popular dos entremezes, como se viu, mas a crônica dos fatos policiais (fonte de informações sobre costumes tão mal aproveitada), revelam a cada passo flagrantes da realidade e episódios da vida comum... (Tinhorão, 358, p. 1988).

A partir da análise dos alvarás dos reis portugueses, Tinhorão (1988) afirma que ainda houve, por diversas vezes, tentativas de segregar espaços de convívio para africanos e afro-portugueses escravos, já que o aumento visível da presença dos africanos na sociedade lusitana despertou preocupação da nobreza.

Para concluir, podemos destacar duas características das relações sociais entre portugueses brancos e afro-portugueses em Portugal: a presença do africano e do afro-português na vida cotidiana da cidade, desde há muito tempo, a partir da convivência desses com os setores mais pobres dos brancos portugueses; desde o princípio, a convivência foi determinada dentro de um cenário de controle social e relações de poder e hierarquização social e racial muito intensos. Dessa forma, acredito que este modelo de relações de poder se perpetua ainda nos nossos dias, mesmo dentro de um cenário permeado por processos de globalização.

2.3 EUROPA COMO DESTINO DA IMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA

O desenvolvimento econômico dos países da Europa Ocidental, nos anos 1950 e 1960 fez com que pessoas das ex-colônias e de países periféricos migrassem para os países europeus em busca de trabalho que se apresentava mais vantajoso.

A desaceleração do crescimento econômico, nas décadas de 1970/80, a intensificação da internacionalização da economia e o processo de construção da comunidade europeia contribuíram, segundo Wieviorka (2002), ao enfraquecimento da idéia de “nação aberta” e o fortalecimento do nacionalismo. A exaltação de símbolos, glórias, tradições, valores, comportamentos, da nação torna-se uma necessidade para

alguns grupos que se vêem ameaçados pela presença do Outro. E, muitas vezes, esse Outro é personificado no imigrante ou no estrangeiro. “Ora, o avanço em força dos nacionalismos é indissociável das correntes xenófobas, racistas, anti-semitas”. (Wieviorka, 2002, p. 112).

Os processos de globalização intensificaram o movimento do capital, das culturas, informações e das pessoas, levando à difusão “mundial de símbolos que estão associados a diversas identidades locais e características individuais” (Sansone, 1999, p. 14). Para Giddens (1991) a intensificação das relações sociais, em decorrência da globalização, pode levar ao enfraquecimento dos sentimentos nacionalistas vinculados diretamente ao estado-nação e pode refletir na intensificação de sentimentos e movimentos nacionalistas locais ou ligados também ao estado-nação.

Grupos dominantes e alguns setores sociais dos países economicamente desenvolvidos sentem-se ameaçados, e receiam de por em risco o status econômico e social alcançado. Ao mesmo tempo, alguns setores sociais começam a demonstrar insatisfação, sentindo-se atemorizados no aspecto econômico e na sua identidade nacional, e por isso

rejeitam os imigrantes, não já em nome da raça destes, da sua inferioridade biológica, mas por serem inassimiláveis, o que quer dizer que esses cidadãos deixaram de crer na sua própria capacidade de assimilação e se definem por uma história, uma cultura, no fim das contas por uma raça, o que torna de fato inassimiláveis todos os que não têm essa antiga comunidade de destino. (Touraine, 1995, p. 34).

Os processos de globalização fornecem inúmeras possibilidades de relações multiculturais, mas também resgata antigas e constroem novas formas de racismo, que podem ser mais explícitas ou não, produzindo novos interesses conflitantes.

O Outro — imigrante —, que em grande parte não tem qualificação profissional, com baixa escolaridade, que, muitas vezes, fala outra língua e tem a cor da pele e religião diferentes, comportamentos coletivistas — em oposição ao individualismo, marca do homem moderno e do capitalismo —, é percebido como vetores que ameaça o “desenvolvimento” e “progresso” social alcançados pelos países ricos. Dessa forma, os imigrantes começam a ser racializados, num processo irremediável.

Grupos de imigrados tornaram-se as vítimas preferenciais de atitudes discriminatórias, num processo de encontrar um bode expiatório para todos os problemas que afetam a sociedade receptora. Há um fenômeno combinatório entre a

ameaça que o Outro representa no mercado de trabalho e, a ameaça ao conceito de nação fechada e autônoma, formulada por grupos nacionalistas.

Com a desaceleração econômica da Europa, alguns setores acham que a utilização de mão-de-obra imigrante deixou de ser necessária³⁵. A União Européia iniciou um movimento para dificultar a circulação de imigrantes provenientes de países africanos. Os legisladores elaboraram leis para dificultar a permanência dos grupos imigrantes, como, por exemplo, criar obstáculos no processo à naturalização em alguns países da Europa Ocidental, nos quais filhos de imigrantes, mesmo nascendo em países da Europa, não adquiriram a nacionalidade automaticamente e não são iguais em direitos e deveres. Os legisladores estabeleceram o desejo geral dos grupos dominantes e de setores da população, de mantê-los desiguais, em direitos e deveres em relação aos cidadãos que obedecem e são protegidos pelo Estado.

No atual estágio de globalização econômica nos países da União Européia, em que o setor financeiro recebe os maiores investimentos, o setor produtivo é deixado em segundo plano, diminuindo assim o número de postos no mercado de trabalho. Segundo Gusmão (2005, p. 95), a União Européia, ao mesmo tempo em que iniciou o fechamento das fronteiras aos imigrantes de origem africana, Portugal se tornou a principal alternativa de país de destino ou porta de entrada para a Europa, às pessoas e famílias de países africanos, principalmente de língua portuguesa.

Assim, a partir de meados da década de 1960, Portugal passou a ser visto como a porta de entrada da Europa Ocidental, que passava por um processo de desenvolvimento econômico, social e político. Portugal, principalmente Lisboa, começava a receber grupos de imigrantes das ilhas de Cabo Verde, a maioria na condição de trabalhadores para ocupar postos principalmente na construção civil e na limpeza pública e doméstica, já que Portugal apresentava um déficit de mão-de-obra nacional, decorrente da emigração de portugueses para outros países da Europa.

Na visão do senso comum, vinham para servir o mundo português, como de resto, sempre fizeram. Ao cessarem as necessidades de mercado, regressariam às suas terras africanas. (...) Era certamente uma população pobre, mas sua pobreza, restrita aos alojamentos das construtoras nas obras, não se confrontava ostensivamente com o mundo português. Nesse momento o africano não era um problema, era uma solução. (Gusmão, 2005, p. 66).

³⁵ Embora haja o fechamento de fronteiras e dificuldades de legalização dos imigrantes nos países de acolhimento, é importante observar que a mão-de-obra imigrante e ilegal ainda é muito utilizada em muitos setores da economia da Europa (construção civil, serviços domésticos, comércio, etc.), fenômeno que se repete também nos EUA, pois é uma mão-de-obra barata, do ponto de vista salarial, e com nenhum custo social/previdenciário (Sertório, 2001).

Nas palavras de Gusmão, reproduzem-se as relações submissas, hierárquicas e de exploração, típicas do colonialismo. Para setores da sociedade portuguesa, era interessante naquele momento tê-los para trabalhar nas obras, ao mesmo tempo em que, por serem poucos, os cabo-verdianos não constituíam problema ou ameaça social.

Assim, para analisar as relações raciais em Portugal é preciso abordar a temática da imigração. Para Machado (2001), não se pode considerar qualquer imigração como ameaçadora. As representações sociais que vêem o imigrante como uma ameaça, seja econômico, seja de segurança pessoal,

não se referem, de fato, a toda a imigração, mas apenas àquela que, por várias razões, incluindo os traços fenotípicos dos seus protagonistas, se torna mais visível socialmente. Os migrantes oriundos da União Européia e de outros países ocidentais, apesar de representarem mais de 40% dos estrangeiros em Portugal, e de ocuparem, regra geral, posições profissionais, empresariais e sociais de destaque, nem por isso têm sido vítimas de preconceito e discriminação. (Machado, 2001, p. 55).

Dessa forma, a imigração dos africanos de pele escura tem uma outra dimensão. Os estigmas produzidos e reproduzidos a partir da tonalidade da cor da pele parecem evidentes ainda hoje. Os africanos e seus descendentes carregam na pele uma diferença que determina o rótulo que irá caracterizá-lo moral e intelectualmente, mesmo que haja, conscientemente na sociedade portuguesa, a crença na igualdade. Portanto, a próxima etapa é apresentar o cenário migratório de Cabo Verde (país de origem dos pais dos jovens entrevistados no bairro 6 de maio) para Portugal.

2.4 CENÁRIO MIGRATÓRIO

Para o desenvolvimento do texto, é fundamental apresentar o contexto do início do último fluxo migratório para Portugal, iniciado na primeira metade da década de 1960. Para isso, vou partir de um breve conceito do tema para apresentar possíveis problemas em que o processo migratório pode se constituir, como também questões teóricas sobre a integração dos migrantes.

A literatura sobre movimentos migratórios é ampla. Migração pode significar mudanças domiciliares de um bairro para outro ou de uma cidade para outra cidade, deslocamento de indivíduos ou grupos de um local para outro, envolvendo, neste caso, deslocamentos de uma área político-administrativo para outra, motivados por

crises sociais, políticas e econômicas prolongadas, guerras civis ou desastres ambientais, etc. (Pires, 2003 e Saint-Maurice, 1997). Assim, o deslocamento de uma área político-administrativo para outra, é mais apropriado para o debate que se pretende desenvolver neste trabalho.

Partindo desse pressuposto, imaginemos pessoas ou grupos, com potencial migratório, que supostamente, diante de informações que ressaltem as vantagens de outro país, resolvem mudar para lá. Assim, partindo dessa definição, estão excluídos os fluxos migratórios de refugiados, decorrentes de guerras civis, enfermidades, catástrofes climáticas, etc. A decisão de migrar envolve questões sociais, econômicas, políticas e históricas, com alguma consciência das conseqüências de tal ato. Neste trabalho, abordam-se os movimentos migratórios de populações das ilhas de Cabo Verde (País de origem) para Portugal (país receptor).³⁶

Ao se estabelecerem na sociedade receptora, os cabo-verdianos tornaram-se protagonistas de mudanças na sociedade portuguesa, estabelecendo relações no espaço de trabalho, nas instituições educacionais, nos bairros, nos espaços de lazer, refletindo em mudanças nas relações cotidianas tanto para os imigrantes como para os portugueses.

A inserção de imigrados na sociedade receptora sempre foi um problema, pois ocorre de forma desequilibrada e desfavorece os grupos recém-chegados, estabelecendo, desde cedo, relações sociais diferenciadas entre os grupos. Ao migrarem, os cabo-verdianos se desligaram de redes de sociabilidades constituídas no país de origem e partiram para outra sociedade onde outras redes são construídas. Os imigrantes têm cerceado seus direitos, principalmente os trabalhistas e previdenciários. Este aspecto torna-se importante, já que o emprego, melhores salários e melhores condições de vida foram as principais motivações para o deslocamento dos cabo-verdianos.

Além da procura por trabalho, os problemas econômicos e sociais de Cabo Verde foram outras implicações que incentivaram a decisão da migração. Segundo Pires (2003), as pesquisas clássicas sobre migrações — atração/repulsão — tratam de pessoas que partem de um local com desvantagens econômicas e sociais, e que se destinam para outro lugar, onde há um sentimento de prosperidade, esperança e melhoria das condições de vida, atraindo assim os migrantes na busca de emprego e melhores salários. Dessa forma, há por parte dos potenciais imigrantes, alguma

³⁶ Vale lembrar que Portugal, diferentemente de outros países da Europa Ocidental, mesmo antes de ser um país receptor, sempre foi um país de emigração, na qual famílias e jovens tiveram como destino, nos últimos fluxos migratórios outros países da Europa, principalmente a França, e o Brasil, principalmente nas décadas de 1950 e 1960.

informação para comparar e escolher entre ficar em Cabo Verde ou partir para Portugal.

Pires (2003) critica a racionalidade apresentada pelas pesquisas clássicas sobre migrações. O autor recorre ao conceito de racionalidade limitada, pois entende que existam limitações dos atores na captação das informações disponíveis, uma vez que eles não levam em consideração grande parte das informações sobre o local de destino, e acabam por não refletir sobre as várias possibilidades de vantagens e desvantagens ou custos do que podem acarretar o deslocamento.

Segundo Pires, a tendência do imigrante já estabelecido no país receptor é maximizar a sua decisão de ter se deslocado, e assim tornar os resultados da sua escolha satisfatórios, independente das condições sociais e legais que se encontram. Dessa forma, aqueles que ainda não decidiram pela imigração começam a raciocinar, com base em informações selecionadas vindas do outro país, que os levem a pensar muito mais nas vantagens do que em prováveis problemas do local de destino. Como destaca Saint-Maurice (1997), os migrantes já estabelecidos sempre valorizam as vantagens do local receptor a fim de legitimar o deslocamento, levando os que ficaram a acreditar em melhores possibilidades de emprego e qualidade de vida em outro país.

As expectativas daqueles potenciais migrantes, também são importantes no momento de decisão do deslocamento. O desejo de ascensão social em seu país e as expectativas de melhorar as condições de vida são variáveis que influenciam na recepção das informações, de forma positiva, sobre a decisão de imigrar para outro país. Pires defende que o acesso às informações sobre o local de destino, depende da competência de cada ator e da posição que este tem na sociedade:

Ou seja, a possibilidade de comparar, que constitui a base do modelo de atração-repulsão, está desigualmente distribuída em função das competências associadas, antes de mais, ao diferente posicionamento na estrutura social — a desigualdade social é também desigualdade do domínio do acesso à informação. (Pires, 2003, p. 71).

O meio oral se tornou um dos principais veículos para se obter informações. Amigos e parentes que estão ou que já passaram pelos países que se deseja como destino, contribuem para a construção individual ou coletiva do cenário que será enfrentado. Assim, as redes de comunicação, entre aqueles que estão em Portugal e aqueles que ficaram em Cabo Verde ganham importância, já que esta comunicação é muito intensa (Gusmão, 2005). Como assinalado, é preciso analisar o grau de expectativa, dos valores, da ansiedade dos migrantes potenciais. Sem essa análise

particularizada, corre-se o risco de reproduzir preconceitos com aqueles migrantes sem qualificação profissional, que se deslocam à procura de melhores salários.

Para os mais pobres das áreas mais pobres a principal informação que pode sustentar uma comparação com novas oportunidades de vida é a que é veiculada oralmente nas redes estabelecidas entre migrantes da mesma origem e o meio de emigração. (Pires, 2003, p. 71).

De acordo com Pires (2003) e Gusmão (2005), as informações reproduzidas, que corroboram para a decisão da emigração, têm como aliados importantes as notícias de amigos e parentes, enviadas de Portugal, como os rendimentos salariais, que, comparados aos salários de Cabo Verde, são bem superiores. Há também informações sobre o dinheiro que é enviado pelos emigrados aos seus parentes em Cabo Verde, para auxiliar nas despesas e ou para a poupança do emigrado. O dinheiro enviado regularmente aos familiares que ficaram em Cabo Verde tem o efeito de atrair migrantes em potencial, fortalecendo assim, as correntes migratórias.

Esse processo é reflexo da estabilização dos movimentos migratórios de uma determinada região, mais pobre economicamente, para a mais rica, como é o caso de Cabo Verde e Portugal, respectivamente, na qual se constitui como um suporte do fluxo migratório, a valorização e "sobrerrepresentação do sucesso dos migrantes junto das suas coletividades de origem, sobretudo em meios em que há alguma resistência normativa e valorativa à decisão (individual) de emigrar" (Pires, 76, p. 2003).

Muitas vezes, as expectativas e perspectivas de ganhos salariais melhores faz com que o potencial migrante se sujeite às condições péssimas de trabalho, com contratos curtos e condição de ilegalidade, além de morar em habitações clandestinas e degradadas.

Os sonhos em melhorar de vida, por meio do deslocamento para Portugal, e de que, num médio prazo, possam melhorar as condições da sua vida da sua família, envolvem, além dos custos financeiros, como o preço da passagem, custos não materiais e novas dificuldades, como já vimos é desligar-se do ambiente que conhece tão bem. Independente do grau de inserção que cada um possui em sua comunidade ou sociedade, a migração significa o rompimento com um "mundo conhecido e rotinizado para um mundo desconhecido, onde algumas das mais elementares rotinas da vida do dia-a-dia têm de ser reconstruídas..." (Pires, 2003, p. 74). Romper com a rotina é quebrar com os vários elementos que pertencem e compõem o cotidiano, como conflitos, tensões, afinidades, afetividades, redes de amizades de trabalho,

religião, etc. As perdas podem ser irreparáveis, sem possibilidade de reatar o que foi deixado.

Além de romper com o cotidiano, símbolos, códigos conhecidos e familiarizados e os laços sociais do local de saída, o cabo-verdiano tem que tentar iniciar outras redes de afinidades, de afetividades no local de chegada, passa a ser um difícil processo, muitas vezes doloroso. No cenário do fluxo migratório, as relações sociais já constituídas são de suma importância aos imigrantes recém chegados.

Os grupos ou comunidades já instalados no país de destino representam uma espécie de porto seguro aos recém-migrados. As comunidades podem ajudar a superar obstáculos no novo país, como também na reconstrução de redes sociais e na constituição de um cotidiano rotinizado. No entanto, a existência de um porto seguro não impedirá que surjam as dificuldades aos imigrantes, principalmente na sua inserção e nas relações sociais entre ele ou seu grupo e a sociedade de acolhimento. Com a estabilização do fluxo migratório entre Cabo Verde e Portugal, tornou-se essencial a presença das comunidades formadas por cabo-verdianos. Essas comunidades se tornaram vetores de informações sobre o país que os acolheu e contribuíram para a amenização do impacto cultural no contato com a outra sociedade. Os grupos de imigrados instalados são responsáveis por um elemento importante para os recém-chegados: tentar reproduzir o ambiente social e cultural do país de origem.

Em princípio, como o intuito dos cabo-verdianos é o econômico, as próprias famílias incentivaram os chefes de família a migrarem. No fluxo migratório, a família exerce dois papéis fundamentais: o incentivo ou influência na decisão de deslocamento; assume a função de facilitador e minimizador dos prováveis problemas referentes à chegada e ao contato do imigrante com a sociedade receptora.

A migração, sem prazo para retorno, como ainda é o caso da maioria dos cabo-verdianos, pode acontecer de duas formas: o núcleo familiar migra para o país de destino ou o homem, considerado o chefe da família, migra sozinho e, num momento posterior, a mulher e os filhos. Nesta segunda forma é muito comum o homem casar-se por procuração com a companheira que deixou em Cabo Verde.

Os efeitos da migração centram-se nos diversos membros da família: na relação marido/mulher, na mulher (comportamentos ligados à fertilidade, emprego, direitos civis, etc.) no homem (satisfação no trabalho) e nas crianças (sucesso escolar, relação pais e filhos). (Saint-Maurice, 1997, p. 86).

Em ambas as formas de migração, as famílias sofrem desestruturação, dividindo os familiares entre aqueles que ficam — pais e irmãos do migrante — e aqueles que partem.

Em suma, é característica dos grupos migratórios, dentro das especificações apresentadas acima que, mesmo vivendo em condições de habitação absolutamente precárias e degradadas, trabalhando, às vezes, em dois empregos, tendo, no máximo, um dia de folga por semana, com reduzidos momentos dedicados ao lazer, o imigrante tende a maximizar os elementos de atração e negligenciar os custos, as dificuldades de inserção e os vários problemas da sociedade receptora.

2.5 AS DIFICULDADES DA INSERÇÃO SOCIAL

Uma das principais dificuldades encontradas nos países de destino é a inserção social. As primeiras tentativas de relacionamento social, na sociedade receptora, acontecem no universo do trabalho. O labor se torna o primeiro meio na tentativa de integração na sociedade receptora. Ainda hoje, parte significativa da mão-de-obra está ilegal e assim preferem os empregadores, porque pagam salários mais baixos e deixam de pagar os direitos trabalhistas. Desta forma, por meio dos postos de trabalho não qualificados e com remuneração baixa, acontecem os primeiros contatos com a sociedade receptora pelo imigrante.

Essa forma de inserção na sociedade receptora apresentou, desde o início, problemas tendo em vista o caráter de desqualificação social do trabalho do imigrado, que contribuiu para uma relação de controle e submissão dos empregadores e trabalhadores portugueses.

De fato, mais do que uma simples discriminação negativa do trabalho imigrante no plano salarial, o que está em causa é uma tendência sistemática para a inserção dos imigrantes não qualificados em segmentos do mercado de trabalho socialmente desvalorizados e fracamente atingidos pelos processos de regulamentação característicos do desenvolvimento do estado-providência. (Pires, 2003, p. 86).

O Estado e o capital elaboram estratégias de recrutamento de trabalhadores estrangeiros para funções hierarquicamente inferiores no seio das sociedades economicamente mais desenvolvidas. Assim sendo, como diz Cabral (1998) a submissão dos imigrados caracterizou suas relações sociais com os portugueses, demonstrando que os primeiros não estão excluídos, mas estão inseridos de forma desigual, precária, marginal no sistema social.

Como vimos, o principal atrativo aos imigrantes é melhorar as condições de vida buscando condições mais favoráveis de trabalho. Em princípio, os deslocamentos em busca de trabalho — ao contrário de outras motivações — são provisórios, ou seja, as pessoas ou grupos migram para outro local, acumulam algum dinheiro e retornam ao país de origem. O país receptor também se beneficia da mão-de-obra provisória, com data de chegada e de saída. O Estado vê funcionalidade no trabalhador imigrado, porque está no país provisoriamente para poupar dinheiro para enviar para familiares no país de origem ou para levá-lo no seu retorno.

A imigração provisória eliminaria dois problemas para o Estado português. O primeiro problema, que seria da permanência indesejável do imigrante cabo-verdiano, estaria descartado. O segundo problema naturalmente deixaria de ocorrer, pois o trabalhador, com a data de retorno vê o seu emprego apenas como fonte de rendimento para usufruir no país de origem, e não como meio de mobilidade social ou mudança na sua posição social no interior da sociedade receptora. Com o passar dos anos a imigração cabo-verdiana cresceu e se intensificou após a independência das colônias portuguesas na África. Portugal chegou a ser em 1990, o maior receptor de imigrantes africanos subsarianos. Houve, portanto, a estabilização do fluxo migratório e o fim da migração provisória.

Para os trabalhadores imigrados sem qualificação, os postos de trabalho idealizados, pelo capital e pelo Estado, foram a construção civil e limpeza doméstica e pública. Ao contrário dos outros setores, como da indústria, nos quais haveria custos financeiros na formação profissional do trabalhador, a construção civil e as tarefas domésticas não necessitam de qualificação específica e ou de algum custo financeiro para o empregador. Esses postos de trabalho se tornaram quase que exclusivos de grupos imigrantes, e corroboraram a estabilização dos fluxos migratórios, resultado da conexão dos trabalhadores com pessoas do seu país de origem, que incentivavam a imigração.

Portugal, principalmente Lisboa, passou a concentrar mão-de-obra imigrante na construção civil e na limpeza pública e residencial, o que se constituiu numa “divisão cultural” do trabalho, já que específicos grupos socioeconômicos e raciais ocuparam estes empregos. Deste processo resultou questões essenciais no processo de socialização e inserção das pessoas e dos grupos migrados ao país de chegada. Houve uma crescente estigmatização da imagem do imigrante e naturalização da sua capacidade física, moral e intelectual apenas para exercer funções laboriosas sem a necessidade de qualificação profissional. Estes empregos, desvalorizados por serem associados à imagem dos trabalhadores imigrantes, perderam o atrativo junto grande

parte da sociedade receptora Este cenário se apresentou em Portugal, país receptor de trabalhadores imigrados, em particular de Cabo Verde.

Essa relação gera, além da divisão cultural, a racialização do mercado de trabalho. A divisão no mercado de trabalho português seguiu a divisão internacional. A ocupação dos postos de trabalho sem qualificação pelos imigrantes cabo-verdianos se intensificou em meados da década de 1980, resultado do processo de integração de Portugal na comunidade europeia. A possibilidade de maior circulação de pessoas sem restrições dentro da Europa, fez com que muitos portugueses, com ou sem qualificação profissional, emigrassem para países como Holanda, Espanha, França, Alemanha. Ao mesmo tempo em que se (re)inicia uma nova fase de emigração portuguesa, a Europa investe recursos na área de infra-estrutura, resultando na abertura de postos de trabalho não qualificado, abastecida pelos trabalhadores imigrados (Pires, 2003, p. 50). Portugal se tornou em país fornecedor de mão-de-obra sem qualificação para os países mais ricos da Europa Ocidental e, ao mesmo tempo, em país receptor de trabalhadores imigrados africanos, brasileiros e ucranianos.

Com a permanência dos imigrantes em Lisboa, intensificam-se os problemas de habitação. A solução possível encontrada pelas famílias cabo-verdianas foi o bairro de casas de lata.

2.6 SURGIMENTO DOS BAIRROS DEGRADADOS

A representação social pejorativa dos portugueses em relação aos cabo-verdianos e seus descendentes amplia-se e atravessa as fronteiras do trabalho. As comunidades constituídas pelos cabo-verdianos são um das formas de resistir, ou melhor, de proteger os recém-imigrados das dificuldades que enfrentam em Portugal. As comunidades se formam dentro dos bairros, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identificação com as pessoas, que saíram do mesmo lugar e se encontram numa situação socioeconômico semelhante e, é segundo Pires (2003), o recurso mais utilizado dos imigrantes mais pobres com pouca ou nenhuma qualificação.

Os cabo-verdianos e outros imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), ocuparam determinados espaços da cidade e construíram suas habitações comunitariamente, constituindo grandes bairros. Nesses locais, formaram-se as comunidades de imigrantes. São nesses bairros que as pessoas ou os grupos imigrados reproduzem pertenças identitárias, comunitárias e relações de solidariedade.

Os bairros em questão são os conhecidos bairros de latas, muito semelhante às favelas das grandes cidades brasileiras. São nos bairros de lata da periferia de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa que se concentram os imigrantes cabo-verdianos, onde reproduzem e re-elaboram hábitos, costumes e a cultura dos seus países, como estratégia de diminuir o sofrimento do rompimento com os laços sociais no país de origem. Muitos recebem em suas casas outros familiares ou amigos, que passam a conviver com a família, assumindo responsabilidades financeiras e participando de seu cotidiano.

Esta prática coletivista de famílias acolherem outras pessoas, incorporando-as, é vista também de forma pejorativa pelos portugueses. A família ampliada vai contra o modelo tradicional ocidental de pais e filhos, e tudo o que for diferente será desqualificado e estigmatizado como sendo um valor africano. Acredita-se que as famílias alargadas são recorrentes no continente africano, mas de nenhuma maneira se tenta reproduzir esse costume nos bairros de lata:

No país de acolhimento ocorre a readaptação familiar em uma tensão, de limite, que é situação do bairro degradado, de barracas, tornando possível recorrer aos modelos conhecidos desde a África para solucionar problemas novos impostos à vida. (...) Importa perceber que não é pura e simplesmente uma transposição dos modelos africanos para esse contexto, como de fato não é. Uma leitura complementar é aquela que mostra as populações marcadamente pobres sempre em várias partes do mundo e não só na África se organizam por estruturas alargadas de famílias. (Gusmão, 2005, p. 107).

A família ampliada é uma realidade para famílias pobres, como salienta Gusmão (2005), que vivem em privação social, como estratégia de sobrevivência. Para alguns segmentos da sociedade portuguesa, principalmente lisboeta, o coletivismo familiar é considerado como natural entre diversos outros hábitos "tribais" e exclusivos dos africanos, em oposição ao modelo ocidental de família unicelular. Desta forma, os portugueses racializam as diferenças e hierarquizam os hábitos e costumes.

No entanto, é importante salientar que o modelo de família alargada não é exclusividade dos africanos, e ocorre também nos segmentos mais pobres da sociedade portuguesa, podendo ser encontrado ainda hoje nas regiões rurais do país. Ao se voltarem contra os imigrantes de origem africana, alguns setores da sociedade portuguesa destacam hábitos e costumes que possam diferenciá-los, mesmo que os costumes e hábitos não sejam exclusivos dos africanos.

Os problemas até aqui destacados sobre inserção e integração, como por exemplo, discriminação e estigmatização, podem ocorrer também nas migrações internas e relações sociais entre minorias e majorias raciais, esta última considerada como modelo da sociedade. No caso específico das migrações internacionais, outras variáveis devem ser consideradas, como a língua, costumes, hábitos, o fato de ser estrangeiro, para a inserção na sociedade receptora. Segundo Pires, "No limite, isso pode ser conseguido incorporando-se em quadros de interação autóctone ou, em alternativa, participando de novos quadros construídos pelos próprios imigrantes" (2003, p. 95). Com algumas distinções, as duas possibilidades são processos de integração social.

Assim, o processo de integração pode ocorrer por meio de dois caminhos: a inclusão dos imigrados no seio da sociedade receptora, em seus vários tentáculos, como o institucional, o cultural, o social; a imposição da segregação aos imigrantes e, em decorrência disso, a constituição de comunidades de imigrados na tentativa de se proteger e construir espaços de identificação, paralelos aos espaços coletivos da sociedade de acolhimento. Pires (2003) distinguiu os dois processos de integração social: o primeiro como sendo integração por assimilação; o segundo, como etnização.

Por assimilação entende-se (...) o processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença à sociedade de chegada e, portanto, definidor também da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interação preexistentes. (Pires, 2003, p. 96).

Para Pires (2003), a assimilação é o processo de inserção dos imigrantes, mas não significa tornar todos iguais à sociedade de acolhimento, tornar uma sociedade do ponto de vista cultural, homogênea, mesmo porque as sociedades de acolhimento estão longe de ser homogêneas. O processo de assimilação aqui destacado seria absolutamente compatível com a co-existência de processos identitários diversos respeitando, no caso aqui estudado, as particularidades culturais das comunidades imigrantes de Cabo Verde em Portugal. Mas, para que ocorra isso é preciso da predisposição (que não existe) à assimilação dos diversos setores da sociedade portuguesa.

O outro processo aqui destacado de integração social, a etnização, é entendido, de acordo com Pires como

o conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes com as reações à sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma coletividade com uma

ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e heterocategorizações sociais e, por isso, proporcionando um sentido de solidariedade que supera, em situações críticas, outras divisões sociais (ideológicas, classistas, de status, sexo, geração...). (2003, p. 100).

As condições sociais impostas aos imigrantes estimulam uma reação etnicizada ou racializada dos imigrantes, que contribui para uma representação social de setores da sociedade portuguesa de que os bairros degradados e que concentram cabo-verdianos e afro-portugueses, como o 6 de Maio, são homogêneos ou guetos de africanos. Os bairros degradados são representados como o habitat natural dos cabo-verdianos e afro-portugueses, ignorando a heterogeneidade dos moradores do bairro, como também a presença de portugueses brancos que também moram em bairros degradados. Dessa forma, também ignoram a heterogeneidade da própria constituição populacional de Cabo Verde.

As características gerais do tipo de imigração dos cabo-verdianos podem dar indicações sobre seu grau de integração social na sociedade receptora. O perfil das famílias e grupos, que desde o começo do fluxo migratório, em meados de 1960, iniciaram o deslocamento de Cabo Verde para Portugal foi constituído de: a) homens, chefes de família, que migraram antes, para depois o resto da família juntar-se a ele numa situação mais segura; e b) trabalhadores sem qualificação profissional, com baixa escolaridade e renda, ou seja, com poucos recursos materiais que possibilitassem uma chegada e permanência sem preocupações.

O repúdio de setores da sociedade portuguesa em relação à presença cabo-verdiana e afro-portuguesa é uma estratégia utilizada pela sociedade dominante. Segundo Elias, um grupo sempre será mais coeso em relação ao outro, assim contribuindo para preservação das "posições sociais com potencial de poder mais elevado" (2000, p. 22) aos seus membros, reforçando a integração social dos grupos dominantes e, fragilizando ainda mais os membros dos grupos dominados.

Parte dos portugueses brancos, por meio das relações cotidianas em que o grupo dominado é estigmatizado e de restrições na legislação referente à condição do imigrante e seus descendentes nascidos em Portugal, sustentam as posições de poder e o acesso a ele, desqualificando os cabo-verdianos e os afro-portugueses, estabelecendo, além do controle social sobre estes grupo, problemas de integração e de relações sociais entre os portugueses e os imigrantes.

O recurso à comunidade, como forma de enfrentar as hostilidades, facilitar a permanência e superar obstáculos do cabo-verdiano e dos afro-portugueses em Portugal, pode gerar tensões na sociedade receptora. As hostilidades podem ser

observadas nas relações cotidianas, alimentadas pelo sentimento de ameaça despertada nos grupos dominantes, e nas estratégias adotadas pelo Estado em relação aos imigrantes, entre elas a condição legal conferida ao seu grupo.

... as dinâmicas de integração dependem das possibilidades de acesso à nacionalidade quer enquanto naturalização, no que se refere aos imigrantes, quer enquanto nacionalidade originária, no que se refere aos filhos dos imigrantes já nascidos na sociedade de destino. (Pires, 2003, p. 106).

A nacionalidade se tornou uma ferramenta fundamental para o Estado português controlar a condição daqueles que um dia eram colonizados e agora passaram a ser imigrantes. Esta estratégia reforça, no imaginário social da sociedade portuguesa, a hierarquização das relações sociais, que marginaliza e constrói estereótipos dos imigrados africanos e dos seus filhos nascidos em Portugal. A imagem construída sobre o cabo-verdiano e o afro-português é a de que eles estão sempre associados a condutas e atitudes ilegais e criminosas: a sua condição jurídica de imigrante ilegal, o mercado de trabalho também como ilegal e nos bairros onde moram em áreas também ilegais, assaltos, tráfico e consumo de drogas.

2.7 INÍCIO DA IMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA PARA PORTUGAL

Nessa sessão apresento o início da imigração cabo-verdiana. Minha intenção é observar e refletir sobre as motivações para a imigração, a heterogeneidade social e racial dos grupos que se deslocaram e em que condições materiais e legais chegaram os primeiros grupos de imigrantes cabo-verdianos, comparando com os estrangeiros já estabelecidos em Portugal.

Diversos foram os grupos de imigrantes cabo-verdianos que chegaram em Portugal. A diversidade sócio-econômica acompanhou os diferentes períodos dos fluxos migratórios com destino a Portugal. Antes do primeiro fluxo migratório pós Segunda Guerra Mundial, ao qual pretendo abordar com mais atenção, Cabo Verde já era um país de emigração, característica esta sempre muito presente em toda a sua história.

Entre as possessões portuguesas na África, Cabo Verde inaugurou os fluxos emigratórios. As razões foram muitas e não muito diferentes das de hoje, como a busca por melhores condições de vida, que na ilha eram pouco prováveis de serem obtidas, as condições climáticas instáveis, com grandes períodos de secas e outros com períodos de chuvas torrenciais com longa duração e as crises econômicas, que

sempre tiveram peso fundamental, e sempre acompanharam a história do arquipélago.

Secas que flagelam gerações inteiras; estruturas agrárias bloqueadas; processo de industrialização incipiente; indústria artesanal aniquilada pela concorrência; crescimento demográfico elevado a par de deficiente ou inexistente estrutura de assistência médico-sanitária; exclusão dos camponeses da agricultura e, simultaneamente, não absorção dessa mão-de-obra pela indústria, etc. (Saint-Maurice, 1997, p. 44).

A principal atividade econômica sempre foi à agricultura e a seca por anos consecutivos se destacou entre os fatores mais letais ao desenvolvimento de Cabo Verde. A explosão demográfica é apontada por França (1992), como o segundo fator agravante para as crises e êxodos permanentes que caracterizam Cabo Verde. No geral, essas foram as questões que pautaram os fluxos migratórios, com origem em Cabo Verde e em toda a sua história.

Muitos foram os destinos dos cabo-verdianos, desde o século XVII: Brasil desde 1602³⁷, EUA no século XIX³⁸, São Tomé e Príncipe³⁹, na segunda metade do século XIX, Senegal, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Portugal (Carreira, 1977). A emigração foi a principal alternativa encontrada, ao longo da história de Cabo Verde — tanto pelas autoridades políticas, como pela população — para escapar das incertezas de um futuro, para grande parte da população de Cabo Verde. (Carreira, 1977; França, 1992; Saint-Maurice, 1997).

O arquipélago de Cabo Verde é uma ex-colônia portuguesa, sem populações autóctones, ocupadas pelos colonizadores, por volta de 1640. No entanto, os primeiros relatos de sua existência e povoamento datam da década de 1460 (Freyre, 1953b; França, 1992), mais precisamente na ilha de Santiago. O arquipélago está localizado em local estratégico, no Atlântico Norte, no meio de uma das principais rotas marítimas ligando África, Europa e as Américas, constituindo uma espécie de posto de apoio à navegação, “tanto na época do descobrimento, como também se constituindo num dos vértices do tráfico escravista” (França, 1992, p. 34).

³⁷ Para obtenção de óleo de baleia ou azeite de peixe (Carreira, 1997, p. 64).

³⁸ Segundo Carreira (1997, p. 76), alguns relatos sobre as primeiras levas de pessoas emigradas cabo-verdiana para os EUA datam de 1685, decorrência da presença de navios baleeiros dos EUA em mares de cabo Verde.

³⁹ Foi uma operação conjunta entre os governos de São Tomé e Cabo Verde. A imposição do governo à emigração - em decorrência da fome que se alastrou no início da segunda metade do século XVIII - foi a única forma de fugir das crises constantes. Milhares de cabo-verdianos emigraram para São Tomé, para trabalhar, sob jurisdição de contratos que nunca foram cumpridos integralmente, pelos patrões em São Tomé, em condição muito próximas à escravidão.

Em decorrência dos vários problemas apontados como o climático e o relevo, Cabo Verde nunca foi de grande interesse exploratório por parte do colonizador. A povoação das ilhas aconteceu com populações vindas de lugares diversos e, também em diferentes momentos, por isso, sua composição populacional é diversa. Basicamente, as ilhas foram habitadas pelos portugueses membros da nobreza ou pessoas que foram expulsas de Portugal, por motivos criminais e políticos. Alguns afro-portugueses vindos de Portugal acompanhavam os nobres, entre eles trabalhadores escravos e livres que falavam a língua portuguesa. Também foram levados africanos, na condição trabalhadores escravos de Guiné-Bissau, Senegal e Serra Leoa, uma vez que Cabo Verde está distante mais ou menos 500 km da costa ocidental do continente africano.

As ilhas estão separadas por dois grupos denominados de acordo com a direção dos ventos: Barlavento — ventos que sopram do Norte —, e Sotavento — ventos que sopram do Sul. Ao norte estão localizadas as ilhas Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Branco e Raso. Ao sul, as ilhas Santiago, Fogo, Brava, Santa Maria, Sapato, Luís Carneiro e Cima. São nove ilhas povoadas, com um total de 300.000 habitantes.

A constituição populacional de cada ilha é decorrência da maneira que as ilhas foram sendo ocupadas, algumas há predominância de pessoas com pele escura, em outras, com pele mais clara, reflexo de maior miscigenação. Uma das principais razões da mestiçagem foi o restrito número de mulheres brancas, fato que proporcionou a aproximação entre escravas africanas e os colonos portugueses. Outros fatores característicos da maioria das ilhas do arquipélago, como a predominância de pequenos latifúndios refletiu no estreito espaço entre brancos e africanos, colaborando para a aproximação de africanos escravos e senhores, ocorrendo processos de sincretismos religiosos e culturais. Entretanto, a miscigenação não aconteceu de forma homogênea em todas as ilhas povoadas do arquipélago, havendo diferenças que vão desde a tonalidade da cor da pele até nuances lingüísticos.

Algumas ilhas conservaram a aparência e os elementos da cultura africana, em outras, ocorreu mistura mais intensa, com predominância do branco europeu. A ilha Brava foi constituída na sua grande maioria, por população migrada da Europa, mas também com a presença de africanos oriundos da ilha do Fogo — que fugiam do vulcão da ilha. A população dessa ilha se destaca em relação às outras pela pele mais clara dos seus habitantes, apresentando pouca indício de miscigenação, devido ao fato que os casamentos entre africanos e brancos serem extremamente raros, pois a “mistura” não era desejada pelos brancos, para manter a “pureza racial”.

Na maioria das ilhas, a mestiçagem entre africanos e brancos prevaleceu, às vezes, com preponderância da pele branca, em outras vezes da pele escura. A ilha de São Vicente apresenta algumas particularidades, como o povoamento tardio, no final do século XIX. Essa ilha estava na rota marítima e, por isso, foi influenciada por idéias, comportamentos e informações do exterior, principalmente da Europa, que chegavam pelo porto comercial. É a ilha mais europeizada do arquipélago. Esse fato associado ao perfil da população que lá habitava — eram livres —, elevou o estatuto daqueles moradores, formando uma auto-imagem de superioridade em relação às outras ilhas. Os moradores de São Vicente, beneficiados pelo contato com o mundo Europeu, são conhecidos como o grupo de Barlavento.

A primeira ilha a ser habitada, a mais populosa e que, hoje, concentra o maior número de moradores com tez escura é Santiago. Embora a mestiçagem tivesse ocorrido foi com menor intensidade. Esta ilha, além da maior rigidez na subordinação dos escravos em relação aos senhores brancos, era uma das únicas que se caracterizava pelo grande latifúndio, fato esse que pode ter influenciado num maior distanciamento entre esses dois grupos. A maior presença de população de pele escura fez com que prevalecesse o componente africano sobre o europeu, que refletiu na singularidade da constituição dos seus habitantes, característica que a diferencia das outras ilhas.

A economia de Santiago sempre foi impulsionada pela agricultura e, sem portos comerciais, o contato com o exterior foi bem restrito. Os moradores da ilha de Santiago, segundo Saint-Maurice (1997), são mais fechados, mais conservadores e, também não usufruíram das aproximações e cruzamentos culturais, étnicas e de grupos sociais — baseados na oposição senhores e escravos —, proporcionados pelo processo de miscigenação ocorrido nas outras ilhas. Segundo a autora, a mestiçagem foi destacada e enaltecida por muitos como produtora de uma cultura cabo-verdiana, produzida a partir dos africanos, dos funcos⁴⁰, como um fenômeno homogêneo no arquipélago, o que não ocorreu.

Os habitantes da ilha de Santiago são denominados pejorativamente por Sambadios ou Badios. Essas expressões surgiram no período colonial, e era a forma que os portugueses passaram a chamar os escravos que fugiam das senzalas. “Badios” eram os africanos “vadios” que não queriam mais trabalhar como escravos e fugiam dos funcos. Também foi no período colonial que surgiu a fama dos habitantes

⁴⁰ Funcos era o local onde os escravos habitavam, e os sobrados o local onde os senhores brancos moravam.

da ilha de Santiago de serem briguentos, violentos e agressivos. Segundo Muniz⁴¹, essa representação está associada à reação dos africanos que chegavam à ilha para trabalhar como escravos, e assim criou-se a imagem de que os Badios “gostam de esfaquear”.

2.8 GILBERTO FREYRE EM CABO VERDE

Numa das conclusões que chegou sobre sua viagem a Cabo Verde durante sua missão a convite de Salazar, e especificamente a ilha de Santiago, Freyre desconstruiu a imagem social criada sobre os “Badios”, de que são violentos e agressivos. Pelo contrário, Freyre classificou o cabo-verdiano de Santiago como dócil, “bom e honesto”, e que o governo e o povo convivem muito bem, sem que tenha necessidade de utilização da repressão ou ostentação da força militar:

Só em espaço social caracteristicamente luso-tropical, como é o desta ilha, esta confraternização de governantes brancos com governados mestiços (esses mais africanos que portugueses) acontece hoje de maneira tão cotidiana, tão simples, tão natural. Aqui e talvez em algumas das repúblicas socialistas da União Soviética, neste particular tão desenvolvidas quanto Portugal e Brasil. (Freyre, 1953b, p. 292).

Na sua viagem para as possessões portuguesas na África e Ásia, Freyre visitou algumas ilhas do arquipélago cabo-verdiano. As suas impressões sobre a cultura e a tonalidade da cor da pele dos habitantes não coincidiram com o que alguns grupos esperavam. Numa das abordagens na sua pesquisa de doutorado, Muniz resgata um movimento literário de Cabo Verde denominado “Claridade”. Uma das bandeiras de luta dos intelectuais do Claridade era pleitear um estatuto diferenciado dos demais países africanos, dentro do Império Colonial Português. O Claridade desejava que o arquipélago de Cabo Verde tivesse o estatuto de ilhas adjacentes, como as ilhas da Madeira e Açores.

Para pleitear a mudança de estatuto, o Claridade constituiu duas estratégias: a primeira foi resgatar o discurso elaborado no final do século XIX, por intelectuais e poetas cabo-verdianos que na época já denunciavam a situação de abandono e descaso que o arquipélago se encontrava, e que já naquele período reivindicava a mudança de estatuto; o segundo foi a construção de um discurso que consistia em afastar o máximo possível Cabo Verde da África, por meio do intenso processo de

⁴¹ Entrevista concedida, em dezembro de 2005, por Elias Alfama Muniz é doutorando no programa de Estudos Pós-Graduados em História Social na PUC-SP.

miscigenação que apagaria os vestígios africanos de Cabo Verde, a exemplo do Brasil, diziam os Claridosos.

A expectativa dos intelectuais do Claridade com a chegada e as observações de Freyre era muito grande. Isso porque o escritor era muito lido pelos intelectuais de Portugal e de Cabo Verde e suas teorias estavam sendo incorporadas pelo Estado Novo Português. Assim, os Claridosos esperavam que a análise de Freyre fossem pelo menos próximas às idéias defendidas pelo Claridade. Mas, para o espanto dos Claridosos, as observações de Freyre foram opostas às idéias dos intelectuais.

A visita levou o escritor a repensar a questão da miscigenação no arquipélago, que segundo ele, os portugueses tanto ensaiaram. (Freyre, 1953b, p. 290). A primeira ilha que Gilberto Freyre visitou foi justamente a mais africanizada de todas, a ilha de Santiago, e foi isso que ele constatou. A ilha de Santiago, a primeira a ser habitada, foi também a primeira, segundo Freyre, que se tentou a miscigenação, no entanto, observou ele que é a mais "negróide":

sinal de que, ao contrário do que vem sucedendo, cada vez mais, no Brasil, o grosso da população (cabo-verdiana) vem-se mantendo o elemento de origem africana. Tinham-me dito que eu viria encontrar em cabo Verde uma paisagem e uma população semelhante às de certas áreas do nordeste do Brasil; e há com efeito traços de parentesco entre certas paisagens do Brasil e as de cabo Verde às vezes tropicalmente rico de verdes de mata que contrastam com os azuis do mar. Mas o parentesco entre as populações e as culturas luso-tropicais que se vêm desenvolvendo naquelas áreas brasileiras e as que parecem ter já se estabilizado, em San Tiago e talvez noutras ilhas de cabo Verde, este parentesco me parece vago. (Freyre, 1953b, p 290).

Assim, Freyre, que também esperava encontrar uma miscigenação mais intensa na ilha de Santiago, acabou com as suas e com as expectativas e esperanças dos Claridosos, que esperavam que suas idéias fossem endossadas. Diz Freyre que os vestígios dominantes europeus estão apenas na arquitetura de alguns prédios e nas relações cotidianas formais: no jeito de andar e falar dos burocratas, na administração pública. De resto, em tudo há predominância da cultura e da raça africanas, fato que preocupou Freyre, e que o levou a defender a idéia de que Santiago e algumas outras ilhas necessitassem de maior presença européia.

No fluxo migratório identificado a partir de 1962, cujo destino era Portugal, as ilhas que mais perderam moradores foram Santo Antão e Santiago. Portugal também recebeu, a partir de 25 de abril de 1974, imigrantes da ilha Barlavento, com perfil mais escolarizado, mais profissionalizado, que antes de se estabelecerem no país de

destino, trabalhavam na administração de outras ex-colônias portuguesas, como Moçambique e Angola.

2.9 OS CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

Portugal é o país da Europa que “ostenta” até hoje o menor índice de estrangeiros, apesar dessa presença ter aumentado muito na última década. Os números de estrangeiros começaram a mudar em meados da década de 1960⁴², com a aceleração da industrialização e maior abertura aos mercados internacionais. Até este período a presença africana subsariana e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) não apareciam nos censos publicados pelo governo português⁴³. A presença dos imigrantes neste período em Portugal não era concentrada em nenhuma região do país, passando quase imperceptível sua presença. Um reflexo deste cenário foi a ausência de concentração dos estrangeiros em áreas de trabalho, espalhados — ordem decrescente, segundo o número de estrangeiros empregados — no comércio, serviço, indústria, agricultura, e construção civil, havendo distribuição dos postos de trabalho ocupados pelos estrangeiros. Um fato curioso a ser observado foi a construção civil, classificada em sexto lugar referente à presença estrangeira no mercado de trabalho português. Esta informação pode nos sinalizar a qualificação e o status profissional elevado dos estrangeiros que moravam em Portugal naquele momento.

Os fluxos migratórios de Cabo Verde para Portugal não eram contabilizados durante o período da Colônia, já que eram considerados migrações inter-regionais. Deslocamentos inter-regionais porque, desde as últimas décadas do século XIX, o 3º Império de Portugal iniciou uma política de integração com suas possessões, como estratégia de defesa de suas colônias na África.

Esta política de assimilação das colônias continuou no século XX, e se intensificou com a chegada ao poder de Oliveira Salazar. O ditador não só utilizou ferramentas políticas, econômicas e jurídicas para demonstrar as boas relações, união e identidade com as possessões africanas, como também se apropriou da ideologia luso-tropicalista de Gilberto Freyre para demonstrar a cordialidade e solidariedade do português na colonização portuguesa. A Revolução dos Cravos em 1974 e a independência das colônias africanas puseram fim ao Império, em 1975, e sua

⁴² Segundo o X Recenseamento Geral da População de 1960, residiam em Portugal 29.428 estrangeiros – 0,3% da população total, sendo 12.101 participando do mercado de trabalho – 0,4% da população economicamente ativa de Portugal. Todos os dados estatísticos sobre a população estrangeira em Portugal foram retirados de Pires (2003), que se baseou no X Recenseamento Geral da População de 1960 e XII Recenseamento Geral da População de 1981.

⁴³ Dos estrangeiros residentes em Portugal a época, 67% eram europeus ocidentais e 22%, brasileiros.

ideologia. Porém, seus nefastos reflexos da política desenvolvida pelo Estado Novo e, principalmente, da sua ideologia cordialista, são sentidos até hoje.

Sabe-se que os deslocamentos de cabo-verdianos para Portugal iniciaram na primeira metade da década de 1960. Os cabo-verdianos imigraram para ocupar postos de trabalhos recém-abertos com a industrialização e, principalmente a construção civil. Essa mão-de-obra era recrutada quase que exclusivamente em Cabo Verde e o seu destino era, principalmente, Lisboa e sua área metropolitana e o Algarve, este último devido ao crescimento da indústria do turismo. De acordo com o Recenseamento de 1981, 30% dos imigrantes com origem nos PALOP migraram antes da Revolução dos Cravos, em 1974, e descolonização dos países africanos, em 1975, sendo quase a metade, 47%, de Cabo Verde.

Antes da Segunda Grande Guerra, segundo Carreira (1977), já havia emigração cabo-verdiana em direção à Europa, principalmente para Portugal. Todavia, o perfil social e econômico desses era diferente daqueles que imigraram a partir da década de 1960, já que os primeiros representavam os segmentos mais elitizados da sociedade cabo-verdiana, como comerciantes, proprietários de terra.

Na década de 1960 que se verificou dois elementos importantes que devem ser destacados, para melhor compreensão da chegada dos cabo-verdianos em Portugal. A emigração de jovens naturais de Portugal, principalmente para a França em busca de melhores condições de trabalho e o recrutamento de portugueses para lutar nas guerras coloniais. Esses dois fatores contribuíram para a escassez de mão-de-obra nacional. O governo português, como estratégia para solucionar o problema, estimula a imigração cabo-verdiana para suprir a demanda de mão-de-obra no setor da construção civil na Área Metropolitana de Lisboa. Dessa forma, altera-se “o perfil social do emigrante para Portugal: é, sobretudo uma mão-de-obra desqualificada escolar e profissionalmente” (Saint-Maurice, 1997, p. 49).

Com a redemocratização de Portugal, o deslocamento de cabo-verdianos apresentou algumas mudanças no perfil da população imigrada. Mesmo com o prosseguimento da migração laboral que saía do arquipélago direto para Portugal, houve grande aumento de imigrantes cabo-verdianos que moravam e trabalhavam para o Estado português nas ex-colônias portuguesas. A migração nesse momento se caracterizou pela entrada de refugiados de algumas ex-colônias, em decorrência da instabilidade social, política e de conflitos armados.

Assim, até 1974, predominava em Portugal o modelo de imigração laboral. Entre 1974 e 1979 — período pós-independência das colônias portuguesas —, o modelo de imigração de refugiados, no qual se destacam cabo-verdianos que moravam em Moçambique e Angola. São pessoas com maiores recursos econômicos

— funcionários públicos —, com formação profissional mais qualificada, com níveis de escolaridade mais altos e baixo índice de pessoas com idade economicamente ativa. Portanto, o perfil dos imigrantes cabo-verdianos que moravam nas ex-colônias e migraram para Portugal, é diferente dos imigrantes laborais pré-1974, o que fez com que eles formassem uma elite entre os imigrantes cabo-verdianos em Portugal.

As migrações de perfil laboral voltam a ter peso após 1979, com algumas particularidades que as diferenciam da imigração dos refugiados: grande parte se desloca sozinho (deixando noivas e esposas) ou estavam solteiros na época, e se caracteriza por estar em idade economicamente ativa ocupando vagas no setor da construção civil, de limpeza e transportes públicos. A migração que tem como objetivo a busca de melhores condições de trabalho e de vida, e apresenta uma maior homogeneização, no que se refere à baixa escolaridade e qualificação profissional, em relação à migração de refugiados. No entanto, segundo Saint-Maurice (1997), esse período é caracterizado pela presença significativa de estudantes universitários cabo-verdianos que foram estudar em Portugal favorecidos por convênios entre os países interessados.

Os números de estrangeiros europeus e dos países do continente americano caem para metade, 33%, enquanto os dos PALOP atingem a metade dos estrangeiros em Portugal, segundo o XII Recenseamento de 1981. Os dados mais significativos estão no mercado de trabalho, em que houve um aumento da presença estrangeira empregada na construção civil, que, como vimos, estava em sexto lugar na classificação da ocupação estrangeira em Portugal, com 2,9%, subiu para o segundo, com 21,9%, ou seja, houve um crescimento substancial em áreas nas quais a qualificação profissional ou formação técnica não é critério pra sua ocupação. Dessa forma, verifica-se mudanças no perfil da população estrangeira em Portugal. A retração da imigração européia e americana — sempre pequena em Portugal — que, em princípio, caracterizava-se pela estada provisória, sendo poucos os processos de aquisição de nacionalidade, foi substituída pelos imigrantes dos PALOP, com elevados pedidos de cidadania, revelando a tendência de permanência no país de destino. Esse quadro apresentou transformações na ocupação e expansão dos estrangeiros com pele escura no mercado de trabalho e numa paisagem mais colorida das ruas.

A presença de pessoas com a cor da pele mais escura se tornou mais freqüente no decorrer dos anos de 1980. Os imigrantes com origem nas ex-colônias portuguesas do continente africano passaram a ter mais visibilidade não só nas ruas, mas também para o Estado português. O aumento do número de imigrantes em Portugal, principalmente em Lisboa, proporcionou: o surgimento de disputa por postos do mercado de trabalho entre estes e os portugueses; o termo imigrante torna-se mais

freqüente no cotidiano dos portugueses, na mídia e no discurso político (Gusmão, 67); os bairros degradados se espalham pela periferia de Lisboa, concentrando os imigrantes dos PALOP, o que reflete na segregação espacial e racial.

Os imigrantes africanos, que antes eram solução para o Estado e economia portuguesa, agora representam uma ameaça. Uma ameaça que tem que ser apartada para as periferias de Lisboa, onde a sociedade portuguesa cria

barreiras espaciais e institucionais, como também ideológicas: a África em Portugal torna-se um 'fantasma' que assusta e ameaça. Necessário é então afastá-los da cidade para a periferia e para isso coopera o crescimento do mercado imobiliário, que avança, construindo moradias de alto nível e 'empurrando' o imigrante cada vez mais pra longe. (Gusmão, 2005, p. 126).

A baixa escolaridade dos cabo-verdianos é obstáculo à sua inserção na sociedade receptora, principalmente no mercado de trabalho, situação que gera conseqüências nefastas para essa população: "vínculos precários, inserção em setores de trabalho recusados pela população autóctone, baixos salários e não usufruto de qualquer benefício da segurança social" (Saint-Maurice, 1997: 58).

Na construção civil, setor mais procurado, as relações de trabalho são débeis e desfavoráveis aos cabo-verdianos. Entretanto, é o setor no qual os imigrantes depositam suas expectativas na melhoria da condição de suas vidas, como também de suas famílias. Mesmo com a precariedade, sem direitos trabalhistas e previdenciários, em más condições de trabalho e com baixos salários, os rendimentos superam o que recebiam em Cabo Verde. A atividade da construção civil se tornou, para setores da sociedade portuguesa, indesejada, desqualificada, estigmatizada, etnicizada e sem atrativo nenhum.

Sintetizando, a imigração cabo-verdiana para Portugal apresenta algumas características: a) apesar de não ser homogênea, grande parte dos imigrantes oriundos de Cabo Verde se deslocaram por razões econômicas, em busca de melhores condições de trabalho e de vida — migração laboral; b) por isso, apresenta uma alta taxa de pessoas com idade economicamente ativa, com elevado número de cabo-verdianos com filhos, que indica imigração de caráter familiar; c) com pretensões de se estabelecerem por tempo indeterminado ou definitivamente na sociedade de chegada (Saint-Maurice, 1997).

Além disso, a grande maioria dos imigrantes cabo-verdianos possui baixa escolaridade, que reflete na baixa qualificação profissional⁴⁴ e nas relações subordinadas de trabalho. Todas essas características são elementos que influenciam na forma do contato e na inserção, dos imigrantes cabo-verdianos na sociedade receptora. São elementos que moldam as relações sociais hierarquizadas entre os imigrantes e os portugueses. Esses últimos, para “colocar” e sempre lembrar aos imigrantes sobre o seu lugar, atribuem classificações como “estranho”, “estrangeiro”, “refugiado”, “ilegal”, “africano”, “ladrão”.

As categorizações atribuídas pelos grupos dominantes contrariam as heterogeneidades sociais e culturais, que caracteriza o cabo-verdiano. Os estereótipos apontam o africano (estrangeiro), como pobre e morador de bairros degradados. Os três pilares podem ser divididos em apenas dois aspectos: as diferenças sociais, por um lado e, as diferenças raciais, por outro. A miscigenação e diversidade cultural e socioeconômica dos imigrantes cabo-verdianos pode ser verificada já na formação populacional do arquipélago, e nos diferentes períodos de onde partiram os cabo-verdianos.

A heterogeneidade do imigrante cabo-verdiano também pode ser verificada nos níveis de escolaridade, de qualificação profissional, de variação de idade ativa para o mercado de trabalho. “A heterogeneidade que então se observa ir-se-á traduzir em inserções específicas no espaço português, em diversos campos da vida social” (Saint-Maurice, 1997, p. 81). Em Portugal há imigrantes cabo-verdianos de todos os perfis, desde pessoas sem qualificação profissional e escolaridade, até pessoas com maior grau de escolaridade e profissionalização, que divide espaços de moradia com vizinhos portugueses brancos, com comportamentos sociais mais próximos da elite portuguesa do que os cabo-verdianos mais desfavorecidos, moradores de bairros degradados. Esta heterogeneidade refletiu com mais intensidade entre os afro-portugueses.

A inserção do imigrante na sociedade receptora depende muito da condição jurídica do primeiro. Na maioria das vezes, o imigrante tem a sua situação de ilegalidade porque nasceu em outro país, é considerado estrangeiro. Para que esse consiga naturalizar-se é necessário seguir normas e apresentar documentação, de acordo com a legislação do país receptor.

Quem nasce em Portugal nem sempre é português

Não obstante meu foco de análise seja os jovens filhos de cabo-verdianos, nascidos em Portugal, com ou sem a naturalização portuguesa, moradores do bairro 6

⁴⁴ Dentre os imigrantes de cabo Verde, “mais de um em cada quatro não sabem ler, nem escrever e quase três quartos têm no máximo a 4ª série” e apenas “5,2% com curso médio e superior” (Saint-Maurice, 1997, p. 64).

de Maio, é importante observar que existem diferentes formas de inserção na sociedade de destino. A inserção dos imigrantes e seus filhos depende da posição que eles ocupam na pirâmide social, variável que reflete nas relações cotidianas.

A condição jurídica também é uma variável destacável na relação do imigrante e seus descendentes na sociedade portuguesa. Dois são os fatores, posição social e condição jurídica da pessoa e do seu grupo, influenciam na percepção individual sobre o grau de inserção e discriminação que cada indivíduo e o seu grupo têm dentro da sociedade portuguesa.

Após 1975, o novo ciclo de imigração de cabo Verde para Portugal refletiu em mudanças na legislação sobre nacionalidade das pessoas nascidas em Cabo Verde e domiciliadas em Portugal, para que assim impedisse o aumento do fluxo migratório. A principal mudança ocorreu no requisito para atribuição de nacionalidade para quem nasceu em Portugal, mas é filho de imigrante. Os filhos de cabo-verdianos, nascidos em Portugal, tiveram reduzido os seus direitos com a nova legislação⁴⁵, na qual foi abandonado o critério de conceder nacionalidade a todos aqueles que nasceram em território português. Em outras palavras, “nascer em Portugal se tornou insuficiente para ser português” (Sertório, 2001, p. 88), o que valeu apenas para aqueles descendentes de pessoas nascidas em Portugal, até o terceiro grau.

Essa nova lei de nacionalidade⁴⁶ muito contribuiu para a constituição de fronteiras sociais e raciais entre portugueses e cabo-verdianos e seus descendentes, com o objetivo de estabelecer para o grupo dominante “um estilo de vida comum e um conjunto de normas” legais, com padrões positivos e distintos do imigrante (Elias, 2000, p. 25), colocando os imigrantes e os afro-portugueses em situação de ilegalidade.

A nova lei também trouxe alguma vantagem às pessoas dos PALOP em relação às de outras nações. Se no momento do nascimento de uma criança, em solo português, os pais estiverem legalmente residindo em Portugal há seis anos ou mais, a nacionalidade poderá ser pedida, quando a criança atingir a maioridade. Para os pais oriundos de outros países, o tempo de residência legal em Portugal deve ser de dez anos ou mais. Para aquelas pessoas que não nasceram em Portugal, o pedido de aquisição da nacionalidade pode ser feito depois de seis anos de residência, para os

⁴⁵ Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de junho de 1975 (Pires, 2003, p. 126).

⁴⁶ O custo baixo da mão-de-obra ilegal do trabalhador imigrante se torna fundamental para as empresas que o contratam. No entanto, com algum sucesso o governo português, por diversas vezes tentou a regularização dos imigrantes — para que contribuíssem com impostos para o Estado. A estratégia utilizada foi inspecionar os locais de trabalho e obrigar os patrões a entregar uma lista de trabalhadores ilegais. (Gusmão, 2005: 93)

oriundos dos países de língua oficial portuguesa⁴⁷. A aquisição por meio do matrimônio com um(a) português(a), pode ser pedida após três anos de casamento. (Saint-Maurice, 1997; Sertório, 2001).

Saint-Maurice (1997) distingue três grupos: o grupo 1, constituindo a maioria dos imigrantes e seus descendentes, é formado por pessoas, na grande maioria em idade economicamente ativa, naturais de Cabo Verde, com nacionalidade cabo-verdiana; o grupo 2, representando por volta de um terço, é constituído por pessoas que estão há mais tempo em Portugal, é o grupo mais envelhecido, nascidos em Cabo Verde, mas em decorrência do trabalho e do tempo de estada em Portugal, adquiriram nacionalidade. Muitas das pessoas categorizadas no grupo 2 eram funcionários públicos do governo português nas ex-colônias, que, por alguma conveniência, mantiveram a nacionalidade portuguesa. O grupo 3 é constituído por uma maior incidência de jovens, que são naturais de Portugal, mas, por serem filhos de imigrantes — mesmo que estes possuam nacionalidade portuguesa —, não podiam adquirir automaticamente a nacionalidade portuguesa⁴⁸, estabelecendo assim, segundo Pires, uma “dinâmica de herança dos efeitos de um delito” (2003, p. 129).

Observa-se aqui um paradoxo na sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo em que presença do imigrante é fundamental no mercado de trabalho e para a economia portuguesa (Gusmão, 2005; Sertório, 2001), é vítima de um sentimento coletivo de rejeição. Com os investimentos da UE (União Européia) para a modernização de Portugal, desde o final da década de 1980 até os dias de hoje, a mão-de-obra imigrante foi essencial para esse processo. Foram necessários principalmente na construção civil, levantando pontes, edifícios, construindo estradas, trabalhando na revitalização de casas dos bairros lisboetas, como o Bairro Alto e Alfama. Além de serem fundamentais na modernização de Portugal, tornaram-se mais visíveis à sociedade portuguesa, o que constitui o outro lado do paradoxo.

O desejo de se afastar da África aumentou quando Portugal se tornou membro da União Européia (Gusmão, 2005), intensificando o sentimento social de repulsa aos imigrantes africanos e afro-portugueses. Para o imaginário social português, era o conflito entre a modernidade que se apresentava com o convite da União Européia, ou o atraso, personificado na presença da África em Portugal. Com aumento do número

⁴⁷ “A aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização é um processo moroso que muitas vezes desencoraja os requerentes. Em 1998 foram deferidos apenas 11% dos pedidos; 11% deles foram arquivados e 77% transitaram para o ano seguinte. Em 1999, sobre um total de 4157 pedidos de naturalização por tratar, foram deferidos 14% e indeferidos 4%; 82% ficaram para resolver. Cidadãos oriundos de 65 países tinham processos de naturalização em 1999, mas a grande maioria dos pedidos provém dos países lusófonos, com especial destaque para Cabo Verde (44% dos pedidos)”. (Sertório, 2001, p. 88).

⁴⁸ Estas questões refletem nos relacionamentos cotidianos, decorrentes das restrições legais aos imigrantes, como também aos seus descendentes com nacionalidade portuguesa.

de imigrantes africanos em Portugal⁴⁹ nas últimas duas décadas, avolumaram-se os discursos racistas, atitudes cotidianas de discriminação, produção de estigmas sociais e raciais.

Em síntese, o paradoxo está na necessidade da mão-de-obra imigrante, nos postos de serviços braçais em Portugal e, ao mesmo tempo, na rejeição aos imigrantes e seus filhos, já nascidos em Portugal, de grande parte da sociedade receptora.⁵⁰

Os imigrantes cabo-verdianos e os afro-portugueses, segundo Saint-Maurice, reúnem os elementos que alimentam as imagens sociais estigmatizantes elaboradas por setores da sociedade portuguesa, que acumula “os estatutos de estrangeiro/imigrante/africano”, refletindo “numa inserção marginal no mercado de trabalho” (1997, p. 64). Os cabo-verdianos e os afro-portugueses se tornaram o primeiro grupo estrangeiro que, desde sua gênese migratória, constituem-se, como nas palavras de Elias (2000), em verdadeiros *outsiders*, exemplificado pela condição social estigmatizada e inferiorizada nas relações cotidianas e no campo jurídico da sociedade portuguesa.

A situação de ilegalidade de muitos cabo-verdianos e afro-portugueses contribuiu muito para as relações desequilibradas entre esses e os portugueses. O desequilíbrio é latente na marginalização no mercado de trabalho, no qual, ao lado de outros imigrantes e descendentes dos PALOP, representavam 70% dos trabalhadores ilegais em Lisboa e Setúbal, sendo que seus postos eram mais ocupados caracterizados pela desqualificação profissional, com a ausência proteção legal e com baixa remuneração, principalmente na construção civil e obras públicas, para os homens, e os serviços domésticos, para as mulheres (Pires, 2003).

A precariedade da inserção dos imigrantes cabo-verdianos e afro-portugueses no mercado de trabalho, e as restrições sociais e trabalhistas aprofundou e alimentou os abismos entre os grupos dominantes e o grupo dominado, formando uma cena de integração subordinada (Pires, 2003) ou graus de marginalidade subordinada (Saint-Maurice, 1997), confirmando os processos de controle social e de desqualificação social. Desse processo resultou sentimentos do grupo dominante de repulsa e rejeição ao grupo dominado, o qual tende a se comportar como estranho, dentro da sociedade receptora.

⁴⁹ Embora o número de cabo-verdianos tenha caído em Portugal, na década de 1990, ainda é o grupo mais expressivo entre os imigrantes africanos: “Na década de 1990, a proporção de imigrantes cabo-verdianos diminuiu de 70% para cerca da metade do total dos imigrantes dos PALOP” (Gusmão, 2005, p. 94).

⁵⁰ Elsa Sertório apresenta partes de um texto da ONU, publicado em 26/02/2000, no qual a entidade reconhece a necessidade da imigração para “manter a população, força de trabalho e serviços sociais aos níveis presentes”. Segundo esse estudo da ONU, apresentado por Sertório, a UE necessitaria até 2025, cerca de 159 milhões de imigrantes. De acordo com a autora, o fechamento e a criminalização dos imigrantes estão em total contradição com os estudos da ONU.

A legislação referente à nacionalidade contribuiu para o fortalecimento da estigmatização e discriminação. As relações desequilibradas de poder político e econômico estão na origem das relações hierárquicas, sendo o processo de racialização o seu principal reflexo. A pouca qualificação profissional e a baixa escolaridade são fundamentais para a manutenção do poder.

A constituição do imigrante cabo-verdiano e do afro-português como ameaça surge quando esse é racializado. Em outras palavras, quando o componente social é associado a outro componente, a cor da pele. Por meio dessa associação, o grupo inferiorizado é categorizado e desqualificado como o Outro, o estranho. Suas diferenças são naturalizadas e hierarquizadas. A marginalização e a inferioridade social passam a ser consideradas pelos portugueses, como parte da natureza do imigrante cabo-verdiano. Ao mesmo tempo, os comportamentos cotidianos discriminatórios são naturalizados (no aspecto biológico), resultado de características socialmente definidas, como a cor da pele, e construídas, como a associação dos cabo-verdianos e afro-portugueses com a ilegalidade, a violência, a marginalidade.

Como vimos, desde que a questão da imigração foi abordada pelos legisladores, foi tratada de forma negativista, na visão de ameaçados. Até o início da década de 1980, cabo-verdiano era sinônimo de africano e este, sinônimo de imigrante, associado à ilegalidade. Somente em 1995, o governo socialista, contrariando a ideologia luso-tropicalista, reconheceu os problemas e implementou políticas referentes às questões de imigração, demonstrando alguma preocupação com a integração desses grupos e dos afro-portugueses na sociedade portuguesa. O desejo do novo governo foi desenvolver e apoiar políticas públicas inclusivas, no qual, os imigrantes dos PALOP e seus descendentes, são classificados como socialmente vulneráveis, ao lado de outros segmentos sociais, como idosos, deficientes físicos e mentais, etc. São políticas sociais voltadas à solidariedade e segurança social, permitindo, pela primeira vez, ações voltadas à integração, definidas como

- (i) um caso particular de efetivação do acesso aos direitos sociais e, supletivamente, (ii) como dependendo da remoção de limitações legais nos domínios do direito ao trabalho e, nos limites constitucionais, à participação política, bem como (iii) da concessão do direito ao reagrupamento familiar. (Pires, 2003, p. 163).

Após 30 anos das primeiras levas migratórias, o governo português, com ajuda financeira e logística da UE, demonstrou o interesse em medidas integracionistas⁵¹, incluindo o direito ao voto em eleições locais para os imigrantes de países onde os portugueses têm o mesmo direito, acesso aos equipamentos da saúde, construção de conjuntos habitacionais para remover as famílias que moram em bairros degradados e de lata, programas educacionais de valorização da diversidade das culturas⁵², etc.

As medidas tomadas pelo governo português, após 1995, foram respostas, por um lado, à visibilidade dos problemas ligados à imigração e, por outro lado, às crescentes denúncias, de grupos organizados ou de entidades e associações de imigrantes, de discriminação e atitudes racistas, tanto em instituições estatais, como nas relações sociais cotidianas. Por isso, em 1998 e 1999, foram publicados os Decreto-Lei 37/98 e a Lei nº 134/99, com o objetivo de combater e criminalizar a “discriminação racial”, baseados na universalização das políticas sociais integracionistas. No entanto, as medidas voltadas à integração foram tomadas quando os processos de racialização já haviam sido desencadeados, provocando manifestações pelos direitos do grupo e reações quando o grupo ao qual pertence é estigmatizado, discriminado. Ao reconhecer alguns direitos aos indivíduos membros dos grupos imigrados e seus filhos — inferiorizados socialmente —, com um espírito universalista, o governo português reconheceu manifestações particularistas dos grupos inferiorizados, nos aspectos social e cultural.

Cada cidade tem suas histórias, seus atores e contradições. Alguns processos apenas parecem singulares, como a periferização, a racialização das relações sociais, o controle social, a estigmatização, a desqualificação social de um grupo se repetem. Embora em países diferentes e em períodos distintos, as histórias dos afro-portugueses e afro-brasileiros se aproximam mais do que os distanciam. Alguns dos processos citados acima também ocorreram na cidade de São Paulo, mais especificamente, na Cidade Tiradentes, como veremos a seguir.

⁵¹ Em janeiro de 1996 foi criado o ACIME – Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, com a função trabalhar com questões ligadas a integração.

⁵² Projeto de multiculturalidade nas escolas portuguesas como o “Entreculturas”. Projeto de valorização cultural e integração de jovens filhos de imigrantes africanos, patrocinados pelo Ministério do Trabalho, da Educação (Secretariado de Programas de Educação MULTicultural) e Solidariedade e UE. (Gusmão, 2005; Machado, 1994)

CAPÍTULO 3

AFRO-BRASILEIROS EM SÃO PAULO

Neste capítulo procuro apresentar a Cohab Cidade Tiradentes como o cenário onde os jovens entrevistados estão inseridos. Para isto, procuro trazer alguns elementos e interpretações sobre a presença afro-brasileira em São Paulo e sua histórica segregação social e espacial na cidade. Para finalizar, pretendo demonstrar que o projeto governamental que “pretendia” solucionar o déficit habitacional em São Paulo, a Cohab, nada mais é que uma continuação do modelo segregacionista e resultado das relações desequilibradas de poder político e econômico na ocupação da cidade.

3.1 CIDADE TIRADENTES

Na região onde está localizada a Cohab da Cidade Tiradentes era uma fazenda, que já existia desde a época da escravidão. Ainda podemos encontrar no bairro a Casa Grande e a Senzala, perto da principal entrada e ao lado do maior terminal de ônibus do bairro. Segundo pesquisa realizada por dois moradores da Cidade Tiradentes⁵³, a casa que ainda resiste ao tempo e ao descaso do poder público não era a principal residência dos senhores de escravos, a casa-grande da antiga fazenda não existe mais, e ficava perto do Terminal 65 de ônibus. A casa-grande que ainda existe e que todos acreditam que seja a sede da fazenda teve parte do seu terreno tomado para a construção do principal terminal de ônibus. A casa grande e a pequena senzala ainda estão lá, mantida hoje por Organizações Não-Governamentais (ONG).

A região onde hoje está a Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação) da Cidade Tiradentes era antes habitada por poucos sitiante e pequenos proprietários de terra. O local se transformou numa pequena vila rural improvisada, que recebia pessoas que procuravam um lugar para morar na São Paulo dos anos de 1950⁵⁴. Multifacetada, a população era na época constituída, em sua maioria, de migrantes nordestinos, desfavelados, vítimas das enchentes e deslizamentos, negros, índios, fugindo da especulação imobiliária, como também pessoas fugindo da justiça ou polícia: Independente das razões, estas pessoas foram lançadas para essa região

⁵³ Hudson e Vela, moradores e pesquisadores da Cohab Cidade Tiradentes.

⁵⁴ Segundo os pesquisadores Hudson e Vela, a área em que hoje se encontra Cidade Tiradentes já serviu como refugio para fugitivos políticos, como é o caso de um russo que fugiu do regime stalinista da URSS e foi morar numa pequena propriedade na extrema zona leste entre as décadas de 1930 e 1940. O local foi escolhido pelo seu isolamento e difícil acesso. O russo era procurado pelo governo brasileiro como ativista comunista a serviço dos soviéticos. Também, segundo os pesquisadores, há indícios de que a área foi utilizada como esconderijo e área de treinamento de guerrilha urbana, no final da década de 1960.

periférica no extremo leste da cidade que se abre como uma clareira no interior da Mata Atlântica.

Mesmo com a presença de algumas famílias antes da construção da Cohab, a região era considerada zona rural, pois não havia nenhum vestígio urbano, como mostra a foto aérea tirada em 1972⁵⁵, que fica evidente que nessa área, além de estar na fronteira da cidade, era uma área verde.

Embora tenha sido inaugurado em 1984, o primeiro conjunto habitacional inaugurado nesta área foi o Preste Maia, em 1974, hoje parte da Cohab Cidade Tiradentes. A Cohab Cidade Tiradentes é o maior conjunto da zona leste da cidade de São Paulo, com 229.606 habitantes⁵⁶, numa área de 15 quilômetros quadrados, a 35 km do centro da cidade de São Paulo. Esta área periférica e rural foi o local escolhido pelo poder público da época, para minimizar o déficit habitacional e para onde foram pessoas que habitavam favelas em bairros mais centrais e elegantes⁵⁷ da cidade, algumas deslocadas pelo processo de desocupação dos cortiços e favelas e pela possibilidade de aquisição da casa própria. Devido ao seu isolamento geográfico e falta de equipamentos sociais, a região chegou a ser conhecida como "caixote de exclusão", em uma referência à localização da Cohab e ao formato de suas edificações.

A escolha do local para a construção da Cohab Cidade Tiradentes segue, segundo alguns urbanistas e sociólogos, o modelo de segregação espacial e social que tem origem nos últimos anos do século XIX, que se intensificou no decorrer do século XX, principalmente a partir da década de 1940. Por décadas e décadas o poder público e setores da sociedade paulistana "respeitam" e procuram deslocar e afastar os mais pobres para os lugares mais distantes das regiões onde os grupos dominantes estão instalados.

A Cohab Cidade Tiradentes é um dos exemplos mais evidentes desse modelo de segregação urbana da cidade de São Paulo onde, principalmente, as regiões leste e sul são as áreas para onde a periferia ganhou força e intensidade.

Os conjuntos habitacionais nas grandes cidades do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, nasceram de grandes investimentos no setor de habitação popular feito pela União, no período do último regime militar (1964-1985), que tinha o objetivo de minimizar o déficit habitacional nas grandes cidades e possibilitar a

⁵⁵ Esta foto foi publicada na dissertação de mestrado de Kazuo Nakano (2002) apresentada na FAU-USP, obtida a partir de montagens realizadas com fotos aéreas retiradas do acervo do Laboratório de Aerofotometria do Departamento de Geografia da USP.

⁵⁶ Dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, SEADE, 2004.

⁵⁷ É o caso da remoção de 50 000 moradores da favela Jardim Edith junto ao córrego Águas Espaiadas para a construção de uma avenida do mesmo nome do córrego. Parte dessas famílias teve como destino a COHAB da Cidade Tiradentes.

compra da casa própria. A solução encontrada foi o projeto habitacional das Cohabs, que visava financiar moradias para famílias de baixa renda, construindo casas e apartamentos na periferia onde os terrenos mais longínquos são mais desvalorizados.

Entretanto, o governo nunca conseguiu financiar casa para famílias com renda inferior a três salários mínimos⁵⁸. Assim, ao invés de solucionar o problema, houve uma intensificação do déficit habitacional, principalmente a partir da década de 1980, o que favoreceu a favelização, o encortiçamento e periferização das famílias mais pobres, que começaram a ocupar áreas irregulares em bairros mais centrais e nas fronteiras das grandes cidades, como áreas de manancial localizadas na região sul da cidade de São Paulo, que são protegidas pela legislação ambiental. Nas áreas centrais da cidade houve a proliferação das habitações coletivas, cortiços e de algumas pequenas favelas.

Na mesma década de 1980, de acordo com Vêras (2003), São Paulo deixa de ser uma metrópole industrial para se inserir no processo de globalização econômica, passando a ser referência regional, nacional e internacional. Assim, a cidade começou a sofrer, ao mesmo tempo, os problemas de escala global, e as singularidades específicas de uma metrópole de um país semiperiférico como o Brasil.

São Paulo preenche quase todas as condições para ser capaz de exercer seu papel competitivo internacional, mas o faz parcialmente: recursos humanos altamente qualificados (embora haja analfabetos e sem qualificação), novas formas de cooperação produtiva e empresarial, pequenas e médias indústrias limpas (de alta tecnologia e não poluentes, serviços industriais especializados e serviços financeiros integrados, mas há forte presença, ainda, de pequenas e médias indústrias, se comparadas aos novos investimentos. (Vêras, 2003, p. 110).

Dessa forma, São Paulo apresenta o cenário paradoxal de uma cidade global (Ianni, 1994), com um centro tecnológico avançado, com redes de comunicação e economia desenvolvida, com forte investimento nos setores financeiro, imobiliário e de serviços, mas que convive ao lado de profundas desigualdades sociais que refletem no aumento da miséria, no desemprego, do déficit de habitação e na segregação territorial dos mais pobres.

Assim, com as mudanças verificadas, no decorrer da década de 1980, houve intensificação no deslocamento de pessoas de bairros mais centrais, como Limão,

⁵⁸ Para a inscrição no programa da casa própria do BNH, as famílias tinham que ter renda entre 3 e 5 salários mínimos.

Casa Verde, Ipiranga, Freguesia do Ó⁵⁹, para as periferias mais distantes, onde o custo habitacional é mais baixo.

Um fenômeno importante que deve ser destacado, ocorrido desde o início e no decorrer do século XX, os bairros que se constituíram como territórios afro-brasileiros na cidade de São Paulo, como Barra Funda, Casa Verde, a Bela Vista, onde viviam em espaços justapostos aos espaços de moradia de famílias brancas em condições sociais semelhantes, foram os que mais perderam moradores. De acordo com o senso do IBGE 2000, esses distritos⁶⁰ aparecem com baixa concentração de afro-brasileiros, reflexo do processo de periferização desses grupos, seguindo um padrão não só de segregação social e espacial, mas também racial, demarcando grandes distâncias físicas e sociais entre os grupos de alta e baixa renda da cidade de São Paulo.

A Cohab Cidade Tiradentes é formada por casas, às quais os moradores foram dando identidade própria, construindo novas fachadas e realizando ampliações e por inúmeros prédios também absolutamente idênticos. Isto se tornou uma característica dos conjuntos habitacionais em todos os lugares, a homogeneidade estética, ou seja, casas e prédios iguais. Os moradores mais antigos da Cidade Tiradentes relatam que tal característica dificultava a localização de suas residências.

Os primeiros habitantes do conjunto contam que as moradias e as ruas eram absolutamente iguais. Ninguém conhecia os vizinhos. Pessoas voltavam do trabalho e se perdiam, pois não tinham referências do caminho de casa.⁶¹

Além disso, os primeiros moradores também sofriam com a escassez do transporte público, de ruas asfaltadas, do comércio e serviços públicos. Com o tempo e reivindicações dos moradores e entidades sociais houve um processo de urbanização, com ruas sendo asfaltadas, a instalação de alguns equipamentos sociais como escolas públicas e unidades de saúde (embora seja projeto há anos, a prefeitura da cidade de São Paulo retomou no ano de 2003, a construção do primeiro hospital do bairro). Mesmo assim, a oferta de infra-estrutura não acompanhou o gigantismo de Cidade Tiradentes, que ainda continua privado de equipamentos sociais e culturais, como áreas de lazer, cinema, teatro, casas ou centros culturais, biblioteca⁶².

⁵⁹ Segundo Censo do IBGE de 2000, estes bairros citados como outros tiveram seu número de moradores diminuído, embora tenha crescido a população da cidade de São Paulo.

⁶⁰ Distrito é uma referência administrativa utilizada pelo poder público municipal, em substituição ao termo bairro. Cidade Tiradentes é um Distrito.

⁶¹ Folha de São Paulo, 20/09/2003, "Cidade Tiradentes é a memória negra", reportagem de Edney Cielici Dias.

⁶² A primeira e única biblioteca pública da Cidade Tiradentes foi construída a partir de um projeto do grupo cultural Força Ativa, em 1998.

Muitas pessoas reclamam que as unidades habitacionais, principalmente os apartamentos, são pequenos (47 metros quadrados), tem uma divisão física interna dos seus cômodos, no mínimo, incomum e com paredes tão finas que dificultam a privacidade e pode gerar conflitos entre vizinhos.

Na Cidade Tiradentes os escassos postos de emprego⁶³ se concentram nas áreas de serviço e comércio. Não existem no bairro empresas que empregam mais de 100 funcionários. A taxa de analfabetismo (excluindo os analfabetos funcionais), é de 5,78%, sendo que mais de 1/3 (39,58%) da população tem somente o ensino fundamental completo. A maior parte das casas são atendidas pelas redes de esgoto, luz e água. Entretanto, nos últimos anos, houve um crescimento de domicílios irregulares distribuídos pelas 13 favelas da Cidade Tiradentes. São quase 6 mil pessoas morando em favelas, com uma taxa anual de crescimento de 11,76%, se comparada com o crescimento populacional do bairro, que é de 7,89% (Silva, 2004). Por isso, Cidade Tiradentes se caracteriza por uma diversidade de tipos de residências, como barracos em favelas, casas auto-construídas, residências padronizadas do conjunto habitacional que se dividem em casas e apartamentos.

Reflexo das migrações dentro da cidade é a alta concentração de moradores afro-brasileiros⁶⁴. Segundo Silva (2004), baseada no censo demográfico do IBGE de 2000, Cidade Tiradentes é o terceiro distrito da cidade de São Paulo com a maior concentração de população afro-descendente⁶⁵, 49,8%, num universo de cerca de 30% na cidade de São Paulo. Assim, Cidade Tiradentes está entre os cinco distritos da cidade de São Paulo que têm maior concentração afro-descendente.

Outro número que chama a atenção e que pode nos indicar um processo de reprodução do modelo de segregação dentro da Cidade Tiradentes são os números dos afro-descendentes que moram nas favelas, dentro da Cidade Tiradentes, onde há alta concentração desse grupo, com mais de 60%. Nos quase três anos que trabalhei como educador pela ONG Ação Educativa, observei o desconforto dos jovens⁶⁶ que participavam do projeto, quando o assunto eram os moradores do Jardim Maravilha — umas das maiores favelas da Cidade Tiradentes. Alguns relataram que os moradores da favela acreditavam que os moradores das casas e apartamentos eram privilegiados, o que mostra a situação de reprodução da segregação e sua percepção por moradores das favelas.

⁶³ De acordo com o Mapa da Exclusão/Inclusão da cidade de São Paulo, coordenado por Aldaiza Sposati (1996), Cidade Tiradentes é o distrito com menos oferta de emprego da cidade.

⁶⁴ O total dos números é a soma dos negros e pardos apontados no último censo do IBGE (2000). O mesmo cálculo é feito pela Fundação SEADE.

⁶⁵ Considero aqui afro-descendentes não somente aquele de pele escura (afro-brasileiro), mas também os mestiços, com tonalidades de pele mais clara, aqueles classificados como pardos.

⁶⁶ Todos os jovens que participam do projeto moravam nas casas ou apartamentos da Cohab, muito difícil o nosso acesso aos moradores das favelas.

As diferenças entre os bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes são grandes, basta verificar o gigantismo deste último, a população do distrito paulistano é maior que toda a cidade de Amadora. Mas existem elementos que os aproximam. Ambos os bairros nasceram há pouco tempo, concentram pessoas que pertencem aos segmentos mais pobres, têm elevada concentração de africanos (bairro 6 de Maio) e seus descendentes, bem acima da média de suas respectivas sociedades. A maior semelhança está na imagem estigmatizada que ambos os bairros possuem.

Estive pela primeira vez na Cidade Tiradentes para acompanhar o aniversário de 10 anos da posse⁶⁷ de hip-hop Aliança Negra, em 1995, e realizar algumas entrevistas para a minha dissertação de mestrado que tinha como tema o rap em São Paulo (Tella, 2000). Quando estava na estrada do Iguatemi, não imaginei que aquele era o único acesso que levaria ao bairro, e ao entrar, me surpreendi com o gigantismo do bairro. Ao passar pela estrada do Iguatemi, o motorista de carro ou passageiro de ônibus coletivo não conseguem enxergar as casas e os prédios da Cohab Cidade Tiradentes. É como se o bairro estivesse “protegido” dos olhos e do acesso ao bairro, cercado por casas e morros, o que aponta o seu grau de isolamento e apartação.

Na avenida que dá acesso ao interior do bairro, há predominância das casas da Cohab e, depois do principal terminal de ônibus, os prédios começam a tomar conta do cenário, sendo estes todos iguais e em ruas idênticas, com as mesmas portarias (dos prédios) e muros que separam os condomínios das calçadas.

No interior da Cohab Cidade Tiradentes podemos encontrar muitas casas que foram modificadas pelos moradores. Alguns moradores abriram bares ou pequenas lojas na frente das casas. Também podemos encontrar terminais de ônibus, um grande mercado (Compre Bem), uma loja popular de móveis (Casas Bahia), igrejas evangélicas, uma Delegacia e um canil da polícia militar, Corpo de Bombeiros, padarias, escolas municipais e estaduais, campos de futebol, pequenas praças ao redor dos condomínios dos prédios. Em alguns prédios os próprios moradores construíram muros com portarias para melhorar a segurança interior dos condomínios e, ligado aos muros, foram construídos pequenos cômodos para a instalação de pequenos comércios, como quitandas, salão de beleza, bares, lojas de utensílios domésticos.

A construção de muros altos com portarias para controlar a entrada de pessoas estranhas no condomínio é outro indício de que no interior da Cohab Cidade

⁶⁷ Posse é o nome dado aos grupos de pessoas (às vezes chegam a 20 grupos com 3 a 5 membros cada) ou isoladamente que, por meio da música, da dança e do grafite para organizar oficinas culturais. Esses jovens, membros de alguma posse, tem consciência de que o hip-hop, além de ser uma forte expressão cultural é, também um grande meio de informação e conhecimento a serviço da comunidade. O objetivo dos integrantes das posses é pensar em conjunto uma forma de organização para atuar junto à comunidade.

Tiradentes se reproduz alguns elementos da segregação existentes no resto da cidade.

Vários mirantes proporcionam uma vista panorâmica do “mar” de prédios e extensão territorial da Cohab. Em alguns lugares é possível observar algumas favelas no interior da Cohab, como o Jardim Maravilha erguidas entre os espaços vazios do bairro, em áreas irregulares.

Um dos fatos que mais me surpreendeu foi com a dificuldade, a distância percorrida e o tempo gasto do deslocamento, que me levou a pensar que havia pego o ônibus errado ou que deixara passar o ponto. Não foi isso, eu estava no ônibus certo e desci nos ponto certo. O bairro da Cidade Tiradentes está a duas horas de ônibus do centro da cidade, tempo que aumenta de manhã, no final da tarde e início da noite com o aumento do trânsito de carros e pessoas. Casa Verde, zona norte da cidade de São Paulo, onde moro, fica a 5 km do centro antigo da cidade e a 4 do terminal de ônibus Princesa Isabel⁶⁸, de onde o tempo percorrido até Cidade Tiradentes era mais ou menos 2 horas. Eu gastava por volta de duas horas e meia para me deslocar da minha casa até a Cidade Tiradentes.

A periferização e a construção da grande maioria dos conjuntos habitacionais em áreas afastadas das regiões centrais, elitizadas e onde estão a maioria dos equipamentos e serviços públicos, faz em parte do modelo de segregação territorial, que segue critérios sociais, refletindo na apartação da maioria dos afro-brasileiros. Modelo de segregação que há muito tempo orienta o poder público e o pensamento de setores dominantes da sociedade paulistana.

3.2 A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL

Fundada em 1554, a cidade de São Paulo sofreu significativas e profundas mudanças somente no decorrer do século XIX. Até então, a principal e tímida atividade era comercial, sendo São Paulo o local onde eram compradas e vendidas mercadorias de negociantes que vinham do Paraná e Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro e Santos. As relações de poder e de ocupação do território na pequena vila se davam entre colonizadores e colonizados e depois entre senhores e escravos, onde os dominadores se protegiam das ameaças que afro-brasileiros e índios

⁶⁸ Para à Cidade Tiradentes, de onde moro, há outra alternativa: um ônibus até o metrô Barra Funda. Da Barra Funda eu atravessava a linha de metrô Leste-Oeste e descia na última estação Corinthians-Itaquera, depois o ônibus ou lotação que demora por volta de 40 minutos (com o trânsito livre), percurso mais rápido, em torno de 2 horas, porém mais caro, por ter que tomar três conduções.

representavam. Até meados do século XIX, a cidade, não dava pistas para o que viria a se transformar.⁶⁹

Reflexo do acúmulo de riquezas das fazendas de café e da instalação das primeiras indústrias na segunda metade século XIX, São Paulo começou a chamar a atenção de pessoas de outras partes do país e se defrontou com destacada explosão demográfica. A abertura de novos postos no mercado de trabalho atraiu trabalhadores nacionais, imigrantes, mestiços e afro-brasileiros alforriados. Em decorrência dos investimentos realizados pelo Império na cidade de São Paulo, como a fundação da segunda instituição de ensino de Direito do país, também chegou a atrair filhos das famílias mais abastadas de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Nessa época grupos dominantes da cidade, aliados ao poder público, iniciaram o controle da entrada de afro-brasileiros, escravos ou alforriados, com uma visão higienista e médica em voga na Europa e no Brasil no decorrer do século XIX.

Até então, a população na cidade de São Paulo estava totalmente descentralizada territorialmente, sendo que parte das pessoas morava em chácaras e sítios. O trabalho na área rural e as tarefas domésticas eram as principais atividades dos afro-brasileiros escravos e alforriados (Oliveira, 2002, p. 28). Um terço da população da cidade era composta por trabalhadores escravos, que também exerciam as tarefas de transportar água dos chafarizes públicos para as residências dos senhores, mercadorias e material acumulado dos banheiros das casas dos brancos para locais determinados.

Nas fazendas de café os trabalhadores eram isolados espacialmente para não conviver com os senhores da casa grande. Já na cidade de São Paulo havia maior aproximação espacial.

De um lado, os homens livres (proprietários de escravos) e, do outro, os proprietários cativos constituem os dois grupos sociais do velho burgo — estão misturados no tecido urbano porque infinitamente separados no tecido social; um é o não outro; a definição é clara porque é oposição binária em todas as dimensões: econômica, jurídica, social, moral. (Rolnik, 1981, p. 6).

A maior convivência entre brancos e afro-brasileiros na área mais urbanizada, não eliminava as relações hierarquizadas entre os dois grupos. Uma das formas de manter o status social adquirido de setores da sociedade paulistana, além de um distanciamento espacial, era a utilização da estratégia de reprodução de estigmas, desqualificando socialmente os afro-brasileiros. Forma essa de manter as relações de

⁶⁹ Incluindo a zona rural, a cidade de São Paulo tinha por volta de 9.000 habitantes em 1836 e 30.000 em 1873 (Rolnik, 1981, p. 6)

poder inalteradas, com os estigmas e estereótipos também reproduzidos pelas camadas mais pobres da população branca.

Com a economia do café se desenvolvendo no país, principalmente na região sudeste, e com a inauguração da faculdade de Direito, maior número de pessoas se deslocou para a cidade em busca de negócios e estudos de direito. Na segunda metade do século XIX, o centro da cidade de São Paulo era local que servia para o encontro de negociantes, políticos fazendeiros, alguns profissionais liberais e estudantes. Mas também era no centro da cidade que os mais pobres e a grande maioria dos afro-brasileiros trabalhavam, circulavam e moravam em habitações degradadas. Nas áreas periféricas do centro, estavam as chácaras e sítios — zona rural — nos bairros do Bom Retiro, Barra Funda, Pari, Brás, Mooca.

Nesse momento em que o centro da cidade passou por transformações urbanas, as edificações de taipas foram substituídas por construções de tijolos, resultado do “processo de ‘europeização’ da cidade a partir de muitas construções novas financiadas pelo capital cafeeiro” e “o surgimento de um mercado imobiliário incipiente” (Nakano, 2002, p. 26). Dessa forma, São Paulo é influenciada por ideologias racistas elaboradas na Europa e por modelos arquitetônicos europeus, como é o caso do Teatro Municipal.

A industrialização, o crescimento da economia com base no café, o fim do trabalho escravo e o início da imigração estrangeira com origem nos países da Europa Ocidental, principalmente a Itália, fez com que a cidade crescesse de forma intensa, refletindo na expansão territorial do centro. No início do século XX, o centro “antigo” da cidade de São Paulo, como hoje é conhecido, englobava a Praça da Sé, Pátio do Colégio, largo São Francisco, praça João Mendes, largo São Bento, rua Florêncio de Abreu e o triângulo financeiro formado pelas ruas XV de Novembro, Direita e São Bento. A área também concentrava as moradias dos novos industriais, banqueiros e fazendeiros do café. Os investimentos em imóveis, o desenvolvimento do comércio, cafés, hotéis, confeitarias, restaurantes, teatro tornaram alguns locais do centro “antigo” elegantes e valorizados, reservados para a convivência dos membros dos grupos dominantes. Assim, o centro “antigo” concentrava o poder político, econômico, os eventos culturais e acadêmicos — Faculdade de Direito no largo São Francisco.

Sendo uma área elegante de uma cidade que não parava de crescer demográfica e territorialmente, a elite paulistana iniciou um processo de afastar alguns estorvos sociais. A proibição das moradias coletivas, como os cortiços⁷⁰ no

⁷⁰ Para a construção da praça da Sé, foram derrubados dois quarteirões onde existiam sobrados encortiçados, como parte de projetos governamentais, como a proibição dos cortiços e “obras de remodelação”. (Rolnik, 1997, p. 106).

centro antigo, em 1886, foi um dos primeiros “recadinhos”, que visava afastar os mais pobres, entre eles a grande maioria de mestiços e afro-brasileiros, classificados como indesejáveis, imorais, vadios. Visavam também que esses grupos circulassem cada vez menos nas áreas que os setores dominantes eram predominantes.

A partir deste cenário, surge um paradoxo que persiste até os nossos dias: os grupos dominantes, aliados ao poder político e ao capital imobiliário tentam, afastar das áreas centrais da cidade os mais pobres da sociedade, porém, deles necessitam para preencher os novos postos de trabalhos, em decorrência do processo de industrialização.

As “obras remodeladoras — alargamento de vias, instalação de praças, bulevares e equipamentos sociais” (Rolnik, 1997, p. 106) — e as legislações que visavam proibir os cortiços e as moradias populares, eram instrumentos do poder público e da elite paulistana, que se utilizava destas estratégias, não só para afastar as pessoas indesejáveis, mas também para controlar a circulação dos mais pobres, prática ainda hoje corrente. Portanto, havia o desejo de restringir o acesso e circulação às áreas mais elegantes do centro da cidade, resultado da disputa desequilibrada entre aqueles despojados do poder político e econômico e os setores dominantes da sociedade paulistana, representados principalmente pelo capital industrial associado ao imobiliário e ao poder público, pelo loteamento e ocupação dos espaços na cidade.

3.3 CONVIVÊNCIA INDESEJADA

Um pequeno resgate histórico sobre o rápido e desordenado crescimento da cidade de São Paulo, de fins do século XIX até 1930, é fundamental porque é neste período que o modelo de segregação territorial e racial foi se constituindo (Rolnik, 1997; Bógus, 1992; Silva, 2004), e se mantém até os nossos dias. O intuito da segregação sempre foi o de afastar as moradias coletivas e os indesejáveis que nelas habitavam, dos bairros onde os grupos dominantes se estabeleciam, sendo que os indesejáveis eram membros dos grupos dominados: trabalhadores estrangeiros e nacionais, mestiços e os afro-brasileiros.

O centro de São Paulo era uma área “elegante”, no último quarto do século XIX, porém ainda era sentida a presença dos grupos dominados. Eram três as formas que se podia visualizar sua presença: nas moradias coletivas e cortiços, nas manifestações que ocorriam no centro da cidade, organizadas por populares que reivindicavam melhorias sociais e nas tarefas desempenhadas e trabalhos típicos de rua, que se reuniam de acordo com suas funções: como os jornaleiros e engraxates —

muitos desses eram mestiços e afro-brasileiros —, e que já disputavam espaços “privilegiados” no centro da cidade para exercer o trabalho. (Frúgoli Jr., p. 1995). Mesmo antes do fim da escravidão — se intensificando a partir de 1888 — os cortiços e porões eram as únicas alternativas possíveis de acesso à moradia dos ex-trabalhadores escravos alforriados.

Embora a economia de produção e exportação do café tenha se expandido pelas fazendas da província de São Paulo, em decorrência do trabalho escravo e, posteriormente, da entrada do imigrante italiano nas fazendas (Véras, 2003), o capital se avolumou e se acumulou na cidade de São Paulo, aumentando os investimentos bancários, industriais e imobiliários na capital paulista. A crescente necessidade de mão-de-obra para suprir a demanda que surgia na cidade, já nos finais do século XIX, levou os imigrantes estrangeiros já estabelecidos nas fazendas de café a se deslocarem para a cidade e também grandes levadas de ex-trabalhadores escravos.

Os postos de trabalho criados com o processo de industrialização em São Paulo foram ocupados quase que totalmente pelos trabalhadores europeus imigrados, os italianos⁷¹ principalmente. A preferência pelo trabalhador branco europeu evidencia a influência da ideologia do branqueamento em processo na sociedade brasileira. Muitas fábricas não admitiam afro-brasileiros, aos quais restava trabalhar em funções que os imigrantes geralmente não ocupavam — somente em casos de extrema necessidade —, como limpeza pública, auxiliares de obra, etc.

O objetivo da política de imigração dos europeus era a possibilidade de apagar a “mancha” representada pela presença física e cultural afro-brasileiras. Era a forma de extirpar os traços de “barbárie” da sociedade brasileira, e iniciar uma nova história, uma nova ordem social e desencadear um novo processo civilizatório.

O status diferenciado que setores da elite brasileira imputavam aos trabalhadores imigrantes não refletiu na condição social dos mesmos. Nas fazendas de café ou na cidade de São Paulo, os imigrantes europeus enfrentaram grandes problemas no relacionamento com os patrões, que ainda eram fortemente influenciados pela relação do trabalho servil. Assim, não garantiam direitos ao trabalhador, muitas vezes impondo relações servis camufladas, por meio da aquisição de dívidas dos trabalhadores imigrantes, junto aos fazendeiros, fazendo com que esses tivessem que obrigatoriamente permanecer nas fazendas. Por esse motivo, vieram à cidade de São Paulo em busca de melhores condições de sobrevivência,

⁷¹ Segundo Véras (2003), a intenção da maioria dos imigrantes italianos que chegavam em São Paulo não era trabalhar nas fazendas de café. “Aqueles que tinham oportunidades ou mudavam-se para centros urbanos, ou então retornavam ao país de origem. Embora esse movimento tenha sido desorganizado e sem articulação política, representou a continuidade de uma luta já iniciada na própria Itália a fim de conservarem sua autonomia”. (Véras, 2003, p. 87)

porém aqui, os trabalhadores estrangeiros também sofreram opressão, exploração, preconceitos e estereótipos, que refletiam na sua desqualificação social.

O exercício das funções laborais mais desvalorizadas na cidade contribuiu para a reafirmação de um dos estigmas mais eficientes e duradouros atribuídos aos afro-brasileiros, o qual foi (re)elaborado nos últimos anos de escravidão no Brasil. O mestiço e o afro-brasileiro eram vistos como trabalhadores eficientes apenas sob o controle e ordem do senhor e proprietário. O Estado e fazendeiros, sob alegação de vadiagem, falta de disposição e indolência do afro-brasileiro, optaram pela mão-de-obra estrangeira. Esse fato representou um elemento importante no imaginário social da época, no qual era impossível outra relação que não fosse a de senhor e escravo, descartando a possibilidade de haver relação de empregador e trabalhador livre.

A imagem construída de que o afro-brasileiro era insolente, preguiçoso, vadio e sem ambição reafirmava algumas teses racistas elaboradas em alguns centros de pesquisas europeus, que influenciou as elites políticas e grande parte dos intelectuais e acadêmicos dos recém inaugurados centros de pesquisa universitários. Em decorrência das teorias racistas, a elite branca acreditava que o Brasil só poderia se transformar numa nação moderna e civilizada se os traços físicos, culturais, africanos e afro-brasileiros desaparecessem. Dessa forma, parte da elite intelectual brasileira se apropriou de teorias racistas européias, que enxergava no miscigenado e africano uma desigualdade e inferioridade irremediáveis.

A ideologia racista do branqueamento ganhou força entre os membros dos grupos dominantes — as elites intelectuais, econômicas e políticas. Esta ideologia acreditava que o branco imigrante representava o caminho mais rápido e eficaz no “processo civilizador”, no qual a mão-de-obra nacional (a grande maioria, afro-brasileiros) representava o atraso, o passado, o caminho oposto à modernização e civilização da sociedade brasileira (Véras, 2003, p. 84). Além de Estado nacional ter promovido a entrada de imigrantes, sobretudo em São Paulo, como parte da ideologia do branqueamento, a cidade foi escolhida para receber os mais generosos investimentos públicos da união, que visava um seguro processo de industrialização e modernização, tornando-se o centro econômico do país.

Com o fim do trabalho escravo, aumenta o número de afro-brasileiros na capital paulista, reflexo das grandes dificuldades de se encontrar trabalho nas fazendas de café. Sob o ponto de vista sociológico, este foi um momento interessante, porque se esperava uma convivência mais próxima dos grupos dominantes e dominados. No entanto, o fim da segregação legal deu lugar a novas formas de separação no espaço urbano.

Assim, a cidade foi loteada e passou a receber intervenções políticas higienistas promovidas pelo Estado, sob controle de grupos dominantes, visando afastar o estorvo que representava os grupos dominados das áreas mais elegantes, valorizadas e por onde circulavam as elites paulistanas.

Com a expansão da industrialização e a chegada dos trabalhadores imigrantes, o poder público os separou dos trabalhadores nacionais, principalmente, daqueles de pele escura. Os trabalhadores estrangeiros passaram a habitar as chamadas vilas e casas operárias, cedidas pelos proprietários das fábricas, como parte da remuneração do operário. Eram as ruas ou vilas operárias, com casas geminadas duas a duas, quatro a quatro em seqüências que chegavam a preencher um lado inteiro do quarteirão. Perto delas eram instaladas as fábricas ou pequenas oficinas, facilitando o deslocamento dos operários para a fábrica. As vilas foram construídas em locais distantes do centro, perto das estações de trem, para facilitar o transporte de mercadorias das médias e pequenas indústrias, e na parte baixa da cidade, fato que favorecia ocorrência de enchentes.

Iguais umas das outras, e sob orientação do Estado, as casas das vilas operárias foram construídas com base em projetos higienistas, na qual era respeitado o formato de uma moradia para cada família. Assim, as casas operárias seriam o contraponto as moradias coletivas, que representavam o lado ilegal, totalmente desordenado e indisciplinado da cidade. Dessa forma, o poder público, controlado pelos setores dominantes, pretendia estabelecer maior controle sobre os trabalhadores imigrantes e suas moradias, esperando “um comportamento regrado e moralizado segundo o padrão de pensamento europeu” (Silva, 2004, p 20), distinto daqueles moradores nacionais e afro-brasileiros, “avessos” à civilização e à modernidade.

Em síntese, setores da elite paulistana pretendiam, primeiro, separar o grupo mais abastado dos grupos mais pobre, numa tentativa de apartar e proteger os bairros elegantes da cidade e, segundo, dentro o grupo dominado, afastar os segmentos que representavam o atraso — nacionais e, principalmente os afro-brasileiros — dos operários estrangeiros, por meio do projeto dos bairros operários. Não se pretendia o isolamento ou exclusão do grupo dominado, mas manter o seu controle e inseri-los no sistema social, a partir de métodos que os desqualificassem socialmente. A segregação espacial era uma das formas de hierarquizar a sociedade e a cidade: moradias coletivas, vilas operárias, palacetes dos abastados. (Rolnik, 1981, p. 64).

Mesmo que não tenham sido numericamente expressivas (Véras, 1992), as vilas ou ruas operárias representaram um marco na expansão da cidade. As camadas

mais pobres da sociedade, entre elas, a maioria dos afro-brasileiros sem acesso a essas moradias, tinha duas opções: tentar morar em habitações coletivas degradadas e insalubres, de baixo custo, na área central da cidade — cortiços, porões alugados para habitação e pensões com quartos coletivos para operários ou desempregados sem famílias, ou áreas mais distantes do centro (zona rural), onde havia locais de moradia com preços também baixos. Historicamente, a segunda opção era a mais desejada pela elite paulistana.

Ainda que fosse o desejo da elite e das legislações de reformas urbanas, as moradias coletivas nunca desapareceram do cenário habitacional da cidade de São Paulo. As reformas urbanísticas redesenharam as ruas centrais da cidade e proibiram a instalação de cortiços, pensões coletivas e vilas de operários, nos espaços mais valorizados do centro. Este foi o primeiro investimento das elites da cidade para isolar os pobres do centro da cidade, com os chamados Planos de Melhoramentos da Capital (Rolnik, 1997), na tentativa de tornar essa área exclusiva das elites.

Apesar dos baixos preços da locação e precariedade das moradias coletivas, os afro-brasileiros ainda enfrentavam problemas de acesso a esse tipo de habitação, como dificuldades de pagar o aluguel e, além disso, a resistência de proprietários em alugar um quarto a um inquilino de tez escura. Florestan Fernandes⁷², que, além de descrever o ambiente desumano, apresentou as dificuldades encontradas por esse grupo para alugar um espaço no cortiço:

Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto para se abrigar. Um dos informantes mais fidedignos relata que ‘muitos não tinham onde morar’: ‘minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de outro lugar’. Ao descrever o quarto, que compartilhava com ambas, afirma: ‘não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas e nem roupa de cama’. Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. O pretendente ‘negro’ podia ser rejeitado; algumas vezes por causa da cor mas também porque o locador temia pela regularidade dos pagamentos só quando conseguia boas referências é que acedia na locação (*in* Silva, 2004, p. 65).

Os projetos de “melhoramentos” da cidade reforçaram a desqualificação social presente no imaginário social, que permanece até hoje, associando os pobres e afro-brasileiros à sujeira, à pobreza, à imoralidade, à ilegalidade, à promiscuidade, às

⁷² Florestan Fernandes. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

epidemias e pragas características de habitações insalubres e sem saneamento, à marginalidade, etc.

Esse tipo de intervenção no território “popular” complementava o projeto urbanístico de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava. (Rolnik, 1997, p. 37).

A imagem socialmente construída que associa de forma pejorativa e estereotipada a população afro-brasileira, e estigmatizava as populações mais pobres, na virada do século XIX para o XX, foi fundamental para aceitação e elaboração das leis higienistas em São Paulo, e “permanece na legislação urbana até hoje”. (Rolnik, 1997, p. 41). Em decorrência das relações de poder desequilibradas, estabeleceu-se por meio de legislações, o controle de acesso às regiões mais elegantes, onde se concentra o poder.

Há tendências que permanecem até hoje, como o maior volume dos investimentos públicos destinados à segurança, ao transporte, melhoria de vias públicas e proteção contra o avanço do comércio para as áreas elegantes. As áreas mais abastadas da cidade historicamente, sempre receberam mais atenção e proteção do poder público. Os grupos mais pobres sempre seguem a tendência da periferização, a fim de proteger e isolar a população mais rica do contato com estes. Desde cedo, os grupos dominam o poder político e econômica, hierarquizam social e racialmente a cidade, impondo normas proibitivas e segregacionistas aos afro-brasileiros e aos mais pobres, assim evitando problemas sociais e epidemiológicos.

Até agora o Estado burguês ‘arrumou’ as cidades a seu modo garantindo as condições gerais de produção e deixando a reprodução da força de trabalho às suas próprias expensas, ‘varrendo’ os pobres para as periferias, abrindo avenidas para favorecer as indústrias, falando em renovar ou ‘decorar’ o centro para as elites. (Véras, 1992, p. 84).

Um exemplo foi a ação sanitária governamental implementada na cidade de São Paulo, que embora fosse diferente em extensão e organização das cidades industriais européias do século XIX, a legislação sanitária paulistana, de 1894, foi inspirada pela legislação sanitária francesa, que influenciou gerações de médicos higienistas formados pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro (Rolnik, 1997, p. 39). Em decorrência das teorias médicas higienistas, as políticas públicas na área da saúde pretendiam deslocar moradores considerados vetores de pragas e epidemias. Alguns

epidemiologistas do final do século XIX acreditavam em dois mitos muito disseminados entre os políticos e populares daquele período: que muitas doenças teriam vindo do continente africano e que os mestiços tinham mais fragilidade imunológica devido à mistura das raças.

Assim, a insistência da permanência das moradias coletivas e cortiços no centro “antigo” da cidade de São Paulo, grupos da elite paulistana elaboraram outra estratégia. O mercado imobiliário se mobilizou e, em 1879, iniciou o loteamento de áreas exclusivamente destinadas à moradia. Um pouco distantes do centro, foram oferecidas para as famílias de altíssima renda, terrenos em novos bairros como o Campos Elísios — em referência a Champs Elysées parisiense —, Higienópolis, em 1890 e avenida Paulista, em 1891. (Rolnik, 1997, p. 46; Nakano, 2002, p. 56). A construção de áreas elegantes foi o embrião do modelo de ocupação dos espaços na cidade, onde o poder político e econômico sempre viabilizou territórios para aqueles que detêm o poder.⁷³

No final do século XIX, os grupos dominantes abandonam o centro “antigo” e constituem espaços exclusivos e agradáveis para sua moradia e convivência. Mesmo assim, a elite continuou a influenciar, por meio do seu poder político e econômico, os projetos urbanísticos da cidade, de acordo com sua visão segregacionista e a partir dos interesses imobiliários. Nos bairros elegantes, a elite não corria mais o perigo de ter como vizinhos famílias indesejadas ou que essas mesmas circulassem pelas ruas das áreas nobres. Havia uma espécie de muros virtuais, que isolavam o grupo dominante do contato e da ameaça que os segmentos pobres representavam.

Diferentemente das áreas mais pobres, os bairros elegantes eram mais organizados e planejados, como os loteamentos de sítios dos Campos Elísios, avenidas Angélica e Paulista e Vila Buarque. Os bairros elegantes eram diferenciados das áreas mais pobres, além do mundo do trabalho ser separado do universo da moradia — exclusivos para bairros estritamente residenciais —, eles também contavam com a assistência irrestrita do poder público.

Os incentivos do Poder Público oferecidos iam desde isenção fiscal para os proprietários de terras que loteassem suas propriedades, com aberturas de ruas e avenidas, até infra-estrutura, como redes de água e esgoto, colégios, serviço de telefonia, transporte público, como os bondes, calçamento, arborização, algumas ruas

⁷³ Empreendimentos recentes seguiram esse modelo, como a remoção dos moradores da favela Jardim Edith, para a construção da avenida Água Espraiada. Membros de camadas médias e média alta, lutaram contra a extensão da avenida Brigadeiro Faria Lima e a construção do shopping Higienópolis, na avenida com o mesmo nome, o que demonstra que o poder econômico, na figura do capital imobiliário, é muito mais forte que os moradores dessas áreas, que fizeram campanhas nos diversos meios de comunicação e tiveram apoio de líderes comunitários, religiosos e políticos. Muito diferente do que ocorreu quando da remoção dos moradores de favela que beirava o córrego Águas Espraiadas.

pavimentadas, com macadame ou paralelepípedos, etc. De acordo com Rolnik, a legislação municipal favorecia o isolamento dos bairros elegantes, com a proibição do trânsito de gado nessas áreas e a proibição do “estabelecimento de fábricas e a construção de edifícios com finalidade industrial” (1997, p. 109). Concedia-se aos novos bairros elegantes, a exclusividade de uso estritamente residencial e de alto padrão.

Nas outras áreas da cidade, os investimentos governamentais eram concentrados nas vias públicas, bem menores se comparados com o ritmo da expansão da cidade, e não atingiam a totalidade dos bairros populares, enquanto que nas áreas elegantes, o ritmo do calçamento, por exemplo, era bem acelerado. Segundo Rolnik (1997), mais da metade dos investimentos públicos eram gastos nos bairros elegantes e no centro e a outra parte, nos bairros mais pobres como, Barra Funda, Bom Retiro, Ipiranga, Brás, Mooca, Pari, Bexiga⁷⁴, Lapa, Vila Prudente, prática que permanece ainda hoje.

Dessa forma, desde o início da industrialização e expansão territorial, São Paulo segregou os mais pobres, entre eles a grande maioria dos afro-brasileiros, em moradias degradadas e bairros afastados do centro. Assim, as relações desequilibradas de poder político e econômico, o controle social das camadas mais pobres e as desigualdades sociais já refletiam no processo da formação dos bairros paulistanos. Neste processo, os afro-brasileiros se concentraram nas moradias degradadas e nos bairros mais distantes e irregulares.

3.4 A CIDADE EM EXPANSÃO

Como vimos, o crescimento e a distribuição do espaço da cidade de São Paulo foi definido pela desequilibrada distribuição de poder, durante o processo de industrialização, a partir das últimas três décadas do século XIX. Desta forma, a cidade tomou nova forma, com os loteamentos de sítios e chácaras, de acordo com os interesses sociais e econômicos dos grupos dominantes paulistanos. Um dos interesses das elites era apartar os mais pobres e os afro-brasileiros. As políticas públicas higienistas e as legislações urbanísticas influenciaram o poder público, e isso fez com que os mais pobres fossem removidos dos espaços destinados à ocupação de quem estava no poder. Com o surgimento dos bairros elegantes e valorizados de São Paulo, foram estabelecidas linhas imaginárias para afastar os mais pobres, suas

⁷⁴ O Bexiga era para onde fugiam os escravos, que até o fim da escravidão era totalmente clandestino. Após a abolição, muitos afro-brasileiros foram atraídos para aquela região, transformando o bairro num espaço afro-brasileiro de São Paulo. Posteriormente, italianos do sul daquele país se instalaram no Bexiga. (Rolnik, 1981; Vêras, 2003).

moradias coletivas insalubres, degradadas e tudo o que representavam para longe da elegância, buscando manter o status dos bairros “chiques”.

O capital imobiliário, em parceria com o industrial, iniciou o loteamento de novas áreas destinadas aos operários estrangeiros, que também contava com algum incentivo fiscal do Poder Público aos industriais e proprietários de terras loteadas, como o Bexiga, Barra Funda, Luz, Mooca, Belenzinho, Brás, Pari, Bom Retiro, Penha foi a saída para a crise habitacional. Em troca de isenção de impostos aos loteadores destes bairros, os empreendedores construíram moradias higiênicas, de acordo com a legislação, e alguns equipamentos sociais, o que garantia o isolamento dos bairros elegantes.

Ao contrário da exclusividade dos bairros elegantes, nos bairros operários as normas rígidas de padronização para o loteamento eram diferentes. Era permitida a instalação de fábricas, o que facilitava a aproximação dessas com os operários e as linhas ferroviárias. Essas áreas atraíram investidores com interesses imobiliários, que, em alguns desses bairros, foram responsáveis por calçamentos, por exemplo.

Poucos bairros e vilas operárias contavam com alguma infra-estrutura, como transporte público (bondes), calçamento de algumas ruas, escolas e creches. Segundo Rolnik (1997), alguns bairros com vilas operárias, como a Vila Prudente, reproduziam a estrutura dos bairros elegantes, mas sem exclusividade residencial que aqueles continham. O objetivo dos industriais não era oferecer infra-estrutura, mas obter ganhos com a venda ou locação das casas⁷⁵ — o público alvo eram operários, artesãos e comerciantes — para investir em outra parte da cidade. Tal processo tornava alguns bairros operários também áreas valorizadas, fato que dificultava o acesso dos não operários e afro-brasileiros.

Nos novos bairros loteados, como Bexiga e Barra Funda, moradias de trabalhadores imigrantes (demonstrando que sua situação social se aproximava aos afro-brasileiros), entre eles espanhóis, portugueses e italianos, conviviam ao lado de moradias de afro-brasileiros. Este fato mostra que, mesmo com a entrada maciça de imigrantes, não houve guetização⁷⁶, no sentido dos bairros serem absolutamente constituídos de algum grupo étnico ou de uma nacionalidade específica. Os bairros eram formados por operários imigrantes das fábricas e trabalhadores domésticos afro-

⁷⁵ Em muitas dessas casas, os proprietários construíam cômodos no fundo do terreno ou sublocavam quartos na própria casa, para solteiros ou pequenas famílias de imigrantes sem ou com poucos recursos financeiros, com o objetivo de aumentar a renda familiar. Nascia os cortiços nos bairros populares, fato que contrariava a legislação de 1886, e que colocava na ilegalidade essas moradias.

⁷⁶ Fala em gueto de afro-descendentes no Brasil é algo difícil, pois, desde a abolição, esses ocupavam as áreas mais degradadas, mas conviviam com grupos de outras etnias, outras origens e outras culturas. Nos guetos a homogeneidade prevalece. Este é um fato que permanece até os nossos dias, como veremos no caso do distrito da Cidade Tiradentes.

brasileiros que serviam como bolsão de reserva de mão-de-obra para as casas elegantes da avenida Paulista. As mansões da avenida Paulista eram servidas pela mão-de-obra de afro-brasileiros que moravam no Bexiga⁷⁷, e as mansões do Campos Elísios, por afro-brasileiros que residiam no bairro da Barra Funda (Rolnik, 1997).

Nos novos bairros loteados, parte das moradias era construída pelas próprias famílias de trabalhadores imigrantes, nacionais e afro-brasileiros, na sua maioria, construções irregulares, desrespeitando a legislação, que pretendia que as residências fossem mais arejadas e com apenas uma família por casa. Muitas dessas moradias abrigavam pessoas além do núcleo familiar (pais e filhos), como tios primos e avós. Quando algum cômodo ou quintal sobrava, aí funcionavam pequenas oficinas ou este usado pelas mulheres para a fabricação de quitutes para a comercialização, com o objetivo de aumentar a renda familiar. Pessoas sem parentesco circulavam e passavam a conviver no mesmo espaço, constituindo famílias alargadas, e também como uma das estratégias de sobrevivência de famílias pobres.

Essas construções contribuíram para que as regras da legislação higienista não fossem cumpridas. Grande parte dos prédios construídos pelos italianos no distrito do Brás não tinha licença do poder público para serem construídos (Rolnik, 1997), o que também ocorria nos novos bairros, contrariando as exigências legais da política habitacional higienista. Assim, o modelo de segregação e expansão habitacional da cidade de São Paulo estava mais uma vez desenhado:

O processo histórico da formação da cidade de São Paulo atesta os efeitos da acumulação, com suas características dominantes. A urbanização marcou-se pela indução da indústria, proporcionada pela expansão cafeeira e pela concentração de mão-de-obra – uma força de trabalho que procurou garantir, com sacrifícios, sua reprodução, enquanto o Estado preocupou-se na criação de condições necessárias à reprodução do capital. Implantou-se pois, um padrão urbano de características desiguais, trazendo seus componentes de exclusão e segregação. (Véras, 86, p. 1992).

Já antes da abolição, os afro-brasileiros alforriados moravam em habitações deterioradas, coletivas, sem saneamento, única opção de habitação financeiramente acessível. Esta última alternativa de moradia, além de não atender ao padrão “civilizador” higienista, era estigmatizada como local de promiscuidade, vadiagem, criminalidade, ilegalidade. Reproduzia-se a imagem secular dos hábitos, principalmente sexuais, imputada aos africanos e seus descendentes, em oposição ao

⁷⁷ O Bexiga, hoje bairro da Bela Vista, foi fundado a partir do Quilombo Saracura, e que depois da abolição e da proximidade com os bairros ricos da cidade, na região da Avenida Paulista, servia como reserva de mão-de-obra doméstica. Também foi um bairro que recebeu um núcleo de imigrantes italianos.

modelo dos costumes e da moral do europeu ocidental. A imagem estigmatizada passava pelo comportamento sexual dos afro-brasileiros, e se acreditava que as relações sexuais eram feitas em suas habitações coletivas, lugares quase públicos, sem privacidade, sem fidelidade, desrespeitando qualquer padrão moral normativo.⁷⁸

Nesses espaços os afro-brasileiros reproduziam seus elementos culturais, estigmatizados pelo grupo dominante que, pelo projeto ideológico do branqueamento, tentava eliminá-los da sociedade brasileira, associando o território, local onde moravam, a comportamentos que eram atribuídos a esse grupo, como indisciplina, imoralidade, vagabundagem, vadiagem, preguiça, promiscuidade, negligência, indolência, alcoolismo e ausência de ambição.

O ataque era simultaneamente real e imaginário; como toda operação urbanística, tratava-se de associar um conjunto de intervenções físicas a uma rede de significados culturais e políticos. No caso específico de São Paulo, importava politicamente aos novos dirigentes da nação — banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores — inscrevem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-lo em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. Isso se deu por meio de reformas urbanas que, deslocaram territórios negros e bloquearam seus circuitos, bem como através de ampla desqualificação e estigmatização desse território, em nome da luta contra a promiscuidade. (Rolnik, 1997, p. 66).

Ao estigmatizar os moradores e suas moradias, o grupo dominante racializou o Outro, naturalizando comportamentos “estranhos” ao processo modernizador. O aprofundamento das diferenças, tornando-as desigualdades, reforçou estereótipos, padronizou conceitos sobre o grupo, alimentou e intensificou comportamentos discriminatórios. As representações sociais estereotipadas foram e são reproduzidas sem nenhuma espécie de constrangimento por parte daqueles que a verbalizam.

Os territórios negros (Rolnik, 1997; Oliveira, 2002; Silva, 2004) tornaram-se alvos de políticas urbanísticas de segregação social e de ações policiais repressivas e violentas, com obstáculos à presença física e a qualquer manifestação cultural afro-

⁷⁸ Elias (2000) confere ao estigma um instrumento poderosíssimo de controle do grupo dominante sobre o grupo dominado, como obstáculo desse último grupo de ascensão ao poder. Segundo Rolnik (1997), os bairros concentravam moradias coletivas, que como os cortiços, coincidiam com áreas de prostituição. Isso porque em alguns quartos de algumas pensões eram locais ao mesmo tempo de moradia e onde prostitutas recebiam clientes. Esse ambiente de convivência entre moradia e prostituição era estendido para todas as moradias coletivas, num processo de estigmatização. Por outro lado, o Estado contribuía com esse processo, autorizando o funcionamento das zonas de meretrício em áreas degradadas. Um exemplo foi o confinamento, pelo interventor do Estado Novo em São Paulo, das casas de prostituição no Bom Retiro, em 1940, quando este já tinha grande concentração de judeus, que era visto como ameaça pelas elites política e intelectual, que naquela época defendiam a ideologia da miscigenação.

brasileira. As legislações urbanísticas não explicitavam a segregação habitacional, a partir de critérios raciais. Entretanto, o isolamento dos grupos pobres em áreas sem infra-estrutura urbana, levou à segregação e desqualificação social da grande maioria de afro-brasileiros, impondo restrições a sua ascensão social.

Sem garantias de assistência e direitos sociais e com limitado espaço no mercado de trabalho — fato que piorou com a chegada dos trabalhadores estrangeiros — restavam aos afro-brasileiros postos de trabalhos recusados pelos imigrantes, como ambulantes nas ruas da cidade, sapateiros, barbeiros, puxadores de carro de boi, e moradias coletivas do centro da cidade ou nas áreas periféricas de São Paulo, com maior concentração nos bairros da Barra Funda e do Bexiga.

A cidade de São Paulo estava sendo loteada, de acordo com os interesses de parte das elites e critérios do mercado imobiliário. Esta é uma prática comum nas cidades brasileiras. Os lugares são vistos na perspectiva de ganho econômico, sem respeitar a quem os ocupa. A partir dessa estratégia, a cidade foi moldada e os lugares foram loteados e transformados e, de certa forma, foram se instituindo barreiras entre as áreas mais privilegiadas e as ocupadas pelos mais pobres.

As políticas higienistas coincidiram com a preocupação dos teóricos racistas da segunda metade do século XIX, em constituir e representar a cultura e o povo brasileiro. O modelo de povo, nação e sociedade excluía qualquer vestígio físico e simbólico afro-brasileiro. A ideologia do branqueamento pode ser exemplificada, segundo Marco Villa (2005), na iconografia do século passado, em que o afro-brasileiro foi totalmente “esquecido”.

No quadro *Independência ou Morte!*, de Pedro Américo (1888), há lugar para o caipira, mas não para o negro, assim como no *Proclamação da Independência*, de François-René Moreaux (1844). Observando a iconografia da Guerra do Paraguai, em que boa parte dos soldados brasileiros era negra, também não se observa a sua representação. Um bom exemplo é o célebre *A Batalha do Avaí*, de Pedro Américo (1877). Na tela de 5 por 10 metros de comprimento são representados soldados e oficiais brasileiros e paraguaios em combate: novamente os negros estão ausentes. (Villa, 2005, p. J 5).

Devemos recordar que muitos membros das nossas elites políticas, intelectuais e artísticas eram mestiços, possivelmente por isso talvez mais integrados à sociedade, sendo, porém discriminados por causa das suas origens. Muitos mestiços deram nome a ruas importantes de São Paulo, como Teodoro Sampaio, André Rebouças. Villa (2005) chama atenção para dois fatos que mostram o desejo de branqueamento, inclusive dos mestiços bem sucedidos: em foto o ex-presidente Marechal Deodoro da

Fonseca aparece com a pele mais escura e cabelos crespos, na pintura da sua imagem, aparece com cabelos e barba lisos, pele branca, um “europeu de fato”; o outro fato é sobre o poeta Gonçalves Dias e o escritor Machado de Assis, que não se consideravam e não eram tratados como afro-brasileiros. Um exemplo é o seu atestado de óbito, em que o legista branqueou para sempre Machado de Assis, escrevendo que o escritor era branco.

Neste contexto, a cidade se expandia, e com ela haveria a necessidade dos grupos dominantes em apagar os vestígios afro-brasileiros da história, da cultura e afastá-los das áreas privilegiadas de São Paulo. A expansão era comandada por esses grupos dominantes e o Estado, quando não somente assistia suas ações, participava como instrumento desses grupos no “planejamento” da cidade.

3.5. PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO

Reflexo do desenvolvimento industrial, a cidade de São Paulo cresceu e se espalhou para a área rural, onde seriam construídas moradias populares. Na década de 1920, configurou-se a expansão “espraiada” da cidade. Com a urbanização dos bairros que concentravam os operários imigrantes, acontecia a periferização dos mais pobres, com o loteamento de fazendas, sítios e chácaras em regiões mais distantes: Saúde, Limão, Casa Verde, Peruche, Vila Maria, Vila Guilherme, Jardim Brasil, Jardim Japão, que Rolnik (1981) a denominou “periferia desequipada”.

O crescimento da cidade para essas áreas decorreu também do encarecimento do custo de vida — principalmente no mercado imobiliário, que dependia em grande parte do material de construção importado da Europa (que encareceu muito durante a Segunda Guerra Mundial). Com o achatamento salarial, houve a necessidade de encontrar lugares mais baratos para morar. A expansão da rede ferroviária e de linhas de ônibus foram outros fatores que contribuíram para o adensamento populacional das periferias.

Os imigrantes e seus descendentes continuaram a se concentrar nos bairros do Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Bexiga, e a população afro-brasileira, com reduzidas condições financeiras, começou a se deslocar para as periferias. Devido a esse movimento das primeiras décadas do século XX, bairros da zona Norte, como Freguesia do Ó, Casa Verde⁷⁹, Limão, Tucuruvi, Vila Nova Cachoeirinha, tornam-se loteados — em grande parte, sem autorização da Prefeitura — abrigando o maior

⁷⁹ O bairro da Casa Verde foi um dos escolhidos pela Frente Negra Brasileira — organização política afro-brasileira, com forte atuação política, criada em 1931, em São Paulo — para a compra de lotes, construindo núcleos de afro-descendentes (Rolnik, 1997: 90)

contingente afro-brasileiro, com seus hábitos, comportamentos, festas, escolas de samba e rituais religiosos, como terreiros de umbanda e candomblé (Rolnik, 1999). Os novos bairros populares tinham elevada densidade demográfica, mas, em decorrência da ilegalidade, não existiam para a Municipalidade, por isso, não poderiam receber investimentos públicos de infra-estrutura — prática que continua ainda hoje.

A ilegalidade fez com que as edificações construídas não respeitassem as legislações urbanísticas, como recuos, tamanho para o loteamento e divisões internas das moradias, exigidas nos bairros elegantes e nos bairros operários (houve edificações irregulares nos bairros operários também). Os estigmas contra os afro-brasileiros foram novamente reforçados e determinados pela cor da pele, local onde habita a ilegalidade.

Os bairros eram tratados de forma desigual pelo poder público. Em comparação com os bairros que concentravam imigrantes, os novos bairros populares não tinham nenhuma infra-estrutura. O modelo de periferização dos mais pobres foi uma oportunidade de lucrar dos empreendedores, que, à revelia e até com apoio do poder público, aproveitavam-se do aumento do custo de vida dos bairros mais centrais e do crescimento da população e conseqüente demanda por moradia. Sem as exigências legais determinadas aos bairros elegantes e operários, no "projeto" urbanístico de expansão territorial, os proprietários loteavam suas terras, só visando ao lucro, colocando os afro-brasileiros cada vez mais distantes da infra-estrutura urbana, para fora da cidade legal.

Com Getúlio Vargas, o Estado iniciou programas de integração social do afro-brasileiro. Houve um esforço oficial para que a imagem do afro-brasileiro, e principalmente, do mestiço se tornasse positiva. O impacto da ideologia da miscigenação, a partir dos anos de 1930, enaltecia o africano como uma das partes do triângulo formador da nação brasileira, porém não teve nenhuma influência nos projetos urbanísticos. Assim, o processo de isolamento daqueles que incomodavam a elite paulistana continuou, mesmo com a mudança da imagem dos afro-brasileiros.

Em São Paulo, antes mesmo da apropriação pelo Estado Novo das idéias de Freyre, na década de 1920, havia preocupação com a entrada dos novos grupos de imigrantes, principalmente com três, na qual já se percebiam tendências de guetização: judeus, japoneses e sírios, aos quais era negada entrada no país, no final do século XIX, no momento em que a imigração européia começava a ser estimulada pelo Estado e por fazendeiros.

A partir da década de 1920, com os novos grupos de imigrantes de outras partes e temor de movimentos políticos anarquistas de trabalhadores italianos e espanhóis, a imigração estrangeira, que era previamente encarada como importante

etapa do progresso de branqueamento, civilizador e modernizante da sociedade brasileira, deixa de ser vista dessa forma. Os imigrantes italianos e espanhóis são com ressalva e preocupação, principalmente a partir de 1930. A tendência ao isolamento dessas colônias era encarada como um risco ao projeto de integração nacional, colocando em xeque a miscigenação e a cordialidade racial, temas que passariam a serem defendidos pelo Estado Novo. Assim, os bairros que concentravam essas colônias — Bom Retiro, os judeus, as ruas próximas a 25 de março, os sírios, a Liberdade, os japoneses — sofreriam intervenções do poder público.

Tal mudança ideológica alteraria a posição social do afro-brasileiro? Ou então, essa mudança acabou com os estigmas imputados a esse grupo? Mudou a imagem hierarquizada que o grupo dominante construiu sobre esse grupo? Influenciou em alterações nos projetos de integração ou urbanísticos de segregação dos afro-brasileiros na cidade de São Paulo?

Após 1930, cidade sofreu profundas transformações urbanas. Houve um aumento significativo populacional decorrente da concentrada industrialização em São Paulo. A cidade se tornou um pólo atrativo a pessoas de outras partes do país. Devido à demanda crescente de mão-de-obra e desconfiança do Estado brasileiro com os imigrantes, parte dos grupos que antes foram rejeitados passaram a ser absorvidos pela indústria, com a abertura de novos postos de trabalho, até para os não alfabetizados e sem qualificação profissional. Dessa forma, pode-se dizer que foi a primeira vez, depois do fim da escravidão, o Estado brasileiro faz algo para que parte dos afro-brasileiros deixem as categorias de esquecidos, incômodos e rejeitados, para participarem mais intensamente do mercado de trabalho.

Os bairros que concentravam núcleos afro-brasileiros receberam intervenções governamentais que lavaram algumas melhorias, como água, luz, esgoto, gás, calçamento, pavimentação de algumas ruas, transporte público com ônibus a diesel, reflexo de pressão de grupos organizados junto ao Poder Público, com destaque à Frente Negra Brasileira. A partir da década de 1930 a cultura de origem africana e os mestiços seriam enaltecidos pelo governo de Getúlio Vargas, preocupado em integrar o afro-brasileiro à sociedade. Entretanto, as colônias imigrantes passam a ser vistas como ameaça e obstáculo à constituição da nação brasileira.

Não obstante a segregação espacial dos afro-brasileiros seja evidente, não se pode dizer que o grupo seja excluído da sociedade. Os afro-brasileiros, como grupo dominado, na acepção de Norbert Elias (2000), estavam — e continuam — inseridos dentro de relações interdependência no sistema social, em que toda sociedade possui segmentos mais pobres, aos quais destina um exclusivo lugar que,

é traduzido por um certo direito à assistência, mas, muitas vezes, é um direito que permanece desqualificante porque acarreta um pertencer ao último estrato da sociedade, uma pretensão a ser o último estrato social. (Paugam, 2004, p. 21).

Pertencer ao sistema social de forma estigmatizada é uma das estratégias para manter intactas as relações de poder. De acordo com Cabral quando se refere aos imigrantes africanos em Portugal e aos afro-portugueses, e que serve para a história do afro-brasileiro, é uma forma diferenciada e marginalizada de inclusão (Cabral, 1998).

O Estado Novo se tornava populista, atendendo reivindicações e solicitações de setores organizados do grupo dominado, como por exemplo, da Frente Negra Brasileira. Rolnik destaca que, com “nova ordem urbanística” (1997, p. 161), o Estado levava aos segmentos pobres melhorias sociais, legalizava para investir em redes de água, esgoto, transporte público, luz, etc. Era uma forma de inclusão urbana nos moldes da legislação trabalhista de Getúlio Vargas. Uma versão municipal da política federal:

A relação política que estabeleceu esse pacto territorial foi o que convencionalmente se chamou na literatura sobre a questão social de *ideologia da outorga*. Significa dizer que o ato fundador da cidadania era uma relação de doação do Estado para o povo. (Rolnik, 1997; p 169).

A partir de Getúlio Vargas e seus interventores na cidade de São Paulo, as políticas públicas procuram legalizar algumas áreas habitadas principalmente por afro-brasileiros.

A velha ordem não se transformava para incorporar diferentes formas de ocupação do espaço; ela apenas seletivamente tolerava exceções a regra. Ao serem reconhecidas às exceções, ‘ganhavam’ o direito de receber investimentos públicos, infra-estrutura e serviços urbanos. As maiorias clandestinas entravam, então, na política urbana, devendo um favor para aqueles que as julgaram admissíveis. (Rolnik, 1997, p 169).

Os bairros mais pobres eram reconhecidos legalmente, com a implantação de políticas sociais e de infra-estrutura. Entretanto, o mesmo governo populista, autoritário e intervencionista elaborava leis que protegiam os bairros elegantes de São Paulo do estorvo, com a consolidação de regras, limites e barreiras invisíveis, que

garantiriam a exclusividade residencial, por meio do zoneamento urbano, principalmente os novos bairros elegantes, localizados nos Jardins.

O temor da guetização dos imigrantes estrangeiros e a nova estratégia de se relacionar com grupos emergentes — segmentos médios da sociedade e sindicalistas — fizeram com que a política nacional de Vargas e suas versões locais se aproximassem dos trabalhadores locais. Os bairros que concentravam afro-brasileiros deveriam ser legalizados e atendidos por políticas sociais governamentais, e sua cultura valorizada.

A partir de 1950, desenvolvimento econômico atraiu a migração de populações das regiões do Nordeste brasileiro para o Sudeste, principalmente para São Paulo e cidades vizinhas de São Paulo. A cidade cresceu para a região Leste. Novamente se reproduz o deslocamento dos segmentos mais pobres para grandes áreas loteadas, com grande concentração de afro-brasileiros para a “periferia desequipada” da cidade, fenômeno que se repetiu nas áreas mais periféricas das zonas sul, norte e oeste, também com grande concentração de afro-brasileiros.

Mesmo com a maior participação do afro-brasileiro no mercado de trabalho e a possibilidade de mobilidade social, o cenário segregacionista não se alterou. Os projetos urbanísticos e o mercado imobiliário reproduziram as relações de poder desequilibradas e reforçaram a tendência histórica de distanciar os mais pobres das áreas mais valorizadas e lucrativas da cidade, onde se concentram os bairros elegantes e a sede das grandes empresas nacionais e internacionais.

Diferentemente das décadas 1930 e 1940, a expansão para as extremidades da cidade tem outras características, como moradias em favelas, cortiços, ocupação de áreas particulares ou públicas irregulares como as áreas de mananciais, e conjuntos habitacionais, que são a grande novidade. O mercado imobiliário informal realiza loteamentos, vende casas e terrenos, explora as pessoas devido a grande demanda por moradias na periferia, sem nenhum controle e fiscalização ou, em muitos casos, com a conivência do poder público.

No decorrer da década de 1980, setores elitizados da cidade de São Paulo começam a mudar dos bairros elegantes tradicionais para condomínios, muitos deles fechados, localizados na região metropolitana e na cidade de São Paulo. Assim, a periferia deixa de ser área exclusiva das moradias mais pobres e degradadas. Nem as áreas mais centrais são os locais prediletos dos grupos dominantes da cidade de São Paulo. As periferias da cidade de São Paulo e da sua região metropolitana começam a receber bolsões de riquezas, por meio dos condomínios residenciais fechados, cercados por câmeras e sistemas de segurança tecnologicamente avançados. A partir do final da década de 1960 e no decorrer das décadas de 1970 e 1980, por meio de

programas habitacionais do governo federal, as periferias mais distantes da cidade passam a ser os locais preferidos para a construção de gigantescos conjuntos habitacionais destinados às famílias de baixa renda.

Assim, a partir da década de 1980, São Paulo sofre mais uma transformação, deixa de ser industrial e de torna um centro tecnológico e de serviços, mas também aumentando as desigualdades sociais. São Paulo sofre mais intervenções urbanas, de acordo com as relações de poder na cidade e com os interesses dos novos grupos dominantes.

3.6 SÃO PAULO: DA CIDADE GLOBAL PARA A COHAB

A cidade de São Paulo, que antes atraía pessoas de outras regiões do Brasil, devido ao seu perfil capitalista de produção e mercado de trabalho industrial, começa a sofrer alterações. A partir da década de 1970 (Kowarick, 2004, p. 227), São Paulo deixa de atrair as grandes fábricas e indústrias, que optaram por cidades menores da região metropolitana de São Paulo⁸⁰. A cidade viu o crescimento dos setores de serviço e financeiro, de empresas de tecnologia avançada, funções e profissões autônomas, dos serviços domiciliares, informalidade começa a mudar o modelo baseado no trabalhador da fábrica e da indústria.

O capital industrial perde a hegemonia para o financeiro e o imobiliário. O mercado de trabalho, antes dominado pela mão-de-obra industrial de pouca qualificação passou a necessitar de trabalhadores mais qualificados para as tarefas mais sofisticadas nos serviços urbanos, nos bancos, comércio e nas redes de hotéis e restaurantes.

Essas mudanças verificadas na cidade de São Paulo são reflexas do processo da globalização econômica (Véras, 2003; Kowarick, 2004). Desta forma, além de a cidade ter continuado como referência nacional, São Paulo também se tornou pólo do sistema capitalista financeiro. Mas essas mudanças são absorvidas de acordo com as singularidades que a cidade de São Paulo (o local) apresenta.

Nações, regiões e formas alteram substancialmente seus padrões de desenvolvimento por causa dos impactos globais: a abertura comercial ao mercado mundial, a realocação da nova indústria, com o papel das novas tecnologias da telecomunicação, nova cultura planetária. (Véras, 2004, p. 107).

⁸⁰ São várias as razões para que cidades menores passassem a atrair o capital industrial: incentivos fiscais do governo federal, terrenos mais extensos e a baixo custo, melhor sistema viário para a escoação.

A cidade sofreu, e ainda sofre, com os impactos do processo de globalização econômica. Os bairros, antes ocupados por fábricas e moradias de trabalhadores industriais, como o Brás, Bom Retiro, Barra Funda, foram preteridos pelo capital financeiro e imobiliário, deixando esses bairros praticamente abandonados. O poder público não se preocupou com a situação e contribuiu com o processo de degradação desses bairros. Antigos moradores imigrantes (principalmente italianos e espanhóis) e seus descendentes se espalharam para outros bairros da cidade (como o ocorrido no Brás e Bom Retiro). Esses bairros foram ocupados pelos novos imigrantes, como os chineses, coreanos e, mais recentemente os bolivianos, e também os migrantes da região do nordeste. Tais bairros deixaram de ser industriais, onde agora predomina o comércio, como o de máquinas de costura têxtil, no Bom Retiro, e a fabricação e comercialização têxtil (no varejo e atacado), no Bom Retiro e Brás. Este cenário exemplifica a São Paulo como referência nacional e internacional no processo de globalização econômica.

O capital financeiro e imobiliário elegeu outras áreas da cidade, mas continuou sua expansão para a região sudoeste da capital, seguindo as margens do rio Pinheiros. Neste corredor sudoeste foram instaladas as sedes de bancos, empresas de tecnologia avançada e de telecomunicação. Ao invés de exercer algum controle, o poder público facilitou a expansão reorganização dos espaços urbanos, de acordo com a visão urbanística do capital financeiro e imobiliário. Assim, nos últimos vinte anos, a prefeitura de São Paulo reproduziu o modelo de investimentos em infra-estrutura, predominante desde o final do século XIX, que é investir nas áreas mais nobres da cidade, nas regiões das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Luis Carlos Berrini. Foram grandes intervenções no sistema de transportes e viário, como o alargamento de avenidas e a construção de túneis na região sudoeste da cidade. Dessa forma, o preço da habitação nesses bairros e próximo a eles se tornou inacessível, até mesmo para setores da classe média.

Ao mesmo tempo em que mudou o perfil da cidade, outro elemento característico dos países periféricos e semiperiféricos cresceu nas duas últimas décadas: o desemprego, acompanhado pela diminuição da renda per capita e desqualificação social de grande parte da população residente⁸¹ na cidade de São Paulo. Assim, os problemas sociais e urbanos se intensificaram e novamente se viu a reprodução da segregação territorial, afastando os mais pobres e de pele escura. Na direção contrária da sobrevalorização de alguns bairros da região sudoeste, ocorre o

⁸¹ Considero população residente, além dos paulistanos (nascidos na capital), os de outras partes do estado e do Brasil os imigrantes.

crescimento desmesurado da periferia, sem nenhum controle ou com a conivência do poder público. A expansão para as periferias da cidade é na maioria das vezes mediada por um mercado imobiliário informal, na qual são comercializados terrenos e residências em áreas absolutamente clandestinas. As famílias que já sofrem com o déficit populacional ficam a mercê da especulação imobiliária ilegal.

Segundo Vêras (2003), mais de 50% dos moradores da cidade de São Paulo residem em moradias precárias e/ou irregulares, 20% em favelas, 10% no chamado "inquilinato social" e 25% em casas precárias autoconstruídas na periferia.

As periferias paulistanas não são homogêneas nem abrigam apenas pessoas das camadas mais pobres da sociedade e que concentram a maior parte daqueles com pele escura. Em áreas periféricas da cidade acontece, segundo Vêras (2003), o fenômeno da auto-segregação, onde são encontrados bolsões de riqueza e de segurança, como bairros de alto padrão exclusivo para residências e condomínios fechados de casas e apartamentos com serviços exclusivos aos condôminos, como agências de banco, prédios com escritórios, escolas de língua, salas de cinema, comércio (alguns condomínios com *shopping center*), locadoras de vídeo, parques, salões de pedicure e manicure, áreas destinados aos ensaios de bandas musicais compostas pelos moradores do condomínio, piscinas, salões de jogos, quadras, academias de ginásticas, *lan house*, etc.

Este fato nos mostra como a periferia é heterogênea, no entanto, o processo de periferização das camadas mais pobres e dos afro-brasileiros foi tão intensa que a expressão "periferia" se tornou sinônimo de criminalidade, miséria, pobreza, irregularidades e indisciplina pública. Mas, também a expressão "periferia" também se refere aos locais da cidade que são poucos assistidos pelo poder público.

De acordo com Vêras, é possível verificar o cenário de desqualificação social a partir da "segregação-distribuição territorial da pobreza" (2003, p. 111). São nos bairros periféricos que, segundo a socióloga, os desprezíveis investimentos das políticas governamentais nos setores de saneamento básico, energia elétrica, transporte, equipamentos e serviços públicos e habitação historicamente contribuem para os processos de desqualificação social. Dessa forma, as políticas de Estado que visam erradicar ou diminuir os problemas do déficit habitacional sempre foram insuficientes.

Exemplo disso é a cidade de São Paulo, que reforça o paradoxo da segregação que surgiu no final do século XIX: áreas sofisticadas onde se localizam bairros exclusivamente residenciais, ou bairros onde estão empresas de tecnologia avançada e centros comerciais para consumo de uma pequena minoria que se contrastam com

imensas áreas com estrutura urbana precária ou nula onde está a grande maioria da população.

A expansão da cidade para as áreas mais remotas e sem nenhuma infraestrutura⁸² “foi historicamente associada a um modelo de cidade que destina suas periferias aos pobres” (Rolnik, 1997, p. 202). Nos últimos 40 anos, ocorre a autoconstrução de casas em loteamentos clandestinos, formando verdadeiros bairros ilegais, sem nenhum equipamento urbano, por meio de políticas de habitação para a construção e financiamento para famílias de baixa renda, de casas e prédios em conjuntos habitacionais, como a Cohab financiada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação).

O Regime Militar instituído em 1º de abril de 1964 criou o Banco Nacional de Habitação, poucos meses depois do golpe, constituindo o Plano Nacional de Habitação Popular e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Segundo pesquisadores, o regime militar tinha duas principais razões com a criação do BNH: atender as grandes massas de pessoas das grandes cidades, principalmente da região sudeste do país, e atender os interesses do capital imobiliário, financeiro e empresas da construção civil. A intenção do plano nacional de habitação foi remover as pessoas que moravam nas favelas e bairros centrais, agora valorizados pelo capital imobiliário.

Nessa história, o capítulo sobre a remoção de favelas nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo articulada com a produção de conjuntos habitacionais periféricos destinados à população removida reproduz, em maior escala, o ocorrido com os cortiços e as vilas operárias em São Paulo. Ambos os processos procuram remover a classe trabalhadora de suas moradias localizadas nos territórios valorizados economicamente no interior da cidade, alojando-a em conjuntos habitacionais disciplinados e segregados fora da cidade. Ambos tiveram respaldo legal e contaram com a participação ativa do poder público alinhado com os interesses dos investidores privados. (Nakano, 2002, p. 42).

Entre os anos de 1965 e 1989 a Cohab construiu com financiamento do BNH cerca de 100 mil habitações em São Paulo e na sua região metropolitana, na grande maioria em áreas bem distantes do centro da capital para famílias com renda mensal de entre 3 de até 5 salários mínimos. Segundo Vêras⁸³ (2003, p. 112), cerca de 55% dos chefes de família da cidade de São Paulo tem o rendimento menor que 5 salários mínimos, com as receitas estão comprometidas com os gastos com transporte e alimentação, impedindo o acesso a moradias e bairros mais estruturados. Mesmo sem

⁸² Rolnik denomina a expansão da cidade para as periferias de “invasão da zona rural” (1997).

⁸³ Vêras utilizou dados da FIBGE (1991).

esses gastos, o rendimento mensal da maioria dos chefes de família da cidade é insuficiente para a inscrição no programa de financiamento do extinto BNH.

A Lei de Zoneamento em vigor consagra este modelo, ao constituir uma zona — Z8 100/1 — na primeira franja da zona rural, destinada à produção de moradia popular apenas pelas empresas estatais, como a Cohab. A Lei 9412 de 1981, que criou essa zona, possibilitaria, segundo seus autores, a compra pelas empresas estatais de terrenos a baixo preço, já que se tratava de terrenos situados em zona rural, desvalorizados pela impossibilidade de ocupação legal para usos urbanos. E a compra de terrenos baratos, segundo a lógica que imperou em toda a produção popular durante a existência do BNH, era a condição para ter acesso aos financiamentos para a produção de habitação popular. (Rolnik, 1997, p. 203).

Como se a história se repetisse da mesma forma como ocorreu à época com a construção das vilas operárias, as Cohabs foram criadas para minimizar o déficit habitacional, oferecendo moradias para as famílias de baixa renda que moram em habitações degradadas como cortiços e favelas. Em oposição a essas, as casas e apartamentos das Cohabs, as famílias teriam acesso a residências unicelulares (apesar da falta de privacidade), evitando aglomerações como nas favelas e cortiços. As ruas alinhadas e ordenadas favorecem a circulação, principalmente de automóveis, diferentemente do que ocorre nos locais de habitação coletiva.

Os conjuntos habitacionais, como da Cidade Tiradentes, foram a solução encontrada, desde meados da década de 1960, pelo governo federal para amenizar o déficit habitacional da cidade. A queda da renda per capita do paulistano, em decorrência da crise econômica do país, iniciada na década de 1980, fez com que os setores mais pobres da sociedade se deslocassem para as áreas mais baratas da cidade, em que as opções foram os conjuntos habitacionais⁸⁴. O acesso aos apartamentos e casas do conjunto habitacional é restrito às famílias com algum rendimento mensal, para que o Estado assegure o pagamento da prestação. As famílias com rendimento insuficiente ou nenhum, ficam privadas do direito de adquirir a moradia.

De acordo com Nakano, a política governamental para a habitação, que produziu a Cohab da Cidade Tiradentes “foi um dos motores do desenvolvimento capitalista” (2002, p. 80) num país semiperiférico como o Brasil, que construiu moradias para os trabalhadores, empregados ou não, mas que a qualquer momento podem ser chamados à ocupar postos no mercado de trabalho. Isto demonstra que as

⁸⁴ Repete-se aqui o cenário do começo do século passado, relatado por Florestan Fernandes (*in* Silva 2004).

populações que habitam as periferias não estão excluídas e, sim, inseridas de forma desqualificada no sistema social.

As áreas onde são construídos esses conjuntos habitacionais são desprovidas de ruas asfaltadas, equipamentos sociais — escolas, postos de saúde —, espaços para o lazer, comércio — como padarias, açougue, pequenos mercados —, transporte público para locomoção para outros distritos da cidade.

Em sua dissertação de mestrado, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade de São Paulo, Nakano (2002) fez uma análise de 4 Cohabs da zona leste da cidade de São Paulo: Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio e Cidade Tiradentes, todas elas localizadas na orla da cidade, apontando que Cidade Tiradentes foi a única, entre as quatro, construída onde não havia ainda qualquer evidência de urbanização, mas pequenas propriedades e uma grande extensão de mata Atlântica. Assim, a Cohab da Cidade Tiradentes foi construída

fora dos territórios urbanizados, em áreas rurais distantes dos empregos, escolas, hospitais, pólos comerciais, espaços públicos, equipamentos culturais, lugares para o encontro, o convívio, as trocas sociais, enfim, de todos os atributos que efetivam uma área urbanizada como cidade. (Nakano, 2002, p. 96).

Quando a Cohab Cidade Tiradentes foi inaugurada, não havia escolas e postos de saúde. As casas e prédios foram entregues sem redes de esgoto, água, iluminação pública, transporte coletivo regular, ruas asfaltadas e sem calçadas. Era como se as casas e prédios fizessem parte de uma grande área clandestina, sem nenhuma infraestrutura.

Em muitos casos, a infra-estrutura foi adquirida em decorrência das lutas sociais desencadeadas por associações de moradores, que reivindicavam melhorias ao Estado. Mesmo assim, as carências sociais foram muitas e os direitos desses moradores foram fragmentados. Esse cenário de abandono e desrespeito pode ser percebido por muitos moradores e, de certa forma esta percepção influenciou a relação do morador com o bairro onde mora, mais especificamente. A percepção de que eram desvalorizados e tratados como não cidadãos, quase invisíveis socialmente, afetou nas relações entre os moradores do bairro.

Os problemas referentes à infra-estrutura na Cidade Tiradentes⁸⁵, como a construção de escolas e postos de saúde, foram bastante minimizados ou quase

⁸⁵ Não me refiro às favelas no interior da Cohab Cidade Tiradentes, pois nesses locais os problemas de infraestrutura continuam.

sanados, e isto reflete na qualidade de vida dos moradores da Cohab. No entanto, isto não é suficiente, pois os problemas gerados a partir da segregação espacial e a qualidade desses serviços persistem.

O problema da oferta de transporte público e a desarticulação entre as ruas da própria Cohab e as ruas dos bairros vizinhos a Cohab Cidade Tiradentes, nos sugere os enormes obstáculos colocados aos moradores, impondo limites físicos-impossibilitando-os de sair da Cohab ou circular por toda a cidade, principalmente, pelas áreas mais valorizadas. Além do problema de oferta de transporte, a distância é um obstáculo grande, pois o tempo e o desgaste físico que seriam dependidos para chegar ao centro da cidade ou a determinados bairros, de tão grandes, que dificultam que as pessoas circulem mais por outras regiões.

O modelo de segregação, desde o final do século XIX, predomina na cidade, com acessos "proibidos" e territórios onde os membros do grupo dominado são indesejáveis, como casas noturnas, bares, shoppings, parques, cinemas, etc. As pessoas que moram nos bairros mais distantes ficam privadas dos espaços de lazer, concentrados em áreas mais centrais da cidade. Os espaços mais valorizados o são porque se tornam exclusivos da elite. A localização e os elevados valores impedem os membros do grupo dominado de morar, freqüentar e circular, e é por isso que se tornam exclusivos e mais valorizados.

O projeto de Habitação Popular financiado pelo BNH não foi direcionado apenas às famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos. Para financiar a construção dos conjuntos habitacionais foram captados recursos, administrados pelo BNH, eram do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Segundo Nakano (2002), mais da metade dos fundos para financiar habitações populares foi direcionado a casas e apartamentos para as camadas média e alta.

Os fatos apontam que São Paulo historicamente protege os moradores e bairros elegantes, desde o loteamento dos Campos Elísios, passando pelos Jardins e Morumbi e, em sua última versão, os condomínios fechados. As "chiques" foram os bairros que mais receberam recursos públicos, ao longo do século XX, e onde aos indesejáveis, o acesso sempre foi negado. Por outro lado, pesquisadores (Frúgoli, 1995; Rolnik, 1997; Bernardo, 1998, Telles, 2003; Oliveira, 2002; Silva, 2004) demonstram que a "trajetória do afro-brasileiro no Brasil e na cidade de São Paulo mostra a existência perversa da discriminação e segregação sócio-espacial" (Silva, 2004, p. 112).

Assim, a distribuição da população na cidade burguesa segue tendências e interesses do mercado imobiliário e

é efeito de decisões de governo e de políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas à discriminação e à segregação socioeconômica, eventualmente étnicas, demonstrando que relações de força são associadas às relações de poder de compra/locação. (Véras, 2003. p. 25).

O espaço é privatizado de acordo com as relações de poder desequilibradas e o objetivo dos investidores. Reflexo desse processo, a segregação espacial discrimina os mais pobres, entre os quais a grande maioria são afro-brasileiros.

Outro problema é a péssima qualidade de vida dos moradores que estão, sem equipamentos e serviços públicos, que limitam o “acesso de grupos particulares ou pessoas a recursos ou aos direitos de cidadania” (Telles, 2003, p. 17). São nos territórios⁸⁶ que as “relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder” (Koga, 2003: 33) acontecem. Grandes cidades brasileiras, como São Paulo, aproximam-se bastante desse modelo de segregação socioeconômica (Véras, 2003) do espaço urbano, que coloca os brancos pobres e a grande maioria dos afro-brasileiros lado a lado nos distritos periféricos. A desqualificação social e a segregação espacial dos afro-brasileiros decorrem da presença expressiva desses entre os mais pobres, equilibrando e, às vezes, até superando, em números absolutos, os brancos nos distritos mais distantes e pobres de São Paulo, como Brasilândia, Capão Redondo, Jardim Ângela, Lajeado e Cidade Tiradentes (Silva, 2004).

Assim, a cidade capitalista global, na qual São Paulo se tornou, continua a “isolar suas partes malditas, vergonhosas, afastando moradias populares para longe, evitando até caminhos em sua direção ou maquilando-as”.(Véras, 2003, p. 26). A política do Estado para a habitação popular resultou nas Cohabs, reproduzindo o modelo de apropriação, segregação e controle dos territórios e das camadas mais pobres e da maioria dos afro-brasileiros, separando-os não só daqueles que detêm o poder econômico e político, mas também das regiões mais nobres e socialmente equipadas da cidade de São Paulo.

⁸⁶ Sobre o conceito “território”, ver Dirce Koga (2003).

CAPÍTULO IV

OS JOVENS E O COTIDIANO

A 'cronopolítica' moderna os situa não apenas como seres inferiores e primitivos, "subdesenvolvidos" e necessitados de profunda reforma e esclarecimento, mas também como atrasados e 'aquém dos tempos', vítimas da 'defasagem cultural', arrastando-se nos degraus mais baixos da escala evolutiva, e imperdoavelmente lentos ou morbidamente relutantes em subir nela, para seguir o 'padrão universal de desenvolvimento'. (Bauman, 2001, p. 19).

Neste capítulo pretendo analisar e comparar as entrevistas com os jovens moradores Cidade Tiradentes e 6 de Maio, a partir do cotidiano vivenciado por cada um deles dentro do seu bairro, para compreender as relações sociais em que eles estão inseridos. Meu objetivo em explorar as experiências cotidianas é ir além dos números e estatísticas e buscar o entendimento sobre as percepções dos jovens afro-portugueses e afro-brasileiros sobre o racismo e estigmas. Mas também perceber como eles se relacionam com a sua cor da pele e com o lugar onde moram em cenários baseados na segregação espacial, em decorrência das relações de poder político e econômico, na qual os jovens de ambos os bairros estão destituídos

4.1 CIDADE TIRADENTES E 6 DE MAIO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Comparar dois bairros com realidades distintas, que pertencem a países diferentes, torna a tarefa do pesquisador mais complexa. Os bairros Cidade Tiradentes e 6 de Maio apresentam aspectos que os aproximam e diferenciam. Além de serem localizados em cidades e países diferentes, cada território possui sua própria dinâmica social e responde singularmente aos efeitos dos processos de globalização.

Os bairros Cidade Tiradentes e 6 de Maio são exemplos das singularidades territoriais. Localizados em áreas social e geograficamente periféricas, possuem como vizinhos outros bairros social e geograficamente semelhantes. No entanto, existem aspectos singulares, específicos de cada bairro, que somente uma leitura mais cuidadosa pode detectar.

Cada bairro é, então, partícula e único. O bairro como *lugar* é o que faz caber em seu limite, um modo de ser no mundo, uma vivência imediata – o cotidiano – e um ordenamento simbólico específico que diz dele e dos que aí

estão e vivem, portanto, um espaço cultural específico. (Gusmão, 2005: 125).

Os dois bairros, embora periféricos e parecidos, são marcados pela heterogeneidade social e racial, em oposição ao imaginário em que se reproduz estereótipos de que os moradores são iguais em relação à condição e origem social e racial, e de que são locais degradados onde habitam pessoas e grupos envolvidos com práticas ilegais, com princípio e moral duvidosos e comportamentos agressivos e violentos.

De acordo com Castoriadis, imaginário é usado sempre

quando queremos falar de alguma coisa 'inventada' — quer se trate de uma invenção 'absoluta' ('uma história imaginada em todas as partes'), ou de algum deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outros significados de outras significações que não suas significações 'normais' canônicas'. Nos dois casos é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar (uma mentira) ou que não pretendo fazê-lo (um romance). (Castoriadis, 1982: 154).

Os estereótipos associados à cor da pele e ao local onde moram tornam evidente que tais construções ou invenções sociais servem para desqualificar e inferiorizar pessoas e grupos dominados. A "coisa", citada por Castoriadis é construída e institucionalizada, estabelecendo-se como prática e comportamento invariável (Hobsbawn, 1997). As referências estereotipadas produzidas e reproduzidas por setores sociais, historicamente, estabelecem um tipo de relação conflituosa de poderes desequilibrados entre os que moram em locais degradados e/ou periféricos⁸⁷, portanto, segregados, e os grupos dominantes. Assim, os bairros segregados que concentram as camadas mais pobres e com a pele escura são marcados como *locus* de criminalidade e seus moradores vistos como ameaça à cidade legal e à sociedade organizada e disciplinada.

Cidade Tiradentes e 6 de Maio são marcados em ambas as sociedades não só pela desigualdade na distribuição de equipamentos e serviços públicos, mas pela segregação espacial que reflete no distanciamento do acesso aos centros de poder, justiça, lazer, cultura, comprometendo seu direito e usufruto que é "condição essencial de cidadania" (Véras, 2003, p. 118).

⁸⁷ Locais ou bairros periféricos não incluem os bairros e condomínios fechados de alto padrão.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos moradores dos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes, como também pelos estereótipos construídos socialmente e atribuídos aos moradores, os bairros são transformados num espaço que possibilitam a integração entre os moradores, que desenvolvem identidades com o próprio bairro e com os grupos que lá moram, construindo relações de solidariedade, afetividade e defesa de suas características e espaço.

Quanto à constituição populacional de Cidade Tiradentes e 6 de Maio, não podemos caracterizá-los como guetos de algum grupo racial ou nacional. Ainda que haja forte presença de um grupo — na Cidade Tiradentes, afro-brasileiros e no 6 de Maio, cabo-verdianos —, eles não constituem um gueto, entendido como processo de ocupação de um território apenas e exclusivamente por um grupo racial ou por pessoas da mesma nacionalidade (Gusmão, 2005; Rolnik, 1997).

Esses bairros são muitas vezes classificados como guetos ou áreas de difícil acesso para quem não mora lá, devido à distância e ao temor da violência. Essas representações sociais transmitem a idéia de que são territórios quase estrangeiros, cujos moradores têm seus códigos, regras e cotidiano diferentes do resto da cidade, o que reafirma o processo de desqualificação e estigma social.

4.2 PROCESSO DE DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E ESTIGMATIZAÇÃO

A investigação sobre a formação dos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes é fundamental para verificar a trajetória de segregação espacial dos grupos mais desfavorecidos, como também o processo de estigmatização desses grupos, imputados pelas elites políticas, culturais, econômicas, acadêmicas, da cidade ou do país, que chamarei aqui de grupo dominante (Elias, 2000), dentro de relações de poder absolutamente desequilibradas.

Apesar de períodos distintos, a periferização dos grupos mais pobres — os dominados — aconteceu de forma semelhante em São Paulo e Lisboa. O interesse dos grupos dominantes em afastar as camadas mais pobres para as áreas periféricas e a ausência de políticas sociais e, principalmente, habitacionais, ocorre tanto em São Paulo como em Lisboa. Essas áreas sem infra-estrutura e equipamentos sociais, receberam os conjuntos habitacionais ou bairros clandestinos. Resultado da segregação social e racial, tais áreas estão sujeitas à discriminação, a estigmas territoriais, sociais e raciais.

Os estigmas são construções sociais, que se originam de atitudes carregadas de pré-conceitos de pessoas que se consideram membros de um grupo superior sobre o outro que o considera membro de outro grupo. A partir desse cenário, podem

desenvolver-se relações xenófobas e racistas, na qual serão destacados elementos que diferenciam os grupos, reafirmando estereótipos, padronizando conceitos sobre um grupo, alimentando e/ou intensificando comportamentos discriminatórios. As experiências cotidianas nos permitem acessos fáceis aos estereótipos sobre determinados grupos ou territórios por meio de expressões, comentários, piadas e pelos *media*. Dessa forma, as representações sociais estereotipadas são transmitidas e reproduzidas sem qualquer reflexão por aqueles que verbalizam.

Para Fredrickson (2004) e Elias (2000), a construção e a permanência das representações sociais estigmatizadas, do grupo dominante sobre uma minoria ou sobre outro grupo, faz parte da correlação de força, no qual os grupos dominantes detêm o poder, impedindo o acesso do Outro, membro do grupo dominado. Assim, os grupos dominantes constroem uma auto-imagem positiva, pela qual se apresentam como

seguramente superiores a outros grupos interdependentes (...), vêem-se como pessoas 'melhores' dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. (Elias, 2000, p. 19).

É nas relações cotidianas que os conflitos, as atitudes discriminatórias, preconceituosas e de marginalização do Outro como grupo ocorrem: "há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é 'bom' e que o outro é 'ruim'" (Elias, 2000: 23).

Os afro-brasileiros e afro-portugueses, principalmente daqueles segmentos mais pobres da sociedade, são associados a um modo ou estilo de vida distante dos padrões ditos normativos das respectivas sociedades. Tais estereótipos e estigmas construídos ao longo da história envolvem formas de lazer que se caracterizaram pelo coletivismo, práticas religiosas diferenciadas, de como e onde moram, (in)eficiência profissional, espaços de lazer freqüentados, determinados estilos de músicas produzidos e consumidos, cheiro do corpo, traços faciais, tipo de cabelo. Esses comportamentos e características são classificados como próprios das populações afro-brasileiras e afro-portuguesas e, por isso, sempre foram tratados de forma pejorativa, e sempre de forma a os desqualificar socialmente.

Tais características atribuídas aos grupos e à cultura de matriz africana além de fornecerem elementos para distinguir segmentos sociais e étnicos na sociedade passam a ser consideradas inerentes, naturais, portanto, permanentes, hereditárias, próprias daquele grupo. O processo de racialização desses grupos coloca ênfase no

fenótipo e biológico. Os problemas sociais associados ao estigma que o grupo dominado carrega, contribuem para relações cotidianas permeada de preconceitos e discriminações.

Estereótipos atribuídos são um conjunto de elementos que identificam e diferenciam um grupo, daqueles que os imputaram. Nessa perspectiva, os africanos e seus descendentes tiveram a eles atribuídas identificações. Ou seja, ao afro-brasileiro e afro-português foi imposto, ao longo da história, um conjunto de identificações que os desvalorizaram, estigmatizaram e segregaram espacialmente nas cidades. Segundo Wieviorka (2002), antes mesmo de o grupo estigmatizado se perceber como um coletivo com identidade e características próprias, setores da sociedade dominante atribuem uma imagem sobre as pessoas classificadas como do outro grupo, constituindo uma identidade, imposta. Esta identidade atribuída é elaborada a partir da associação da desigualdade social e hierarquia racial representada pelo olhar de setores sociais dominantes sobre os afro-brasileiros e afro-portugueses. Está posta a racialização das relações raciais.

A inferiorização, a dominação, a exclusão não se aplicam apenas a indivíduos enquanto tais. São ainda mais eficazes e temíveis pelo fato de encerrarem os indivíduos em categorias coletivas mais susceptíveis que outras de serem subordinadas ou inferiorizadas. (Wieviorka, 2002, p. 55).

A diferença é estabelecida, antes mesmo da elaboração de uma consciência ou identidade do e pelo próprio grupo.

O que me interessou foi verificar, a partir da presença dos afro-brasileiros e afro-portugueses nas cidades de São Paulo e Lisboa e nas sociedades brasileira e portuguesa, quais as condições em que o grupo, que dispõe de acesso ao poder, segregou espacialmente e atribuiu crenças e valores como parte do processo de estigmatização a esses grupos desprovidos de poder político e econômico.

Então junta todo, os negros, juntam num bairro degradado e junto o lado violento, que agora todos querem ver, é o que ta na moda são os crimes. E depois há uma coisa que é muito má, porque, repara, eles não dizem as coisas boas que existem aqui no bairro, e nós temos coisas aqui interessantes e eles não vem cá filmar. É raro, não vou dizer todos, mas são poucos que conhecem esse centro através da televisão. Há uma coisa má, logo vão responsabilizar o bairro. Há uma coisa má que cabo-verdianos fizeram, dizem logo que são de origem cabo-verdiana, de origem africana. E agora, por exemplo, tem uma atleta que ganhou medalha nos jogos olímpicos e o outro que também ganhou medalha nos jogos olímpicos, que são de origem cabo-verdiana, logo falam que são portugueses. Há muita gente que nem nasceu aqui e faz porcaria eles

dizem que é de origem cabo-verdiana, agora quando ganham uma medalha e não sei o que, dizem logo que é português e isto está mal. (Moradora do 6 de maio, 20 anos).

A entrevistada está se referindo a uma atleta, descendente de cabo-verdianos, que ganhou medalha olímpica em prova de atletismo na olimpíada de Sidney, Austrália. Sua origem foi omitida pelos meios de comunicação, porque foi um fato positivo e de orgulho para a nacionalidade portuguesa. A jovem do bairro 6 de Maio não tem dúvida que, se as ocorrências fossem negativas para a sociedade, a ascendência cabo-verdiana seria devidamente destacada, o que mostra a imagem que setores da sociedade lisboeta constroem sobre os portugueses de origem cabo-verdiana que moram em bairros degradados, como o 6 de Maio. Para ela, as referências aos moradores e ao bairro são sempre carregadas de estereótipos, o que reflete na desvalorização desses grupos.

Morar num bairro como este, que tem fama, muitas vezes temos fama e não temos proveitos. Eu lembro que fui pra tropa e um amigo meu que era sargento me disse que o apelido da tropa é sempre o segundo nome. Eu disse eu sou do 6 de Maio, e ele disse '6 de Maio?', e eu falei, 'aquele bairro lá na Amadora'. Ele chegou pra mim perto de outros e disse pra todos que o eu era do 6 de Maio e que todos estão fodidos lá fora. Tipo ele é do 6 de Maio, um bairro que sempre tem caso de polícia. Era sempre 6 de Maio, sempre. E quando eu fui lá na tropa diziam, 'não se metam com o ele (eu) que ele é do 6 de Maio', e o pessoal já tinha aquela imagem do 6 de Maio. (Morador do 6 de Maio, 21 anos).

As experiências relatadas mostram que os jovens convivem cotidianamente com os estigmas e as imagens negativas do bairro 6 de Maio. As reações diversas, podem ser desde a indiferença, passando pela revolta, até ao sentimento de vergonha por morar no bairro.

Eu dizia que morava nas Portas do Benfica, agora não, agora digo sem problemas, talvez por algum receio. A maior coisa que eu sentia era, por exemplo, que minhas amigas me convidavam para ir a casa delas, elas tinham uma casinha, toda jeitosa, e minha casa era uma barraquinha, uma coisa minúscula. Nunca convidei. A coisa que mais tive falta foi não convidar meus amigos para virem aqui em casa, amigos da escola. Em relação aos amigos daqui do bairro nunca houve problemas. (Moradora do bairro 6 de Maio, 22 anos).

As imagens construídas socialmente também afetam os moradores da Cohab Cidade Tiradentes:

A minha professora de geografia fez o seguinte, ela veio dar aula aqui e ela ficou besta. Ela veio dar aulas aqui, ela falou assim, 'engraçado eu achava que os alunos aqui iam quebrar tudo, achava que as escolas eram horríveis', mas uma coisa incrível acontece aqui, as pessoas se arrumam bem mais que o pessoal do prédio, as pessoas vão bem arrumadas pra escola até hoje. (Morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

A imagem da professora de Geografia é compartilhada por outros profissionais. Desde a inauguração desta Cohab é um problema para o poder público enviar professores e profissionais da saúde para trabalhar no bairro. O medo da violência afasta muitos profissionais da Cidade Tiradentes e isso cria um problema para o Estado, que mesmo com adicionais salariais não convence médicos trabalharem no bairro.

Uma abordagem importante sobre essa questão é realizada por Norbert Elias (2000), tirando do foco as relações baseadas na cor da pele, priorizando as relações de poder e o acesso a ele. O autor enfatizou a existência de uma base fundamental para que um grupo estigmatize outro grupo: "Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído" (Elias, 23: 2000).

O primeiro movimento do processo de estigmatização, segundo o autor, é a construção de uma auto-imagem positiva do seu grupo, uma auto-representação, que tem como principal característica um sentimento de superioridade. Em diversas sociedades ocorrem exemplos de estigmatização como "senhores feudais" e "vilões", "gentios" e "judeus", "protestantes" e "católicos", "brancos" e "negros", os países ricos e países pobres.

Os estigmas surgem, então, no contato e comparação entre os grupos, nos quais os membros de um grupo observam semelhanças dentro do seu grupo e aspectos que os diferenciam do outro grupo. Nesse processo de distinção entre os grupos, o indivíduo se identifica

com os atributos que ele próprio lhe atribui, assim como se dissocia das características que imputa ao outro grupo. A atribuição que os indivíduos realizam no processo de comparação social associá-se às posições e categorias da estrutura social objetiva. (Saint-Maurice, 1997, p. 20).

As atribuições de crenças e valores são decorrência de um sentimento de ameaça representado pelos grupos dominados e desprovido de recursos de poder. A ameaça pode ter diversas motivações: espaço no mercado de trabalho, comportamentos e valores sociais, violência, tráfico e consumo de drogas. Os setores da sociedade com mais recursos e acesso ao poder visualizam no Outro desprivilegiado e local onde habitam um complemento, e que os bairros degradados e periféricos seriam o local certo para aqueles com menos recursos sobreviverem. A possibilidade de dividir e compartilhar espaços e poder na sociedade faz com que os grupos dominantes desenvolvam atitudes e comportamentos de oposição, aversão, hostilidade à presença do grupo mais pobre e elabore obstáculos de acesso ao poder e à ascensão social aos membros do grupo dominado.

Um comportamento quase padrão dos grupos dominantes é sentimento de superioridade, “vêm-se como pessoas dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros”. (Elias, 2000: 20). Criam-se, nos grupos privilegiados, sentimentos coletivistas e a necessidade de viver entre os iguais.

Nesse cenário, ocorre a seleção e a eleição de elementos que diferenciem os grupos, como práticas religiosas, padrões habitacionais, nacionalidade, língua e origem étnica. No entanto, quando a presença do Outro se torna ameaçadora ao grupo estabelecido, surgem comportamentos hostis. O sentimento coletivista transforma-se numa arma importante contra o Outro: reforça a coesão social do grupo dominante.

A identificação da pessoa com o grupo dominante a leva a demonstrações afetivas, ligadas a certas representações de pertencer a um grupo com tendências morais e valores superiores, manifestando, simultaneamente, rejeição e menosprezo ao outro inferior. A desqualificação social, a estigmatização unilateral, a atribuição de crenças e valores aos grupos com poucos recursos de poder, a segregação espacial e a exploração da sua força de trabalho são armas poderosas para a preservação e afirmação dos seus princípios, superioridade e defesa, como um processo natural ou verdade absoluta.

Uma vez eu tava fazendo compra no atacadista; eu achei estranho porque eu tava na loja fazendo compra e no mesmo dia, acho que quatro pessoas me confundiram como se eu fosse funcionária da loja, e não tivesse lá na mesma posição deles fazendo compra pra loja, entendeu? Bom, eu pensei o que levaria essas 4 pessoas a me confundir com uma funcionária da loja, sendo que eu estou sem uniforme da loja. E lá todos os funcionários usam uniforme. Então eu senti uma pitada de discriminação. Achei que era por causa da minha cor da

pele, e todos que me confundiram com uma funcionária tinham a cor da pele branca. (Moradora da Cidade Tiradentes, 21 anos).

No relato da entrevistada, percebe-se que 4 clientes de uma grande revendedora de produtos, a confundiram com funcionários da loja, mesmo estando sem um uniforme que a identificasse como tal. Para ela, a cor da pele escura não a credenciou como uma proprietária de comércio⁸⁸, mas sim como funcionária, demonstrando que a cor da pele é determinante na classificação da condição social das pessoas.

Eu nasci cá e, oficialmente, sou português. Sei que tenho os deveres e os direitos como cidadão português, mas o fato é que vivencialmente, no dia-a-dia, as pessoas quando olham pra nós, têm sempre a tendência a perguntar, 'és português?' Ou melhor, já dizem, 'tu és de onde?' Naquele sentido se perguntar, tu és cabo-verdeano, ou angolano. Eu sinto isso. Agora, para as entrevistas de emprego, quando te chamam por telefone, e quando você chega no emprego, há impacto, quando apareço no emprego: 'ah, mas eu falei com o senhor Quintino', aí eu falo, 'mas eu sou o Quintino', e a pessoa fica assim a olhar. Este tipo de coisa nós sofremos muito (...) senti isso, senti que as pessoas pensaram que ao telefone eu, se calhar, era uma pessoa e, depois, quando eu apareci na prática não correspondi com o esperado (...) é o tal estigma que os africanos assaltaram não sei o quê, os africanos de origem negra assaltaram não sei onde, depois qualquer negro que vai num lugar, as pessoas têm a tendência facilmente de colocar tudo no mesmo saco. (Morador do 6 de maio, 26 anos).

O relato contraria o pensamento popular, fortemente influenciado pelos ideais luso-tropicalistas, de que as sociedades brasileira e portuguesa estão livres do racismo. As experiências do cotidiano dos jovens entrevistados demonstram outras realidades, sendo que a discriminação motivada pela cor é um elemento que influencia as relações sociais.

A campanha governamental realizada em ambos os países não mudou as relações de poder instituídas no período colonial, fortemente influenciadas pelos comportamentos hierarquizados pré-século XIX e pelas teorias racistas do século XIX. Assim, mesmo com o luso-tropicalismo, permanecem em Portugal e no Brasil elementos da supremacia branca.

Os grupos dominantes selecionaram na história nacional, fragmentos de acontecimentos que (re)afirmem sua unidade, homogeneidade e superioridade. Esses grupos recorrem à história nacional, pois é nela que se estabelecem elementos

⁸⁸ A família da jovem entrevistada mantém uma loja instalada num cômodo construído na parte da frente da casa, onde comercializa diversos produtos, desde utensílios para a cozinha até pequenos brinquedos.

históricos e culturais formadores de uma "identidade nacional". É importante entender que as identidades e identificações nacionais não são inerentes aos "povos". Elas são formadas, informadas e transformadas no interior das representações que um estado-nação dispõe e impõe.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. (Hall, 1999, p. 49).

As culturas nacionais são compostas por instituições, símbolos, representações que exaltam e glorificam uma história, o passado. Cabe às culturas nacionais criar e manter uma consciência "nacional" ou construir um sentido para um "povo" ou "nação". Criam-se símbolos históricos e culturais para que um povo se identifique com sua nação.

Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (...) a identidade nacional é uma 'comunidade imaginada'. (Hall, 1999, p. 51).

Ao se voltarem ao passado, os grupos dominantes procuram defender o ideal de uma história feita por um povo único, com determinadas características culturais e históricas de seus membros, como origem econômico-social, gênero, raça, religião, etc. A convergência ou superação das diferenças é a meta da "cultura nacional". Nesse processo, há uma tentativa de desqualificar e apagar elementos culturais que não compartilhem com o projeto de nação, como religião e língua. Como salienta Stuart Hall (1999), a "cultura nacional" representa "uma estrutura de poder cultural", essencial no processo de estigmatização, reflexo da desequilibrada relação de poder entre grupos. As re-leituras da história oficial e suas memórias glamourizadas são operações dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer preservar, como fonte de fortalecimento da coesão do grupo.

Além da estigmatização, o fortalecimento e manutenção da coesão do grupo passam pela promoção de um passado comum, destacando-o como "diferença de grande peso, tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles".(Elias, 2000, p. 39), o que com que cada pessoa tenha uma ligação, que é

herdada, segundo Elias, como característica na formação de vários outros grupos. Pollack comenta:

se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (1992, p. 204).

Ao realizar a ligação entre memória e identidade, os indivíduos utilizam etapas para a construção de uma consciência de grupo: 1 sentimento de ter fronteiras físicas ou fronteiras de pertencimento ao grupo (coesão); 2º- continuidade dentro do tempo (memória); 3 sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos constitutivos de um indivíduo são efetivamente unificados (identidade). A construção de um coletivo etnicizado “constitui o principal recurso para sustentar uma dignidade pessoal ameaçada” (Pires, 2003, p. 155) dos grupos dominantes. Os grupos, ao qual os indivíduos são associados pelo outro, são caracterizados pela heterogeneidade não reconhecida por aqueles que impõem determinado perfil. As diferenças estão na origem socioeconômica dos indivíduos, na sua formação e nas influências que absorvem, no tipo de inserção e integração na sociedade, na apropriação que realizam (ou não) da sua cultura étnica, herdada ou não.

De acordo com Saint-Maurice (1997), são diversos os critérios que fundamentam a constituição dos grupos sociais, como nacionalidade, religião, raça, ideologia política, gênero, etc. A aproximação de indivíduos pela cor da pele, seria uma das muitas formas de identificação, pela qual os membros de um grupo compartilham elementos característicos da coletividade a que pertencem. Os grupos sociais constituem-se somente quando um é defrontado com o Outro diferente. Da mesma forma, a raça só é critério de unificação do grupo, quando os indivíduos utilizam e destacam as diferenças das identidades atribuídas ao outro grupo e os elementos de identificação imputados ao seu próprio grupo: “As identidades pessoal, social e étnica emergem num quadro relacional em que o sentido mínimo que se pode conferir à troca que ali está subjacente é a diferença” (Saint-Maurice, 1997: 24).

Em Portugal e no Brasil, a cor da pele funciona como um carimbo, uma marca carregada de representações sociais — a maioria delas, negativas. Um exemplo é o que acontece atualmente em Portugal, onde há presença significativa de imigrantes provenientes de diversos países do Leste Europeu, do continente asiático, da América do Sul (principalmente do Brasil) e de países africanos subsarianos. As condições dos imigrantes são diversas, no ponto de vista da sua origem nacional, sua situação

jurídica e social em Portugal. No entanto, as representações elaboradas pelos portugueses brancos, atribuídas aos imigrantes com origem em países africanos subsarianos e aos seus descendentes já nascidos em Portugal, os colocam numa mesma categoria de identificação: africanos. "Assim, estas pessoas serão categorizadas em função da cor, e não tanto com base na categoria de estrangeiro, de português com origem africana, de imigrante, ou a partir de regiões ou países de origem". (Vala, 1999a, p. 13).

A tez escura se tornou um símbolo natural de sua inferioridade social, moral e intelectual, como também a "defesa da distribuição vigente de oportunidades de poder, bem como uma função exculpatória." (Elias, 2000, p. 36) A cor da pele escura se destaca, automaticamente, no processo de estigmatização, servindo como referência para comportamentos discriminatórios.

Assim, a presença dos afro-portugueses e afro-brasileiros em seus países, historicamente, sempre provocou o fortalecimento da coesão dos grupos que detêm os recursos e acesso ao poder político, intelectual, econômico, cultural, como herdeiros de um passado e tradições comuns, detentores de comportamentos, normas, valores, religião e moral que consideram superiores.

As representações sociais são dinâmicas, flexíveis. Segundo pesquisa quantitativa coordenada por Vala, Brito e Lopes (1999b), na qual foram analisadas opiniões, atitudes e comportamentos a partir da percepção dos portugueses brancos sobre os imigrantes africanos e seus descendentes nascidos em Portugal, residentes na Área Metropolitana de Lisboa, aponta que a discriminação e os preconceitos são motivados por uma idealização do próprio grupo — neste caso, os portugueses brancos — e, paralelamente, a construção de uma imagem negativa, estereotipada do Outro, impõem estigmas depreciativos. Resultados dessa pesquisa apontam mudanças na percepção dos portugueses brancos sobre os negros, em que os imigrantes e seus descendentes são encarados menos com uma ameaça econômica e mais como uma ameaça à segurança individual e pública.⁸⁹

Segundo Vala (1999b), uma das razões para esta mudança de percepção de grande parte dos jovens brancos portugueses se deve à ideologia luso-tropicalista. Para exemplificar esse fenômeno, o autor destaca a divulgação, pela imprensa

⁸⁹ Há diferenças dentro do grupo de portugueses brancos, de acordo com a situação econômica de cada pessoa: "Os resultados da análise de variância indicam um efeito significativo do grupo sócio-profissional sobre a percepção de ameaça. De acordo com os testes (...), os dois primeiros grupos (empresários e dirigentes; profissionais técnicos e de enquadramento) têm uma percepção de que os negros constituem uma ameaça econômica significativamente inferior à dos três grupos (trabalhadores independentes; empregados executantes; e operários)". (Vala, 1999b, p. 40).

portuguesa, dos resultados do Eubarômetro⁹⁰ de 1997. Quando questionados sobre seu comportamento ou atitude racistas, “os portugueses foram, de entre os inquiridos europeus, aqueles que se consideravam menos racistas” (Vala, 1999b: 2).

Entretanto, as experiências do dia-a-dia dos jovens afro-portugueses entrevistados mostram que existe um discurso aparente de negação ao racismo, que as atitudes e comportamentos cotidianos contradizem.

Ainda é. Apesar, como que vou explicar, há muita gente preocupada, tenta aceitar normalmente, conviver sem mostrar aquela parte mais racista. Eu acho que fazem um bocadinho de esforço para tentar mostrar que está tudo bem.
(Morador do 6 de Maio, 21 anos).

As posições sociais, decorrentes das desigualdades sociais e da distribuição desigual de poder, determinam as formas de interação e as imagens estereotipadas, que ambos os grupos constroem. Os rótulos estão enraizados de tal forma que, mesmo que o membro do grupo dominado ascenda socialmente, aproximando-se dos grupos dominantes, o membro do grupo dominado não consegue se desfazer das imagens estigmatizadas imputadas ao seu grupo racial. Como os estigmas, os estereótipos são representações sociais construídas e atribuídas para categorizar pessoas em um grupo, tendo sempre como referência uma imagem positiva de si próprio, como grupo dominante.

Alguns jovens relatam experiências que acontecem consigo ou com membros de sua família. A sobrinha de uma entrevistada, vítima de discriminação por uma criança branca, relata:

Quando uma criança ofende a outra, como acontece, tipo minha sobrinha que tem três anos, brincando com as crianças na rua, a criança branca fala “sua nequinha feia” ou “seu cabelo ruim”, que já aconteceu com a minha sobrinha, e ela acabou chorando.... Então, isso quer dizer que vai de geração pra geração. Parece uma cultura que vai passando. Então, pra uma menina de 4 anos falar isso pra minha sobrinha de 3, ela aprendeu isso com os pais. Muitas vezes eu sinto, não que as pessoas falem, mas olhares. As pessoas, às vezes, dependendo do lugar onde você está, as pessoas olham com um ar de inferioridade, entendeu? Alguns brancos tem essa visão do negro, olhando pra ele com um ar de inferioridade, principalmente na questão da beleza, também.
(Moradora da Cidade Tiradentes, 21 anos).

⁹⁰ Uma sondagem regular, patrocinada pela União Européia, sobre as opiniões dos cidadãos dos países do bloco.

O depoimento acima nos mostra que a entrevistada percebe no olhar dos outros um comportamento discriminatório. Embora seja interpretativo, portanto, subjetivo, o fato demonstra a importância da temática racial para esta jovem, principalmente quando ela fala dos padrões de beleza que excluem os elementos e a cor africana.

A atribuição dos estereótipos segue o mesmo procedimento do processo de estigmatização,

que é nomeadamente quando os grupos em presença são grupos assimétricos (dominante/dominado; maioria/minoria, estatuto social elevado/baixo), que este fenômeno de discriminação intergrupar ocorre com maior expressão, sendo os grupos majoritários, dominantes ou de estatuto mais elevado que mais discriminam. (Vala, 1999a, p. 75).

Os estereótipos são as primeiras categorias cognitivas utilizadas pelos grupos dominantes sobre o outro inferiorizado, estabelecendo, assim, critérios para comparações intergrupais.

O processo de comparação entre grupos e a decorrente estigmatização social daqueles privilegiados, sobre os afro-portugueses e afro-brasileiros é chamado por Vala o fenômeno das “correlações ilusórias”, bastante comum em países nos quais a maioria da população é de pele clara.

Os brancos registram na memória mais facilmente comportamentos anti-sociais ou negativos (menos freqüentes) do que comportamentos positivos; registram, igualmente, mais comportamentos de um grupo minoritário (por ex., os negros) do que um grupo numericamente majoritário (os brancos). (Vala, 1999a, p. 60).

Em decorrência das “correlações ilusórias”, os negros são associados aos comportamentos imorais e atitudes negativas. Segundo Elias (2000) e Vala (1999a), o processo de estigmatização dos grupos com mais recursos econômicos em relação aos grupos inferiorizados surge como estratégia de manutenção do *status* e das posições que cada grupo ocupa no sistema social.

A construção de elementos de identificação é fundamental aos afro-portugueses e afro-brasileiros, para o sentimento de pertencer ao seu grupo étnico e neutralizar as características “ruins” atribuídas aos seus membros (Elias, 2000).

As periferias de São Paulo e de Lisboa passaram a concentrar as populações mais pobres e que se misturam nela os afro-brasileiros e afro-portugueses. Nesses

territórios se concentram problemas sociais: baixa escolaridade, maiores índices de evasão escolar, desemprego e déficit na oferta de trabalho, índices altos de mortalidade infantil e juvenil, esta última em decorrência da criminalidade e truculência policial.

Muito embora as realidades social e cultural dos dois bairros sejam próximas, as singularidades são muitas e se destacam, em decorrência dos processos de globalização. Como vimos no primeiro capítulo, as globalizações, enquanto processos, intensifica o contato com lugares, sociedades e culturas, fazendo com que cada comunidade provoca formas de reação e de resposta. Assim, por mais que acreditemos nas semelhanças de lugares tão distantes, as especificidades são imensas. Assim, as periferias das duas cidades podem ter algumas semelhanças na sua estrutura social e racial, entretanto, as diferenças se sobressaem na sua história, na sua constituição, na sua composição racial, na relação que os moradores têm com o seu próprio bairro e com a cidade e, principalmente, no seu cotidiano. As globalizações refletem e intensificam as diversidades em oposição à uniformidade: "Nas atuais circunstâncias, só é possível visualizar culturas globais pluralistas ou plurais." (Santos, 2002, p. 48).

O aumento dos fluxos populacionais, sociais, culturais e econômicos reflete de forma diferenciada nas metrópoles. O capitalismo concentra dinheiro e poder nas grandes cidades, mas também pobreza e miséria, intensificando a desigualdade social, principalmente em países periféricos e semiperiféricos: "Paradoxalmente, quanto mais avançam esses processos conhecidos como da mundialização, mais vemos um mundo, apesar de conectado, absolutamente contraditório" (Véras, 2004: 45). A desigualdade social faz parte das contradições do capitalismo e seus efeitos são sentidos em todos os lugares. Parte significativa das razões que podem explicar os diferentes efeitos das globalizações reside nas condições históricas de cada sociedade.

Os capítulos anteriores foram responsáveis pela apresentação das razões que explicam as semelhanças e as particularidades de Portugal e Brasil, e de São Paulo e Lisboa. De acordo com Véras (2004), é necessário analisar o passado de cada sociedade, de cada cidade para compreender as relações sociais, raciais e de poder. A partir desse cenário, pode-se perceber, nas metrópoles contemporâneas, construções ou reproduções de relações de poder e (re)surgimento de conflitos e tensões raciais.

Os dois bairros apresentados estão inseridos nesse contexto. Os moradores e os próprios bairros são desvalorizados e vítimas da desigualdade social, porém, inseridos no sistema social, mesmo que de forma desequilibrada, estigmatizada e socialmente desqualificada.

4.3 CONDIÇÃO E CONTRASTE SOCIAL

Diferentemente dos EUA e África do Sul, Brasil e Portugal nunca aplicaram leis explicitamente segregacionistas e racistas. Entretanto, o governo de ambos os países — Portugal e Brasil — “criaram a instituição da escravidão, que dependia inteiramente de um sistema de dominação racial” (Telles, 2003, p. 250). A colonização e o trabalho servil eram sustentados por uma relação de poder, na qual o branco europeu e seus descendentes dominavam o africano e seus descendentes.

As condições sociais permaneceram e, respeitando as singularidades históricas, os afro-portugueses e os afro-brasileiros se encontram ainda hoje nas camadas sociais mais pobres, ocupam (quando conseguem ocupar) as funções mais desvalorizadas no mercado de trabalho, têm os níveis de escolaridade mais baixos, habitam as áreas mais desqualificadas e distantes do centro da cidade.

Em muitas sociedades, o sentimento de pertencer a um determinado grupo está associado a algumas variáveis como, “a uma condição social desprivilegiada, a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura envolvente e, também, em vários casos, à mobilização para formas de ação política socialmente disruptivas” (Machado, 1992: 123). Nos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes, o sentimento de pertença dos jovens entrevistados para esta pesquisa é determinado pelo contraste social presente nas sociedades brasileira e portuguesa, associado a auto-definição de raça, sendo que contrastes de valores culturais estão em segundo plano. A mobilização política está descartada, porque procurei selecionar entrevistados que não tivessem participado de grupos ou entidades culturais e políticas que possam influenciar o processo de identificação.

As diferenças sociais ou “contrastantes”, como prefere Machado (1992), são fundamentais para a percepção da discriminação em relação ao seu grupo. Alguns elementos auxiliam a conscientização racial dos jovens, como a percepção da segregação social e urbana. A percepção dos contrastes culturais, como nos aspectos religioso e lingüístico, para os afro-brasileiros e afro-portugueses são relevantes, mas não determinam a percepção de discriminação em relação à cor escura da pele. O contraste cultural interfere na intensidade da percepção. O fato de um jovem afro-brasileiro ser adepto de religiões de matriz africana pode ser uma variável de intensidade alta de percepção, como também a utilização freqüente pelos afro-portugueses da língua crioula para a comunicação, pode ser um indicativo de forte sentimento de pertencimento ao grupo.

As variáveis culturais podem influenciar na percepção e na sua intensidade, no entanto, não são somente elas que a determinam. Pode existir heterogeneidade social

e cultural entre os jovens entrevistados dos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes e que ela também pode interferir nas diferentes condutas e percepções dos jovens sobre o racismo.

A análise das relações raciais em Portugal e no Brasil deve levar em conta a distribuição desigual de poder no período colonial, que instituiu a hierarquia social, com base na cor da pele. Os dois acontecimentos históricos, apesar de distantes entre si no tempo — o fim da escravidão no Brasil e a independência das colônias portuguesas na África — mudaram pouco ou nada as relações hierárquicas entre brancos e afro-brasileiros e afro-portugueses. Desta forma, além de persistir profunda desigualdade social, em ambos os países houve a manutenção de uma hierarquia racial.

Em decorrência disso, os índices de mobilidade social dos descendentes de africanos em Portugal e no Brasil são muito restritos, em seus respectivos países. Isso quer dizer que as tarefas desempenhadas no mercado de trabalho são mais desqualificadas e os obstáculos sociais que interrompem ou atrapalham a continuidade de carreiras profissionais e acadêmicas determinam, ainda hoje, as limitadas mudanças nos níveis de desigualdade e possibilidade de ascensão social.

4.4 ESCOLARIDADE E MOBILIDADE SOCIAL

A integração dos afro-portugueses e afro-brasileiros nas suas respectivas sociedades é repleta de obstáculos, porém, não se pode afirmar que sofram exclusões históricas, reproduzidas de geração para geração. As entrevistas mostram que os jovens dos bairros da Cidade Tiradentes e 6 de Maio estão em outra condição, se comparados com os pais, embora permaneça a desqualificação social.

6 de Maio

Entre os entrevistados do bairro 6 de Maio, houve perceptível mudança em relação à geração dos seus pais — todos imigrantes cabo-verdianos. No campo da educação, apesar das dificuldades de permanência na escola, todos os entrevistados foram além dos anos de escolaridade de seus pais. Numa das diversas visitas ao bairro 6 de Maio, conheci a mãe de uns entrevistados, e na conversa eu entendia pouco o que ela falava, já que o pouco de português que ela falava, havia aprendido algo, quando trabalha como empregada doméstica em casa de portugueses em Cabo Verde. Ela se comunica com os filhos e com os vizinhos por meio do crioulo. Os três filhos estudaram, dois terminaram o curso referente ao ensino médio no Brasil, e o terceiro estava na altura terminando o ensino superior, enquanto ela não sabe ler nem escrever — em português e em crioulo.

Estudei até o décimo e depois desisti, pelas condições econômicas e estas coisas todas, vários fatores como a morte do meu pai, isso tudo. Nunca chumbei. Tentei voltar uma vez à noite, fui um dia só à noite e vim embora, desisti, desde aí nunca mais. Não tenho mais vontade. Meu irmão mais novo do que eu estuda, está na faculdade, tá no terceiro ou quarto ano, está a fazer Psicologia e a minha irmã, estava a estudar e depois do tempo da escola, fez vários cursos e agora não estuda mais, trabalha com educadora de criança no jardim da infância, ela tem dois empregos. (Morador do 6 de Maio, 25 anos).

A escolaridade não garantiu melhores ocupações no mercado de trabalho. Alguns entrevistados trabalhavam nos mesmos postos de trabalhos dos seus pais, como na construção civil e marcenaria. Devido à indefinição da situação jurídica de alguns entrevistados, é mais difícil encontrar trabalho em período integral, com registro na carteira de trabalho. Nesse sentido, mesmo que os entrevistados sejam naturais de Portugal, há uma reprodução da condição social dos seus pais. Isso demonstra pouca mudança nas desigualdades sociais, o que decorre dos obstáculos de mobilidade social impostos.

Cidade Tiradentes

Em relação aos entrevistados da Cidade Tiradentes, os níveis de escolaridade são mais baixos. Os jovens entrevistados do bairro 6 de Maio permaneceram mais tempo na escola ou cursavam o nível superior à época da entrevista. Os jovens da Cidade Tiradentes, somente um havia cursado dois anos a universidade. Em ambas as situações, o nível de escolaridade dos entrevistados é mais elevado do que o dos seus pais. Como acontece com os jovens no bairro 6 de Maio, a maior escolaridade em relação aos seus pais não traduz em garantia de encontrar funções de trabalho mais qualificadas. Entre os jovens entrevistados na Cidade Tiradentes, funções na limpeza pública e residencial, portaria de edifícios, empresas de tele-marketing ou trabalhos temporários são as alternativas encontradas para escapar de longos períodos de desemprego:

Tô desempregado, inclusive, quando você chegou eu tava finalizando o meu currículo. Meu último emprego foi como auxiliar geral, numa instituição religiosa. Tem vários lugares, mas só que eu trabalhava em Itaquera. Eu fazia de tudo lá, só que nos últimos tempos eu fiquei mais na portaria, e comecei a fazer um curso técnico de computação lá. Só que eu tive que sair dela por alguns problemas da empresa interna lá. Tô há um ano desempregado. Foi meu único emprego. Trabalhei lá 5 anos (...). Nos dois últimos anos eu trabalhava das 8 da manhã até as 11 da noite. Ganhava hora extra, era tudo

certinho. Eles precisavam de mim e eu também precisava deles, porque auxiliar geral ganha pouco. (Morador da Cidade Tiradentes, 21 anos).

Entre os jovens entrevistados na Cidade Tiradentes, apenas um estava trabalhando na loja da mãe, ainda que todos tenham superado a escolaridade dos pais, que exercem funções como pedreiro, setor de limpeza de empresas, engraxate, aposentado por invalidez, garçom. Assim, apesar da elevação do nível de escolaridade dos afro-brasileiros entrevistados, não houve qualquer mudança na condição social destes. Como ocorre entre os jovens do bairro 6 de Maio, os entrevistados da Cidade Tiradentes tem as mesmas dificuldades encontradas pelos seus pais, o que impede a ascensão social. Portanto, as desigualdades sociais nos dois bairros são mantidas, apesar da melhoria do nível de escolaridade entre os jovens entrevistados. As entrevistas demonstram que houve mudança da geração dos jovens entrevistados em relação aos seus pais, mas que isso não se transformou em ascensão social.

O crescimento do nível de escolaridade também não quer dizer que o afro-brasileiro e afro-português tenham mais chances ou sejam mais competitivos no mercado de trabalho. Um fenômeno que ocorre há muito tempo no Brasil e que agora começa a se desenvolver em Portugal, em decorrência da crise do modelo de econômico do bem-estar social é a proliferação de universidades particulares de baixa qualidade⁹¹. Isto resultou no Brasil num enorme ingresso de jovens nas universidades, inclusive de afro-brasileiro. Os setores com mais condições econômicas podem pagar boas escolas para seus filhos, e em decorrência disso, terão maiores chances de ingressar nas universidades públicas, terão mais chances de competir no mercado de trabalho. Em contrapartida, os afro-brasileiros que estudam em escolas públicas de baixa qualidade, serão menos competitivos no mercado de trabalho. Telles chama isto de “barreiras invisíveis” que impede a ascensão social do afro-brasileiro, e que garante “o passaporte mais importante para o *status* da classe média do Brasil, e assegura a reprodução de classe média para a nova geração”. (2003, p. 308).

O acesso à educação de boa qualidade se torna um instrumento de manutenção dos interesses dos setores dominantes da sociedade, mantendo os afro-brasileiros⁹² distantes das universidades públicas e com isso, diminuindo a possibilidade desses competir no mercado de trabalho. Este processo perpetua a

⁹¹ No Brasil este processo de crescimento das universidades particulares foi antecedido pela queda de qualidade do ensino público fundamental e médio desde a década de 1970.

⁹² Os pobres brancos também têm dificuldades de ascensão, mas, como ressalta Telles, eles podem superar mais facilmente do que os negros e “vencer barreiras que eliminam a competição por riqueza e recursos”. (2003, p. 309).

condição social do afro-brasileiro, reflexo da desigual distribuição de poder político e econômico no Brasil, como também o acesso a ele.

Para além dos problemas econômicos e sociais que Brasil e Portugal enfrentam, a persistência da desigualdade social entre brancos e os afro-brasileiros e os afro-portugueses é decorrência de problemas nas relações raciais. Telles, ao analisar pesquisas quantitativas no Brasil sobre essa questão, concluiu que o resultado torna “evidente que a cor da pele (...) e o efeito do embranquecimento são forças poderosas na determinação das possibilidades de ascensão social de umas pessoas” (2003, p. 228).

4.5 BAIRRO E COMUNIDADE

Os estudos da sociologia urbana nos apresentam estudos relevantes sobre a função do bairro no processo de socialização. O bairro não deve ser considerado apenas como um espaço administrativo, mas como espaço onde as pessoas constroem laços afetivos, de solidariedade e de referências. O bairro também está dentro “de espaços urbanos segregados, marcados pela permeabilidade de fronteiras entre o público e o privado, em oposição aos espaços urbanos centrais onde o anonimato e a distância afetiva marcam as relações de vizinhança” (Saint-Maurice, 1997, p. 105).

Os bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes possuem formação, história e características particulares, porém, ambos estão em espaços segregados. Assim, de acordo com suas singularidades, desenvolvem práticas sociais, redes de sociabilidades, de rejeição, identificação, espaços de solidariedade, de formação de grupos religiosos, culturais, sindicais, de jovens, de mulheres, de 3ª Idade, mas, ao mesmo tempo também, são espaço de conflitos, tensões, violência. São bairros que aparentemente são caracterizados com uma certa homogeneidade racial e social, mas apresentam grande heterogeneidade, que influenciam na percepção das pessoas sobre o bairro. Os bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes seriam, nas palavras de Marc Augé (1994) lugares antropológicos. Segundo o autor, o lugar antropológico apresenta três características comuns, como espaços que pretendem ser identitários, relacionais e históricos.

A análise das entrevistas realizadas nos dois bairros, aponta para percepções diferentes sobre a chegada dos pais dos entrevistados aos respectivos bairros, porém, que houve um elemento que uniu os dois cenários: a chegada ao bairro representou aos pais dos jovens, esperança em melhorar as condições de vida.

Os jovens entrevistados dos bairros mostram identificação com o seu bairro, destacando alguns elementos positivos do bairro, como as relações com a vizinhança e

a solidariedade. A intensa convivência entre vizinhos se deve, em grande parte, à alta densidade demográfica destas áreas, que reflete na proximidade das moradias tanto no bairro 6 de Maio como nas casas e apartamentos da Cohab Cidade Tiradentes.

Aqui há pessoas más e boas como em todos os lugares. (...) Se não tiver algo nas casas, posso bater na porta da vizinha e pedir, tarde da noite, nós estamos à vontade para fazer isto. As pessoas ficam com os filhos dos outros quando precisam, também olham os filhos dos outros. Há, lógico que há unidade. (Moradora do 6 de Maio, 20 anos).

E

Existe. Aquela coisa de você acordar cedo e pedir um pouco de açúcar pro vizinho. Isso é uma coisa que eu admiro muito. Pra ajudar pobre somente sendo pobre. Você sabe a dificuldade do outro, sabe que o dia de amanhã pode ser difícil pra você e alguém pode estar melhor. Então, existe muito disso. Aconteceu várias vezes de uma vizinha ta passando fome e, sem ela saber a vizinha faz um mutirão entre os vizinhos pra ajudar a outra. A gente passou por uma fase difícil pra caramba e assim os vizinhos eram solidários com a gente. (Morador da Cidade Tiradentes, 29 anos).

Os relatos dos jovens acima destacam como positiva a solidariedade, e que esta seria uma característica ou marca do lugar onde moram. A proximidade das moradias faz com que as pessoas se conheçam, numa espécie de comunidade. A comunidade teria a função de auxiliar os vizinhos em momentos de dificuldade, atender os filhos de outras famílias em algumas ocasiões, proteger a comunidade de problemas externos, que colocariam em risco este ambiente comunitário. Ao analisar as questões que se apresentam no atual estágio da modernidade, Bauman (2001) defende que o comunitarismo é a forma, tanto dos segmentos mais abastados como dos mais pobres, de acelerar a “liquefação” da modernidade, uma estratégia utilizada contra o desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais, contra a desintegração das relações sociais: “Um aspecto muito visível do desaparecimento das velhas garantias é a nova fragilidade dos laços humanos” (Bauman, 2001: 195).

Nos depoimentos, as dificuldades financeiras, fator que caracteriza os moradores destes dois bairros, também são determinantes para a maior proximidade entre as pessoas. Pode-se dizer que a geografia dos dois bairros propicia relações sociais mais próximas, onde o contato entre os vizinhos são mais intensas, tanto nas ruelas do labirinto do 6 de Maio, como nas casas e apartamento dos apertados prédios da Cohab da Cidade Tiradentes. Ao manifestarem a solidariedade como

elemento positivo, paralelamente particularizaram este aspecto como característica do lugar, não existindo em outro espaço.

Cidade Tiradentes

Ainda que o bairro da Cidade Tiradentes apresentasse mais problemas em sua infra-estrutura do que nos dias de hoje, a decisão dos pais dos entrevistados em mudar para o bairro foi para fugir do elevado custo do aluguel e para realizar o desejo de ter casa própria, com o financiamento da prefeitura, por meio do programa da Cohab.

Era tudo novo, então as pessoas eram que meio esperançosas, tinha uma certa esperança de que iam melhorar de vida, num bairro novo. E, detalhe, as pessoas, pelo menos pra minha mãe e pro meus tios que vieram morar aqui, foi a primeira vez que eles tiveram a casa própria, no nome deles. Então, você muda totalmente o modo de pensar. (...) Minha mãe tinha, meus tios (irmãos dela), vizinhos nossos que conviviam cm a gente, acreditavam que a vida iria melhorar. (Morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

Apesar da enorme distância do centro e falta de equipamentos sociais na recém inaugurada Cohab Cidade Tiradentes, a mudança para o bairro significou a possibilidade de obter a casa própria.

Na Cidade Tiradentes, a solidariedade entre os moradores é ressaltada principalmente nos momentos de dificuldade de algum vizinho. Os jovens lembram que o importante, ao prestar alguma ajuda, é a retribuição oferecida em outro momento, da pessoa que foi ajudada. Esta forma de comportamento pode ser encontrada em diversas relações estabelecidas no bairro, e extrapola limites impostos pela dificuldade financeira das pessoas.

Minha tia, uma vez roubaram o som dela lá no prédio. Ela simplesmente saiu pra estender roupa e deixou a porta aberta, entraram no apartamento e pegaram o som dela, pronto, acabou. Aí minha tia, quando avisou desse roubo do som dela, houve aquele espanto, 'O quê, ladrão aqui, rato não, péra aí'. Aí tinha traficante que era das casinhas ali né, uma tal de Jô, que ela já faleceu, nossa, essa mulher chamou o bando dela e foi atrás do som e de quem tinha roubado. Aí veio pra boca dela o som né, e ela já tinha a ficha de como que era o som, aí ela começou a intimidar o cara, de onde era que ele arrumou. Isso é o que contam, ela colocou o cara no paredão, levou não sei pra onde aí, colocou o cara no paredão, o cara morreu e devolveram o som pra minha tia. Matou o cara. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

A solidariedade se torna moeda de troca de favores. Esta jovem, em outro momento da entrevista, diz que o silêncio dos moradores em relação às condutas ilegais e criminosas é retribuído com “policimento” pelos autores dos atos ilegais.

Que nem quando chegaram os computadores aqui da escola, que tinha um projeto de informática nas escolas públicas do município, eram 12 computadores. Roubaram tudo, dois dias depois. Pra quê, fizeram um reboliço e pegaram todo mundo que roubou os computadores da escola e matou todo mundo, todo mundo na frente da escola. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

As experiências dos jovens demonstram naturalidade quando nos relatos se referiram a grupos criminosos que atuam na Cohab Cidade Tiradentes. Alguns entrevistados defendem a atuação destes, como na solução de pequenos conflitos familiares ou entre vizinhos. Assim, a ausência de policiamento no bairro é minimizada pela atuação de grupos criminosos, que, para manter a polícia longe da vizinhança, exercem a função mediadora em momentos de tensões e conflitos.

Em troca a polícia não vem pra cá. Se tem uma briga de casal, chamam eles, porque não é pra chamar a polícia que atrapalha o movimento. (Morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

E

Se um dia tiver uma batida policial, isso também é vantagem pra eles, porque se um dia tiver uma batida policial, eles vão esconder as coisas deles onde? Na casa de família. E a gente não vai poder negar, porque praticamente eles nos sustentam. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

A proximidade entre as pessoas e vizinhos, destacada acima, também reflete na aproximação das pessoas que cometem atos ilícitos, e isto faz com que os moradores construam relacionamentos que, em outros lugares, seriam interpretados como incompatíveis ou imorais ou até de cumplicidade. A compreensão das relações construídas na Cidade Tiradentes está distante de qualquer entendimento relativista sobre os acontecimentos.

A Cohab Cidade Tiradentes também possibilita maior convivência entre brancos e afro-brasileiros, favorece redes de amizade inter-raciais, o que dificilmente ocorre em outros bairros da cidade, principalmente dos segmentos médios e altos em

que há a predominância de brancos. Todos os entrevistados dizem não ter problemas em fazer amizades com outros jovens brancos. O fato pode ser explicado pela convivência de brancos e afro-brasileiros, o que resulta em amizades, namoros, casamentos inter-raciais.

De acordo com Telles, “apesar da preferência pela endogamia, os níveis de casamentos inter-raciais são relativamente altos no Brasil” (2003, p. 139), aumentando, se comparados com informações de censos anteriores⁹³. Nesse aspecto, ao analisar os dados do censo do IBGE de 1991, Telles (2003) ressalta que, nos casamentos inter-raciais, há uma evidente preferência dos homens e mulheres brancos pelos mestiços, em detrimento dos afro-brasileiros. À época das entrevistas na Cidade Tiradentes, nenhum jovem estava casado. Entre os que estavam namorando (6 jovens), apenas uma namorava uma mulher branca.

Não há dados disponíveis sobre casamentos inter-raciais na Cidade Tiradentes. Nos nove anos em que freqüentei o bairro, como pesquisador e educador de uma ONG, observei vários casais inter-raciais. Para Telles (2004), o mestiço tem mais possibilidade de casar-se com brancos e brancas. Mesmo entre os segmentos mais pobres da sociedade, onde a convivência inter-racial é maior, continua o preconceito contra o afro-brasileiro: quanto mais escura a pele, maior a discriminação.

Outro aspecto destacado nos relatos dos jovens entrevistados foi sobre a diminuição dos níveis de violência no bairro. Não importa se os índices oficiais confirmam ou desmentem os depoimentos. O que importa aqui são as experiências e a percepção dos jovens sobre a realidade da qual são protagonistas. Para os entrevistados na Cidade Tiradentes houve melhora no quesito violência — assaltos, furtos, violência sexual⁹⁴. A melhoria também é percebida pelo aumento de policiamento nas ruas do bairro, em relação aos primeiros anos da inauguração da Cohab, e não só pelo papel exercido por grupos criminosos. Apenas uma entrevistada disse que o bairro sempre foi calmo, e que nunca presenciou assaltos e tiroteios nas ruas.

Mas essa é a diferença das visões das pessoas do mesmo bairro. Eu estudei lá embaixo, era barracão ainda, no Rui Mello, e eu não via essas coisas, nunca vi ninguém ou aluno usando drogas na porta da escola, nunca vi alunos fumando no barracão, nunca vi e, apesar de ser barracão, era uma escola muito organizada, muito limpa, não tinha pichações (...) Sobre mortes, eu nunca vi

⁹³ Do total de casamentos, 12,6% foram inter-raciais no censo de 1960. No censo de 1991, os casamentos inter-raciais representavam 23,1% do total de uniões matrimoniais (Telles, 2003: 141).

⁹⁴ Em relação a quase inexistência de casos de violência sexual no bairro, dois jovens afirmaram que este fato é reflexo do controle, “policiamento” e punição impostos por grupos criminosos que atuam na Cidade Tiradentes àqueles que cometem tal crime.

um corpo estendido no chão aqui na Tiradentes. Se eu falar que vi um corpo aqui no chão, é mentira. Tanto é que a primeira vez que eu ouvi um estopim de tiro foi no bairro da Cachoeirinha só, na casa da minha avó. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

No mesmo bairro, vivendo em condições sociais semelhantes, existem percepções diferentes sobre o local, como no trecho acima, no qual a entrevistada negou que o bairro fosse mais violento. A entrevistada apresentou outra realidade da escola na Cidade Tiradentes, a partir da sua experiência e cotidiano do local onde ela estudava. O depoimento dessa jovem reforça a noção de heterogeneidade das pessoas e da percepção delas.

A maior presença da polícia na Cidade Tiradentes acompanhou os investimentos do poder público nas áreas de infra-estrutura e urbanização. Alguns jovens contam que, no início, o bairro contava com um posto de saúde, duas escolas, poucas ruas asfaltadas, comércio era muito pequeno, não havia — e não há — agências bancárias e o transporte público era absolutamente deficitário, no interior da Cohab e para se deslocar para fora do bairro.

Mudou, mudou bastante. Mudou pra melhor né, mudou pra muito melhor. Aqui antigamente não tinha nada, não tinha padaria, não tinha farmácia, transporte era péssimo, os ônibus não chegavam aqui, só iam até o terminal Tiradentes ou no Juscelino. Era a única condução que tinha mais perto aqui na época de quando eu mudei praça, pra quem trabalhava era essa, ou descia na Tiradentes ou no Juscelino. (Morador da Cidade Tiradentes, 21 anos).

Tais melhorias são insuficientes para expressarem vontade de permanecer no bairro da Cidade Tiradentes, principalmente quando se trata de criar um filho no bairro. Todos os entrevistados desejam sair do bairro, esperam apenas alguma oportunidade profissional que proporcione melhores condições financeiras para realizar o desejo não hesitando em deixar as relações sociais e redes de sociabilidades construídas.

Aqui não tem uma infra-estrutura pra educação que eu gostaria de dar aos meus filhos, pra vida que eu gostaria de proporcionar. Cohab é babado, Cohab acaba com a pessoa, porque se você vira mais um Cohabeiro, depois não tem como voltar atrás. Menina Cohabeira é aquelas vive andando de moto e todas têm um queimado aqui (queimadura de escapamento na altura da panturrilha). Tem outro nome, 'cidadão tiradentino'. Se você vê uma menina

com queimadura aqui na perna, vixe é menina de Cohab, sempre tá com um carinha pra cima e pra baixo. Essas meninas que não são produtivas. A coisa delas é sempre tá numa garupa de moto, sempre tá conversando com algum carinha. Os meninos são esses que sempre estão empinando pipa, tomando uma cerveja na esquina, jogando fliperama. Isso são as pessoas Cohabeiras, fumando maconha. O meu irmão, o meu irmão é coabeiro, solta o meu irmão no centro da cidade pra você ver, ele não sabe onde ele tá, deixar ele no meio da República, ele não anda, ele não sai da Tiradentes, ele amanhece aqui, adormece aqui e assim por diante. Eu não suporto ficar aqui, de jeito nenhum. Quando eu tenho folga eu saio, saio, saio. E quando eu to aqui eu fico dentro de casa, ou na casa de amigos. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

Além do desejo de não continuar morando na Cidade Tiradentes, a jovem apresenta um perfil que considera característico e, de certa forma, estereotipada de pessoas que moram no bairro: “cohabeiros” e “cidadão tiradentino”. Ao reclamar do comportamento desses jovens, o relato nos mostra a preocupação da jovem com a falta de perspectivas de muitos moradores da Cidade Tiradentes, que, por diversos problemas e obstáculos colocados, não demonstram, para a entrevistada, nenhuma perspectiva ou ambição. Este cenário é resultado da segregação espacial em São Paulo, na qual grande parte dos afro-brasileiros e brancos pobres foram historicamente afastados e confinados nas áreas mais longínquas da cidade. Criaram-se fronteiras sociais e formas de controle e isolamento dos grupos dominados, evitando qualquer possibilidade desses circularem na cidade e de ascenderem socialmente.

Embora destaquem a solidariedade na Cidade Tiradentes, alguns relatos mostram outro tipo de comportamento. Um entrevistado conta que viu um garoto do lado de fora de uma associação na Cidade Tiradentes, sendo mandado embora pelo segurança porque os pais não eram associados da entidade, e por isso o filho não poderia participar do curso de futebol organizado pela tal associação.

É uma desigualdade social dentro do próprio bairro. Eu pensei no menino e ele é excluído dos excluídos. É o mesmo que você pegar o pessoal do Maravilha (uma das favelas que existe no interior do bairro) e o pessoal dos prédios (da Cohab). O pessoal do Maravilha lá embaixo olha pra gente aqui com outro olhar. Devem achar que a gente é mais privilegiado. Isso eu acho vergonhoso. Então eu não queria criar o meu filho aqui ou minha filha assim pra passar essa situação, sabe de não poder freqüentar tal lugar porque meu pai não tem X por mês pra pagar.(...).Em outro bairro eu encontraria esta situação, mas com uma certa diferença. Por exemplo, tem lá a Vila Nova Curuçá, onde já morei. Ali você tem próximo o CEU, e lá tinha um clube da prefeitura, o CM,

que todo final de semana eu, meu irmão e meus primos a gente pra lá, e não pagava nada era tudo público. Era próximo de casa, era só descer a rua. Pô cara, é legal isso, e aqui não tem. Por exemplo, eu ia muito no Jardim São Bento, lá na Cohab 2, aí eu e meu irmão gente andava bastante pra ir até a piscina de lá, mas não pagava nada na. É uma opção, coisa que aqui não tem. Aí é complicado, passar por certa situação. O quanto mais você poder facilitar é melhor. (Morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

O trecho do depoimento acima mostra que o jovem tem a percepção de que o bairro é segregado espacialmente, mas isso não impede, segundo ele, que dentro do bairro já “excluído” se reproduzam os mesmos processos de segregação e discriminação. O exemplo dado, sobre a relação daqueles que moram na favela Jardim Maravilha e nos apartamentos da Cohab, aponta para a reprodução de isolamento de grupos de pessoas segundo o local de moradia, no interior de um bairro já urbanisticamente segregado.

Os problemas referentes à infra-estrutura do bairro são recorrentes nas entrevistas. Cidade Tiradentes apresenta profundas deficiências no aparato social, ainda mais se comparado com o seu gigantismo. As ausências de melhores condições de vida interfere no cotidiano das pessoas e em seus planos que essas têm para o futuro. Nenhum dos entrevistados conseguiu enxergar um futuro promissor, para ele e para sua família, morando na Cidade Tiradentes, já que as perspectivas sociais apresentadas são bastante reduzidas, fato este que contraria as expectativas positivas que os pais dos entrevistados tinham quando mudaram para o bairro. A falta de boas escolas, de hospital, de segurança, da distância do bairro para outros lugares, da falta de equipamentos e espaços para lazer.

No entanto, para todos os jovens entrevistados na Cidade Tiradentes foram unânimes em afirmar que a imagem social que o bairro tem não coincide com a realidade do bairro. A imagem construída pela sociedade é totalmente negativa, sendo que a principal associação que fazem é com a criminalidade, como explica o depoimento abaixo, no qual a entrevistada relata experiência de quando levou sua namorada pena primeira vez ao bairro.

Que nem hoje eu tava no Parque D. Pedro (centro) com a minha namorada e uma amiga minha. Aí a minha amiga falou “cuidado, viu, Tiradentes, nossa, coragem sua ir pra lá, isso quê é gostar mesmo, viu”, minha namorada disse ‘fazer o que, vou encarar’. Essa é a visão que as pessoas de fora tem da Tiradentes. Minha namorada veio aqui, a,í quando a gente chegou aqui, ela viu menininhos andando na rua, pessoas indo comprar pão, aí ela disse ‘nossa, tranquilo aqui’. Ela disse que pensou que ia chegar aqui e ver uns manos, de AR 15 pendurado no ombro, uns malucos. Eu disse, calma aqui é um bairro de

família. Quem ouve falar da Tiradentes pensa nessas coisas, aqui é o fim do mundo, mas não isso que falam. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

O estigma da Cidade Tiradentes é semelhante à dos bairros mais pobres e que concentram afro-brasileiros, permanece ainda hoje. Esses bairros sempre foram associados a habitações irregulares e degradadas, à criminalidade, à violência, à ilegalidade. Há uma reprodução quase que “natural” da imagem social da Cidade Tiradentes, com o intuito de desqualificar o bairro e as pessoas que lá moram. O bairro também se torna um elemento a mais no processo de estigmatização. Mesmo assim, houve por parte da entrevistada uma reação contra a imagem negativa do bairro, que passou a dissociar o bairro das questões negativas apresentadas por outras pessoas, inclusive para sua namorada.

6 de Maio

Os entrevistados no bairro 6 de Maio disseram que seus pais foram para o bairro por dois motivos: por ser a única alternativa de moradia de baixo custo e pela alta concentração de imigrantes cabo-verdianos, que funciona como uma proteção ou porto seguro aos seus pais nos primeiros meses de estada em Lisboa.

Vieram pra cá por causa das condições de trabalho e foram ficando pra cá. Meu pai foi pra São Tomé primeiro e depois para Portugal. Minha mãe veio pra Portugal. Vieram direto para Lisboa, meu pai acho que veio direto pro 6 de Maio, mas minha mãe foi morar primeiro no centro de Lisboa, depois é que veio para cá, no 6 de Maio. (Morador do bairro 6 de Maio).

Alguns percursos dos imigrantes cabo-verdianos se diferenciaram, mas devido a questões financeiras, o bairro degradado e afastado do centro foi a única opção que restou. Os pais dos jovens do bairro 6 de Maio fazem parte daqueles cabo-verdianos que migraram depois da Revolução dos Cravos, em 1974. Embora os primeiros cabo-verdianos tenham chegado ao bairro 6 de Maio, na segunda metade da década de 1960, os pais dos entrevistados chegaram em Portugal no final da década de 1970 e início de 1980. Eles podem ser enquadrados entre os imigrantes (ver capítulo II) como imigrantes laborais, com baixa escolaridade e sem profissionalização, que ocuparam vagas nos setores da construção civil e trabalhos domésticos.

O intuito desses imigrantes, pais dos jovens entrevistados, era melhorar as condições de vida, por meio da imigração laboral. O deslocamento dos pais tinha como principal razão, a ascensão social em Lisboa ou voltar para Cabo-Verde, com algum

dinheiro poupado (fato que ocorreu com os pais de apenas um entrevistados). A mudança para o bairro foi um choque para muitos pais dos entrevistados.

Eu morava numa aldeia. Meu pai tinha horta de cana e de café, fazia aguardente, eu gosto de viver em sítio. A gente diz assim, o amor é cego e quando cheguei aqui achei estranho, mas não dei importância porque estava com o meu marido. Mas o bairro era um bucado complicado. Não tinha esgoto, não tinha água dentro de casa, não tinha luz. Tá aver, era um bucado complicado. Quando chegava a chuva, era lama, lama mesmo, frio. Realmente em Cabo-Verde, onde a gente morava no sítio, quase no meio do campo, onde a gente cultivava, mas não era a situação que a gente tinha aqui dentro do bairro. Aqui era mais complicado. Meus 3 filhos nasceram aqui. Vim sozinha. Casei e vim logo. (Moradora há 30 anos do 6 de Maio e mãe de uma entrevistada).

A mudança para os pais foi brusca, pois deixaram um ambiente rural, ou quase, para um bairro na cidade, cheio de casas, num labirinto, e sem nenhuma infraestrutura, que significou a possibilidade de melhorar as condições de vida. O relato confirma a segregação espacial sofrida pelos imigrantes cabo-verdianos quando chegaram à Portugal para trabalhar. Isto resultou em complicações no processo de inserção dos imigrantes cabo-verdianos no país receptor.

No bairro 6 de Maio há predominância de imigrantes cabo-verdianos e de seus descendentes nascidos em Portugal, o que dificulta ainda mais a formação de redes de amizade e matrimônios inter-raciais, embora os jovens entrevistados tenham destacado amizades com portugueses brancos (os entrevistados têm namorados ou estão casados com companheiros afro-portugueses), o que facilita a reprodução ou recriação de características cabo-verdianas.

Cabo Verde se tornou a grande referência para os afro-portugueses do bairro 6 de Maio. Mesmo sem conhecer o país de origem dos pais, há uma idealização de Cabo Verde, fazendo desse país um contraponto à realidade vivenciada em Portugal.

Eu gosto é da maneira de ser das pessoas, são simpáticas, qualquer problema que acontece a uma família, toda gente está disposta a ajudar, ainda hoje. Mas isto é um pouquinho daquela tradição de Cabo Verde, quando acontece alguma desgraça qualquer, qualquer pessoa está pronta a ajudar, há muita solidariedade, é verdade. (Morador do 6 de Maio, 21 anos)

Essa convivência começou a mudar nos últimos anos. Diferentemente da percepção de todos os entrevistados da Cidade Tiradentes, de que a solidariedade e o

sentimento de maior segurança cresceu nos últimos anos, entre todos os entrevistados do bairro 6 de Maio, a percepção sobre solidariedade e segurança são coisas do passado, devido ao crescimento do tráfico de drogas dentro do bairro foi destacado por todos os entrevistados como a principal razão para a sensação de insegurança. Isto fez com que as pessoas começassem a desconfiar umas das outras, afetando algumas características destacadas como positivas pelos moradores do bairro 6 de Maio, como o relacionamento entre os vizinhos e a solidariedade,

Hoje em dia o único ponto positivo que continua até hoje é a vizinhança. O pessoal se dá bem com toda a gente. Hoje não há tantos como antes, porque antes a gente ia brincar, deixava a porta encostada, a gente brincava até as duas três da manhã. Quando na minha infância, não havia problema. Lembro de uma vizinha minha cá embaixo que 'a Dona Antônia me emprestava um bucado de sal ou um caldo kynor', sempre assim, havia sempre aquela convivência. Hoje em dia não tem mais isso. Hoje se você ver todas as portas estão fechadas (eram mais ou menos 21h), por causa do medo, da violência. O tráfico começou a crescer. (Morador do 6 de Maio, 23 anos).

Os relatos dos jovens colocam o aumento do tráfico de drogas como o marco na mudança de comportamento das pessoas e na mudança de relacionamento entre os vizinhos. Alguns entrevistados identificam como na segunda metade da década de 1990, o período do crescimento do tráfico de drogas no bairro 6 de Maio. Este período coincide com o início de remoção dos bairros degradados e de lata da cidade de Lisboa para Habitações Sociais (HS), por meio do Plano Especial de Realojamento (PER), um programa de habitação apoiado pela União Européia, que contava com a parceria da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério das Obras Públicas. A assinatura do PER causou debates públicos na imprensa e a imagem dos bairros degradados foi bastante destacada.

A visão oficial e popular sobre os bairros de barracas como guetos, sua vinculação com a marginalidade e a necessidade de se evitar nos novos bairros de realojamento a (re)criação dos guetos. A resposta oficial traduz o que tem sido a ação concreta do PER e sua filosofia maior 'espalhar as famílias pela cidade'... (Gusmão, 2005, p. 225).

O objetivo do PER era distribuir as famílias imigradas em bairros diferentes, o que refletiu no rompimento e proximidade das relações sociais que eram mantidas nos bairros degradados, para evitar a reprodução de "maus" hábitos, de acordo com o imaginário social e o pensamento oficial português. O relato de um jovem cita a remoção de famílias do bairro Casal Ventoso, em Lisboa, que coincide com o aumento

do tráfico de drogas no bairro 6 de Maio. Casal Ventoso era um bairro degradado e conhecido pelo narcotráfico. O tráfico de drogas surgiu no bairro Casal Ventoso no início da década de 1980, mas se intensificou no início da década de 1990, com o aumento do número de participantes de dentro do bairro (Chaves, 1999, p. 237).

O tráfico de drogas, o crime, estas questões todas. Todos estes problemas têm a ver com ações que fizeram em termos da cidade de Lisboa. Muita gente diz que a causa disto foi a intervenção que se fez no bairro de Casal Ventoso, que era considerado o maior bairro de tráfico e consumo de drogas. Houve uma intervenção neste bairro, em nível físico, construiu prédios, na encosta do eixo Norte-Sul. Este bairro foi demolido e reconvertido fisicamente, mas também fez um trabalho ao nível dos tóxicos dependentes, no sentido de fazer um rastreio, e depois conseguimos encaminhar para unidades terapêuticas ou para tratamentos. Na altura o projeto pensava que poderia resolver isto em dois anos, mas enganaram-se, porque cada dia que passava, parecia mais um, mais dois, ou seja, nunca houve uma diminuição da população tóxico-dependente, porque pensavam que íamos conseguir apanhar toda gente, até um certo limite, depois, conseguimos trabalhar com este grupo de pessoa, e conseguir encaminhá-los e resolver. Mas a realidade não foi esta. A realidade foi que cada dia ia aumentando mais (...) Depois houve uma intervenção policial, houve uma tentativa de limpar aquele bairro, de tirar a fama daquele bairro. Eu não tenho provas científicas ou dados mesmo para provar isto, mas o que se comenta e o que se diz ou o que o senso comum diz, digamos assim, é que, portanto, outras zonas da cidade que ficaram mais afetadas após esta intervenção. O fim do tráfico lá serviu para aumentar noutras sítios, o que já existia, mas era mínimo, mas depois aumentou, depois é claro, aumentou o tráfico, aumentou a pressão policial. Casal Ventoso é aqui perto, estamos a 100 metros de Lisboa. (Morador do 6 de Maio, 26 anos).

Numa das diversas vezes que passei na avenida que atravessa Lisboa, conhecida como Eixo Norte-Sul, motoristas de táxi e colegas apontavam para uma encosta, na beira da avenida e falavam coisas como “ali era o lugar mais degradado de Lisboa” ou “aquele lugar foi considerado o maior lugar de prostituição, tráfico e consumo de drogas”: tratava-se do bairro Casal-Ventoso. O bairro Casal-Ventoso era reconhecido no imaginário social, como o local que concentrava a criminalidade, um dos problemas que o PER objetivava exterminar.

Com a remodelação do Casal Ventoso deixou de ser conhecido pela criminalidade. Em tese, parte dos grupos que praticavam tráfico de drogas se deslocaram para outras áreas, para continuar com a prática ilegal de vender drogas. Um entrevistado do bairro 6 de Maio acredita que o seu bairro foi escolhido por traficantes de drogas do Casal Ventoso para a continuação dos atos ilícitos. Isto fez

com que muito jovens fossem aliciados ao tráfico e consumo de drogas, fato que rompeu e mudou os relacionamentos dentro do bairro.

Acho que há diferenças de atualmente e do que já foi. Acho que há diferenças, acho que no início havia muita coisa daquela união entre as pessoas, entre as famílias, por exemplo, entre as casa havia ajuda entre as pessoas, as pessoas, não sei se porque tinham chegado há pouco tempo num país estranho, e pode ser um dos motivos. As pessoas tinham mais necessidade de se unirem para se protegerem. Eu sentia que havia mais esta solidariedade, mesmo nos jovens. Atualmente, acho que ainda continua haver neste bairro, necessidades, casas sem condições e por aí a fora (...). Acho que há uma sensação de estarem perdidos. Tô a falar mais dos adolescentes, de 16, 17, 18, são estes que não tem identidade, porque apesar da situação de nascerem cá, mas não são considerados portugueses porque acho que os pais não tem documentos portugueses, tem documento cabo-verdiano ou de outra nacionalidade. (Morador do 6 de Maio, 26 anos).

O relato confirma alguns problemas de relacionamento entre os vizinhos do bairro. Diz que o passado era melhor que o presente, e que os jovens de hoje estão rompendo com alguns valores que caracterizavam o bairro, como a solidariedade. O comportamento solidário destacado pelo entrevistado nos remete à característica apresentada como elemento forte no relacionamento dos seus pais, imigrantes cabo-verdianos. Como vimos anteriormente, a solidariedade dos imigrantes era uma das formas de resistir aos problemas encontrados na sociedade portuguesa. Para muitos entrevistados, alguns valores estão se perdendo com as novas gerações, como se os mais jovens não dessem continuidade aos costumes que classificaram como sendo de origem dos seus pais.

Comparo Cabo Verde como se fosse um meio rural, onde as pessoas se sentem seguras. Porque é um país pobre e as pessoas, como não têm recursos materiais, a riqueza que as pessoas têm é entregarem-se. O bom que tem é a solidariedade, a amizade, a entre ajuda, é o vizinho que empresta um bocadinho de sal. E eram coisas que neste bairro existiam no início, onde as pessoas tinham os bons costumes da terra. Agora perdeu-se, foi se perdendo. (...) Se calhar, de fato, há características próprias do povo cabo-verdiano, que quando vieram trouxeram, obviamente. (...). Falei no fator de ser um país estranho, de ser uma minoria e estar num sítio estranho, terem que se proteger, que é mesmo assim, acho eu, não sei. (Morador do 6 de Maio, 26 anos).

Consideradas como reflexo da imigração e estratégia de “proteção” num novo país, as noções de comunidade e solidariedade é destacada como uma característica típica do cabo-verdiano. Apesar de o entrevistado nunca ter colocado os pés em Cabo Verde, novamente o país aparece com uma imagem idealizada, que foi construída a partir da convivência com sua família e com vizinhos que de lá vieram. Os aspectos positivos do bairro foram trazidos e reproduzidos para os filhos de imigrantes nascidos em Portugal, mas que estariam se perdendo.

Para jovens entrevistados no bairro 6 de Maio condicionaram os problemas de insegurança, solidariedade e violência, com a perda de identificação dos mais jovens com a cultura recriada dos pais no bairro. Este fato contribui, segundo eles, para o distanciamento dos mais jovens do bairro, não servindo mais como referência cultural. Segundo relatos, os mais jovens estão assimilando valores da cultura portuguesa, como o consumismo, o individualismo e a falta de respeito com o mais velhos.

Mudou muita coisa, mudou a maneira de olhar das pessoas, a maneira das pessoas serem, porque antigamente o bairro todo era como se fosse uma família. Havia respeito pelos mais velhos, agora os mais novos não respeitam os mais velhos, antigamente, por exemplo, se eu saísse daqui e fosse até o Benfica, e outra pessoa do bairro visse e fosse contar a minha mãe, eu apanhava, era castigado, mesmo se um vizinho me visse a comportar-me mal, podia castigar-me. Hoje em dia não, se visse um miúdo se comportar mal e eu fosse repreender o miúdo, ele iria reclamar e dizer que eu não tenho nada a ver com isso, que não sou nem sua mãe nem seu pai. (Morador do 6 de Maio, 21 anos).

O aumento da violência, tráfico e consumo de drogas, a falta de infra-estrutura do bairro foram razões apresentadas pelos jovens para o desejo de não mais continuarem morando nele. Quando colocaram na balança os aspectos negativos e positivos, os primeiros pesaram mais, e penderam para a alternativa de sair do bairro. Ao pensar no futuro, os jovens entrevistados demonstram desejo de casar e ter filhos, mas, antes, pretendem se mudar do bairro. Eles não desejam que seus filhos sejam criados num ambiente sem infra-estrutura, hostil, inseguro e violento como foi apresentado.

Não quero que eles passem o que eu passei. Pronto, e este tipo de bairro provavelmente vai acabar, espero, pelo menos é o que dizem. Agora, há um outro problema que já acontece a calhar (...) pessoas estão a ser realojadas em bairros sociais, em prédios, em edifícios. Agora passa a surgir outro tipo de problemas que é as pessoas têm casa, tem teto, têm condições mínimas,

digamos assim, mas não têm convívio, não têm contato, cria-se uma espécie de individualismo. Eu começo a sentir que os jovens, em termos de valores, não são muito dados a estas coisas de ajudar os idosos, ou de pensarem no outro. É muito individualismo, a melhor marca do tênis, a melhor calça, o carro. (Morador do 6 de Maio, 26 anos).

O entrevistado não deseja que seus filhos passem pelas mesmas dificuldades pelas quais passou, apontando para um fenômeno que outros jovens também destacaram: a mudança de valores. Novamente a colocação indica que os aspectos positivos e característicos dos cabo-verdianos e de seus descendentes estarão se perdendo, devido ao processo de assimilação dos valores culturais portugueses.

A entrevista também apontou para problemas que o programa de habitação em curso em Lisboa, pode causar. Muitos críticos do PER acreditam que o objetivo do programa, e de muitas setores da sociedade em Portugal, é eliminar a concentração de imigrantes em bairros, para que, ao espalhar os imigrantes e seus descendentes em outros bairros, obriguem-nos a conviver com pessoas de “costumes civilizados, fazendo com que os moradores dos bairros degradados aprendam outras formas de estar na vida e se tornar sujeitos mais integrados, vale dizer, ‘de bons costumes’” (Gusmão, 2005: 226). Este fenômeno parece ser uma repetição das ineficientes políticas governamentais da cidade de São Paulo para remoção e dispersão de áreas degradadas, que tinham o intuito de dispersar e afastar os mais pobres e afro-brasileiros.

A tentativa do PER de espalhar os africanos e afro-portugueses em novos bairros pode refletir no recrudescimento de posturas racistas dos portugueses brancos.

Às vezes é complicado, também quando você vê esta questão do realojamento, e as pessoas saem dos bairros para viverem em prédios, e elas também têm os mesmos hábitos. Mas, por exemplo, quando uma família vai viver num meio de um bairro de maioria de população portuguesa, já há mais choques. Por exemplo, tenho conhecimento de quando reuniões de condomínios, onde os condôminos aprovam medidas que nenhum dos membros, nenhum dos proprietários dos apartamentos, podem vender para famílias de cabo-verdianos, sem o consentimento da assembleia dos condôminos. (Morador do 6 de Maio, 24 anos).

Meu objetivo não é me prolongar na temática do programa de realojamento, mas apresentar algumas questões que se tornam obstáculos e dificuldades para as famílias afro-portuguesas e, principalmente a percepção dos jovens entrevistados. O

medo da rejeição e de atitudes de discriminação é constante na fala dos jovens, o que indica sua percepção do racismo para os jovens entrevistados é intensa.

Se bem que haja presença de brancos na Cidade Tiradentes, nesse bairro e no 6 de Maio, a segregação racial influenciou e ainda influencia as relações dos afro-brasileiros e afro-portugueses na inserção das respectivas sociedades. A presença de ambos os segmentos nas camadas sociais mais baixas e especialmente segregadas na cidade criou obstáculos ao acesso à educação de boa qualidade, aos espaços de lazer e cultura, como centros culturais, cinemas, teatros, bibliotecas, aos hospitais, mercado de trabalho, nos obstáculos que impedem o acesso à outros bairros mais elegantes das cidades, onde se encontram estes equipamentos sociais.

Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas da classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e inter-classes são reduzidas. (Telles, 2003, p. 179).

A segregação racial, ao lado da social, associada aos estigmas tem um papel fundamental na continuidade do *status* social de afro-brasileiros e afro-portugueses. Esses grupos são mantidos sob controle, a partir da criação de obstáculos para a ascensão social, mantendo-os sob forte processo de desqualificação social. Os contrastes sociais e raciais se tornam importantes ferramentas na construção de uma identidade racial.

4.6 IDENTIDADE

A discriminação é prática cotidiana nas relações sociais desses jovens. O meu foco é abordar a discriminação e a construção de estigmas e estereótipos, baseado em duas variáveis: os afro-portugueses e afro-brasileiros são vítimas de condutas preconceituosas e discriminatórias em relação à cor da pele e em relação ao bairro onde os jovens entrevistados moram. Dessa forma, a cor da pele se torna determinante, sendo o bairro uma variável secundária. Assim, o afro-brasileiro e o afro-português são vítimas de atitudes discriminatórias, independentes do local onde moram. A imagem social do bairro é um complicador a mais no processo de estigmatização para os jovens de pele escura.

A identidade racial é uma das diversas possibilidades de identidades sociais, que tem como base outros critérios como sexo, idade, estilo musical, religião, torcida de futebol, profissão, esporte. Entendo por identidade racial a identidade que se

baseia a partir da convicção de cada pessoa pertencer à mesma origem, à mesma história e herança cultural, e de acordo com a consciência de uma mesma ascendência (Vermeulen, 2001, p. 132). De acordo com o autor, a identidade étnica passa pela construção de sentido e representação que as pessoas atribuem, e não por diferenças raciais e culturais objetivas. Assim, a subjetividade está em saber se as pessoas entrevistadas nos bairros 6 de maio e Cidade Tiradentes se consideram pertencentes ao grupo étnico.

Os elementos e as referências da formação e do processo de identificação étnica são tomados de empréstimo do passado (Wieviorka, 2002a: 48). Sob este ponto de vista, se agrega o sentido objetivo, que é o nível de pertencimento que a pessoa tem com um grupo étnico. O nível de pertença pode ser observado a partir do relacionamento que a pessoa tem com o seu grupo e com outras pessoas da mesma origem e os tipos de relações sociais estabelecidos com pessoas consideradas de outro grupo.

Pertencer a um grupo étnico não significa que este tenha coesão ou que seja fechado, nem que tenham alguma responsabilidade ou coerência ideológica com o grupo. O que importa para este estudo é se as pessoas entrevistadas se definem como pertencentes ao grupo étnico, e qual a intensidade desta identificação. Esse processo significa a consciência, por parte dos jovens afro-brasileiros e afro-portugueses, das representações sociais impostas ao seu grupo, e de que maneira como reagem às imagens construídas sobre si.

A pele escura funciona como um crachá subcutâneo, com inscrições das representações sociais construídas ao longo da história. Tal perspectiva encara esse grupo como homogêneo, com os mesmos valores, as mesmas condutas, os mesmos desejos. Dessa forma, a hierarquização racial e social alicerçada nas relações de poder, construídas desde o período da colonização, em ambos os países, reaparece no contato entre os grupos.

Portugal e Brasil estão imersos em atitudes e condutas cotidianas que apontam práticas e representações sociais estigmatizadas por parte dos brancos sobre os afro-brasileiros e afro-portugueses. Gusmão analisa o cenário dos imigrantes em Portugal, o que se aplica ao grupo que pesquisei no Brasil:

Tais imagens e clivagens revelam a mentalidade de colonizador que persiste no jogo das relações sociais e, é nela, que se devem buscar os ecos do passado para compreender o presente de negação e exclusão vivido por negros... (Gusmão, 2005, p. 60).

A construção das identidades das minorias nessas sociedades está vinculada a uma condição repleta de privações sociais, que perduram até os nossos dias. No entanto, diferentemente de Machado⁹⁵ (1992) nos apresenta, não é necessário um padrão de comportamento ou de valores distintos dos grupos dominantes para ocorrer discriminação.

Os padrões de conduta e de comportamento dos grupos entrevistados, nos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes, são muito próximos aos da cultura dominante. Tanto no Brasil como em Portugal, a existência de uma língua e filiação religiosa comuns, e alguns exemplos de relações sociais inter-raciais no campo do matrimônio, no ambiente escolar e de trabalho, nas relações vizinhança e de amizades, podem, de fato, ser variáveis importantes para a compreensão das complexas relações sociais de ambos os países, e não apenas ser consideradas resultado do projeto ideológico luso-tropicalista (Telles, 2003; Machado, 2001).

6 de Maio

A aproximação cultural dos afro-portugueses com os portugueses brancos é muito grande. No campo da religião, os jovens entrevistados no bairro 6 de Maio são todos cristãos católicos, legado deixado pelas suas famílias⁹⁶, e herança deixada pelos colonizadores portugueses:

A religião em Cabo Verde é católica, de Roma de fato. Isto vem de família. E eu mantive assim por credo. Eu costumo dizer que, se eu nascesse na Arábia, seria muçulmano, se eu nascesse na China seria... . A religião predominante em Cabo Verde é a católica, tem a ver com a colonização, até no Brasil é a católica. (Morador do 6 de Maio, 26 anos).

Em todas as entrevistas com os jovens portugueses, as respostas apontaram para a mesma conclusão: a religião é um elemento semelhante que, em tese, aproxima o cabo-verdiano e afro-portugueses aos portugueses. Assim, catolicismo e as suas práticas não são justificativas para tensões inter-raciais. No entanto, dificilmente os imigrantes cabo-verdianos e os afro-portugueses são vistos nas mesmas paróquias freqüentadas pelos portugueses. Diante disto, famílias de cabo-verdianos formaram grupos religiosos dentro ou perto dos bairros com maior concentração de imigrantes dos PALOP e afro-portugueses.

⁹⁵ Machado aborda a imigração dos guineenses para Portugal, grupo que apresenta diversas particularidades em relação à sociedade portuguesa, e uma das principais são os costumes ligados à religião desse grupo, o Islamismo.

⁹⁶ A miscigenação populacional e cultural, e o trabalho dos missionários que converteram, utilizando-se de métodos violentos, os "selvagens" em seguidores de Cristo, no arquipélago de Cabo Verde, favoreceu o absoluto predomínio do catolicismo nas ilhas, característica que permanece até os nossos dias.

Um exemplo são as festas católicas anuais, nas quais alguns dos jovens entrevistados participam da “Festa Crioula”, evento organizado desde 1994 pela Paróquia ao lado do bairro da Buraca⁹⁷. A festa, segundo a irmã Mafalda, surgiu com o objetivo de proporcionar maior integração entre os imigrantes africanos de diferentes países e os afro-portugueses, já que a integração entre esses foi apontada pela irmã como um dos problemas:

Falta esta parte de integração, tem que estar disposto a trazer. Aqui na nossa paróquia há muitas (...). E Igreja tem trabalhado muito para a integração dos imigrantes cá. (...) As coisas não são assim organizadas lá fora, a festa crioula, nós de um ano pra outro, porque ela é no início de janeiro, começamos juntar diferentes grupos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e falaram com todas as pessoas, assim, às vezes, o padre, a única coisa que faz é só contatar com os diferentes grupos, depois, normalmente aqui no bairro, grupo aqui do bairro é que fica um pouco responsável de fazer o contato com todos. E depois cada um tráz um almoço para compartilhar com as comidas típicas da sua terra. (...) A festa é voltada para as comunidades cristãs dos bairros. As pessoas já estão à espera da festa porque é um ponto de encontro. (Irmã Mafalda, do Centro Social 6 de Maio).

Além de funcionar como um espaço de integração entre os africanos de diferentes origens dos PALOP, como foi destacado pela irmã Mafalda, a Festa Crioula se tornou exclusiva dos africanos e afro-portugueses. Somente o padre e as irmãs, coordenadoras do Centro Social 6 de Maio são brancos. Na festa de 2004, eu também me juntei aos únicos brancos da festa, e foi quando conheci parte da deliciosa culinária cabo-verdiana, como a catchupa (semelhante a nossa feijoada) e xerém (cuscuz).

A religião que, em princípio, não teria razão para ser desenvolvida em um espaço quase exclusivo, passa a ser uma forma de separação entre cabo-verdianos e outros imigrantes com setores da sociedade portuguesa, fazendo com que os rituais e os momentos de confraternização aconteçam e momentos diferentes e cultivados em espaços exclusivos.

Em relação aos cabo-verdianos e seus descendentes nascidos em Portugal, há outros elementos que, em princípio, contribuem para uma aproximação cultural com os portugueses, como por exemplo, a língua portuguesa. Embora tenham o domínio da língua crioula, os afro-portugueses entrevistados foram alfabetizados na língua

⁹⁷ O bairro da Buraca é próximo ao 6 de Maio, e, como este, também tem alta concentração de cabo-verdianos.

portuguesa. Assim, a língua não é obstáculo para a inserção desses na sociedade. No entanto, essa foi uma das questões de preocupação que os pais dos jovens entrevistados tinham, com a aprendizagem da língua portuguesa para que esta fosse um problema a menos ao processo de integração dos seus filhos, e para evitar problemas de insucesso escolar.

Apesar de ser uma preocupação de quase todos os jovens entrevistados do bairro 6 de Maio, esta não é uma realidade que se apresenta para grande parte das famílias afro-portuguesas. Nem todas as famílias têm essa preocupação de educar ou ensinar aos filhos a língua portuguesa, e muitos consideram a língua crioula como uma estratégia de resistência e identificação cultural de grupo ou com a terra dos pais, e também como uma forma de distinção do seu grupo, em oposição ao português branco.

Para muitas crianças, a primeira língua que aprendem é o crioulo. Porque os pais falam em casa. E chegam na escola um bocado excluídos, porque vêm de um bairro degradado (...) e depois ainda não sabem falar português (...), desde sempre não fui habituada a falar em crioulo. Meus pais tiveram o cuidado com a língua que as famílias não têm hoje. E eu não tô a dizer que as pessoas não falem a nossa língua, mas tem que ter o cuidado para quando as crianças irem para a escola e falarem o português. Mas acho importante todos aprenderem o crioulo, mas também aprender o português. (Moradora do 6 de Maio, 20 anos).

A jovem considera a língua uma barreira para a inserção dos imigrantes e afro-portugueses, ainda que defenda que o crioulo continue sendo falado por todos e transmitido aos filhos, como forma de preservar um legado cultural deixado pelos pais.

Quero sempre ter o cuidado de não afastar da origem que foi minha e que foi dos meus pais. Sempre, primeiro o que é Cabo Verde, como é que nós vivemos, como é o nosso crioulo, mas tá, sempre ter o cuidado de falar sempre em português. Primeiro português, depois podem aprender a falar crioulo, pra falar com os amigos. Depois de eles saberem o português, vou ensinar o crioulo. (...) O insucesso escolar o não é só devido a isso, mas sempre influencia um bocado. E as escolas não tem nenhuma preocupação, esta criança tem mais dificuldade porque sempre falou outra língua. É um choque para as crianças. Durante toda vida falaram de uma maneira em casa e chega na escola e tem que falar de outra maneira. (Moradora do 6 de Maio, 22 anos).

Alertado, em decorrência de pressões de entidades de imigrantes africanos, o governo português, em parceria com a União Europeia e organizações não-governamentais, desde meados da década de 1990, desenvolve ações para minimizar as dificuldades que os afro-portugueses enfrentam nas escolas. No entanto, para alguns dos entrevistados do bairro 6 de Maio, as políticas governamentais não surtiram nenhum efeito quando eram estudantes.

No quinto e sexto ano a maioria eram negros, mas a escola não tinha nenhuma preocupação. Mas, normalmente, a gente procurava falar mais português por causa da presença do professor. Quando o professor ouvia a gente falar em crioulo, chamava nossa atenção. Mas já era hábito falar em crioulo com os nossos amigos, com o pessoal lá da escola, só em alguma cena tinha a mistura em falar e escrever alguma cena. (Morador, 6 de Maio, 23 anos).

Embora grande parte dos entrevistados e das pessoas com quem conversei informalmente — inclusive imigrantes cabo-verdianos —, tenham dito que o diálogo feito por meio do crioulo fosse um costume natural, alguns disseram que o crioulo também é usado como elemento provocador, em ambiente escolar ou em outros cenários cotidianos, para que portugueses brancos não percebam o conteúdo da conversa, ou até mesmo piadas ou ofensas proferidas em situações cotidianas, como no transporte público, na escola, em pastelarias e bares. Alguns entrevistados afirmaram que muitos afro-portugueses utilizam o crioulo, primeiro, como fronteira lingüística de diferenciação e afirmação cultural e, segundo, como forma de criar situações constrangedoras para quem não compreende esta língua.

Nas visitas que fiz a entidades de imigrantes cabo-verdianas, sempre fui muito bem recebido. Entretanto, em todas as entidades, percebi que algumas pessoas, quando chegavam perto de mim, iniciavam a conversação em crioulo (não descarto a possibilidade de que a minha interpretação possa estar enganada). De maneira nenhuma me senti constrangido com a situação, mas sim totalmente deslocado, fora de contexto, sem saber como reagir ou para onde olhar. Este fato foi colocado para os entrevistados, e uma minoria disse que esta é a reação que querem provocar no português branco. Mas a maioria afirmou que o crioulo é falado naturalmente quando estão num ambiente favorável, com dois ou mais afro-portugueses.

Tal conduta contribuiu para o sentimento de pertença ao grupo, decorrente do envolvimento da pessoa com outros com a mesma origem nacional. A língua se torna associada à questão racial, que em alguns momentos pode apresentar aspectos

negativos, como a não inserção social e insucesso escolar e, noutros momentos, positivos, como a preservação de um elemento cultural do país de origem dos pais e como um instrumento aglutinador, que estabelece a contraste com o grupo dominante e que favorece a identidade de grupo.

Em oposição aos particularismos, que poderiam colocar em cheque a ideologia luso-tropicalista, Gilberto Freyre (1953b: 301) repugnava e condenava o crioulo em Cabo-Verde. O escritor tinha a certeza que a língua crioula era um forte obstáculo ao projeto de miscigenação do arquipélago, e que era um dos elementos que corroboravam com a africanização de algumas ilhas. Os colonos portugueses também encaravam o crioulo como um obstáculo ao seu domínio, já que para os africanos escravos da ilha, essa língua servia como ato desobediência e de rebeldia (Gusmão, 2005: 78). Os africanos utilizavam a língua crioula como resistência ao domínio cultural português, e como meio de comunicação com o objetivo de não ser compreendidos pelos colonos. Portanto, desde a colônia, a língua crioula é reproduzida e utilizada como elemento de resistência e rebeldia contra o domínio cultural, e de identificação social.

Atualmente, a língua crioula não se apresenta como elemento cultural determinante na constituição da identidade racial deste grupo, se bem que ainda seja preservada pelos jovens do bairro 6 de maio. Pois esses jovens acreditam que, antes de ser um elemento importante na reprodução e preservação cultural, o crioulo se tornou um forte obstáculo no processo de inserção social.

No caso específico do bairro 6 de Maio, o processo de identificação coletiva, como vimos, passa pela proximidade e semelhança na condição social, entre os imigrados e seus descendentes, no interior da sociedade portuguesa, e passa por elementos culturais pertencentes aos imigrados. No entanto, há uma questão que deve ser destacada na elaboração das identidades dos grupos imigrados é "o resultado de uma construção simbólica que procura revalorizar o que é desvalorizado nos processos de discriminação a que estão sujeitos". (Pires, 2003: 101).

Dessa forma, o processo de identificação dos imigrantes cabo-verdianos e dos seus descendentes afro-portugueses, não está diretamente associado aos elementos, práticas, referências culturais, lembranças, memórias e a língua crioula, trazidos pelos imigrantes. Estes têm papel secundário na constituição de identidades. O fato que exemplifica mais esta tese é o enfraquecimento da língua crioula como determinante no processo de identificação. Assim, acredito que na constituição de pertença ao grupo, a valorização ou apenas a não aceitação das características estigmatizadas atribuídas ao seu grupo é o fator principal na elaboração das novas identificações.

Eu prefiro que me chamem de preto, e ai de alguém falar alguma coisa de alguém de cor. Eu pessoalmente já nem ligo pra isso, que me chamem de africano, cabo-verdiano, negro. Eu pessoalmente já nem ligo pra isso também, as pessoas que tenho à frente, vejo a pessoa como pessoa, nem penso muito na cor. (...) Sou português, mas me identifico muito com Cabo Verde, por causa dos meus pais, deste bairro onde vivi e isto por ser uma comunidade fechada ao resto da comunidade portuguesa. Então, nesta comunidade fechada, tivemos o privilégio também de conhecer as origens dos nossos pais e, também da nossa cultura cabo-verdiana. Pois agora eu posso dizer que sou oficialmente, objetivamente sou português, mas Cabo Verde é algo que está muito presente em mim e vai até a morte. (Morador do 6 de Maio, 25 anos).

A identificação surge a partir de duas representações absolutamente estigmatizadas nos dias de hoje em Portugal: africano e morador de um bairro com alta concentração de imigrantes. Os jovens entrevistados tentam anular os estereótipos e transformar o bairro estigmatizado em espaço privilegiado de convivência e solidariedade, e onde teve a oportunidade de se aproximar dos elementos culturais do país de origem dos seus pais. Ao conhecer referências culturais dos pais e se identificar com ela, o entrevistado neutraliza os estereótipos que as palavras como africano, cabo-verdiano e negro carregam.

Cidade Tiradentes

Em relação às experiências relatadas na entrevistados da Cohab Cidade Tiradentes, embora não haja questões relacionadas à língua, a filiação religiosa dos jovens entrevistados pode ser destacada como elemento de distinção de grupo, em princípio. Entretanto, isto deve ser relativizado devido há uma maior variedade de filiações religiosas os jovens na Cidade Tiradentes, diferente do observado entre os jovens do bairro 6 de Maio. Nas entrevistas realizadas na Cidade Tiradentes, todos os jovens passaram por diferentes religiões, como espiritismo, cristianismo (católicos e evangélicos), candomblé, budismo, umbanda. Uma entrevistada diz ter freqüentado algumas cerimônias rastafaris⁹⁸, num bairro da zona Sul de São Paulo.

Tais experiências são o reflexo do sincretismo religioso existente no Brasil, na qual as pessoas flutuam por diversas religiões, em momentos diferentes da vida ou simultaneamente.

⁹⁸ *Rastafari* é um movimento político-religioso criado na década de 20, na Jamaica, por Marcus Garvey. Garvey nasceu na Jamaica em 1887. Aos 15 anos se envolveu com o jornalismo de esquerda em Kingston, onde ganhou fama de organizador e pregador político. Em 1916, foi para os EUA onde fundou a U.N.I.A. (Associação Universal para o progresso do homem negro), veículo organizado para promover a salvação dos negros pelo repatriamento para a África. Em Nova York, fundou o *Negro World*, um jornal voltado para a defesa de um "nacionalismo negro" cujo o lema era "Um Só Objetivo, Um Só Deus, Um Só Destino". morreu em 1940, sem nunca ter ido à África. Em 1952, foi proclamado herói nacional.

Eu não acreditava em nada. Na minha família, a minha mãe era budista, mas ela caiu pro lado da umbanda. Quando eu vim pra cá, eu não tinha religião. Depois de um susto na minha vida, eu passei a acreditar em Deus. Tentei ir pra igreja evangélica, a Congregação, e percebi que a palavra do homem fala muito mais forte que a palavra de Deus dentro da igreja. Freqüentei o budismo, durante um certo tempo, conheci um pouco e não consegui assimilar algumas informações, não me adaptei. (Morador da Cidade Tiradentes, 29 anos).

Nas experiências dos entrevistados é comum encontrar diferentes filiações religiosas dentro de uma mesma família. Esta informação demonstra que no interior das famílias dos jovens afro-brasileiros da Cidade Tiradentes não existe preocupação na reprodução das religiões de matriz africana, como o candomblé ou umbanda como um dos elementos de identificação importantes da cultura afro-brasileira. Sem a pretensão de explicar este fenômeno, pois não é foco da pesquisa, a tímida presença da religiosidade afro-brasileira entre os jovens entrevistados na Cidade Tiradentes pode ser entendida como a ausência de consciência em relação a um elemento da cultura⁹⁹ afro-brasileira.

A religião ou espiritualidade não ser uma forma de distinção entre brancos e afro-brasileiros, ela deixa de ser determinante na formação da consciência racial para os jovens entrevistados na Cohab Cidade Tiradentes. Aliás, o comportamento religioso dos entrevistados em não ter uma filiação religiosa rígida e definitiva, também é prática comum entre pessoas de cor de pele clara.

Apenas uma jovem entre todos os entrevistados relatou que sempre foi fiel a uma religião, a católica, e que era freqüentadora assídua da igreja. Mas deixou de ir à igreja com certa freqüência depois que ela assumiu que era gay, e que passou a acreditar na incompatibilidade entre ser ao mesmo tempo lésbica e fiel aos preceitos da religião católica.

Sempre fui catolicíssima. Todo domingo com missa. Dos 7 sacramentos, tenho batismo, confissão, crisma, comunhão, eu tenho 4. (...) Não dá pra você levar as duas coisas, não dá pra levar a opção sexual sendo católico praticante. (...) porque você sempre ouviu, é pecado, é pecado... Aí eles vão à bíblia e explicam como que o homem tem que ser. Aconteceu, ferozmente. 'Eu

⁹⁹ "... deve ser observado que a cultura é um conceito muito mais vasto do que consciência étnica. A consciência étnica é aquela pequena parte da consciência coletiva que se refere a noções sobre a relação de um grupo étnico particular com os outros. No entanto, a consciência étnica não é apenas uma vertente da cultura e da diferença cultural. Além disso, implica também a utilização de elementos da cultura étnica para se distinguir de outros" (Vermeulen, 2001: 134).

renuncio toda forma de amor, já que eu não posso ter o amor convencional', eu tinha que repetir isso. Depois eu chegava em casa e queria morrer, entrar em conflito com você mesmo, e ficar em dúvida, porque eu ia pro inferno, porque eu não quero, mas eu não consigo. Aí chega uma hora que você opta ou continua sendo assim ou continua freqüentando a igreja. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

Mas, os conflitos com o catolicismo, devido à sua opção sexual, não foram suficientes para que ela deixasse de freqüentar a igreja. Ao contrário de outro entrevistado da Cidade Tiradentes, que pelo mesmo motivo, afastou-se do catolicismo e começou sua peregrinação por outras religiões.

Eu sou do espiritismo, kardecismo. Já fui católico, já fui seminarista, já fui evangélico, já fui budista por causa do meu pai. No espiritismo é uma mais liberal. No Alan Kardec a explicação é assim por livre-arbítrio, você vive a sua vida. (...) Dependendo do que acontecer você não culpa Deus ou outra coisa por causa disso. Também, exatamente. Porque tem na igreja católica um grupo que é assim, não sei se é ordem da graça ou da família, mas tem em todas as igrejas católica. Eles pegam jovens que se declaram, eu me declarei homossexual dentro da igreja. Porque você vai lá conversa com o padre, como uma espécie de psicólogo. Aí você assume a sua homossexualidade. Aí o que acontece, eles pegam pra você regenerar. Se você for pesquisar dentro das igrejas católicas, você vai ver muitos rapazes homossexuais, é normal, tentando se regenerar. (morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

O entrevistado rompeu com a igreja e em tom de denúncia, conta como foi tratado. Há incompatibilidade neste último caso, que resultou no seu afastamento da igreja católica, diferentemente da outra moradora, que continuou com sua fé católica, este último jovem procurou outras religiões até encontrar o kardecismo.

Como já foi afirmado, ao iniciar a pesquisa de campo, optei por entrevistar jovens que não estivessem e que não tinham ligação com movimentos sociais culturais afro-brasileiros. Mas, devido à alta concentração de afro-brasileiros e mestiços, esperava encontrar, entre os entrevistados, um maior número de jovens que freqüentassem ou que já haviam freqüentado religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, pois acredita que a religião é elemento importante na formação da identidade racial. No entanto, apenas três entrevistados passaram por terreiros de candomblé ou umbanda, em decorrência da influência de alguns familiares já praticantes, sendo que nenhum deles fosse fiel a uma delas.

Eu vou mais no kardecismo, mas freqüento o candomblé e umbanda, aqui na Tiradentes, aqui tem bastante. A umbanda é mais por causa da minha família, minha mãe freqüenta, meus tios, aí eu vou mais na umbanda. Eu tô acostumado, porque minha avó tinha um terreiro, era mãe-de-santo, então desde pequeno, foi antes dela morar aqui, lá na Vila Jacuí, em São Miguel, ela tinha um terreiro lá no quintal dela, então, eu e meu irmão, como crescemos lá, fomos criados lá, desde pequeno ficava passeando lá, pra gente era muito normal. Vê os espíritos baixar lá, era tudo normal, vê minha mãe lá baixando os espíritos, essas coisas a gente tinha aquela intimidade. Minha mãe dizia que a gente ficava brincando com os erê dela lá. (Morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

O jovem deixou a Igreja católica devido à sua opção sexual, e que se diz kardecista, também freqüenta terreiros de religiões de origem africana. No seu relato, a sua família exerceu algum papel na reprodução dos elementos religiosos de origem africana, diferentemente da maioria das famílias dos jovens entrevistados. Contudo, a maioria dos jovens entrevistados não só nunca freqüentaram a religiões de origem africana, como também interiorizaram uma imagem extremamente negativa e pejorativa destas religiões.

Hoje eu não tenho religião, freqüento às vezes a Renascer (evangélica), mas não sou batizado. A Umbanda e o Candomblé eu não freqüento mesmo, tanto é que minha mãe vai à umbanda, mas ela esconde de mim. Mas em todas as religiões por que eu passei, quando fala do candomblé, cai matando, mas cai de pau e pedra na mão. Mas eu respeito muito sim. (Morador da Cidade Tiradentes, 29 anos).

Para este jovem, nem a família funcionou como meio de reprodução da religiosidade afro-brasileira. O depoimento acima pode ser considerado como um exemplo de "cordialidade" luso-tropicalista e de respeito que o jovem tem com as outras religiões. Mas, apesar de declarar respeito e indiferença às religiões afro-brasileiras e afirmar que outras religiões, como por exemplo, algumas evangélicas que criticam e satanizam o candomblé, ele também reproduz representações sociais estigmatizadas, ao declarar que sua mãe freqüenta escondida dele terreiros de umbanda, demonstrando com isso o temor que sua mãe tem de atitudes condenatórias do filho.

Que eu me lembre eu fui uma vez, porque eu tinha uma tia que era mãe-de-santo, mas ela já faleceu há muitos anos atrás. Mas eu acho umas religiões muito fortes. Porque pelo que eu já li e vi mexe muito com os espíritos, que eu

tenha lido (a entrevistada sempre faz a ressalva que ela leu sobre religião), e eu não to preparada para isso (...). Só que eu tenho um pouco de medo de algumas religiões que eu li. Eu acho que são religiões muito fortes, e que não sou preparada. (Moradora da Cidade Tiradentes, 21 anos).

Tal discurso aponta a presença marcante da ideologia luso-tropicalista também entre os afro-brasileiros entrevistados para esta pesquisa, no qual o brasileiro, em geral, teria um potencial singular no mundo de assimilar, aceitar, misturar e conviver com os elementos culturais de origem africana e indígena, característica essa herdada dos portugueses. O discurso aparente de respeito e cordialidade com o diferente é contrariado por sentimentos e atitudes cotidianas, como desse jovem.

O temor destas religiões de matriz africana e informações negativas de amigos e familiares são destacados pelos entrevistados como motivos para não freqüentarem terreiros de Candomblé e Umbanda.

Não vou. Porque em primeiro lugar eu tenho medo, depois que me falaram que era pecado. Primeiro medo, depois, o pecado. Eu não iria, de jeito nenhum, vai que esses espíritos aí me pegam. Eu fico muito assustada com o que me contam. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

As representações sociais de alguns jovens entrevistados são produtos dos processos de estigmatização e desqualificação social que, historicamente, afetam as religiões afro-brasileiras. As reações de alguns entrevistados quando falaram dessas religiões foram semelhantes: temor, repúdio, necessidade de distanciamento, inquietação, apreensão, condenação, castigo. São sentimentos que está há muito tempo no pensamento social, e que freqüentemente são reafirmados, renovados e reproduzidos nas relações cotidianas e nos meios de comunicação, como imprensa escrita e em programas religiosos veiculados por redes de televisão. Os casos mais famosos e escandalosos ocorridos foram os programas transmitidos pela Rede Record de Televisão e pela Rede Mulher de Televisão, vinculadas à igreja evangélica Universal do Reino de Deus, que tem na figura do Bispo Edir Macedo¹⁰⁰ sua maior referência e proprietário.

O Ministério Público Federal e a Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em conjunto com o Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro-Brasileira

¹⁰⁰ A juíza Nair Cristina de Castro, da Justiça Federal da Bahia, determinou, em 9 de novembro de 2005, a suspensão da venda do livro "Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?". Escrito pelo bispo Edir Macedo, foi lançado em 1997 e já vendeu mais de 3 milhões de exemplares, afirmando que o sincretismo religioso é uma mistura diabólica de religiões africana, indígena brasileira, espiritismo e cristianismo, que favoreceu o desenvolvimento da Umbanda, Quimbanda e Candomblé. (Folha online, novembro de 2005).

(INTECAB) e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade (CEERT), ajuizaram ação, qual figuram como réis a Rede Record de Televisão e a Rede Mulher de Televisão, em virtude dos seus programas “Sessão de Descarrego” e “Mistérios”, que as duas redes citadas transmitem em sua grade de programação. As duas redes citadas são de propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, que também possui jornais (distribuídos gratuitamente, como a Folha Universal) e seus programas são transmitidos para diversos países do mundo, por meio da Record Internacional¹⁰¹.

Há alguns anos, com o intuito de conquistar mais espaço no mercado publicitário, o bispo Edir Macedo tenta desvincular o nome da Igreja Universal da Rede Record de Televisão. Por isso, os programas religiosos da Igreja Universal foram deslocados para o horário da madrugada. No entanto, a Igreja Universal transmite esses mesmos programas religiosos em horários comerciais na Rede Mulher (canal 29 UHF) e compra horários em outras emissoras de televisão, como a Rede Gazeta¹⁰².

Os autores da ação acusam os programas veiculados pelas Redes Record e Mulher de Televisão de difundirem mensagens ofensivas às religiões de matriz africana, e também de realizarem associações com a bruxaria e o diabo. Os programas citados têm como alicerce a demonização dos rituais religiosos afro-brasileiros. O Ministério Público, ao replicar¹⁰³ a defesa dos réis, utilizou trechos de especialista em estudos religiosos. Reproduzo aqui, trecho da réplica do Ministério Público que utiliza Ronaldo Almeida¹⁰⁴,

A constituição da Igreja Universal do Reino de Deus implicou o vilipêndio de outras religiões como forma de legitimação de seu discurso, como se ela cavasse seu espaço por meio de uma beligerância iconoclasta, acima do nível permitido em qualquer situação de pluralidade religiosa. (...) O vilipêndio é marca presente na Igreja Universal desde sua fundação, em 1977, e tem como principal adversário simbólico a umbanda e de forma mais ampla toda sorte de crenças que compõe esse caldo religioso “católico-afro-kardecista” brasileiro, povoado de santos, promessas, trabalhos, espíritos, feitiços, maus-olhados, etc.

¹⁰¹ A presença da Igreja Universal em alguns países da África tem sérios problemas, como em Madagascar e Zâmbia. NO primeiro País, a justiça proibiu as atividades da igreja e expulsou os bispos do país. A Igreja Universal recorreu e aguarda resultados (Folha on-line, fevereiro de 2005), e no segundo país, depois de recorrer à justiça (pastores foram acusados de satanismo e abuso sexual contra menores), as atividades da Igreja Universal foram permitidas (Folha on-line, dezembro de 2005).

¹⁰² Esta prática de comprar horário e transmitir programas religiosos em redes de Rádio e Televisão são práticas comuns em outras religiões evangélicas.

¹⁰³ A réplica da ação é de autoria do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Sérgio Gardenghi Suiama, que a disponibilizou a este pesquisador.

¹⁰⁴ Doutor em Antropologia Social pela USP, pesquisador do Cebrap e professor do Departamento de Antropologia da UNICAMP. In Oro, A. P., Corten, A., Dozon, Jean-Pierre (orgs.) *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*, São Paulo, ed. Paulinas, 2003.

Para a Universal não existe meio termo: o mundo está dividido entre pessoas "libertas" e "não-libertas", sendo que nestas há a constante atuação do diabo. Ele é o causador de todos os males e infortúnios da vida. Com a finalidade de diagnosticar as pessoas que devem ser submetidas ao exorcismo, a Igreja Universal elencou alguns sintomas mais freqüentes que denunciam algum tipo de possessão demoníaca: nervosismo, dores de cabeça constantes, insônia, medo, desmaios ou ataques, desejo de suicídio, doenças de que os médicos não descobrem as causas, visões de vultos ou audição de vozes, vícios, depressão. Em suma, problemas característicos de uma vida urbana contemporânea acrescidos de crenças em espíritos, feitiços e outras coisas mais. Se, por um lado, a Igreja Universal enumera alguns sinais da possessão, por outro, identifica a origem de tais demônios em outras práticas religiosas, em particular nas afro-brasileiras. O título de um dos livros do bispo Edir Macedo especifica melhor a forma que o diabo pode assumir: *orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?* As entidades da Umbanda e do Candomblé são espíritos demoníacos e a Igreja Universal encontrou nelas a personificação do diabo e sua ação maléfica sobre os homens. Isto fica evidente nas entrevistas dos pregadores-exorcistas com os endemoninhados durante os cultos. A entrevista visa descobrir a origem dos demônios, os males causados e a maneira pela qual eles entraram nos corpos das pessoas.

No trecho do texto usado como ferramenta de defesa dos autores da ação, Almeida cita fato ocorrido em 1996 quando, em programa religioso transmitido pela Rede Record, um bispo da Igreja Universal chutou a imagem da Nossa Senhora Aparecida. Este fato reforça uma das teses do autor, que uma das principais estratégias de expansão da Igreja Universal é criar um ambiente de conflito, elegendo alguns inimigos que devem ser eliminados. E as religiões de matriz africana são as eleitas como prioridade. O antropólogo Reginaldo Prandi na réplica da ação do Ministério Público Federal e Procuradoria da República no Estado de São Paulo, também é citado em recente livro publicado:

Pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, em cerimônias fartamente veiculadas pela televisão, submetem desertores da Umbanda e do Candomblé, em estado de transe, a rituais de exorcismo, que têm por fim humilhar e escorraçar as entidades espirituais afro-brasileiras incorporadas, que eles consideram manifestações do demônio. (...) A derrota das religiões afro-brasileiras é item explícito do planejamento expansionista pentecostal: há igrejas evangélicas em que o ataque às religiões afro-brasileiras e a conquista de seus seguidores são práticas exercidas com regularidade e justificadas teologicamente. por exemplo, na prática expansiva de uma das mais dinâmicas igrejas neopentecostais, fazer fechar o maior número de terreiros

de umbanda e candomblé existentes na área em que se instala um novo templo é meta que o pastor tem que cumprir¹⁰⁵.

Prandi cita outras religiões neopentecostais que têm como objetivo eliminar as religiões afro-brasileiras, por meio do fechamento de terreiros. No entanto, deve-se destacar que a Igreja Universal não inventou este tipo de pensamento ou postura. A perseguição à música, aos cultos e aos vestígios de matriz africana e a associação entre essas e o diabo vem de há muito tempo, como vimos em capítulos anteriores, e pode ser encontrada em outras religiões, inclusive em alguns segmentos do catolicismo. A conduta da Igreja Universal e de seus pastores faz parte do processo histórico de desqualificação social e estigmatização dos elementos culturais afro-brasileiros, que tem o objetivo de os humilhar, inferiorizar e eliminar.

Na defesa contra a ação do Ministério Público, os advogados das Redes Record de Televisão e Mulher de Televisão, tentaram individualizar as reações dos telespectadores. Ou seja, diante das informações e rituais de “descarrego” e “exorcismo” apresentados nos programas, se o telespectador se sentisse ofendido, era um problema de foro íntimo, pessoal e não um problema de preconceito ou discriminação contra um grupo de pessoas ou contra uma religião.

Alguns dos jovens entrevistados, em que pese serem afro-brasileiros, interiorizaram os estereótipos e representações sociais sobre as religiões de matriz africana, e associam as religiões de origem africana com magia, com satanismo, com feitiçaria. Apesar da distância no tempo, esse processo de desqualificação social e estigmatização que aconteceu na sociedade brasileira se assemelha ao ocorrido com os judeus, quase mil anos atrás, como vimos no primeiro capítulo. Em ambos os casos, a estigmatização tem por objetivo a diferenciação e a interiorização religiosa. Assim, o candomblé tem uma imagem de uma religião não só perigosa e ameaçadora, mas também atrasada, rude, sem elementos civilizadores.

Como vimos, entre alguns entrevistados da Cidade Tiradentes a religião, enquanto importante elemento cultural afro-brasileiro, não foi considerado como referência na construção da identidade racial. Outros aspectos se destacaram neste processo, como questões relacionadas à aparência.

No meu cabelo eu já fiz de tudo, já fiz permanente, já alisei, já trancei. Agora faz uns bons anos que eu não aliso, só uso meu cabelo natural. A pessoa alisa o cabelo porque quer se aproximar do bonito, do padrão bonito. (...) eu alisei na infância, até os doze, treze anos, quando ainda minha mãe me condicionava. Minha mãe que alisava. Depois não, fui pegando conhecimento e

¹⁰⁵ Prandi, Reginaldo. *Segredos Guardados*. São Paulo. Companhia das Letras, 2005.

aí não quis mais. As pessoas que alisam se sentem feias, do jeito que elas naturalmente são. Então, na verdade é uma questão de aceitação. Elas não aceitam o natural delas. Mas isso é imposto a elas, mas vai muito da criação que a pessoa tem. As mães e as pessoas falam "tem que alisar pra ficar bonito", porque o cabelo crespo do jeito que é não é bonito é feio. É muito esta questão de não se aceitar, de não se achar bonito, da maneira que é. É uma questão de beleza, de mudar, entendeu, de mudar o visual, normal. Até aí eu não condeno ninguém. Mas eu acho que a raiz do problema é nisso, de não se achar bonito de se achar feio. E às vezes, por exemplo, eu por usar o cabelo crespo, muitas pretas também que alisam, podem querer me discriminar por isso, entendeu, por eu não alisar. Elas falam "alisa esse cabelo, você não se cuida". Já ouvi muita coisa nesse sentido, de que é feio. (Moradora da Cidade Tiradentes, 21 anos).

Além da cor da pele, os traços físicos também são alvos de discriminação. Os lábios grossos e o nariz largo de boa parte de afro-brasileiros são motivos de chacotas e piadas. O cabelo também se apresenta como elemento de contraste do que é considerado belo, bonito na sociedade brasileira. Em decorrência disso, diversas denominações são reproduzidas no nosso cotidiano por meio das piadas, das músicas, das conversa do dia-a-dia. Expressões como "cabelo pixaim", "cabelo de molinha", "cabelo de bombril", "cabelo ruim", "cabelo duro", dentre outros, são falados freqüentemente pelas pessoas de forma quase naturalizada.

Neste último depoimento, o estereótipo do cabelo foi revertido e se tornou um elemento de orgulho e de forte referência afro-brasileira. Esta jovem é a mesma que, em depoimento, anterior manifestou medo dos rituais religiosos do candomblé. Mesmo assim, encontrou outros elementos para se identificar. A construção da identificação está ligada a neutralização dos aspectos desvalorizados, não só pelo outro grupo, mas também dentro da sua própria família.

Mas este não é comportamento padrão entre as experiências relatadas:

Eu já alisei, as pessoas falam que é querer ser branca, mas a raiz é negra, só porque você alisa o cabelo você não vai ser mais, não tem nada vê, você tem que pôr uma forma normal pra você. Porque você vai procurar um emprego, e você vai toda feia, e ninguém vai empregar uma pessoa toda bagunçada. (Moradora da Cidade Tiradentes, 19 anos).

Mesmo entre as jovens que se autodefinem como afro-brasileiras, a associação do cabelo com as características negativas é muito forte. O alisamento do cabelo é ma estratégia encontrada por muitas famílias para se afastar da africanidade, se distanciar das denominações pejorativas e de se aproximar de padrões de beleza, nos

quais o cabelo grosso e crespo não se enquadra. Além disso, o alisamento de cabelo também é uma forma de evitar possíveis chacotas ou apelidos, muito comum entre crianças e adolescentes.

A valorização e a identificação com elementos que antes eram tratados de forma pejorativa é um meio de se reconhecer como membro do grupo racial, e também de resistir, não só aos estigmas, mas aos processos de descaracterização da imagem que são estimulados dentro do próprio grupo, como por exemplo, o processo de branqueamento.

Acredito na importância e no papel da herança cultural, e a sua presença entre os afro-portugueses e afro-brasileiros, pois é ainda um fator de destaque para a construção das identidades. No entanto, são nas relações sociais que as identidades e os grupos se constroem.

Como podemos defini-los enquanto grupo? Quais são os critérios estabelecidos — internos e externos — para a constituição de um grupo? O processo de constituição de um grupo implica, por um lado, “que haja afinidades entre os membros do grupo, sejam elas reais ou simbólicas, e, por outro lado, que o grupo se defina em função de um referente, de um ‘outro’, num contexto de interação” (Saint-Maurice, 1997: 13). O conceito sobre grupo apresentado corrobora com a abordagem de que a constituição dos grupos já referidos somente se processa a partir do contato, do contraste e da tensão entre os dois. Em outras palavras, o grupo só existe quando os membros de uma coletividade tenham consciência do “nós” por demarcação de fronteira com o de fora, o Outro.

Quando me perguntam, de onde eu sou? Digo que sou cabo-verdiana. é a primeira coisa que eu digo é, sou cabo-verdiana, mas nasci cá. Sou portuguesa, mas em termos de cultura, me identifico mais com a cultura de Cabo Verde. (Moradora do 6 de Maio, 22 anos).

E

Bom, mestiça eu sei que não sou. Preto sim, eu sei que sou e afro-descendente também. Negro, as pessoas falam, mas prefiro que as pessoas me tratem como preto. (Moradora da Cidade Tiradentes, 21 anos).

A cor da pele é determinante. Os jovens entrevistados da Cidade Tiradentes e do 6 de Maio se aproximam quando se auto-afirmam que são “pretos”¹⁰⁶ ou caboverdianos ou outro termo qualquer, pois assumem uma condição racial que é socialmente desqualificada e estigmatizada, e também assumem outras qualidades que os distinguem no interior da sociedade, enquanto membro de um grupo racial. Pertencer a esse grupo não significa uniformidade cultural deste. Ter a mesma origem não quer dizer que o grupo tenha as mesmas características, as mesmas percepções, a mesma visão sobre os elementos culturais de matriz africana.

Entre os entrevistados de ambos os bairros, alguns destacaram outras identidades sociais como mais relevantes, e a percepção do racismo no cotidiano é dividida com outro elemento de discriminação. Estou falando de dois jovens entrevistados no bairro da Cidade Tiradentes que se declararam gays, e por isso, vítimas de discriminação também por causa das suas opções sexuais. Durante os depoimentos, os dois jovens demonstraram que a discriminação racial que sofrem se equilibra com os preconceitos em relação à opção sexual.

Alguns sinais podem estabelecer a constituição dos grupos. Os sinais podem originar a partir de questões econômicas, motivações políticas ou culturais, ou apenas por elementos visíveis, como a cor da pele. Se os sinais forem apresentados separadamente, eles podem se sobrepor uns aos outros. Somente uma análise mais atenta pode nos indicar qual seria a mais determinante. O mais importante é destacar que a cor da pele, aliado a posição e condição social são os elementos fundamentais na aproximação dos jovens dos bairros 6 de Maio e Cidade Tiradentes, e na conscientização do “nós” para a formação do grupo.

A consciência do “nós” surge na seqüência da percepção do contraste. Desta forma, quando os indivíduos se dão conta da existência da fronteira, ou seja, da constituição do outro grupo, iniciam-se processos que tendem à formação do próprio grupo. As fronteiras que se estabelecem variam de grau, podendo caracterizar-se por uma maior rigidez ou por uma maior flexibilidade. Para entender o grau de rigidez ou flexibilização das fronteiras e, a definição e a coesão dos grupos, são necessários analisar as relações de poder estabelecidas entre os grupos dominantes e os dominados.

¹⁰⁶ A expressão preto em detrimento da expressão negro é utilizada pelos movimentos negros no Brasil, devido a influência de letras de rap, que defendem a expressão preto como denominação dos membros de grupo. A expressão negro é considerada pejorativa por muitos rappers, que representa a imagem daquele que não tem consciência e, portanto, não se considera como membro do grupo (Tella: 2000).

4.7 ESCOLA

É na escola, como primeiro espaço de socialização e reprodução da cultura, da história e das representações do sistema social, que os pequenos afro-portugueses e afro-brasileiros enfrentam problemas de integração.

A escola é um dos primeiros espaços de sociabilização da criança, e tem a função de socializar as crianças nas regras, na cultura, nos símbolos nacionais, na história da nação. A educação também é encarada como uma forma de diminuir as desigualdades sociais, e é uma das poucas estratégias utilizadas pelas famílias afro-brasileiras e afro-portuguesas na busca de ascensão social. Todavia, é no ambiente escolar que também se processam e se reproduzem tensões e conflitos sociais e raciais, e é por meio dele que é transmitida uma história oficial contada a partir da visão dos grupos dominantes. Em suma, a escola também é um espaço em que os afro-brasileiros e afro-portugueses enfrentam problemas de discriminação.

Tanto no Brasil como em Portugal, um dos problemas enfrentados pelos afro-brasileiros e os afro-portugueses é o insucesso escolar. Este se tornou um dos principais fatores responsáveis pelos afro-brasileiros e afro-portugueses terem índices que demonstram que esses têm menos anos de permanências nas escolas, em comparação com os brancos dos seus respectivos países (Silva, 2005; Telles, 2003; Andrade, 1996; Vala, 1999b; Pires, 2003; Saint-Maurice, 1997). Em ambos os países, o insucesso escolar é reflexo da falta de incentivo aos estudos e das condições sociais destes grupos, que necessitam entrar no mercado de trabalho muito cedo, atrapalhando a frequência e o rendimento escolar.

6 de Maio

Para os entrevistados do bairro 6 de Maio, outro problema se apresenta: a língua. O crioulo, que é ensinado falado nas casas dos cabo-verdianos e no bairro, tornou-se um dos principais obstáculos no processo de escolaridade e na inserção das crianças na escola. Grande parte das vezes, as crianças, nascidas em Portugal, chegam nas escolas sem saber falar uma frase em português, fato que dificulta a aprendizagem das disciplinas escolares. Em outros casos, o crioulo é utilizado para provocar alunos ou professores. Como vimos, os afro-portugueses começam a se comunicar em crioulo, irritando alunos e professores, que em muitos casos os repreendem e os proíbem de falar outra língua dentro da sala de aula e na escola. Assim, a língua crioula, ao lado da pele escura e do bairro onde moram, tornaram-se motivos para as crianças afro-portuguesas serem discriminadas na escola.

As escolas situadas fora do bairro 6 de Maio se tornam, na maioria das vezes, o primeiro contato da criança afro-portuguesa com o português branco. Trata-se de um

problema a mais, porque, mesmo nas escolas próximas ao bairro, os afro-portugueses são minorias, um cenário completamente diferente do vivido dentro do bairro 6 de Maio. Somente nos anos seguintes, alguns entrevistados disseram que a maioria da classe era constituída por afro-portugueses.

Para as crianças, também falar crioulo num espaço de aprendizagem passou a ser uma forma de provocação. Porém, para muitos outros, foi necessário reprimir esta conduta, pois a continuidade deste costume poderia levar à agudização dos problemas aos jovens estudantes.

Digamos que na escola a única coisa que eu sempre me lembro era sempre com minha professora de Psico-sociologia. Naqueles debates de temas da sociedade, tipo todos falavam e eu e minha professora discutia. Tipo "vocês vêm e colocam música alta e nós não somos obrigados a ouvir a vossa música africana", eu disse, "professora, você não é obrigado a ouvir a nossa música, a gente vem e quem quiser aceitar a nossa cultura, aceita, ninguém é obrigado a aceitar a nossa cultura, nossa maneira de viver, nossas músicas, só aceita quem quer", e ela respondia que "não pode ser assim". (Morador do 6 de Maio, 23 anos).

Apelido e piadas aparecem com frequência nas entrevistas da maioria, embora alguns tenham declarado que nunca sofreram, perceberam ou foram vítimas de discriminação na escola, o que ser reflexo da ideologia luso-tropicalista na sociedade portuguesa.

Cidade Tiradentes

De forma semelhante, esta resposta apareceu entre os entrevistados da Cidade Tiradentes. Mas como foi colocada acima, esta resposta não quer dizer que não sofreram discriminação, mas encaram condutas racistas como "normais". Há entrevistados, contudo, que identificaram a discriminação, e relataram que, na escola, além dos problemas como piadinhas e apelidos, houve também problemas com os professores, que trataram mal os afro-brasileiros, ou desprezavam-nos na sala de aula.

Uma vez eu briguei com a professora. Porque é assim, minha professora era loira, muito bonita por sinal. Eu sempre fui assim quieta, educada, pelo menos isso eu aprendi. E um dia ela entrou na sala, acho que ela tava atacada, e disse esses "macacos e urubus". Porque tem professora que não tá nem aí. Eu tava na 5ª série, era já uma adolescente. Aí o circo fechou, porque a maioria da sala era tudo negro. Eu levantei e disse pra todo mundo ir pra diretoria, tanto é que essa professora foi afastada. Em outras escolas que ela já tinha

passado já tinha acontecido algo assim. (Moradora da Cidade Tiradentes, 26 anos).

A jovem manifesta o desejo de não ir mais à escola, pois estava constrangida, com vergonha. As reações a situações como essas podem causar baixa-estima, isolamento, insegurança, causando e problemas de integração dos jovens.

A percepção de que piadas e apelidos são condutas racistas depende diretamente do grau de consciência e identificação racial dos entrevistados. Em decorrência desse fato, alguns jovens disseram ouvir piadas ou apelidos pejorativos, mas não o consideraram atitudes preconceituosas, não se sentiram vítimas do racismo.

Minha mãe fala assim 'eu não suporto preto' ou 'preto é uma raça do inferno' (rsrs) 'preto quando não caga na entrada, caga na saída', ela adora falar assim. Mas assim é tudo normal. Minha mãe sempre falou de preto. (...) Não, o que minha mãe faz não é discriminação, é brincadeira, é sátira. (Moradora da Cidade Tiradentes, 20 anos).

O lado mais perverso do racismo no Brasil: a reprodução dos estigmas e dos estereótipos entre os próprios afro-brasileiros. Este comportamento é uma reação de alguns afro-brasileiros que desejam se distanciar desse grupo étnico que historicamente foi desqualificado e desvalorizado, com o intuito de branquear suas condutas e seus valores. A entrevistada ainda transmite a idéia de que as expressões proferidas pela mãe "não representam condutas racistas". Isto faz parte da presença dos ideais luso-tropicalistas, que negam a existência de racismo, e neutralizam as expressões e piadas racistas, como exemplo de tolerância e respeito cultural entre brancos e afro-brasileiros.

Para os jovens com nível elevado de identificação racial, a forma de falar, o tom de voz ou ainda quem fala, pode ser interpretado ou não como discriminação racial.

O que me recordo, numa 5ª ou 6ª série, eu tava na sala e alguém gritou, porque eu sempre usei trança, e aí alguém gritou Bob Marley, mas falando com tom de ironia, como se tivesse me ofendendo, mas pra mim é totalmente ao contrário, seria até uma questão de respeito. Mas as pessoas têm essa imagem que "ah eu tô te xingando, tô te ofendendo", mas não é. No intervalo da aula, eu chamei o menino e expliquei pra ele, mais ou menos a situação. (Morador da Cidade Tiradentes, 29 anos).

Os fatos relatados pelos entrevistados foram freqüentes no cotidiano das escolas, e podem interferir no processo de identificação e causar rejeição e afastamento do seu grupo. Os obstáculos enfrentados no dia-a-dia têm influência na postura de alguns afro-brasileiros, em negar ou não uma imagem negativa construída pela sociedade. Este é o aspecto mais perverso das relações raciais no Brasil, porque demonstra que alguns afro-brasileiros não só recusam qualquer identificação com os elementos culturais de origem africana, mas também reproduzem os estereótipos e estigmas atribuídos à cultura e aos afro-brasileiros. O desejo de embranquecer a família, por meio de casamentos inter-raciais, surge como uma alternativa para se proteger e proteger seus descendentes de humilhações e discriminações.

4.8 O PARADOXO LUSO-TROPICALISTA

Ainda que não houvesse políticas governamentais explicitamente racistas após a escravidão, Brasil e Portugal aplicaram legislações que apoiaram e aprofundaram as desigualdades sociais entre brancos e afro-portugueses e afro-brasileiros. No Brasil podemos lembrar da política de imigração de europeus, no final do século XIX, e início do XX, e as legislações urbanísticas implementadas na cidade de São Paulo, visavam apartar das áreas nobres da cidade os pobres e os afro-brasileiros. Em Portugal, lembremos das recentes relações de dominação do período colonial e os obstáculos impostos pela legislação portuguesa para a aquisição da nacionalidade pelos cabo-verdianos, e a prática de confinar a mão-de-obra imigrante e afro-portuguesa em bairros degradados e de lata.

Todos estas dinâmicas sociais influenciaram os relacionamentos cotidianos em ambas as sociedades, e constituíram condutas e comportamentos sociais que historicamente desqualificam afro-brasileiros e afro-portugueses. Embora, grande parte da academia, alguns partidos políticos e os Estados português e brasileiro confirmam a existência do racismo nas duas sociedades, há ainda uma presença muito sólida, quase inabalável, no imaginário social, que é reproduzido pela mídia, e até mesmo em eventos comemorativos organizados pelos governos que exaltam a miscigenação e negam assim qualquer forma de discriminação racial. Este pensamento social que isenta Portugal e Brasil do racismo, como vimos, também pode ser encontrado entre os afro-portugueses e afro-brasileiros, e é certamente herança da ideologia luso-tropicalista.

A ideologia luso-tropicalista levou as populações de Portugal e Brasil a tratarem os conflitos raciais de forma indiferente, como se não houvesse questões estruturais, e ainda caracterizá-los como um problema sem nenhuma importância, considerando

qualquer forma de preconceito racial como uma ocorrência no campo da individualidade das pessoas, e não reflexo das desigualdades das relações sociais, raciais e de poder. Muito pelo contrário, o Estado Novo em Portugal e no Brasil, e o regime militar desse último entre os anos 1964 e 1985, exaltaram o potencial de hibridação e miscigenação, diluindo as diferenças e desigualdades raciais existentes.

O luso-tropicalismo é comprovado em fatos como, por exemplo, em ambos os países, se bem que tenham reconhecido¹⁰⁷ recentemente que há racismo no Brasil e de que a imigração dos PALOP e seus descendentes nascidos em Portugal se tornaram um problema, pouquíssimos portugueses (Machado, 2001:112) e brasileiros se consideram racistas. Pesquisas realizadas nos dois países nos últimos anos apontam essa tendência. Ao mesmo tempo em que a maioria reconheceu as condutas racistas como práticas freqüentes em ambas as sociedades, pouquíssimas pessoas afirmaram serem preconceituosas.

Somente em 1995, pela primeira vez na história, um presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu a existência de discriminação racial no Brasil. Até este ano, o Estado brasileiro nunca havia desenvolvido políticas governamentais que diminuíssem as desigualdades raciais no país, em decorrência não só de uma indiferença diante das desigualdades raciais, mas também porque o Estado, incluindo o português, legitimou a ideologia luso-tropicalista. Se o Estado entendia que não havia racismo, não era necessário desenvolver políticas contra algo inexistente.

No Brasil, segundo as pesquisas Datafolha/1995 e NOP-FPA/2003¹⁰⁸, foi perguntado a brancos, pardos e pretos¹⁰⁹ se “Os brancos tem preconceito de cor em relação aos negros?”. Em 1995, os resultados apresentavam que 60%, 60% e 64%, respectivamente acreditaram que exista muito preconceito de cor dos brancos em relação aos afro-brasileiros¹¹⁰. No levantamento de 2003, os números diminuiram, embora se mantivessem altos, superando ainda mais da metade dos interrogados: 51%, 53%, 53%, respectivamente afirmaram que os brancos têm preconceito de cor em relação aos negros.

¹⁰⁷ Embora seja importante e fundamental análise sobre políticas governamentais a partir do reconhecimento da discriminação racial no Brasil e da discriminação contra os imigrantes e os portugueses descendentes dos PALOP, não me aprofundi sobre as ações do governo. No entanto, é interessante destacar que ambos os governos já possuíam experiências e iniciativas entre movimentos negros e Estado brasileiro — como vimos já na década de 1930, com as ações da Frente Negra Brasileira — e, entidades de imigrantes e o Estado português.

¹⁰⁸ A pesquisa realizada pelo Datafolha, em 1995, foi realizada logo depois da declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a existência de discriminação racial no Brasil. Em 2003, a pesquisa foi resultado da parceria da FPA (Fundação Perseu Abramo) e da Fundação alemã Rosa Luxembur Stiftung, com a realização do NOP (Núcleo de Opinião Pública).

¹⁰⁹ Esta classificação foi adotada pelos institutos de pesquisa responsáveis, que seguem as classificações do senso do IBGE.

¹¹⁰ Utilizo o termo afro-brasileiro pelas razões já apresentadas e porque concluí que a pesquisa usa o termo “negro” para aqueles de pele escura.

O paradoxo luso-tropicalista aparece quando se reproduz a imagem do país sem atitudes racistas. Quando foi formulada outra pergunta estimulada, feita aos brancos e pardos: se “Você tem preconceito de cor em relação aos negros?”. 88% e 89%, respectivamente, declaram que não tem preconceito contra os negros, na pesquisa de 1995. Estes números subiram para 95% e 96%, respectivamente, na pesquisa de 2003. Em outras palavras, quase a totalidade das pessoas que responderam a pesquisa disse que não tem preconceito racial, ao mesmo tempo em que mais da metade afirmaram que existe discriminação em relação à cor da pele.

Em 1995, 12% dos brancos e pardos assumiram o preconceito contra afro-brasileiros. Em 2003, o índice cai para 4%. No entanto, pela escala indireta de preconceito elaborada pelo instituto de pesquisa Datafolha, 87%, em 1995, manifestaram algum tipo de preconceito, contra 74% no último inquérito. Os números apontam uma melhora, o que não significa alteração nas relações cotidianas.

Machado (2001) cita Barganha¹¹¹, no caso de Portugal, em que apesar do reduzido número de portugueses se considerarem racistas, 40% afirma que existem práticas racistas no país, em pesquisa¹¹² com imigrantes de Guiné Bissau, a maioria esmagadora acredita que há racismo em Portugal (63% disseram que há muito racismo e 32,7% responderam que há pouco racismo). Na pesquisa citada por Machado, 60% dos portugueses brancos disseram não ser racistas e acreditam que seu país está livre do racismo. Entre os 40% de portugueses que acreditam haver racismo em Portugal, disseram conhecer

alguns casos de racismo nos seus círculos de amizade, e mais de 80% consideram que o racismo aumentou na primeira metade dos anos 90. São poucos aqueles que dizem importar-se que os filhos tenham como amigos ou brinquem com crianças de raça diferente, mas, paralelamente, cerca de 70% e 40% não gostariam de morar perto de um acampamento de ciganos ou de um bairro de negros, respectivamente. (Machado, 2001, p. 54).

Como no Brasil, o discurso cordialesco e de superação do racismo é forte, o que não demonstra de maneira nenhuma que em Portugal haja predominância do racismo “camuflado” ou não explícito defendido por alguns cientistas sócias (Vala, 1999a e 1999b). Fato é que no inquérito com os imigrantes guineenses e para os jovens entrevistados no bairro 6 de Maio, as atitudes racistas são sentidas quase diariamente, demonstrando ainda a presença do racismo aberto, apesar de não

¹¹¹ Fernando Luis Machado apresenta dados retirados do texto da Maria Ioannis Barganha, *Immigrant Insertion in the informal Economy: The Portuguese Case*. Coimbra, CES/ Universidade de Coimbra: 1996.

¹¹² Números referentes ao Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal em 1995 (Machada, 2001, p. 57).

declarado pelos portugueses brancos. O racismo não é declarado por muitos porque assim foi condicionado pela ideologia luso-tropicalista.

Estava num comboio e entrou um senhor já um bocado velho, e estava cheio de gente, e essa pessoa veio diretamente na minha direção, e pediu para eu sair que ele gostaria de sentar, eu perguntei se ele tava "grávido" ou era deficiente. Senti que era algo comigo, porque estava cheio de gente e ele veio direto falar comigo. Tem tantas coisas que a gente assisti, comentários que a gente escuta, mesmo na escola. (Moradora do bairro 6 de Maio, 20 anos).

E

Porque se você vai no centro da cidade e não vai de social, as pessoas olham você de um jeito, se você vai de social, olham você de outra maneira. (Morador da Cidade Tiradentes, 23 anos).

O alto índice de pessoas que não se consideram racistas em ambos os países também é reflexo das campanhas e reprovações públicas contra comportamentos racistas¹¹³, como também da adesão de grande parcela da população de Portugal e Brasil ao discurso do "politicamente correto".

Assim, os resultados das pesquisas apresentados acima expressam a singularidade do racismo em Portugal e no Brasil. A hipótese que defendo é que este paradoxo é resultado do ideal luso-tropicalista, e que seus elementos ideológicos refletem e interferem na percepção de racismo em ambas as sociedades. Isto faz com que haja dificuldade nas mobilizações e movimentos associativos de manifestação e reivindicação de direitos dos setores mais pobres dos grupos afro-brasileiros e de ações intervencionistas (ações afirmativas) do Estado, como também da aceitação pública dessas, que objetivem minorar as desigualdades. Quando há políticas governamentais afirmativas ou de reparação, vários setores da sociedade — políticos, acadêmicos, empresariais, entidades sociais, ONGs — criticam, com a justificativa de que o Estado estaria privilegiando os afro-brasileiros e afro-portugueses, e

¹¹³ Comportamentos racistas no futebol como os ocorridos no final do ano passado no interior do Rio Grande do Sul em que a torcida do Juventude, em Caxias do Sul, imitava o som de gorila quando o jogador do Internacional, Tinga (afro-brasileiro) tocava na bola. Outro fato foi a atitude do jogador Antônio Carlos, zagueiro do mesmo Juventude de Caxias do Sul, no início deste ano, xingou Jeovânio, jogador (afro-brasileiro) do Grêmio de macaco, ao mesmo tempo que esfregava a pele do seu braço com a intenção de desqualificar o jogador gremista por ter a pele escura. Em ambos os casos, houve repreensão pública contra a torcida e o jogador, embora alguns jornalistas esportivos tenham interpretado a atitude do jogador Antônio Carlos de tensão do jogo, tirando qualquer responsabilidade do seu ato racista.

discriminando os demais, ou que estaria construindo diferenças raciais, contribuindo para tensões e conflitos entre brancos e afro-brasileiros (como se não houvesse).

As experiências demonstraram ser um paradoxo tipicamente luso-tropical, pois se a presença africana e a miscigenação antes era encarada com inquietação e ameaça ao estilo de vida civilizado, desde os meados do século XX, o Estado e diversos setores das sociedades portuguesa e brasileira defenderam, e ainda hoje exaltam, a capacidade de miscigenação e do sincretismo, ao mesmo tempo em que desqualificam socialmente afro-brasileiros e afro-portugueses (Telles, 2003). É comum ouvir na mídia, em órgãos governamentais e empresas privadas, enaltecerem a miscigenação¹¹⁴, destacarem o caráter de integração social e cultura, bem ao estilo freyriano.

Uma análise pormenorizada seria necessária para abordar a questão da miscigenação. Contudo, como observamos em capítulos anteriores, mesmo com o desenvolvimento e a influência de teorias racistas em Portugal e no Brasil, no século XIX, o mestiço sempre recebeu tratamento diferenciado pelo branco. O mestiço sempre teve status mais elevado, em relação ao afro-brasileiro e afro-português. É como se o miscigenado estivesse a meio caminho no processo de branqueamento, sendo, por isso, mais tolerado.

Apagar os vestígios de origem africana ainda é encarado como estratégia de “se dar bem na vida”, de “ser mais aceito”, ou ainda, ter mais possibilidade de mobilidade social. Apesar, de alguns jovens entrevistados na Cidade Tiradentes condenarem as tentativas de branqueamento das famílias, dizem que é recorrente — inclusive no interior de suas famílias — as pessoas colocarem e defenderem o “clareamento”:

Eu acho que é uma negação, é vergonha. É uma série de coisas. Minha família por parte do meu pai são assim, eles são do tipo que tem que clarear a família. Eu acho isso horrível. Eu admirava muito um amigo que dizia querer uma mulher neguinha, com o nariz achatado, com o cabelo igual ao meu e quero ter filhos negros. Eu achava isso muito bonito. É que nem eu falei, se eu for adotar um filho, vai ser uma pretinha bonitinha. Tem gente que olha e fica indignado assim, é sério, então, tem que assumir, as pessoas têm que assumir

¹¹⁴ Às vezes a miscigenação é ainda apresentada de forma negativa, como em outubro de 2005, num debate sobre futebol na Rede Record de Televisão, alguns jornalistas comparavam o futebol força e disciplinado dos clubes argentinos e o futebol arte, embora menos disciplinado taticamente dos clubes brasileiros. No debate, todos concordaram com essas definições, ao mesmo tempo em que exaltavam as qualidades disciplinares da Argentina. Uma das razões apresentadas por dois jornalistas era de que não houve miscigenação na Argentina, ao contrário do que ocorreu no Brasil. Esse exemplo nos mostra como se naturalizou no imaginário social a associação da indisciplina ou, no caso, a desobediência tática, com a presença africana no Brasil.

que existe preconceito também. (Morador da Cidade Tiradentes, 25 anos).

“Clarear” a família, visa à eliminação das características físicas africanas, com o intuito de ter maior aceitação e/ou enfrentar menos obstáculos e dificuldades na sociedade. Um paralelo pode ser feito com a afirmação, que surpreendeu suas expectativas, da africanidade constatada por Gilberto Freyre em Cabo Verde. Sua observação e crítica se voltaram para um dos elementos culturais de matriz africana daquele país, a língua crioula. Esta singularidade cultural de origem africana era para o escritor e cientista social um dos grandes obstáculos que deveria ser superado pelos cabo-verdianos, facilitando assim a construção de uma sociedade luso-tropical.

O processo de branqueamento da população, utilizado como política de Estado no Brasil, entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, não significa só clarear a pele, mas também apagar ou diluir os elementos característicos da cultura de matriz africana. Nos dias de hoje se tornou uma maneira de algumas famílias afro-brasileiras e afro-portuguesas, que visam abrandar as diferenças e tentar escapar dos estereótipos e dos estigmas atribuídos à cor da pele escura ou aos elementos culturais de origem africana. Algumas famílias procuram se afastar das origens africanas, para desconstruir a imagem social negativa construída e imposta.

Algumas famílias afro-brasileiras, conscientes de comportamentos, depositam as esperanças no branqueamento, para que seus descendentes não enfrentem os mesmos problemas por que passaram. Estas famílias desejam que seus filhos tenham maior inserção social e que tenham mais chances de ascender socialmente. Nas entrevistas que realizei no bairro 6 de Maio, não detectei experiências dos jovens ou de suas famílias sobre desejo objetivo de branqueamento da pele. No entanto, a maioria dos entrevistados minimiza a importância de ensinar a língua crioula para os filhos, distanciando-se dessa forma, de um elemento africano, observado por eles como um problema no processo de inserção social¹¹⁵.

O entrevistado da Cidade Tiradentes que confirmou que “*clarear a família*” é um fenômeno recorrente, condenou tal hábito e espera que seus filhos tenham a cor e os traços físicos africanos. Com isso, o morador demonstra uma aceitação da aparência afro-brasileira, fazendo dessa uma representação positiva, construída ou reelaborada em oposição àquela imposta ao seu grupo.

¹¹⁵ Alguns jovens afro-portugueses disseram que esta não é uma preocupação de outras famílias, comportamento que indica heterogeneidade quando se trata da questão da língua crioula. Isto vale também quando se trata da questão da religião entre os entrevistados do bairro Cidade Tiradentes.

Ainda que haja o discurso, em vários setores da sociedade, de que Brasil e Portugal são singulares quando se trata de relações raciais, o processo de desqualificação social destes grupos dominados em ambos os países se tornou a grande marca destas duas sociedades, internacionalmente destacadas e reconhecidas, principalmente no caso brasileiro.

Eu acredito que ainda possa haver, por exemplo, nos meus currículos, eu nunca ponho fotografia, deixei de pôr fotografia. Há pessoas que colocam fotografia, pois acham e se acham bonitos. Mas como pode ajudar, também pode prejudicar e, eu deixei de colocar minha fotografia no currículo. Ainda sinto aquela coisa do ser preto, ainda há aquela pontinha de... Comigo não, mas com outras pessoas sim. Tinha um casal que foi pra alugar uma casa, e estava lá uma placa, e chegaram lá para alugar a casa e o proprietário disse que já estava alugada. Assim de uma maneira pra matar, só pelo fato de serem pretos, não alugaram. É o mesmo que dizer, não alugamos casas a pretos. Não está explícito, mas as pessoas percebem. (Moradora 6 de Maio, 22 anos).

Além, de destacar novamente a discussão de que os próprios entrevistados negam ter sofrido discriminação racial, o relato aponta para dificuldades cotidianas vivenciadas na sociedade portuguesa. Embora meu objetivo não seja analisar as atitudes racistas dos brancos, este tipo de comportamento reproduz o desejo de manutenção da distância, da permanência da segregação espacial.

Eu já vi em banco lá na Penha, às vezes, assim quando eu vou entrar no banco, o segurança me olha meio na suspeita. Uma vez eu tava de touca e o pessoal achou que eu ia roubar o banco. (Morador da Cidade Tiradentes, 21 anos).

A percepção de que está sendo vítima de discriminação depende da sensibilidade e identificação com o grupo e do contexto em que ocorre a conduta discriminatória. Na experiência relatada acima, o jovem pode ter uma predisposição para achar que as pessoas o olham de forma preconceituosa, pois tem consciência dos estigmas atribuídos ao seu grupo. Dessa forma, associou os olhares dos seguranças ou funcionários de banco ao estereótipo de que o afro-brasileiro é potencialmente criminoso. Mas pode ser que realmente tenha ocorrido. Portanto, é essencial o grau de identificação que a pessoa tem com o seu grupo e o conhecimento dos estigmas atribuídos para a percepção do racismo.

Nesta última experiência relatada, o morador da Cidade Tiradentes apresentou uma outra variável para a discriminação, o vestuário. O jovem, além de colocar a sua cor da pele como determinante em condutas discriminatórias, conta que, por vestir uma touca, teria chamado a atenção dos seguranças de uma agência bancária. A toca de lã e o boné, freqüentemente usados por jovens de bairros periféricos, são peças do vestuário da cultura hip-hop (Tella, 2000), que ainda muitos associam com a criminalidade.

O alto nível de identificação do morador da Cidade Tiradentes com o seu grupo reflete na consciência sobre os estereótipos atribuídos e representações sociais da sua cor da pele e, também ao seu modo de se vestir. E o nível alto de identificação do morador com o seu grupo possibilita que o jovem não se sinta constrangido em publicizar experiências em que foi vítima de discriminação racial.

Não podemos considerar que as condutas ou comportamentos sociais dos jovens dos dois bairros sejam padronizados. Como já foi defendido neste trabalho, encontramos exemplos cotidianos que podemos considerar não racistas em vários setores da sociedade, como no matrimônio, trabalho, lazer, etc. Entretanto, também temos outros exemplos que explicitam condutas discriminatórias. A percepção individual dos afro-brasileiros e afro-portugueses em relação às atitudes preconceituosas é influenciada pelo contexto, no qual está relacionado à formação — educacional e familiar — de cada um, ao local onde mora e ao seu nível de identificação com o seu grupo.

Dessa forma, podemos explicar algumas questões que surgiram nas entrevistas, como os níveis diferentes de intensidade de racismo e o discurso de algumas pessoas que pertencem ao grupo socialmente desqualificado de que nunca teriam sofrido discriminação, ainda que afirmassem a existência de racismo nas sociedades em questão.

Não, nunca, aconteceu nada comigo (...) Racismo existe em todo lugar, mas tá bem diminuído, não é mais como antigamente. (Morador da Cidade Tiradentes, 23 anos).

E

Na pele, na pele, eu nunca senti, mas vejo por outras pessoas, a de se reparar, aqui nas notícias, que se um preto matou alguém, assaltou alguém, não dizem um indivíduo, não dizem preto, dizem um indivíduo da raça africana, ou um cabo-verdiano, ou um angolano, mas se for um branco,

dizem, uma pessoa matou, nunca dizem foi um português, nunca.
(Moradora do 6 de Maio, 22 anos).

Embora afirmassem que existe racismo, os entrevistados se esquivaram quando indagados sobre experiências pessoais. Pode-se compreender esse tipo, como uma reação internalizada, uma estratégia subjetiva que funciona como uma autoproteção em relação as práticas preconceituosas contra a sua cor da pele. Esse tipo de reação pode ser comum entre as vítimas de discriminação, principalmente, em sociedades onde a temática da discriminação racial ainda não é abertamente ou pouco abordada e discutida, o que refletem em constrangimentos para aquele que sofre discriminação. Para algumas pessoas, a internalização de condutas discriminatórias seria uma forma de evitar algum sentimento que pudesse afetar sua dignidade, seu brio, sua honra. Assim, ao afirmar que nunca sofreu discriminação ao pesquisador, esta atitude pode ser interpretado como um escudo protetor contra ataques à sua dignidade.

Todos os entrevistados foram selecionados porque se definiram como afro-brasileiros ou afro-portugueses, o que demonstra o grau de identificação com o seu grupo e que reflete diretamente na sua percepção sobre racismo. Como estes jovens entrevistados não participam de grupos ou entidades culturais e políticas, sua relação com a etnicidade pode ser frágil. Assim, definir-se como negro, preto, africano, afro-brasileiro ou afro-português não quer dizer que a pessoa tenha um elevado grau de identificação com o grupo, como suporiam alguns.

Independente da intensidade de identificação racial, o fato é que no Brasil e em Portugal os comportamentos racistas fazem parte das relações cotidianas, como foi demonstrado neste trabalho. Embora estes dois Estados recentemente tenham reconhecido a existência do racismo, ambos são tolerantes em relação a punições aos vetores de atitudes racistas.

O ideal luso-tropicalista foi fundamental para o enfraquecimento em Portugal e no Brasil da ideologia da supremacia branca, que estava em franca ascensão em muitos países da Europa e em alguns Estados do sul dos EUA na primeira metade do século XX. Assim, negou a existência do racismo, demonstrando que estes dois países se diferenciavam dos outros porque os portugueses, já bastante híbridos, sempre tiveram tendência para miscigenar com os africanos, e o Brasil por ter sido o grande laboratório do bem sucedido modelo de colonização portuguesa, constituindo-se na maior referência de civilização luso-tropical.

Ao negar o racismo nas duas sociedades, a ideologia luso-tropicalista maquiou e amorteceu os profundos antagonismos raciais. Dessa forma, os grupos dominantes,

visando o controle social de manifestações, reivindicações, lutas contra o racismo, “propositadamente ou não” lembram constantemente à população de como essas sociedades são racialmente mais democráticas se comparadas com o modelo polarizado norte-americano (Telles, 2003, p. 325).

Para finalizar, quando os jovens do bairro 6 de Maio e da Cidade Tiradentes apresentam a possibilidade de não reproduzir os elementos culturais que as diferenciam, como a língua no caso dos afro-portugueses e da religião entre os afro-brasileiros, o ideal de Gilberto Freyre e da sua ideologia luso-tropicalista reaparece. Lembremos que uma das questões suscitada pelo escritor antropólogo quando visitou a primeira ilha de Cabo Verde foi o problema da surpreendente africanidade de Santiago — de onde migraram todos os pais dos jovens entrevistados no bairro 6 de Maio. E um dos diversos elementos culturais de matriz africana que Freyre destacou foi a língua crioula. Para Freyre, o fim do crioulo significaria a superação dos particularismos e um importante salto em direção à civilização tropicalista. No Brasil, o mesmo ocorre com a religião. O resultado de quase todas as entrevistas na Cidade Tiradentes apontam para o afastamento dos jovens das religiões de matriz africana, considerado como um particularismo cultural.

Assim, as experiências relatadas no bairro 6 de Maio e na Cidade Tiradentes apontam para o processo de segregação e desqualificação social, fruto das tendências ideológicas da supremacia racial e que a diluição dos elementos culturais representaria menor presença da África no Brasil, aproximando-nos de um modelo de civilização tropical, idealizado e defendido por Gilberto Freyre. No entanto, as experiências cotidianas dos jovens entrevistados afro-portugueses e afro-brasileiros apontam para outra direção: a cor da pele escura continua ainda sendo um componente importante nas relações sociais e a principal marca e causa dos comportamentos racistas no Brasil e em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo comparativo, a partir das experiências cotidianas e da percepção de jovens afro-portugueses e afro-brasileiros sobre o racismo, nos bairros 6 de Maio, na cidade de Amadora — Área Metropolitana de Lisboa — e da Cidade Tiradentes, na cidade de São Paulo, respectivamente. Apesar das dificuldades de se realizar um estudo que compara bairros de cidades e países diferentes, espero ter contribuído para as análises das relações raciais e para os estudos comparativos entre Portugal e Brasil.

Para finalizar este trabalho com as considerações finais, retomo o itinerário de idéias que tiveram o objetivo de analisar e compreender as percepções destes jovens.

Antes de adentrar no mérito do estudo, gostaria de me referir ao método de investigação do cotidiano, que foi o utilizado, proposto pelo professor José Machado Pais. Este método destaca o cotidiano como “caminho” para atingir o conhecimento, e foi por meio das ocorrências diárias e rotineiras que foi possível apreender diversas situações, nas quais os entrevistados foram vítimas de racismo. Para exemplificar a importância de tal método, destaco a constatação de que muitos jovens entrevistados, tanto do Bairro 6 de Maio, como da Cidade Tiradentes, não relataram ao pesquisador experiências nas quais tenham sofrido preconceito racial ou atitudes racistas. Num primeiro momento, diante dos relatos, poder-se-ia concluir que eles nunca tinham sofrido discriminação racial. Mas, ao contrário, ao analisar as situações cotidianas por eles vividas, percebeu-se que a negação foi uma forma deles evitarem constrangimentos diante do pesquisador.

Meu objetivo não foi verificar se existe ou não práticas racistas em Portugal e no Brasil. Minha análise partiu do princípio de que o racismo é um fenômeno que faz parte das relações sociais no Brasil e em Portugal, e de que o fenômeno existe devido aos vetores deste comportamento, que são motivados tanto pelas diferenças culturais, como pela crença nas desigualdades raciais. Assim, os comportamentos racistas são alicerçados nas diferenças culturais e naturalização das desigualdades. O racismo é, pois, um comportamento que surgiu com a modernidade, que está intrinsecamente ligado ao capitalismo e ao início da globalização. Ele diferencia-se dos fenômenos anteriores, como a xenofobia, porque as pessoas racistas passaram a acreditar que as características negativas de membros de um grupo eram herdadas por meio do sangue impuro.

Ainda que a expressão “racismo” tenha surgido séculos depois, os comportamentos racistas foram identificados no início da era moderna, e ocorreram principalmente nos embates religiosos. No entanto, foi somente no início do século

XIX, quando surgiram as pesquisas em diversos campos da ciência, que tentavam comprovar a supremacia racial dos europeus ocidentais, que o racismo se consagrou como teoria elaborada que justificava a desigualdade racial. Desta forma, as teorias científicas racistas deram continuidade ao processo de hierarquização e inferiorização racial dos africanos, índios e mestiços.

As teorias racistas destacaram-se e influenciaram membros de grupos dominantes em diversos países da Europa e fora dela, como ocorreu com grande parte das elites acadêmicas, políticas e econômicas de Portugal e do Brasil. Estes grupos inibiram, portanto, os ideais e movimentos abolicionistas em ambos os países, deixando-os fora de sintonia com os grupos e nações que tinham interesses humanitários e econômicos no fim do tráfico e do trabalho escravo.

Dessa forma, os grupos dominantes em Portugal, desenvolviam nas colônias portuguesas na Ásia e na África, relações políticas e econômicas de dominação que impunham a elas, as idéias racistas. As teorias racistas também influenciaram parte significativa das primeiras gerações da elite acadêmica das faculdades de Medicina e de Direito, e dos museus que no Brasil se constituíram. Os governos também foram suas vítimas, e passaram não só a aplicar políticas higienistas urbanas, em cidades como Rio de Janeiro e em São Paulo, como também políticas governamentais segregacionistas, para apartar os bairros elegantes das camadas mais pobres e da maioria esmagadora dos afro-brasileiros.

Submerso nesse cenário, no qual predominava a desqualificação social, a estigmatização e a hierarquização racial dos africanos das colônias portuguesas e dos afro-brasileiros, o escritor, antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre publicou, em 1933, "Casa Grande e Senzala". Por meio desse livro, buscou enaltecer o potencial para a miscigenação do colonizador português e o seu modo peculiar de se relacionar com as colônias, como também o processo, segundo ele, bem sucedido, da miscigenação da população brasileira.

Gilberto Freyre inverteu a imagem estigmatizada do híbrido e valorizou as contribuições africanas e indígenas. No entanto, ao defender que brasileiros e portugueses estavam livres dos efeitos maléficos do fenômeno do racismo — se comparados com a polarização racial existente nos EUA, a qual ele conhecia profundamente — Freyre desconsiderou qualquer especificidade de relações sociais racistas nestes países.

Em decorrência de interesses políticos, o Estado Novo de Vargas e o Estado Novo de Salazar se apropriaram das teorias de Gilberto Freyre. Salazar divulgou a forma diferenciada com que o Império português se relacionava com suas colônias e Vargas o modelo "bem sucedido" de democracia racial existente no Brasil. Assim, com

as predisposições portuguesas e a miscigenação brasileira, os dois países se tornaram diferenciados no cenário internacional, quando o assunto era relações raciais.

A partir destas questões colocadas, realizei um retrato do bairro 6 de Maio, suas características sociais e o perfil dos seus moradores. Realizei um breve resgate sobre a presença africana em Portugal, com destaque para Lisboa, e o surgimento dos bairros degradados e “de lata” nessa cidade. Como decorrência do bairro ter uma maioria de cabo-verdianos, e de todos os pais dos entrevistados serem desse mesmo país, abordei a questão da imigração e as formas de inserção deste grupo em Portugal. Constatei que as condições sociais dos afro-portugueses entrevistados melhoraram, se comparadas com as dos seus pais, em virtude do maior tempo de permanência nas escolas, e, por conseqüência, na melhoria de suas qualificações profissionais. Tal melhoria, todavia, não atingiu os estigmas e estereótipos que seus pais presenciaram, que se perpetuaram, o que fez com que a inserção dos jovens na sociedade seguisse a mesma forma hierarquizada, baseada em critérios sociais e raciais.

Abordei da mesma forma o bairro denominado Cidade Tiradentes, seu perfil social e as características da população que nele reside. Ao resgatar a presença afro-brasileira na cidade de São Paulo, demonstrei que ela sempre ocorreu de forma segregada espacialmente, e de forma socialmente desqualificada, culminando com o projeto de habitação popular que deu origem à Cohab Cidade Tiradentes. Da mesma maneira como o ocorrido no bairro 6 de Maio, os jovens da Cidade Tiradentes apresentaram mais anos de permanência na escola e, por isso, são mais qualificados que seus ascendentes. No entanto, também herdaram a imagem estigmatizada, estereotipada, e com o mesmo status inferiorizado dos seus pais.

A heterogeneidade social e cultural entre os jovens entrevistados, aponta para existência dos contrastes sociais e culturais, que, ao serem percebidas pelos jovens, determina seus comportamentos em relação às atitudes racistas. A percepção dos contrastes sociais e raciais é fundamental para a consciência dos jovens sobre as práticas racistas em ambas as sociedades. Sobre o contraste racial, os relatos demonstram que a cor da pele é o principal determinante na percepção sobre comportamentos racistas.

Não obstante as diferenças culturais tenham um peso maior entre os afro-portugueses, principalmente porque ainda há presença de elementos africanos dentro de casa, a percepção do racismo se dá muito mais pelos estereótipos associados à cor da pele, do que pelo contraste cultural. Isto se deve a razões diferentes nos bairros pesquisados. Entre os afro-portugueses do bairro 6 de Maio, os jovens demonstraram preocupação, principalmente com a inserção social do seu grupo. Em decorrência

disso, alguns jovens relataram que ensinariam a língua crioula para seus filhos bem depois deles serem alfabetizados na língua portuguesa, deixando de reafirmar, ou até mesmo de dar continuidade, às diferenças herdadas, a partir de um dos principais elementos culturais de identificação cabo-verdiana.

Em relação à Cidade Tiradentes, as experiências relatadas apontam para a religião, como elemento de identificação cultural rejeitado pela maioria dos afro-brasileiros entrevistados. A principal razão para esta descontinuidade religiosa foi à incorporação da imagem estereotipada e estigmatizada das religiões de matriz africana, construídas por setores dos grupos dominantes, pelos jovens brasileiros.

Mesmo assim, foi interessante notar que há uma tentativa deles tentarem inverter os estigmas imputados às suas regiões de moradias. Acredito que esta inversão dos estigmas, destacando a solidariedade e a convivência entre vizinhos, é um comportamento cujo objetivo é minimizar os problemas enfrentados na Cidade Tiradentes e no 6 de Maio. Assim, ocorre o processo de identificação por contraste, neste caso social, que (re)constrói uma imagem positiva a partir dos estigmas impostos àquelas pessoas e aquele bairro.

A partir das experiências relatadas, as identificações em ambos os bairros não são determinadas pelos elementos culturais de matriz africana, mas pela valorização de algumas questões que são desvalorizadas pela sociedade. A principal delas é a cor da pele. Para os afro-portugueses, a língua crioula entra como instrumento de identificação, que tem pesos diferentes para os jovens, ou seja, alguns a utilizam mais como um elemento definidor de grupo, e outros apenas como meio de comunicação dentro do bairro. O mesmo ocorre com as religiões de matriz africana entre os jovens da Cidade Tiradentes.

Ainda que o bairro Cidade Tiradentes seja espacialmente mais segregado, em decorrência da distância do centro e dos sérios problemas do transporte público, ambos os bairros apresentam evidentes características de isolamento e confinamento territorial. Os dois bairros sofrem com problemas de ausência de equipamentos sociais, infra-estrutura e segurança pública. A maioria esmagadora de imigrantes africanos — na sua maior parte de cabo-verdianos — e de afro-portugueses no bairro 6 de Maio, e a grande concentração de afro-brasileiros na Cohab Cidade Tiradentes — muito acima da média da cidade de São Paulo — demonstram a existência também de segregação racial.

As experiências relatam que os jovens de ambos os bairros têm vínculos importantes com o local onde moram. No bairro 6 de Maio, os laços com o bairro são mais fortes. Há uma valorização de algumas características do bairro, que os jovens creditam à especificidade cabo-verdiana dos moradores do 6 de Maio, como a

solidariedade entre os moradores e a boa convivência entre os vizinhos. Todos os entrevistados ressaltam essas qualidades, apesar de destacarem que essas características estão se perdendo, devido ao aumento da criminalidade, em decorrência do consumo e tráfico de drogas dentro do bairro.

As qualidades da Cidade Tiradentes apontadas pelos jovens são semelhantes, como solidariedade e bom relacionamento com os vizinhos. Os problemas também são semelhantes: o desemprego, a falta de segurança, o consumo e o tráfico de drogas, a dificuldade de arrumar emprego¹¹⁶, a má qualidade da rede escolar, a enorme densidade populacional, a qualidade urbanística, os dependentes de droga e o tráfico de droga (criminalidade), e principalmente a distância do bairro do Centro da cidade e das regiões possuidoras de equipamentos públicos.

A noção de comunidade, na qual os vizinhos se conhecem e podem manter uma espécie de controle sobre o que acontece no dia-a-dia, também foi destacada pelos jovens entrevistados de ambos os bairros.

As particularidades e qualidades destacadas por todos os jovens entrevistados não são suficientes para que eles desejem continuar morando, ou mesmo educar seus filhos, nos mesmos locais onde foram criados. Todos os afro-brasileiros e afro-portugueses entrevistados disseram que um dos objetivos que possuem, a curto ou médio prazo, é deixar de morar nos seus respectivos bairros.

Portanto, a noção de comunidade que os jovens de ambos os bairros destacam como uma qualidade, não é suficiente para minimizar os problemas e as dificuldades da região, como também não é suficiente para segurar os jovens nestes territórios. Na primeira oportunidade que tiveram, os jovens disseram que mudariam do 6 de Maio e da Cidade Tiradentes. Além dos problemas destacados nos dois bairros, a desqualificação social, os estigmas, os estereótipos, o preconceito e a imagem que ambos os bairros representam também são fatores determinantes para desejo de deixá-los.

A complexidade das relações raciais no Brasil e em Portugal, e a heterogeneidade das posturas e percepções dos jovens são, em grande parte, resultado das ideologias raciais contraditórias que predominaram em diferentes períodos da história destes dois países. Algumas teorias foram mostradas aqui neste trabalho, como, por exemplo, os "toleracionistas" em Portugal, que condenavam o tráfico e o trabalho servil, mas, ao mesmo tempo, resistiam ao rompimento com este sistema escravocrata, pois achavam que a sociedade dependia de tal estrutura. No Brasil, temos o exemplo da apropriação e adaptação de teorias científicas raciais

¹¹⁶ A estratégia usada pelos jovens do bairro 6 de Maio é a mesma utilizada pelos jovens de Cidade Tiradentes: declarar que moram em outro bairro, citando a moradia de um familiar ou amigo.

eugênicas que condenavam o africano e o mestiço, num país já bastante híbrido. E por último, há a ideologia que inverteu a imagem negativa da população e da cultura de matriz africana, o luso-tropicalismo.

Ainda que no Brasil e em Portugal existam campanhas contra a discriminação racial, e do racismo ser prática publicamente condenável, acredito que as relações cotidianas estão permeadas de atitudes alicerçadas nas noções de supremacia racial branca, na escala cultural e biológica, e de comportamentos “cordialescos” baseados na ideologia luso-tropicalista. Estas ideologias que estruturam as sociedades portuguesa e brasileira, e compõem os seus sistemas sociais, se manifestam na vida e no cotidiano de cada pessoa, seja ela branca, afro-portuguesa ou afro-brasileira.

As sociedades brasileira e portuguesa se caracterizam pela histórica presença da cultura e dos descendentes de africanos. Não há como contar a história desses países sem deixar de passar pela África ou pela contribuição que deram para a construção de ambas as sociedades. Mas, também não devemos deixar de destacar que as relações de poder entre os afro-portugueses e afro-brasileiros, apresentados aqui como grupo dominado, e os grupos dominantes destas duas sociedades, sempre aconteceram de forma absolutamente desequilibrada.

O objetivo dos grupos dominantes nunca foi a exclusão destes grupos — os grupos dominantes sempre necessitaram que os dominados fizessem parte do sistema social —, mas o controle social, por meio dos restritos acessos ao poder político e econômico por eles já ocupados. Pretendi, neste trabalho, demonstrar algumas estratégias utilizadas para manter os afro-portugueses e os afro-brasileiros desqualificados socialmente. Ainda que exista maior preocupação de ambos os governos com a questão racial, e que no geral a condição social dos afro-brasileiros e afro-portugueses tenha melhorado, se comparada com gerações anteriores, continua a (re)produção dos estereótipos, dos processos de estigmatização, e também de alguns obstáculos para que os grupos dominados não ascendam socialmente. Em decorrência disso, os afro-brasileiros e afro-portugueses ainda se concentram nos bairros mais pobres e periféricos da cidade de São Paulo e da Área Metropolitana de Lisboa, estão entre os que têm menos tempo de permanência na escola, menos qualificação profissional, que mais sofrem com a violência policial, são minorias entre os juízes, desembargadores, deputados estaduais e federais, senadores, ministros de Estado, estudantes das melhores universidades, principalmente nos cursos de Medicina, Economia, Administração e Direito.

Impedi-los de circular na cidade e mantê-los longe das melhores escolas, das melhores universidades, ou seja, do poder, são algumas das estratégias para

reproduzir e conservar os estigmas, os estereótipos e o histórico processo de desqualificação social dos jovens afro-portugueses e afro-brasileiros.

Embora algumas pesquisas e índices sociais apontem maior participação dos afro-portugueses e afro-brasileiros no mercado de trabalho, são evidentes os obstáculos que impedem o seu acesso à cidadania. O racismo é a principal barreira. O aprofundamento do debate público sobre o paradoxo das relações raciais e singularidade do racismo no Brasil e em Portugal é necessário. O enfrentamento desse problema nos leva à ideologia luso-tropicalista, presente nessas sociedades, porém pouco debatida. Em suma, apesar do esforço luso-tropicalista em dificultar o reconhecimento do racismo e desqualificação social dos afro-portugueses e afro-brasileiros, a cor da pele sempre foi utilizada como critério para segregar e estigmatizar. O debate dos paradoxos luso-tropicalistas fortalecerá políticas públicas, que insiram os afro-brasileiros e afro-portugueses na vida social e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.
- ANDRADE, Elaine Nunes de. **Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação/USP, 1996
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Gilberto: Luso Tropicologia e Ocidentalização**. Campinas, PUCCAMP, ano XXXIII, nº 181: abril-junho, 2001.
- ANSART, Pierre. Marx y la teoría del imaginario social, *in* COLOMBO, Eduardo (org.) **El imaginario social**. Buenos Aires e Montevideo, 1989.
- ANSART, Pierre. Ideologías, conflictos y poder, *in* COLOMBO, Eduardo (org.) **El imaginario social**, Buenos Aires e Montevideo, 1989.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas. Papirus (Coleção Travessia do Século), 1994.
- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília. UNB, 1982.
- BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo, Quilombhoje, 1998.
- BASTIDE, Roger. **As Américas Negras: as civilizações africanas no novo mundo**. São Paulo, Edusp, 1974.
- BASTOS, Cristiana. Omulu em Lisboa: etnografias para uma teoria da globalização. Texto apresentado no seminário "Antropologia da saúde e da doença: Perspectivas e terrenos de investigação", Lisboa, CEAS, ISCTE, outubro, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BÓGUS, Lúcia Maria M. Urbanização e Metropolização: O Caso de São Paulo, *in* Lúcia Maria M. Bógus e Luiz Eduardo Wanderley (orgs.). **A Luta Pela Cidade de São Paulo**. São Paulo. Cortez, 1992.
- CABRAL, João Pina. Racismo e Etnocentrismo. *in* Henrique de Araújo, Paula Mota Santos, Paulo Castro Seixas (orgs). **Nós e os outros: a exclusão em Portugal e na Europa**. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1998.
- CARREIRA, António. **Migrações nas Ilhas de cabo Verde**. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- CASTORIADIS, Cornelius. La institución imaginaria de la sociedad, *in* COLOMBO, Eduardo (org). **El imaginario social**, Buenos Aires e Montevideo, 1989.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 3º edição, 1982.
- CHAGAS, Conceição Correia das. **Negro: uma identidade em construção**. Petrópolis. Editora Vozes, 1996.

- CHAVES, Miguel. **Casal Ventoso: Da Gandaia ao Narcotráfico**. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 1999.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisa de antropologia política**. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 4ª edição, 1988.
- COLOMBO, Eduardo. Versiones, in COLOMBO, Eduardo (org.) **El imaginario social**, Buenos Aires e Montevideo, 1989.
- CONTADOR, António Jacinto Concorde. **Para uma cultura juvenil negra em Portugal: a música, a estética, o estilo, o corpo e o processo de identificação dos jovens negros portugueses**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Comunicação, Cultura e Tecnologia da Informação/ISCTE, 1999.
- COSTA, Márcia Regina. **Os carecas do subúrbio**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1993.
- CHALHOUB, Sidnei. Classes perigosas, in **Revista Trabalhadores**, n.º 16, Campinas, 1990.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop**. Fortaleza, Annablume, 1998.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- FERREIRA, Gilberto A. Identidade Negra: Descaminhos, in **Perspectiva**. São Paulo, vol. 2, n.º 2, 1988.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, Coleção Polêmicas do nosso tempo, vol. 33, 1989.
- FORTUNA, Carlos & SILVA, Santos Augusto. A cidade do lado da cultura: Especialidades sociais e modalidades de intermediação cultural, in SANTOS, Boaventura de Souza (org.), **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo. 3ª edição. Cortez, 2005.
- FRANÇA, Luís de. **A comunidade cabo-verdiana em Portugal**. Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1992.
- FREDRICKSON, George M. **Racismo: uma breve história**. Porto: Campo das Letras, 2004.
- FREDRICKSON, George M. Uma história comparada do racismo: reflexões gerais, in Michel Wieviorka (org.). **Racismo e Modernidade**. Venda Nova. Bertrand Editora, 1995.
- FREYRE, Gilberto. **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**. Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1953a.
- FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina**. Rio de Janeiro, José Olympio editora, 1953b.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1968.
- FROTA-PESSOA, Oswaldo. Raça e Eugenia, in SCHWARCZ, Lilia M. e QUEIROZ, S. (orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo, Edusp, 1996.

- FRÚGOLI, Heitor. **São Paulo: espaço urbano e interação social**. São Paulo, Marco Zero, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo, Ed. Unesp, 1991.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 4^o edição, 1998.
- GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.
- GUATTARI, Felix. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.
- GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador**. Brasília, Editora 34, 2000.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Os Filhos da África em Portugal**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Vértice: 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A editora, 3^a edição, 1999.
- HAUFBAUER, Andreas. Ideologia do Branqueamento: Racismo à Brasileira, *in Atas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Porto, 2000.
- HEBDGE, Dick. **Subculture: the meaning of style**. London/New York, Methuen, 1998.
- HERSCHMANN, Micael M. Na trilha do Brasil contemporâneo, *in* HERSCHMANN, M.(org.). **Abalando os anos 90: funk e hip-hop. Globalização, violência e estilo cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2^o edição, 1994.
- HOBSBAWM, Eric J. **História social do jazz**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2^a edição, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1975.
- HURBON, Laënnec. **El bárbaro imaginario**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1993.
- IANNI, Octávio. "A cidade global", *in* **Cultura Vozes**. n.º 02, 1994.
- KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**. São Paulo, Cortez, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 17^a edição, 2004.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social, *in* **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1996.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo, Editora Nacional, 2^a edição, 1976.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **Mito e significado**. Lisboa, Edições 70, 1978.

- LOPES, Baltasar & FERREIRA, Manuel. A Aventura Crioula Revisitada : Versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, *in* **Literatura e Viagens Pós-Coloniais**. Lisboa. Centro de Estudos Comparatistas, 2002.
- MACHADO, Fernando Luís. "Contexto e Percepções de Racismo no Quotidiano". *In* **Sociologia: Problemas e Práticas**. Oeiras. Nº 36. Celta Editora, 2001.
- MACHADO, Fernando Luís. "Luso-Africanos em Portugal: nas Margens da Etnicidade". *In* **Sociologia: Problemas e Práticas**. Oeiras. nº 16. ISCTE, 1994.
- MACHADO, Fernando Luís. Etnicidade em Portugal: Contrastes e Politização, *in* **Sociologia: Problemas e Práticas**. Oeiras. nº 12. ISCTE, 1992.
- MACHADO, Fernando Luís. Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-Guineenses e Imigrantes, *in* **Sociologia: Problemas e Práticas**. Oeiras. nº 5. ISCTE, 1988.
- MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades, *in* SANTOS, Boaventura de Souza (Org.), **A globalização e as Ciências Sociais**, São Paulo. 3ª edição. Cortez, 2005.
- MONTES, Maria L. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia, *in* SCHWARCZ, Lília M. e QUEIROZ, S. (orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo, Edusp, 1996.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. São Paulo, Editora Contexto, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado, *in* SCHWARCZ, Lília M. e QUEIROZ, S. (orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo, Edusp, 1996.
- NAKANO, Anderson Kazuo. **4 COHABs da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação**. São Paulo. Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 2002.
- OLIVEIRA, J. M. Pacote de. Bairros: lugares do lugar a que outros não chegaram, *in* **Do outro lado da linha**. Amadora. Centro Social 6 de Maio, 2003.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A presença do negro na cidade: memória e território da Casa Verde em São Paulo**. São Paulo. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2002.
- ORTIZ, Renato. Cultura e mega-sociedade mundial, *in* **Lua Nova**, São Paulo, nºs 28/29, 1993.
- PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.
- PAIS, José Machado. Introdução (traçado do estudo), *in* vários autores, **Traços e Riscos de Vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis**. Porto, Âmbar, 1999.
- PAIS, José Machado. **Ganchos, Tachos e Biscates**. Porto, Âmbar, 2001.
- PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: Enigmas e revelações**. São Paulo, Cortez, 2003.
- PAUGAM, Serge. Que sentido é preciso dar à exclusão, *in* Maura Pardini Bicudo Vêras (org). **Hexapolis**. São Paulo. EDUC, 2004.
- PEREIRA, João B. B. "O retorno do racismo", *in* SCHWARCZ, Lília M. e QUEIROZ, S. (orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo, Edusp, 1996.
- PICHARDO, Rosa Y. C. "Afroamericanas: Una perspectiva étnica y de género" *in* **Agência Internacional de Informação**, Quito, año XIX, 1995.

- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. O cotidiano dos grupos de jovens da periferia de São Paulo: visões de mundo e manifestações de ética e violência, *in* **Demandas Sociais**. Taubaté. Volume I, N.º 2, Jul./dez. NIPC UNITAU, 1998.
- PIRES, Rui Pena. **Migrações e Integração**. Oeiras, Celta Editora, 2003.
- PIRES, Rui Pena. Mudanças na Imigração: Uma Análise das estatísticas Sobre a População Estrangeira em Portugal, *in* **Sociologia: Problemas e Práticas**. Oeiras. N.º 39. CIES/ISCTE – Celta ed, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *in* **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social, *in* **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992.
- SAINT-MAURICE, Ana de. **Identidades reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal**. Oeiras, Celta ed 1997.
- SANSONE, Livio. **Negritude sem Etnicidade**. Salvados, Rio de Janeiro: EDUFBA, Pallas, 2003.
- SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (parte I e II), *in* **Revista Mana**, Rio de Janeiro, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização, *in* SANTOS, Boaventura de Souza (Org.), **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo. 3ª edição. Cortez, 2005.
- SANTOS, Márcio André dos. Processo de Mobilização Negra à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2005.
- SCHWARCZ, Lílian Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SERTÓRIO, Elsa. **Livro Negro do Racismo em Portugal**. Lisboa, Edições Dinossauro, 2001.
- SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular**. São Paulo, Ed. 34, 1998.
- SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. **Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural**. São Luís, Edufma, 1995.
- SILVA, José Carlos Gomes da. **Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana**. Tese de doutorado. Campinas, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e ciências Humanas/UNICAMP, 1998
- SILVA, Maria Nilza da. A População Negra na Cidade de São Paulo: A Influência da Raça e do Território na Experiência da Sociabilidade. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2005.
- SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. São Paulo. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2004.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo, Hacker Editores, 1999.
- SPOSITO, Marília P. "A sociedade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade", *in* **Tempo Social**, Rev. Sociologia USP, São Paulo, 5 (1-2), 1993.

- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (coord.), **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo, EDUC, 1996.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. Reação ao Estigma: O rap em São Paulo, *in* **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 1, IFCS-UFRJ, 2006.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. A Percepção do Jovem Negro de São Paulo e Lisboa, Sobre os Processos de Racialização. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2005.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. Rap, memória e identidade, *in* ANDRADE, Elaine Nunes (org.), **Rap e educação, Rap é educação**, São Paulo, Summus, 1999.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. **Atitude, Arte, Cultura e Autoconhecimento: o rap como voz da periferia**. São Paulo. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2000.
- TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.
- TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo, Editora 34, 1ª edição no Brasil, 1998.
- TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular: um tema em debate**. São Paulo, Editora 34, 3ª edição, 1997.
- TINHORÃO, José Ramos. **Negros em Portugal: uma presença silenciosa**. Lisboa, Editorial Caminho, 1988.
- TODOROV, Tzvetan. **A vida em comum: ensaio de antropologia geral**. Campinas: Papyrus, 1996.
- TOURAINÉ, Alain. O racismo hoje, *in* Michel Wieviorka (org). **Racismo e Modernidade**. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- VALA, J., BRITO, R., & LOPES, D. **Expressões dos racismos em Portugal**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999a.
- VALA, Jorge. **Novos racismos: perspectivas comparativas**. Oeiras: Celta Editora, 1999b.
- VALA, Jorge & KHAN, Sheila. Traços negros (aculturação e identidades de jovens de origem africana), *in* vários autores, **Traços e Riscos de Vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis**. Porto, Âmbar, 1999c.
- VALA, Jorge. Representações Sociais e percepções Intergrupais, *in* **Análise Social**. Vol. XXXII. Lisboa. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997.
- VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria B. & LIMA, Maria Luisa. "Identidade Social: Um Conceito Chave ou Uma Panaceia Universal?". *In* **Sociologia: Problemas e Práticas**. Lisboa. Nº 9. ISCTE, 1991.
- VELHO, Gilberto. **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdade e Exclusão Social em São Paulo: Um Debate, *in* Maura Pardini Bicudo Vêras (org). **Hexapolis**. São Paulo. EDUC, 2004.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **DiverCidade: Territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo, EDUC, 2003.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços em São Paulo: Velhas e Novas Formas de Pobreza Urbana e da Segregação Social, *in* Lúcia Maria M. Bógus e Luiz

Eduardo Wanderley (orgs.). **A Luta Pela Cidade de São Paulo**. São Paulo. Cortez, 1992.

VERMEULEN, Hans. **Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura**. Lisboa. Edições Colibri, 2001.

VIANNA, Hermano (org.). **Galeras cariocas: territórios de conflito e encontros culturais**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

WIEVIORKA. Michel (org.). **Racismo e Modernidade**. Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.

WIEVIORKA. Michel. O novo paradigma da violência, *in* **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 9, 1997.

WIEVIORKA. Michel. **O Racismo**. Lisboa, Fenda Edições, 2002a.

WIEVIORKA. Michel. **A Diferença**. Lisboa, Fenda edições, 2002b.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização juventude e violência, *in* **Galeras cariocas: territórios de conflito e encontros culturais**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

Páginas eletrônicas

www.fpabramo.org.br/nop/racismo

www.1.folha.uol.com.br/folha/bbc

www.seade.gov.br

www.ibge.gov.br

ANEXO 1
INFORMAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS

JOVENS DO BAIRRO 6 DE MAIO

	Idade	Escolaridade	Ocupação atual¹¹⁷	Ocupação dos Pais
Mulher	20	Cursando Serviço. Social	Estagiária em ONG	Mãe emprega doméstica; pai construção civil
Mulher	23	Publicitária	Trabalha no Centro Social 6 de Maio	Mãe auxiliar de limpeza escola do Centro Social 6 de Maio; pai aposentado como policial da segurança pública
Homem	21	Terminou o equivalente ao Ensino Médio	Trabalha em loja de revelação de fotos	Mãe é empregada doméstica; pai motorista de máquinas construção civil.
Homem	25	Terminou o equivalente ao Ensino Médio	Marceneiro	Mãe era emp. doméstica e parou por questões de saúde (não é aposentada); pai (falecido) era da construção civil.
Homem	23	Terminou o equivalente ao Ensino Médio	Funcionário dos correios	Trabalha na limpeza de lojas; pai na construção civil (são separados)
Homem	24	Cursando Psicologia	Funcionário de ONG, área prevenção AIDS	Mãe era empregada doméstica e parou de trabalhar por problemas de saúde (não é aposentada; pai falecido).
Homem	26	Assistente Social	Funcionário de empresa área de projetos artísticos	Mãe é aposentada, era empregada doméstica; pai trabalha em comércio de material de construção civil.
Homem	29	Cursou 2 anos matemática	Motorista de caminhão	Pais voltaram para Cabo Verde, tem um pequeno comércio em Santiago.

JOVENS DO BAIRRO CIDADE TIRADENTES

	Idade	Escolaridade	Ocupação atual	Ocupação dos Pais
Homem	25	Cursou até o 2º ano de Letras	Atendente de Tele-marketing	Mãe é servente escolar, não mantém contato com o pai.
Mulher	20	Terminou o Ensino Médio	Estagiária dos Correios	Mãe trabalha em salão de beleza; ela não disse qual a ocupação do pai.
Homem	23	Terminou o 1º ano do Ensino Médio	Desempregado	Mãe é empregada doméstica; pai Limpeza Pública (são separados).
Homem	28	Terminou o Ensino Médio	Chefe de cozinha em restaurante	Mãe funcionária de limpeza de Shopping Center; pai tem um pequeno bar em outro bairro (pais separados).
Mulher	26	Terminou o Ensino Médio	Auxiliar de limpeza	Mãe não trabalha por problemas de saúde, trabalhou como aux. limpeza; pai aposentado, foi motorista de ônibus.
Homem	21	Terminou o Ensino Médio	Desempregado	Mãe faleceu; pai engraxate no centro da cidade.
Mulher	19	Cursando 1º de Pedagogia	Funcionária de comércio no bairro	Mãe é cabeleireira; pai trabalha em empresa de construção civil.
Mulher	21	Terminou o Ensino Médio, faz técnico Nutrição.	Gerencia comércio dos pais	Os pais mantêm um pequeno comércio num salão na parte da frente da casa.

¹¹⁷ Todos os homens entrevistados do bairro 6 de Maio já trabalharam na construção civil.

Roteiro para entrevista

1. Nome, idade, estado civil?
2. Estuda? Trabalha? Onde já trabalhou? Estudou até que série.?
3. Nome e idade dos pais, irmãos?
4. Profissão e escolaridade dos pais?
5. Mora com quem?
6. Você nasceu onde, seus irmãos nasceram onde, seus pais nasceram onde?
7. Como é seu dia e o que gosta de fazer? O que faz no tempo livre? Costuma sair com amigos, onde? Costuma circular em outros bairros, ir ao centro da cidade?
8. Que tipo de música gosta de escutar? Sai para dançar?
9. Tem amigos (as), namorado (a). Sua namorada também é afro-.. A maioria dos seus amigos também é afro-...?
10. Você sente alguma diferença com que aprendeu em casa portugueses (educação dos filhos, religião) e o que percebe fora dela?
11. Já aconteceu com você alguma situação que se sentiu discriminado? Qual a razão? Ou já teve conhecimento de outras pessoas terem sido discriminadas? Você acha que existe discriminação?
12. Isso afeta sua auto-estima?
13. Você gosta das suas origens culturais? Gostaria de ser branco?
14. Tem amizades com portugueses brancos?
15. Vocês fariam a trajetória dos seus pais?
16. Vocês gostariam de regressar ou ir ao país de origem de seus pais? Você conhece alguém que voltou para o país de origem? O que aconteceu (Portugal)?
17. O que você não gosta na cultura de origem africana? E o que você não gosta? O que mais de incomoda?
18. Você gosta de morar neste bairro? O que tem a favor e contra?
19. Você se sente desfavorecido em relação às condições dadas pela sociedade (escola, hospital, trabalho, justiça, comércio, etc.)? Você já sentiu isso ou sabe casos ocorridos com alguém?
20. Você sente isso no seu dia-a-dia?
21. O que você acha que os brancos pensam dos afro-...? Em que situação você percebeu isto.
22. Como é circular pela cidade? Existe algum preconceito com o bairro de sua morada?